



Doutorado em Ciências Sociais
com ênfase em juventude

**QUALIDADE DA DEMOCRACIA NO CONTEXTO DO
GOVERNO BOLSONARO: PERCEPÇÕES DE JOVENS
INTEGRANTES DE GRUPOS E MOVIMENTOS SOCIAIS
DE CAMPO GRANDE/MS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Católica Silva Henríquez como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Autor: Brasdorico Merqueades dos Santos
Orientadora: Dr^a. Lucía Miranda Leibe

Santiago, Chile
2024

AGRADECIMENTOS

Ouvi dizer que a produção científica é, normalmente, um exercício solitário. Discordo. Senti o quanto fui acompanhado, apoiado e incentivado ao longo da elaboração desta tese, por muitas pessoas. A cada um delas, os meus mais sinceros agradecimentos:

Antes de tudo, à minha querida mãe, Joana, símbolo de luta, amor e dedicação. Mãe de 20 filhos e de dona de uma história de luta e superação. Na sua simplicidade sempre foi para mim uma grande inspiração. A você, mãe, dedico os frutos obtidos neste trabalho!

À professora orientadora, Lucia Miranda Leibe, pela atenção, paciência e generosidade. Exigi de mim, sempre em atitude de firmeza e ternura, um nível de produção e reflexão que jamais eu imaginaria conseguir. Obrigado! isto jamais será esquecido!

À minha família, esposa Lúcia e filhos (Ricardo, Bruno e Juliana), que souberam compreender minhas ausências e deram todo apoio e cuidado de que precisei. Obrigado do profundo do coração!

Aos meus amigos/as docentes da Universidade Católica Dom Bosco, os professores/as Blanca Martin Salvago, Michel Constantino, Marcos Alves que acompanharam importantes momentos da investigação e souberam aconselhar, orientar passos decisivos. Eternamente grato!

Um agradecimento especial aos Salesianos de Dom Bosco, à Universidade Católica Dom Bosco, na pessoa do Inspetor Pe. Ricardo Carlos, que confiaram em mim para a realização deste estudo, favorecendo a minha caminhada com todo os recursos necessários. Muito obrigado!

Aos amigos chilenos Luis Pino, José Alegria, Giselle Garcia, companheiros de doutorado. Um obrigado pela acolhida e pelo apoio e inspiração para este estudo. Um obrigado especial ao amigo brasileiro Roque Luiz Sibioni, de quem tive a sorte de ser companheiro de estudos. Grato pela solidariedade nos momentos difíceis e a infindável paciência em compartilhar informações e sanar dúvidas. Eternamente grato a cada um de vocês, amigos!

ABSTRACT

This research aims to understand the perceptions of the quality of democracy among young members of social groups and movements in the city of Campo Grande/MS, during the Bolsonaro government. These perceptions arise from the social and political context that characterizes the first three and a half years of his mandate. The research is framed within a mixed-methods methodology, combining qualitative and quantitative approaches through strategies applied to a Case Study. For data analysis, techniques of univariate and bivariate descriptive statistical analysis are used, which, together, seek to answer the question: what is the perception of the quality of democracy, in the context of the government of Jair Bolsonaro, among young members of social groups and movements in Campo Grande/MS? It is concluded that the perception of the quality of democracy under the said government is markedly negative, being considered disrespected, threatened, and weakened. Based on the results obtained, it is intended to contribute to reflection on the subject, especially concerning the youth of Campo Grande, promoting debate, political awareness, and the implementation of public policies.

Keywords: 1- Perceptions; 2- Quality of democracy; 3- Youth; 4- Bolsonaro government.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo comprender las percepciones sobre la calidad de la democracia entre jóvenes miembros de grupos sociales y movimientos en la ciudad de Campo Grande/MS, durante el gobierno de Bolsonaro. Estas percepciones surgen del contexto social y político que caracteriza los tres primeros años y medio de su mandato. La investigación se enmarca dentro de una metodología de métodos mixtos, combinando enfoques cualitativos y cuantitativos a través de estrategias aplicadas a un Estudio de Caso. Para el análisis de datos, se utilizan técnicas de análisis estadístico descriptivo univariado y bivariado, que, en conjunto, buscan responder a la pregunta: ¿cuál es la percepción sobre la calidad de la democracia, en el contexto del gobierno de Jair Bolsonaro, entre los jóvenes miembros de grupos sociales y movimientos en Campo Grande/MS? Se concluye que la percepción sobre la calidad de la democracia en dicho gobierno es marcadamente negativa, considerándose irrespetada, amenazada y debilitada. Basándose en los resultados obtenidos, se pretende contribuir a la reflexión sobre el tema, especialmente en lo que respecta a la juventud de Campo Grande, promoviendo el debate, la conciencia política y la implementación de políticas públicas.

Palabras clave: 1- Percepciones; 2- Calidad de la democracia; 3- Juventud; 4- Gobierno de Bolsonaro.

LISTA DE CONTEÚDO

Autorização para reprodução da tese	II
Agradecimentos	III
Abstract	V
Resumen	VI
Siglas	IX
Índice de tabelas.....	X
Índice de gráficos.....	X
Índice de figuras.....	XI
 Introdução	 12
 Capítulo I – Enfoques no estudo da qualidade da democracia.....	 25
1.1 Conceitualização da democracia: uma realidade “por se fazer”	25
1.2 Obstáculos epistemológico ao conhecimento geral	26
1.2.1 Superação de obstacularidades relacionadas ao conceito de democracia	28
1.2.2 Teóricos procedimentais da democracia: Schumpeter, Dahl e Bobbio	29
1.2.2.1 O método democrático de Joseph Schumpeter	29
1.2.2.2 A poliarquia de Robert Dahl	30
1.2.2.3 O procedimentalismo de Norberto Bobbio	33
1.2.3 Teóricos da condição dinâmica da democracia	34
1.3 Percepção sobre a qualidade da democracia	38
1.3.1 O que é qualidade de democracia	40
1.3.2. Fatores que afetam a percepção de democracia	44
1.3.2.1 Fatores estruturais	44
1.3.2.2 Fatores individuais	45
1.3.2.3 Fatores históricos	47
1.4 Hipóteses gerais e objetivos específicos	50
 Capítulo II – Metodologia	 53
2.1 Estratégias de investigação sobre percepções da democracia.....	53
2.1.1 Como se mede percepção da qualidade da democracia	54
2.1.1.1 Critérios do Varieties of democracia (V-Dem).....	55
2.1.1.2 Critérios da cidadania: LAPOP e Latinobarômetro	57
2.2 Delineamento da pesquisa	61
2.2.1 Amostragem: processo de seleção da amostra.....	64
2.2.2 Dimensionamento da amostra.....	65
2.3 Grupos e movimentos	67
2.4 Instrumentos de coleta de dados	69
2.4.1 Questionário e entrevista.....	69
2.4.2 Organização dos dados	71
2.4.3 Detalhamento de categorias, variáveis e indicadores	73
2.4.3.1 Categoria 1: Identificação dos participantes	74
2.4.3.2 Categoria 2: Dimensão política e social.....	75
2.4.3.3 Categoria 3: Funcionamento do governo	76
2.4.3.4 Categoria 4: Crise sanitária da COVID-19	77

Capítulo III – Juventude “em movimento” por democracia e cidadania	80
3.1 Novos Movimentos Sociais: “#juventudes”	80
3.1.1 Mobilizações da juventude brasileira.....	81
3.1.2 A juventude e a direita política: as “Jornadas de Junho 2013)	82
3.1.3 Mobilizações pós 2013 e o acirramento da polarização política	84
3.2 Cultura política brasileira.....	85
3.3 Articulação cultural bolsonarista	86
3.4 Bolsonaro de fato	88
3.5 Aproximação da juventude ao Bolsonarismo	91
3.6 Os 3 primeiros anos do Governo Bolsonaro	93
3.6.1 Relações conflituosas e cooptações	95
3.6.2 Liderança sob denúncias	98
3.6.3 Gestão da crise da COVID-19	100
3.6.4 Juventude impactada.....	101
3.6.5 Juventude campo-grandense	104
Capítulo IV – Percepção da qualidade da democracia: análise univariada	106
4.1 Identificação dos participantes.....	106
4.1.1 Perfil sociodemográfico	109
4.1.1.1 Idade e estado civil.....	110
4.1.1.2 Gênero.....	112
4.1.1.3 Escolaridade	115
4.1.1.4 Classe econômica.....	117
4.1.1.5 Interconexão econômica	120
4.2 Dimensão político social.....	122
4.2.1 Espectro ideológico: orientação política e filiação partidária	123
4.2.2 Pertencimento religioso	126
4.2.3 Prática da cidadania	129
4.2.3.1 O interesse pela política	129
4.2.3.2 Crença na política	131
4.2.3.3 Preferência pela democracia	133
4.2.3.4 O voto nas eleições	135
4.3 Funcionamento do governo.....	136
4.3.1 Desigualdade social	137
4.3.2 Liberdade de expressão.....	140
4.3.3 Instituições democráticas	143
4.3.3.1 Relacionamento entre o governo e o Poder Judiciário.....	144
4.3.3.2 Relacionamento entre o governo e as Forças Armadas	148
4.3.3.3 Relacionamento do governo com as leis ambientais	150
4.3.3.4 Transparência	151
4.4 Crise sanitária da COVID-19.....	155
4.4.1 Afetação pela COVID-19	155
4.4.2 Incentivo à educação	157
4.4.3 Perspectivas e oportunidades	159
Capítulo V – Percepção da qualidade da democracia: análise Bivariada	161
5.1 O que dizem ser democracia	161
5.1.1 Participação e cidadania.....	163
5.1.2 Representação política	165
5.1.3 Liderança.....	166

5.1.4	Direitos humanos	167
5.1.5	Pluralismo	170
5.2	Associação [simples] entre variáveis	171
5.2.1	Grau de escolaridade x Transparência das ações do governo	170
5.2.2	Respeito às minorias x Grupo de pertencimento	171
5.2.3	Orientação política x Respeito às leis ambientais	173
5.2.4	Desigualdade social x Identidade de gênero	175
5.2.5	Opção religiosa x política e religião	176
5.2.6	Orientação política x Incentivo à educação	178
Conclusão	180

SIGLAS

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
 AI-1- Ato Institucional Número 1
 AI-5 – Ato Institucional Número 5
 BBB – Bancada do boi, da bala e da bíblia
 BRICS – Agrupamento econômico entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
 CAs – Centros Acadêmicos
 CCJC – Coletivo de Juventude Cultura e Comunicação
 CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
 CENTRAU - Centro Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo
 CIMI- Conselho Indigenista Missionário
 CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
 COVID-19 - Coronavírus Disease 2019
 CUT – Central Única dos Trabalhadores
 DCE – Diretório Central de Estudantes
 DACLOBE – Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua
 ENEs – Encontros Nacionais de Estudantes
 FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas
 FETEMS - Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul
 FIFA – *Fédération Internationale de Football Association*
 FHC – Fernando Henrique Cardoso
 FSM – Fórum Social Mundial
 GENI – Grupo de Estudantes Negras intelectuais
 GGN - Grupo Gente Nova
 IBGE- Instituto brasileiro de geografia e estatística
 ICS – Índice de Confiança Social
 IDEA – Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral
 IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
 IPMs – Inquéritos Policiais Militares
 LAI- Lei de Acesso à Informação
 LGBTQIA+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans, Queers, Pansexuais,
 Agêneros, Pessoas não binárias e intersexo
 MEC – Ministério da Educação
 MNU – Movimento Negro Unificado
 OIT – Organização Internacional do Trabalho
 OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
 PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
 PNAD – Pesquisa nacional por amostra de domicílio
 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas
 PT – Partido dos Trabalhadores
 POF – Pesquisa de Orçamento Familiar
 PSL – Partido Social Liberal
 PSC – Partido Social Cristão
 REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e
 Nutricional
 SNJ – Secretaria Nacional da Juventude
 SNI – Sistema nacional de Informação
 SIM-Ms – Sistema de Informação sobre Mortalidade – Mato Grosso do Sul
 STF – Supremo Tribunal Federal

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNE – União Nacional dos Estudantes

V-Dem - Varieties Of Democracy

SNI – Serviço Nacional de Informação

UCE – União Campo-grandense de Estudantes

UNEs – Encontro Nacional de Estudantes

Índice de tabelas

Tabela 01 – Conceito de democracia	37
Tabela 02 – Uma proposta de conceitualização da qualidade da democracia	42
Tabela 03 - Amostra estratificada	66
Tabela 04 - Técnica de coleta de dados e número de casos – Conceito de democracia	70
Tabela 05 – Nomes fictícios	71
Tabela 06 – Questionário de dados sociodemográficos.....	74
Tabela 07 – Questionário de perfil ideológico e religioso	75
Tabela 08 – Questionário de prática cidadã	76
Tabela 09 – Questionário sobre funcionamento do governo	78
Tabela 10 – Visão geral das categorias, variáveis e indicadores	78
Tabela 11 – Análise bivariada.....	79
Tabela 12 – Quadro síntese dos participantes.....	108
Tabela 13 – Caráter reivindicatório do grupo ou movimento.....	109
Tabela 14 – Idade dos participantes (ano 2022)	111
Tabela 15 – Estado civil.....	111
Tabela 16 – Grau de escolaridade	117
Tabela 17 – Sustento econômico da casa.....	122
Tabela 18 – Filiação partidária	125
Tabela 19 – Envolvimento religião e política	127
Tabela 20 – Preferência pela democracia	133
Tabela 21 – Voto nas eleições 2018-2020	135
Tabela 22 – Prioridade do governo Bolsonaro	139
Tabela 23 – Liberdade de expressão	142
Tabela 24 – Governo Bolsonaro e o respeito às Instituições	144
Tabela 25 – Modo de atuação do STF	146
Tabela 26 – Afetação pela COVID-19.....	156
Tabela 27 – Incentivo à educação	158
Tabela 28 – Ações afirmativas dos governos Lula e Dilma.	162
Tabela 29 – Grau de escolaridade e transparência do governo.....	171
Tabela 30 – Grupo de pertencimento x respeito às minorias sociais	173
Tabela 31 – Orientação política x respeito às leis ambientais	174
Tabela 32 – Desigualdade social x Identidade de gênero	175
Tabela 33 – Conceito de democracia	176
Tabela 34 – Orientação política x Incentivo à educação	178

Índice de gráficos

Gráfico 01 – Apoio à democracia na região da América.....	59
Gráfico 02 – Identidade de gênero	115
Gráfico 03 – Classe econômica.....	119
Gráfico 04 – Ocupação no dia a dia.....	121
Gráfico 05 – Orientação política.....	123
Gráfico 06 – Interesse pela política	130
Gráfico 07 – Crença na política	132
Gráfico 08 – Desigualdade social	137
Gráfico 09 – Utilização de fake news pelo governo Bolsonaro.....	142
Gráfico 10 – Governo Bolsonaro e Forças Armadas	148
Gráfico 11 – Governo Bolsonaro e as leis ambientais	151
Gráfico 12 – Transparência no governo Bolsonaro	153

Gráfico 13 – Governo Bolsonaro e o toma-lá-dá-cá.....	154
Gráfico 14 – Governo Bolsonaro e a crise sanitária da COVID-19	157
Gráfico 15 – Expectativas e oportunidades no governo	159

Índice de figuras

Figura 01 – Estado da democracia liberal em 2022.....	59
Figura 02 – Principais direitos reivindicados.....	109
Figura 03 – Valores relacionados à democracia	168

INTRODUÇÃO

Esta investigação visa explorar percepções de jovens campo-grandenses, integrantes de grupos e movimentos sociais, sobre a qualidade da democracia no governo Bolsonaro. Para dar contornos a este objeto utiliza-se de características e elementos típicos da democracia, como os apresentados no método democrático de Schumpeter, na poliarquia de R. Dahl e no procedimentalismo de Norberto Bobbio; em critérios utilizados por institutos de pesquisa, como o *V-Dem*, *Lapop* e *Latinobarômetro*; em ideias e princípios apresentados por autores como Morlino, O'Donnell, Avritzer, Sartori, Moisés, Chauí, dentre outros.

Para reconhecer percepções, considera-se o behaviorismo radical¹ de B. Skinner, que se apresenta como uma teoria capaz de contribuir para a compreensão da qualidade um regime político a partir de dados empíricos ou variáveis ambientais que contemplam os estímulos politicamente relevantes e observáveis fornecidos aos indivíduos pelo meio em que vivem, suscitando atitudes e comportamentos (Skinner, 1971).

No Behaviorismo radical, atitude e comportamento são compreendidos como fenômenos distintos e inter-relacionados. A atitude se desdobra em três componentes: cognitivo, que envolve o conhecimento da realidade; afetivo, que supõe crenças, valores, emoções, sentimentos; e comportamental, relacionado às ações (Zanna & Rempel, 1988). Se caracteriza por uma avaliação geral, positiva ou negativa, que influencia a forma como percebemos, pensamos e respondemos a pessoas, objetos, eventos ou ideias específicas, e pode ser influenciada por fatores sociais, culturais e contextuais. Pode ser duradoura e relativamente estável ao longo do tempo, mas também pode ser mais flexível e suscetível a mudanças (Festinger, 1975).

O comportamento, por sua vez, é definido como qualquer ação observável de um organismo em resposta a estímulos do ambiente. Não é limitado apenas a ações motoras, mas inclui respostas verbais, emoções e outros processos internos, desde que possam ser ligados a estímulos ambientais de forma sistemática. É, portanto, observável e resultante das ações voluntárias e conscientes do indivíduo, influenciadas pelo ambiente e moldadas por suas consequências.

Dois acontecimentos recentes, de grande repercussão no mundo político, são ilustrativos a este respeito. O primeiro se refere aos apoiadores do então presidente dos

¹ O termo radical, aqui, não se refere a extremismo, mas sim a uma abordagem que busca compreender o comportamento de forma profunda e fundamental, considerando os princípios básicos da aprendizagem e da interação entre o indivíduo e o ambiente.

Estados Unidos, Donald Trump, que, no dia 6 de janeiro de 2021, invadiram o Capitólio alegando fraude nas eleições presidenciais de 2020 nos Estados Unidos. O segundo, diz respeito à invasão do Congresso Nacional, no Brasil, em 08 de janeiro de 2023.

A invasão violenta do Capitólio se deu aos gritos de “quem é nosso presidente? Os revoltosos portavam barras de ferro e sprays químicos. Destruíram objetos históricos e ameaçaram vários congressistas. Tal comportamento resultou de ideias, sentimentos e convicções que foram alimentados principalmente por Donald Trump, líder prestigiado da extrema direita, que reforçou a comunicação com grupos extremistas na esfera política². Alimentou-se, por exemplo, a ideia de fraude nas eleições e a crença de que a ação invasiva resultaria em mudanças políticas desejadas. Os invasores se compararam a patriotas do período da Independência, sendo movidos por símbolos, discursos e outras circunstâncias ambientais que determinaram ações destrutivas como resposta ao que consideraram ser uma quebra das regras do jogo democrático (Junqueira, 2021).

O acontecimento serviu de inspiração para o que Bolsonaro viria a provocar 2 anos, depois, no Brasil. Em 2021, Jair Bolsonaro já antecipava a possibilidade de que a cena da invasão do capitólio poderia se repetir no Brasil caso o voto impresso não fosse instituído. Ele fazia uma alusão às supostas fraudes nas urnas eletrônicas, incentivando seus apoiadores a rejeitarem o sistema eleitoral vigente. Em 8 de janeiro, de 2023, não aceitando a derrota eleitoral para Luis Inácio Lula da Silva, bolsonaristas extremistas, motivados por sentimentos de patriotismo, vestidos de verde amarelo, invadiram e depredaram a sede dos três poderes [Executivo, Legislativo e Judiciário], no intuito de promover um golpe de Estado.

Em comum a estes dois acontecimentos, estão as atitudes [motivações interiores com base em sentimentos de injustiça alimentados por seus líderes] e o comportamento observável [invasão, depredação] resultante de um reforço social a partir de suas lideranças, ou mesmo, de punição a injustiças percebidas.

Com base no behaviorismo radical, entende-se, a partir de acontecimentos como estes, que uma sociedade pode ser moldada por meio do controle do ambiente, incluindo a manipulação das consequências do comportamento humano vez que este pode ser determinado pelas contingências presentes na vida do organismo. Ao modificar as contingências ambientais (com reforço positivo, por exemplo), a sociedade pode promover

² Dentre os invasores, estavam grupos de extrema- direita como o *Oath Keepers*, o *Proud Boys* e o *QAnon*, *alt-right*, *far-right*, *extreme right*, *Three Percenters*, grupos cristãos diversos (muitos anticatólicos), neonazistas, como o *Creativity Movement*, entre outros (Junqueira, 2021).

comportamentos desejáveis e reduzir comportamentos indesejáveis, o que poderia levar uma sociedade a ser mais justa e equitativa (Skinner, 1971, p.18).

Por enfatizar o papel determinante do ambiente no comportamento humano, sugerindo que as pessoas podem ser moldadas por contingências ambientais, como recompensa e punições, o behaviorismo radical recebeu muitas críticas no que tange à liberdade e autonomia, por ignorar a complexidade da experiência humana e a influência de múltiplos fatores internos, como pensamentos, emoções e valores na formação do comportamento. Além disso, há preocupações éticas sobre o controle excessivo do ambiente sobre o comportamento humano, especialmente quando se trata de manipulação comportamental em nível social (Freire, *apud* Oliveira & Oliveira, 2023)³.

Apesar das críticas, o behaviorismo radical é estudado e discutido em diferentes campos da psicologia política e da ciência política. Há pesquisadores, como Guimarães (2003), Aguiar & Amaral (2014), Abib & Tourinho (2017), que argumentam que as ideias de Skinner podem ser aplicadas de maneira ética e responsável para promover mudanças sociais positivas e necessárias.

É precisamente no âmbito das atitudes e comportamentos, derivada de percepções internas, na perspectiva da democracia cidadã, com base em indicadores sociais, que se situa a **pergunta** que norteia este estudo: qual é a percepção, por parte dos jovens integrantes de grupos e movimentos sociais de Campo Grande/MS, sobre a qualidade da democracia no contexto do governo Bolsonaro?

Uma vez situada essa pergunta, perseguimos o **objetivo geral** de compreender percepções sobre a qualidade da democracia de jovens integrantes de grupos e movimentos sociais em Campo Grande/MS, durante o governo Bolsonaro. Tal compreensão resulta da análise de dados empíricos e de acontecimentos sociais e políticos que se relacionam e se aplicam, especificamente, aos 3 anos e meio transcorridos do governo Bolsonaro⁴.

A ideia que nos motiva e constitui **justificativa** para buscar este objetivo e para a realização desta investigação se relaciona à importância de conhecer as percepções da juventude sobre a qualidade da democracia. Reconhecemos sua força de transformação, com novas ideias e abordagens para problemas enfrentados no cotidiano, bem como sua capacidade de chamar a atenção para demandas específicas de uma faixa etária, indicar

³ O pedagogo brasileiro Paulo Freire estende a crítica ao behaviorismo também ao contexto educacional posto que, conforme esta teoria, os alunos seriam vistos como recipientes passivos do conhecimento.

⁴ Período referido da investigação: 1º de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2022. Portanto, trata-se de uma pesquisa com um governo em final de mandato, mas ainda em curso.

valores e prioridades, e promover uma maior participação cívica (Pontes *et al.*, 2021). Suas percepções podem revelar tendências e direções possíveis na sociedade, catalisar mudanças de atitudes em relação a questões sociais, ambientais, igualdade de gênero, e influenciar seu próprio engajamento cívico e participação política (Gillman, 2010; Tello, 2012).

O objetivo acima direciona a investigação para jovens integrantes de grupos e movimentos sociais, como **unidade de observação**, aspecto a partir do qual se destaca a **relevância** deste trabalho por se tratar de jovens “organizados” o que, nas Ciências Sociais, representa uma estratégia para aumentar a capacidade de mobilização e recursos em vista de objetivos políticos (Roberts, 1997, p.11), com um maior grau de envolvimento e conscientização político-social (Capitão & Heloani, 2007). Acrescente-se a isto o fato de que a Psicologia Social entende que, na experiência associativa entre pessoas ocorrem processos intersubjetivos que enfatizam a importância do grupo para o indivíduo, influenciando sua percepção da realidade, a construção de significados, a partilha de emoções e intenções (Ávila, 2017), fatores que levam à coesão social (Turner, 1990).

Por estes motivos, a análise da percepção acerca da qualidade da democracia em jovens que participam de grupos e movimentos sociais torna-se relevante para compreender como a democracia está sendo praticada na sociedade, se seus valores perduram no tempo, especialmente em prol desta mesma juventude; para observar se as instituições e práticas democráticas estão funcionando de maneira eficaz e inclusiva para essa faixa etária, e para conhecer os seus desafios em sociedades complexas.

Neste sentido, se torna pertinente a investigação sobre a juventude brasileira dada sua grande representatividade no espectro social: 23% da população, o que corresponde 47 milhões de jovens (IBGE, 2019), contingente que possui um potencial significativo para influenciar resultado de eleições, determinar decisões políticas e promover a formulação de políticas públicas e colocar em cheque a legitimidade do regime democrático. A mesma proporção se aplica à juventude de Campo Grande, a capital de Mato Grosso do Sul, *lócus* desta investigação, cuja população de 897.938 habitantes é composta por aproximadamente 24,26% de jovens com idades entre 15 e 29 anos (Chianezi, 2021; Neto, 2022).

O contexto histórico e cultural em que se insere esta juventude aumenta ainda mais a importância de investigá-la. No caso destes jovens campo-grandenses, **sujeitos** desta investigação, é importante considerar que suas percepções não se desenvolvem de modo isolado da realidade global e nacional. Ao contrário, embora tenham suas particularidades sociais e culturais, não se pode abstrair do fato de que eventos e tendências globais ou nacionais, em âmbito político, econômico ou tecnológico, influenciam a maneira como

percebem o funcionamento das instituições e do governo. Muitos destes eventos e realidades são naturalmente apresentados ao longo dos capítulos. Neste momento introdutório, a título de uma primeira contextualização, apresentamos dois deles: o processo de autocratização no mundo e o drama da juventude no cenário brasileiro e campo-grandense.

No cenário mais amplo e global, observa-se uma forte onda de autocratização, uma tendência em direção a governos autoritários que concentram o poder e promovem restrições à liberdade de imprensa, erosão de instituições democráticas, aumento da polarização política e violações dos direitos humanos. Haja visto que, pela primeira vez em 20 anos, existem mais ditaduras do que democracias no mundo. Aproximadamente 72% da população global vive em países não democráticos, seja em autocracias eleitorais ou ditaduras (*V-Dem*, 2022).

Dados da *The Economist Intelligence Unit*⁵ revelam o cenário sombrio que emerge, por exemplo, da situação em dois países que abrigam mais de 20% da população mundial: China e Rússia. A China, porque reforçou sua política de zero-covid usando métodos draconianos para conter a propagação do vírus, mantendo dezenas de milhões de pessoas em confinamento prolongado até que protestos eclodiram pelo país. O Estado foi repressivo em relação às manifestações. No caso da Rússia, houve uma deterioração significativa em sua pontuação, com aumento da repressão e total censura, desde a invasão da Ucrânia (*EIU*, 2022). O cenário sombrio atinge também o Brasil que, em 2022, segundo o relatório do *V-Dem* (2022) passou a integrar a lista de países em processo de autocratização.

O cenário brasileiro, de modo geral, invisibiliza a juventude como sujeito de direitos (Manhas, 2016), que convive com a falta de confiança nas instituições democráticas devido à corrupção e à impunidade (Fagundes *et al.*, 2021). No ano de 2019 foram contabilizados 45.503 homicídios, dos quais 51,3% foram de jovens entre 15 e 29 anos, resultando em uma média de 64 jovens assassinados por dia (IPEA, 2021). A pobreza atinge 62,5 milhões de pessoas, outras 17,9 milhões vivem em situação de extrema pobreza e 33 milhões sofrem com a fome (Rede Penssan, 2022).

A juventude campo-grandense se insere nesse drama global e nacional com suas características particulares. Trata-se de uma juventude pertencente a um Estado brasileiro ainda muito jovem, com apenas 42 anos de existência: o Mato Grosso do Sul, situado no

⁵ A *The Economist Intelligence Unit* (*EIU*) é uma organização afiliada à revista *The Economist*, especializada em fornecer serviços de previsão, análise e pesquisa através de relatórios mensais, previsões econômicas, estudos de risco e relatórios da indústria.

Centro-Oeste, região que, nas eleições de 2018, revelou-se como a mais bolsonarista do país. Destaca-se economicamente pelo agronegócio, com um PIB classificado como o 7º mais alto entre as Unidades da Federação (Teixeira, 2023). Não obstante, apresenta a quarta maior taxa de abandono escolar (Brito, 2020) e, em 2022, registrou 43 feminicídios, o maior número de casos, em um único ano, desde a criação da Lei 13.104, do Feminicídio (Barros, 2022).

Campo Grande ocupa o quinto lugar entre as capitais brasileiras com o maior número de casos de violência sexual contra adolescentes. Lidera no ranking de experimentação de drogas antes dos 14 anos de idade (Neto, 2022). Apesar de sequer atingir uma população de 900 mil habitantes, a cidade possui 39 favelas com cerca de 4,5 mil moradores sem acesso a água potável (Nantes, 2021) e 20,9% dos moradores que vivem com uma renda domiciliar por pessoa de R\$ 497,00 por mês⁶ (Chianezi, 2022).

Captar percepções de democracia em cenários como esses é desafiador, tanto pela complexidade intrínseca de cada realidade, quanto pela natureza dinâmica das mudanças políticas que ocorrem, inclusive, em curto espaço de tempo. Percebemos que se trata de um exercício que demanda não apenas método, mas também sensibilidade, considerando os constantes avanços e retrocessos da democracia brasileira e alternâncias de orientações políticas dos cidadãos⁷. Basta ver que até 2013 os indicadores apontavam para a consolidação e o fortalecimento da democracia no país. Nos quase cinco anos que vão de junho de 2013 a 2018, houve uma completa inversão de condições, com a produção de um “mal-estar” na democracia (Avritzer, 2021).

Exemplo recente dessa mudança de cenários, relacionado à juventude, pode ser observado quando - nas proximidades das eleições presidenciais de 2018 - as pesquisas mostravam que 60% dos eleitores jovens – entre 16 e 34 anos, apoiavam o então pré-candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro (Machado, 2017). Porém, a dois meses das eleições presidenciais de 2022, o cenário mostrava-se diferente, com uma reviravolta de intenções de voto: 67% dos jovens rejeitavam Bolsonaro (Dorea, 2022). Esses percentuais, ao mesmo tempo que significam uma mudança na atitude e comportamento em relação à orientação política, suscitam a curiosidade de buscar compreender que percepções levam a este tipo de comportamento, o que as afeta?

⁶ O valor corresponde a 99,40 USD.

⁷ Para expressar este cenário de mudanças o autor Leonardo Avritzer (2019), cientista político brasileiro, utiliza a metáfora “pendulo da democracia” caracterizando às oscilações recentes nas preferências políticas e nas políticas públicas brasileiras, passando por períodos de alternâncias entre diferentes ideologias, partidos e abordagens políticas.

A resposta para esta questão está longe de ser dada de forma clara e conclusiva, principalmente quando se tem foco em jovens integrantes de grupos movimentos sociais. Haja visto que, ainda nos primeiros meses de trabalho para esta investigação, no intuito de conhecer o “estado da arte”, verificamos que há uma tendência de se investigar a juventude de modo geral, ou jovens isolados, com base em dados de pesquisa *survey*, deixando pendente um estudo mais específico sobre a influência e a força do grupo social no processo de formação de identidade política, especialmente no que diz respeito à compreensão de percepções sobre a qualidade da democracia. Sob este aspecto, em Campo Grande/MS, como mostramos a seguir, nota-se um grande vazio.

Verificamos a existência de diversos e importantes estudos sob a perspectiva da dialética das juventudes. Esses estudos [apresentados abaixo] são de grande importância pois consideram as rebeldias, revoltas, contestações e mobilizações juvenis como espaços nos quais os jovens se constituem sujeitos políticos; abordam uma variedade de tópicos relacionados à participação política, comportamento eleitoral, ativismo político, engajamento cívico e percepções políticas.

Há, por exemplo, estudos em cujos debates prevalecem as discussões que associam juventude à temática da participação política. É o caso do estudo de Mesquita *et al* (2016) sobre juventude e participação política, que busca compreender as diferentes formas de inserção e atuação de jovens em diferentes grupos e movimentos, levando em conta suas compreensões de política, valores e concepções que norteiam suas práticas. O estudo mostra que as concepções que têm sobre política são marcadas por três grandes ideias que dizem respeito a suas trajetórias de participação nos grupos: uma visão mais clássica, associada ao campo eleitoral e às instituições partidárias; uma compreensão da política como base das relações humanas, onde “viver é política”, e a última, entendida como meio de transformação social e pessoal, relacionada à luta pela garantia de direitos.

Esta ênfase se encontra também em muitos outros autores, tais como Perea (2001), que aborda atitudes, valores e comportamento político dos jovens; Feixa (2002), que discute os movimentos juvenis no cenário da globalização; Sposito (2003), que trata da juventude e políticas públicas no Brasil; Gillman (2010), que explora a relação entre juventude, democracia e cidadania; Carrano (2013), que analisa políticas públicas e juventude; Tamayo (2019), que examina a juventude e a política em uma sociedade de mudanças; e Miranda-Leibe (2019), que discute as mobilizações feministas no espaço estudantil.

No contexto brasileiro, sob influxo dos Novos Movimentos Sociais e do crescimento da direita conservadora, investigou-se recentemente sobre “como é que o jovem,

supostamente veículo da mudança e do progresso, pôde votar em Bolsonaro? O que aconteceu?”. Constatou-se a prevalência do uso político do afeto, um transbordamento de tensões sociais, em clima de politização e descontentamento que marcou as eleições de 2018 (Nascimento, 2019). Foi a partir deste mesmo ambiente hostil e agressivo que ocorreu o estudo de Antunes (2020) sobre as expressivas manifestações *online* protagonizadas pelas mulheres com o movimento “#elenão” contra Bolsonaro [movimento iniciou no Facebook e contou com mais de 3 milhões de usuárias].

Neste mesmo contexto, Breno Bringel lança dois importantes escritos: “Muito mais que painelaços: resistências sociais em tempos de coronavírus” (2020) e “Na luta cotidiana, movimentos sociais semeiam alternativas a Bolsonaro”. Ambos os textos abordam a atuação dos movimentos sociais no Brasil durante o governo Bolsonaro, resistindo às políticas ameaçadoras aos direitos humanos, à justiça social e à democracia.

Há o estudo de Barros (2020) sobre as “percepções e os discursos de jovens brasileiros sobre políticas ambientais na atualidade”, com foco nos atores institucionais dessas políticas, especialmente o Estado, os órgãos ambientais e os partidos políticos, revelando um predomínio de pessimismo, acreditando-se que o Brasil está regredindo do ponto de vista de suas políticas para o setor ambiental.

Mais recentemente, há a abordagem das concepções de formações de jovens no ProJovem Urbano⁸ e suas implicações como “Política Colaborativa”. Observa-se, a partir deste estudo, que a educação de jovens, no Brasil, nas últimas décadas, vem sendo desenvolvida num contexto de disputas de interesses sob o foco de uma política neoliberal, muitas vezes desenvolvida como estratégias de dominação, utilizada para o controle, conquista e adesão deste segmento da população (Mascarenhas, 2016).

Porém, no caso específico de pesquisas políticas ou percepções sobre democracia em “jovens integrantes de grupos e movimentos sociais da cidade de Campo Grande/MS”, não se tem conhecimento de estudos registrados sobre a questão. Nos levantamentos bibliográficos que realizamos, nada se encontrou a respeito. Foram encontrados, isto sim, estudos que se referem a grupos ou movimentos, mas que não direcionam a investigação especificamente para percepções de democracia.

É o caso da investigação sobre as condições das juventudes dos povos indígenas, enfatizando a questão do suicídios de jovens Guarani-Kaioá (Grubits & Noriega, 2011);

⁸ Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Atende pessoas entre 18 e 29 anos que foram alfabetizadas, mas não concluíram o ensino fundamental. A elas é oferecida a chance de elevar o grau de escolaridade e de obter qualificação profissional.

sobre Juventude a assentamentos rurais, destacando o problema da sucessão a partir da falta de estrutura, das dificuldades de acesso às políticas voltadas à agricultura familiar, das dificuldades financeiras e a baixa escolaridade dos agricultores como fatores que contribuem para a saída dos jovens do meio rural em busca de trabalho na cidade (Facioni & Pereira, 2015).

Nesta mesma direção, ano de 2015, está o estudo sobre jovens do coletivo CCJC do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – que inclusive participa desta investigação – que reflete suas participações nos encontros estaduais e nacionais e marchas, no período de 2013-2015 (Silva, 2015). Há o estudo sobre o projeto de lei “Escola sem partido” problematizando a interdição à cidadania da juventude LGBTQIA+ ao propor a proibição da abordagem de temas como gênero e sexualidade nas escolas, com a justificativa de que tais temas marcariam uma postura partidária da escola (Checa & Scisleski, 2018). Outros estudos disponíveis nas bases de dados da Universidade Federal do Mato Grosso do sul, abordam temas como juventude e educação (Lima, 2021) e juventude e atos infracionais (França *et al.*, 2022).

Em busca de ampliar os estudos sobre juventudes, encontra-se em fase de implantação, em Campo Grande, o Observatório Municipal da Juventude (OMJ). Este observatório terá como função gerar indicadores para direcionar políticas públicas (CG-Notícias, 2021). Além disso, está sendo implementado o Plano Municipal da Juventude, cujo objetivo é desenvolver a promoção de uma política municipal de juventude abrangendo aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos e ambientais. O plano envolve a ideia de coletar dados sobre cidadãos de 15 a 29 anos, que correspondem a aproximadamente 24% da população campo-grandense. A partir desses diagnósticos, objetiva-se realizar trabalhos de pesquisa sobre a juventude campo-grandense (Neto, 2022).

Tais propósitos confirmam que, especificamente no contexto de Campo Grande-MS, existe uma carência de investigações sobre juventude e política, destacando o vazio de investigações em relação a estudos sobre percepções de democracia entre jovens integrantes de grupos e movimentos sociais. Por conta disso, buscamos, com esta investigação, contribuir com o preenchimento desta lacuna, fornecendo dados concretos e atuais.

Este estudo pretende ser **uma contribuição** para a juventude, especialmente aquela que participa de grupos e movimentos sociais, no entendimento de si como categoria social que pode promover uma cultura democrática mais robusta e inclusiva, de modo especial com o desenvolvimento de políticas públicas. Mas, especialmente, como cidadãos e cidadãs

capazes de exigir uma democracia de boa qualidade. Em contexto acadêmico, mais voltado para as Ciências Sociais, a pesquisa poderá servir como registro de um momento histórico relacionado à qualidade do regime político no Brasil, sendo útil para pesquisadores que queiram examinar, por exemplo, a evolução das percepções da qualidade da democracia entre agrupamentos jovens, seja de modo comparado ou longitudinal.

No intuito de se alcançar uma boa representatividade e uma riqueza de dados, recorreremos a uma **amostra** diversificada, composta por jovens de distintos segmentos sociais (negros, indígenas, mulheres, LGBTQIA+⁹, estudantes); com pluralidade de gênero, pertencimento religioso e orientação política; ligados a diferentes movimentos sociais em nível nacional (Movimento sem Terra, Movimento LGBTQIA+, Movimento Negro, dentre outros); moradores do campo e da cidade [centro e periferia].

O fato de que parte da amostra se compõe de grupos socialmente excluídos requer que se esclareça em que sentido utilizamos o termo “excluídos”, uma vez que este abriga diferentes conotações presentes nas Ciências Sociais: a ideia de exclusão como inadaptação social, interessando-se principalmente pelo *handicap* físico e mental, pessoas idosas e outros inadaptados, como delinquentes, fugitivos, prostitutas, marginais (Renè Lenoir, *apud* Zioni, 2006); de excluídos no sentido de rupturas sociais, descrevendo como certos grupos ou indivíduos são excluídos ou marginalizados da participação plena na sociedade devido a desigualdades estruturais (Bourdieu, 1979); da situação de pessoas ou grupos que são marginalizados e privados de participar plenamente na vida social, econômica e política de uma sociedade (Sposati, 1999); ao sentido de “desfiliação social”, ocasionada pelo desemprego de longa duração (Castell, 2003); a novas pobrezas, decorrentes de divisões e desigualdades sociais resultantes do processo de desqualificação social, típicas do ambiente urbano desde a década de 1980. Neste caso, a cidade se destaca como palco por excelência

⁹ A sigla **LGBTQIA+** é uma sigla inclusiva que engloba uma variedade de identidades de gênero e orientações sexuais. A identidade de gênero se refere à profunda convicção e senso interno [subjativa] de ser homem, mulher, ambos, nenhum ou qualquer outra identificação de gênero que uma pessoa possa ter. A orientação sexual se refere aos padrões de atração romântica, emocional e sexual de uma pessoa em relação a outras pessoas (Butler, 1992). Sobre a sigla, propriamente, com todos os seus significados [LGBTQIAPN+] = **L - lésbicas**: pessoas que se identificam como femininas e se relacionam com outras do mesmo gênero; **G - gays**: pessoas que se identificam como masculinas e se relacionam com outras do mesmo gênero; **B - bissexuais**: pessoas que se relacionam com os gêneros femininos e masculinos; **T - transexuais e travestis**: pessoas que não se identificam com o gênero atribuído no nascimento; **Q - queer**: pessoas que não se identificam com os padrões impostos pela sociedade e que preferem não se limitar em um único gênero ou orientação sexual; **I - intersexo**: pessoas que possuem características biológicas dos sexos feminino e masculino ao mesmo tempo; **A - assexuais**: pessoas que não têm atração sexual; não há relação com falta de libido, questões biológicas ou de ordem psicológica, como traumas; **P - pansexuais**: pessoas que se relacionam com outras de todos os gêneros, incluindo femininos, masculinos e não-binários; **N - não binários**: pessoas que não se identificam com o gênero feminino ou masculino, podendo se identificar com mais de um ou nenhum.

da visibilidade e uso da exclusão (Guerra, 2012); a um processo que afeta um número cada vez maior de pessoas vitimadas pela conjuntura econômica e pela crise do emprego (Rodrigues *et al.*, 2017).

Todas essas conotações interessam à nossa investigação, porém, o sentido principal que se quer aplicar ao termo “excluídos socialmente” é o indicado por Sposati (1999), de negação da cidadania, ou seja, um processo que envolve múltiplas dimensões como a pobreza, a falta de acesso aos bens e serviços, a discriminação, a falta de reconhecimento social e respeito pelos direitos humanos.

Adota-se, também, o sentido atribuído por Santos (2002), referente a certos grupos ou categorias sociais considerados como minorias étnicas sistematicamente excluídos devido à estrutura de poder e desigualdades¹⁰. Tanto a noção de Sposati (1999), de Santos (2002) quanto à expressão “minorias sociais”, remetem a um mesmo sentido: recursos básicos cuja carência pode limitar a capacidade das pessoas de participar plenamente na vida política e na tomada de decisões democráticas, à desconfiança nas instituições democráticas e na capacidade do governo de proteger e promover seus direitos.

Importa inserir, nestes contextos discriminatórios, que criam desigualdades e que estruturam as posições das pessoas, a questão da interseccionalidade para enfatizar a importância de se considerar de modo conjunto as múltiplas formas de opressão e discriminação (como raça, gênero, etnia, classe, orientação sexual, idade, localização geográfica) e como essas formas de opressão se interconectam, se sobrepõem em indivíduos e grupos (Giddens & Sutton, 2017).

Ocorre que a abordagem tradicional da lei e da política, que trata a discriminação com base em uma única dimensão de identidade (como raça ou gênero) muitas vezes deixa de reconhecer as experiências de indivíduos e grupos que enfrentam múltiplas formas de opressão. Essa realidade interessa a esta investigação na medida em que esses fatores podem se combinar de diferentes formas, gerando diversas desigualdades, sobreposições de opressões e discriminações (Crenshaw, 2002, p. 177). A interseccionalidade, no caso, se torna uma ferramenta importante para entender como diferentes formas de opressão se entrelaçam e interagem para influenciar percepções acerca da qualidade de uma democracia (Soares, 2000; Moisés, 2010; Sobrinho *et al.*, 2021).

¹⁰ O sentido que nosso texto atribui à expressão “minorias sociais”, porque assim é utilizado em muitas literaturas, é sempre o de “excluídos socialmente”.

A mesma necessidade que nos leva a esclarecer o termo “excluídos socialmente” nos leva também a definir, mesmo que minimamente, em que consiste a categoria juventude, por ser expressão recorrente e central em nossa investigação¹¹. Nosso ponto de partida é concebê-la como uma construção social e cultural diversificada, que não pode ser definida isoladamente, como uma essência em si (Bourdieu, 1990), mesmo porque as pesquisas indicam a existência de diferentes juventudes, em diferentes agrupamentos, com diferentes desejos, necessidades, formação e desafios. Cada vez mais os jovens passam a ser caracterizados como um grupo social plural e emergente (Gohn, 2013, p. 205).

A primeira e mais tradicional aproximação que se faz de juventude, é a ideia de relacioná-la a uma fase da vida que a distingue da infância, da adultez e da velhice; uma segunda, como uma etapa de preparação para o ingresso na vida adulta; uma terceira versão, como um grupo social que pode ser classificado a partir de um parâmetro etário; uma quarta aproximação, coloca a juventude como grupo social “em preparação” para a vida adulta, a geração futura, como quem mais tarde vai assumir os papéis dos adultos de que a sociedade precisa; e, finalmente, uma noção que relaciona juventude a um determinado conjunto de atitudes perante a vida, destacando-se a maneira adultocêntrica de enxergar as manifestações juvenis (Duarte, 2000).

A caracterização da categoria juventude, a partir de critérios cronológicos, é feita pela Organização das Nações Unidas - ONU (2017), considerando pessoas com idade entre 15 e 24. No entanto a entidade destaca que os contextos sociais podem resignificar a experiência de ser jovem em cada cultura. É o caso da legislação brasileira que, considerando o contexto social, determina o “ser jovem” a pessoa cuja idade está entre 15 e 29 anos (Lei nº 8.069), parâmetro etário adotado para esta nossa investigação.

Para captar percepções sobre a qualidade da democracia, desenvolvemos como **metodologia** de trabalho uma abordagem mista que combina dados qualitativos e quantitativos, adaptada um Estudo de Caso. Utilizamos a estatística descritiva univariada e bivariada para a análise dos dados, que foram organizados com base na Análise de Conteúdo de Bardin (2016).

Este estudo, com esta metodologia, não tem pretensões de realizar qualquer tipo de análise comparativa, seja entre jovens organizados em grupos e jovens isolados ou mesmo entre os próprios grupos integrantes da investigação. Com vistas a proporcionar tão

¹¹ O termo juventude, mesmo quando escrito no singular tem, nesta investigação, o sentido plural [juventudes].

somente a compreensão da **variável dependente** “percepções sobre qualidade da democracia”, a investigação se organiza da seguinte forma:

No Capítulo I, são abordados aspectos teóricos essenciais para reflexões sobre as percepções da qualidade da democracia, cujo conceito é problematizado à luz dos obstáculos epistemológicos ao conhecimento geral, conforme proposto por Bachelard, até a análise de elementos característicos com base em teóricos das Ciências Sociais. O desfecho do capítulo apresenta a realidade juvenil e suas novas subjetividades.

No capítulo II, além da caracterização da pesquisa, são delineados os aspectos metodológicos, desde a definição da amostra, aos critérios de análise. São detalhados os procedimentos de coleta e apresentadas as categorias de análise identificadas no conjunto de dados.

O capítulo III objetiva mostrar o contexto político-histórico e atual da juventude brasileira e que representa o ambiente de estímulos às suas percepções. Aborda a sua luta por cidadania, desde a superação da ditadura militar, passando pela conquista da redemocratização, até sua experiência com o governo Bolsonaro.

Os Capítulos IV e V, embora cumpram o mesmo propósito de trazer à tona as percepções sobre a qualidade da democracia, foram estrategicamente divididos. Especificamente, no Capítulo IV, realiza-se a análise estatística descritiva univariada dos dados, envolvendo a descrição e resumo dos dados de uma única variável.

No Capítulo V, dá-se um segundo passo, realizando associação entre variáveis, ou seja, a análise estatística descritiva bivariada. Nesse caso, investiga-se a associação entre duas variáveis com o intuito de observar como se conectam em termos de percepções de democracia, se indicam alguma tendência quando consideradas conjuntamente. Para ambas as situações (análise univariada e bivariada), utiliza-se a metodologia mista, combinando dados qualitativos e quantitativos.

Resulta deste processo investigativo uma percepção acentuadamente negativa sobre a qualidade da democracia durante governo Bolsonaro, tida como desrespeitada, ameaçada e fragilizada. Na sequência, são dadas as considerações finais, seguidas das referências que subsidiaram a construção teórica, bem como dos anexos utilizados para pesquisa de campo.

ENFOQUES NO ESTUDO DA QUALIDADE DA DEMOCRACIA

O capítulo busca refletir sobre democracia desde sua problematização conceitual até a apresentação de indicadores de resultado que possibilitam percepções de sua qualidade. Para tanto, são refletidos à luz dos obstáculos epistemológicos ao conhecimento geral de Bachelard (1996) elementos essenciais como o procedimentalismo de Norberto Bobbio (2009), a poliarquia de Robert Dahl (1997), o método democrático de Schumpeter (1961), dentre outros autores. Longe de perseguir um conceito concluso de democracia, a ênfase está em reflexionar suas características e elementos típicos. A segunda parte do capítulo inclui a reflexão sobre novas subjetividades juvenis no âmbito da percepção política.

1.1 Conceitualização da democracia: uma realidade “por se fazer”

Por conta de sua natureza complexa e multiforme a democracia convive com controvérsias conceituais desde o seu surgimento a ponto de, nela, se encontrar espaço para o amplo debate público e o reconhecimento de sua capacidade de acomodar conflitos (Leite, 2021, p. 2). Experiências diversas em diferentes países e culturas moldaram concepções e práticas a seu respeito, levando a uma multiplicidade de entendimentos sobre a constituição de sua legitimidade (Dahl, 2012).

Nestas condições, se torna possível a utilização da expressão “polissemia conceitual” (Fuente, 2020) vez que sua noção está em constante adaptação, ajustando-se às demandas e desafios enfrentados pelas sociedades. No contexto das sociedades complexas é necessário considerá-la a partir dos diferentes olhares que se construíram ao longo do tempo, seja em decorrência da sua própria etimologia, seja por conta das sedimentações de experiências históricas, ou devido aos múltiplos usos políticos em diferentes contextos (Boas, 2013).

Quando se busca refletir sua natureza, surgem duas grandes tensões: uma que visa chegar a um acordo sobre o que ela é, e outra que procura definir os padrões mínimos de qualidade (Miranda-Leibe, 2020). Nosso texto se propõe a refletir democracia nesta segunda perspectiva, ciente de que se trata de uma questão fenomenológica, como manifestação da própria consciência na sua representação que faz do mundo. Como tal, tem ênfase na subjetividade, nos dados imediatos da consciência (Husserl, *apud* Galeffi, 2000).

Isto supõe que para se chegar àquilo que de fato é, o fenômeno precisa ser desvendado. Exige-se uma atitude intelectual que busca ir além das aparências, fato que representa um desafio porque coloca o conhecimento acerca da democracia em constante revisão e

aprofundamento (Husserl, *apud* Galeffi, 2000), mesmo porque se trata de uma realidade dinâmica, não passiva, tão pouco de fácil apreensão (Boas, 2013).

Em vista desta “superação das aparências” nos propomos a apresentar, com base em Gaston Bachelard (1996), alguns obstáculos epistemológicos ao conhecimento geral e que são úteis para refletir sobre o conceito de democracia. A pergunta que se quer responder é: que problemas podem ser encontrados quando nos propomos conceituar democracia? Em seguida, na perspectiva de superação destes obstáculos, apresentam-se diferentes autores, principalmente Joseph Schumpeter, Dahl, e Norberto Bobbio, com ênfase nos procedimentos e, Arendt, Sartori, Morlino, entre outros, que destacam aspectos do dinamismo da democracia.

1.2 Obstáculos epistemológicos ao conhecimento geral

Gaston Bachelard (1996), ao desenvolver sua filosofia da ciência, onde argumenta que o progresso do conhecimento não é linear, mas sim repleto de descontinuidades e rupturas, identificou o que ele denominou “obstáculos epistemológicos”: barreiras inerentes ao próprio processo de aquisição de conhecimento, que podem surgir a partir de preconceitos, preconceitos culturais, linguísticos, ou mesmo das limitações do próprio método científico utilizado. São hábitos intelectuais incrustados no conhecimento não questionado e que bloqueiam o processo de construção de novos saberes (Bachelard, 1996).

O autor recomenda substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, pois só assim o espírito científico terá condições para evoluir. A aprendizagem de novos ideários só pode acontecer a partir da desconstrução de um conhecimento anterior, que por si se torna uma barreira que impede ou dificulta o progresso do conhecimento científico (Bachelard, 1996, p.24).

O “obstáculo” não está no objetivo, mas na atitude mental do sujeito. Não é a resistência da natureza, nem dos aspectos econômicos ou da fragilidade do pensamento humano que causam estagnação ou até mesmo regressão no próprio interior do ato de conhecer, mas sim uma série de imperativos funcionais, lentidões e conflitos próprios do indivíduo. Assim, o obstáculo não pode ter uma conotação negativa, como a ideia de dificuldade, de força oposta, de contra-mão, entrave ou limitação (Bachelard, 1996).

Bachelard deixa evidente que a ciência avança superando obstáculos, suscitando novas hipóteses e questionamentos. Aquilo que cremos saber ofusca o que deveríamos saber. Por isso, a condição básica para se buscar novas compreensões ou a verdade objetiva, é deixar de lado experiências e hábitos de pensamento que sempre foram utilizados, típicos do

espírito pré-científico. Crenças arraigadas, concepções prévias ou preconceitos, representam barreiras ao progresso científico (Bachelard, 1996, p. 18).

Em seu livro “A Formação do Espírito Científico”, Bachelard (1996) especifica as principais dificuldades psicológicas que impedem a apropriação adequada do conhecimento objetivo. Cada um dos obstáculos tem a capacidade de cancelar perguntas, de impedir ou suscitar curiosidades e mudanças:

a) Obstáculo da experiência primeira: tendência de considerar as experiências ou percepções iniciais como verdadeiras ou definitivas, sem submetê-las a um processo crítico de análise e revisão, colocando a experiência subjetiva ou o senso comum acima do rigor científico e da razão experimental.

b) Obstáculo formalista: tendência de se fixar em formas, modelos ou estruturas predefinidas ao tentar entender fenômenos ou desenvolver teorias científicas. Recorre ao uso de generalizações, sujeitas a subjetividades e distorções que acabam por imobilizar o pensamento, desconsiderando a necessidade de perguntas, de debate, de visão crítica.

c) Obstáculo verbal: refere-se à influência das palavras e conceitos preconcebidos em nosso pensamento, que podem distorcer ou limitar nossa compreensão do mundo. Palavras ou conceitos são usados de maneira imprecisa ou inadequada, especialmente quando se faz uma associação entre realidades concretas e abstratas. Isso pode ocorrer por meio de analogias, metáforas ou expressões populares, criando uma sensação de entendimento que, na verdade, é ilusório e superficial

d) Obstáculo substancialista: tendência de atribuir múltiplas qualidades ou características a uma única substância ou entidade [tanto a qualidade superficial como a qualidade profunda, tanto a qualidade manifesta como a qualidade oculta], sem a devida análise crítica ou investigação detalhada. Esse tipo de obstáculo pode levar a explicações superficiais, imprecisas ou até contraditórias da realidade.

e) Obstáculo animista: quando se atribui características humanas, por metáforas e analogias a substâncias ou fenômeno inanimados para facilitar o aprendizado ou para melhor operacionalizar conceitos. É um caminho semelhante ao espírito pré-científico, que dissocia a imaginação da realidade.

Andrade (2004), diante das constatações de Bachelard e do espírito científico, ressalta a necessidade do despertar de um sentimento de superação, de transposição de limites. entende que esta atitude se afiniza com a própria natureza humana que vive em constante evolução, por ser inacabada, assim como o conhecimento, devendo sofrer alterações sempre que se vislumbra possibilidades de aperfeiçoamento.

1.2.1 Superação de obstacularidades relacionadas ao conceito de democracia

Um conceito concluso de "democracia" se encaixaria – a nosso ver - nas limitações apresentadas por Bachelard, principalmente naquelas referentes aos obstáculos “formalista”, “verbal” e “experiência primeira”, que sugerem a existência de concepções preestabelecidas e modelos teóricos que limitam a capacidade de apreender a realidade.

No caso da experiência primeira, pode ocorrer que as pessoa se fixem em concepções políticas estereotipadas e preconceitos em relação a grupos ou partidos específicos, permanecendo presos a ideologias e resistente a mudanças. Por exemplo, uma pessoa que tenha forte preferência por um determinado partido político ou ideologia: essa preferência pode levá-la a consumir notícias, informações e análises apenas de fontes que apoiem essa ideologia, excluindo outras fontes que possam apresentar pontos de vista divergentes ou questionar sua visão do mundo. Como resultado, a pessoa reforça continuamente suas crenças, criando uma "bolha" informativa em que apenas ideias que confirmem suas opiniões são consideradas válidas, gerando inclusive polarizações.

Igualmente restritivo à compreensão da democracia é a obstacularidade “formalista”, que pode levar o indivíduo a limitar sua compreensão do funcionamento da democracia apenas às suas estruturas formais, ignorando aspectos mais amplos e significativos do sistema democrático. Por exemplo, uma pessoa que entende a democracia apenas como um sistema de votação, onde a maioria das pessoas decide e o resultado é automaticamente justo e representativo. Uma visão puramente formal e normativa que ignora outros aspectos fundamentais como participação cívica, Direitos humanos e liberdades, instituições independentes, pluralismo político.

A aplicação da obstacularidade “verbal” tem a ver com a limitação da linguagem em capturar adequadamente a complexidade da realidade e, conseqüentemente, provocar um estiramento conceitual, numa tentativa de transferir para outras situações, com peculiaridades próprias, imagens ou ideias anteriores. Utilizar por exemplo a expressão “voz do povo” para expressar a democracia pode obscurecer a compreensão precisa dos processos democráticos e suas relações, não sendo possível detectar seu domínio primário, perdendo-se a capacidade denotativa (Bachelard, 1996). Um outro termo muito utilizado e que pode levar a mal-entendidos sobre o que é democracia e como ela deve funcionar é o termo “liberdade de expressão”. Para algumas pessoas, liberdade pode significar ausência de restrições governamentais, permitindo que indivíduos façam o que quiserem. Para outras, pode significar a presença de condições que permitem a todos ter oportunidades iguais e equidade.

Isso tudo reforça o fato de que a democracia é, por si só, complexa e dinâmica, envolvendo uma variedade de elementos e abordagens que podem variar ao longo do tempo e em diferentes contextos culturais e políticos. Mostra que ela possui variáveis que podem ser enfatizadas em um determinado contexto e não em outro; que seu significado pode abranger transformações econômicas, sociais e políticas relacionadas a um período e perder sua utilidade em outros.

Por este motivo, passamos a apresentar autores que tomamos a liberdade de denominá-los, no primeiro bloco, como “teóricos procedimentais e normativos da democracia” [Schumpeter, Dahl e Bobbio], porque focam em como as democracias funcionam através de regras, processos e instituições formais, e, no segundo bloco, como “teóricos da condição dinâmica da democracia” [Arendt, Sartori, O'Donnell, Mouffe e Morlino], porque focam suas análises em como a democracia se manifesta, se desenvolve e se transforma nas sociedades. Esta configuração, em dois blocos, é meramente didática; na realidade, essas abordagens se fundem e se complementam em torno da ideia de democracia e da superação de obstáculos epistemológicos ao seu real conhecimento.

1.2.2 Teóricos procedimentais da democracia: Schumpeter, Dahl e Bobbio

Como aplicabilidade da superação destes obstáculos epistemológicos ao real conhecimento da democracia, trazemos a aproximação [à noção de democracia] realizada por Joseph Schumpeter, Robert Dahl, e Norbert Bobbio. Estes autores, ao invés de se preocuparem em fornecer uma definição única, conclusa e atemporal, se concentram em elementos e características, destacando diferentes aspectos do seu funcionamento. Não a encerram em “um ser em si”, como uma essência, mas a constroem no dinamismo típico do que é real, sugerindo algo em movimento, em transformação. Assim, Schumpeter(1961) se concentra no processo eleitoral, destacando a competição e a escolha dos governantes; Dahl (1997) a concebe como poliarquia; Bobbio (2009), por sua vez, enfatiza procedimentos e as regras que governam o processo democrático.

1.2.2.1 O método democrático de Joseph Schumpeter

Joseph Schumpeter vê a democracia como um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, por meio da eleição de indivíduos que buscam realizar a vontade do povo. Para ele, a saúde da democracia passa pela competição e também pela existência de partidos políticos como os principais atores (Schumpeter, 1961).

Desse modo, a democracia é tida como um método para selecionar políticos através da competição eleitoral e sua característica fundamental é ser representativa. Isso requer eleições periódicas, que proporcionem oportunidades de escolhas de representantes, essenciais para a seleção de líderes políticos e para a avaliação das suas propostas. O sistema democrático gira em torno do poder, da luta pela liderança política. O voto, nestas circunstâncias, é a forma do cidadão exercer influência nas eleições, promover a troca de ideias, o debate político, a crítica pública e a liberdade de expressão (Schumpeter, 1961).

No entanto, o papel do eleitorado é secundário e os políticos profissionais, a elite, são os que de fato fazem a política. A única função do povo é de formar o governo. Disso deriva, inclusive, um paradoxo vez que o povo delega o poder aos parlamentares para que os represente, dada a impossibilidade da maioria decidir sobre todas as questões (Schumpeter, 1961, p. 308-9).

O realismo democrático Schumpeteriano, longe de estar associado às ideias clássicas de soberania popular, assemelha-se a um “mercado político” no qual os candidatos oferecem vantagens ao público na forma de bens e/ou serviços e, em troca, esperam o voto dos eleitores. Não se trata de uma concorrência perfeita, mas, sim, tal como no mercado econômico, de uma concorrência imperfeita ou oligopólica, em que elites ou oligarquias políticas competem entre si pelo poder (Amantino, 1998).

A nosso ver, na ênfase dada ao método de escolha de governantes [que exige inovações políticas], baseado na competição entre diferentes candidatos e partidos [destacando o pluralismo e disputando o apoio dos eleitores], residem aspectos da superação dos obstáculos epistemológicos ao conhecimento da democracia: escolhas racionais, contextualizadas, o que por si exige conhecimento tanto dos candidatos quanto dos partidos, além de abertura para novos cenários e propostas. Doutro modo, o foco em procedimentos evita ideais ambíguos, utópicos ou romantizados.

A abertura para novos cenários e novas propostas políticas é característica marcante também na poliarquia de R. Dahl. Seus critérios, como veremos a seguir, podem criar um ambiente que favoreça a superação de obstáculos à compreensão e ao conhecimento da democracia, vez que contribui como incentivo à diversidade, à contestação e à revisão contínua das ideias.

1.2.2.2 A poliarquia de Robert Dahl

Etimologicamente, o termo “poliarquia” significa “*poli*” (muitos) e “*arkhē*” (governo, autoridade), sugerindo uma forma de governo ou sistema político no qual o poder é

exercido por muitos ou por uma pluralidade de atores políticos. Indica o grau máximo que pode ser alcançado no processo de democratização e que as democracias reais estão sujeitas a limitações e desafios (Dahl, 1997).

Robert Dahl prefere utilizar o termo “poliarquia” em vez de “democracia”. Para ele, o termo democracia é frequentemente usado de maneira ampla e imprecisa, sem uma definição clara. A poliarquia, ao invés, é descrita como um conjunto específico de características políticas e institucionais que ele considera essenciais para uma verdadeira democracia. Destaca-se, neste conjunto, a responsividade do governo, que responde com políticas públicas às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais. Isso requer três condições: 1) a oportunidade de formular preferências; 2) a oportunidade de expressar suas preferências; 3) a oportunidade de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta de um governo. Para que essas três condições sejam satisfeitas, há 8 garantias que devem ser fornecidas pelas instituições da sociedade (Dahl, 2012):

- 1- Liberdade de associação: os cidadãos devem ter o direito de formar e participar de organizações políticas e grupos de interesse livremente, sem interferência ou repressão.
- 2- Liberdade de expressão: os cidadãos devem ter liberdade de expressar suas opiniões, ideias e críticas em relação ao governo, sem medo de retaliação.
- 3- Acesso à participação: os cidadãos devem ter a oportunidade de participar ativamente no processo político, seja através de eleições, referendos ou outros mecanismos participativos.
- 4- Instituições competitivas: a existência de instituições políticas competitivas, como partidos políticos e órgãos legislativos, é crucial para garantir que diferentes visões e propostas possam ser debatidas e consideradas.
- 5- Sufrágio universal: todos os cidadãos adultos devem ter o direito de votar e participar do processo político, independentemente de sua raça, gênero, religião ou origem social.
- 6- Eleições livres e justas: as eleições devem ser realizadas de forma livre, justa e regular, garantindo a participação igualitária de todos os cidadãos e a contagem precisa dos votos.
- 7- Acesso a fontes alternativas de informação: que os cidadãos têm o direito de buscar e receber informações de fontes diversas e independentes.
- 8- Direito a disputar cargos públicos: que todos os cidadãos elegíveis devem ter oportunidade de competir por cargos políticos e públicos

Esse conjunto de garantias é sintetizado em duas dimensões que representam uma característica processual da democracia: a contestação pública e direito de participação. A contestação, como grau de liberdade conferido às oposições, é o principal instrumento para que se investigue acerca da efetividade das “poliarquias”. Quanto à participação, sua existência pressupõe condições como liberdade para formular, expressar preferências e ter essas preferências consideradas pelos governos (Dahl, 1997).

Nestes termos, Dahl entende que uma democracia ideal é inatingível, não há uma democracia pronta, nem tão pouco um conceito cabal que abarque todos os seus sentidos, mas sim, há uma progressiva ampliação da competição e da participação política que se efetiva na medida em que são garantidas as condições das preferências. Assim, o que se tem é a incorporação de princípios e práticas democráticas essenciais (Dahl, 1997).

Tendo em conta estas caracterizações de R. Dahl, podemos dizer que uma medição acerca da qualidade da democracia necessariamente passa pela análise da extensão da participação cidadã, incluindo a participação eleitoral, o engajamento em organizações da sociedade civil e o acesso igualitário nas tomadas de decisões. Há que se observar a qualidade das liberdades civis, desde a liberdade de expressão, de associação e religiosa. Evidentemente, essa qualidade também passa pela avaliação acerca do controle do governo pelo povo, o que equivale à responsividade dos governantes, ou seja, pela mensuração de indicadores relacionados à prestação de contas do governo, à separação dos poderes, à independência do judiciário e à responsividade do governante.

A nosso ver, a teoria poliárquica contribui para superar obstáculos epistemológicos ao conhecimento da democracia, destacando a importância da pluralidade de grupos e interesses na arena política e fomentando a competição e a diversidade de perspectivas. Ao destacar a necessidade de múltiplas vozes e ampla participação, Dahl cria uma estrutura que promove um entendimento mais abrangente da democracia. O autor, também, dá à democracia um caráter processual-contínuo, o que ajuda a mitigar experiências iniciais que poderiam induzir a percepções estáticas ou inalteráveis sobre como uma democracia deve funcionar. A flexibilidade sugerida envolve aspectos institucionais, o que evita uma visão estreita ou rígida do seu funcionamento.

Aspectos defendidos por Dahl encontram ressonância também em Norberto Bobbio, principalmente quando se trata da questão da responsividade e as garantias institucionais. A responsividade do governo pode ser vista como uma aplicação prática do procedimentalismo democrático. Isto nos motiva a apresentar “regras do jogo” que, como

veremos a seguir, é simples: um governo responsivo deve seguir os procedimentos democráticos para garantir que o cidadão seja atendido em suas preferências.

1.2.2.3 O procedimentalismo de Norberto Bobbio

Para a compreensão e funcionamento da democracia, a ênfase de Norberto Bobbio está na questão procedimental, ou seja, nas regras e procedimentos que necessitam ser observados corretamente. Deriva daí uma noção de democracia entendida como “um conjunto de regras e procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados” (Bobbio, 2009, p. 22). Os procedimentos, nesse caso, referem-se à observância de todas as etapas e requisitos necessários à validação das normas ou regras aprovadas.

As regras do jogo constituem condição da própria democracia, contando que sejam claras e, acima de tudo, sejam marcadas pela eficácia e legitimidade. Para Norberto Bobbio, a democracia se torna aplicável e mensurável por meio de procedimentos específicos, tais como:

- 1) todos os cidadãos que alcançaram a maioria, sem distinção de raça, religião, condição econômica e sexo, devem desfrutar dos direitos políticos, ou seja, todos têm o direito de expressar sua própria opinião ou de escolher quem a exprima por eles;
- 2) o voto de todos os cidadãos deve ter o mesmo peso;
- 3) todas as pessoas que desfrutam de direitos políticos devem ser livres para poder votar de acordo com sua própria opinião, formada com a maior liberdade possível por meio de uma concorrência livre entre grupos políticos organizados, competindo entre si;
- 4) devem ser livres também no sentido de ter condições de escolher entre soluções diferentes, ou seja, entre partidos que têm programas diferentes e alternativos;
- 5) seja por eleições, seja por decisão coletiva, deve valer a regra da maioria numérica, no sentido de considerar o candidato eleito ou considerar válida a decisão obtida pelo maior número de votos;
- 6) nenhuma decisão tomada pela maioria deve limitar os direitos da minoria, particularmente, o direito de se tornar, por sua vez, maioria em igualdade de condições (Bobbio, 2009, p. 63).

Todos os procedimentos se mostram igualmente importantes, porém, o fator “liberdade” merece destaque como fator *sine qua non* para a efetivação da democracia e o exercício da representatividade. A democracia deve assegurar a liberdade de expressão, de reunião e de livre associação, liberdade de locomoção, pluralidade de partidos, livre

concorrência entre os partidos, eleições periódicas e sufrágio universal, livre debate de ideias, publicidade do processo decisório e do conteúdo das decisões (Bobbio, 2009).

Como coroamento da observância das regras do jogo, deve-se dar particular centralidade à Constituição do país, como norma superior e pressuposto do ordenamento jurídico de modo que seja único, coerente e completo, capaz de superar todas as antinomias e lacunas verificáveis, sem perder autonomia. Como tal, a Constituição possui caráter de determinação e regulação de todas as demais leis (Bobbio, 2016).

Esta noção de democracia interessa à superação de obstáculos epistemológicos desde o momento em que defende ser impossível a perfeita observância dos procedimentos, pois é próprio da democracia a imperfeição governamental porque é realizada por seres humanos com suas limitações e imperfeições. Também porque, segundo o autor, é impossível alcançar consensos e unanimidades em sociedades caracterizadas por uma grande diversidade de interesses, crenças e valores. Daí, a inconveniência de se verbalizar conceitos conclusos.

Uma conclusão à qual podemos chegar a partir de uma síntese do pensamento de Schumpeter, Dahl e Bobbio acerca da democracia, é que sua formulação conceitual, idealista e generalizada, é incompatível com a superação dos obstáculos epistemológicos ao conhecimento apresentados por Bachelard. Democracia não é um estado final, mas um processo, uma realidade em constante evolução. Mais que um conceito, democracia se configura como observa Robert Dahl, “depende do que fazemos” (Dahl, 2001, p. 35). Este quadro teórico se vincula perfeitamente às condições apresentadas por Arendt, Sartori, Morlino, O’Donnell e Mouffe onde se apresenta de modo mais enfático à ideia de democracia relacionada a processos dinâmicos, em permanente ebulição.

1.2.3 Teóricos da condição dinâmica da democracia

A referência mais embrionária ao conceito de democracia vem da Grécia antiga, que a define como uma sistema político no qual os cidadãos tinham direito de participar diretamente nas decisões governamentais [governo ou poder do povo], opinando e votando nas assembleias. O termo aparece pela primeira vez em Heródoto e é usado para significar, traduzindo literalmente do grego, o poder (kratos) do povo (demos).

Embora esse conceito tenha sido um marco importante na história política, influenciando o pensamento político e filosófico, era restrito a uma parcela específica da população, excluindo mulheres, escravos e estrangeiros (Castro, 2018). Tratava-se de uma democracia direta, que não previa eleições para representante.

Tal concepção apresenta pelo menos 3 limitações imediatas: 1) de ser elitista, sendo aplicado tão somente ao reduzido contexto social da sociedade ateniense; 2) de ter a pretensão de ser um conceito conclusivo, 3) de ser uma estrutura que permitia à maioria, através do voto direto, impor suas vontades, mesmo que as decisões fossem injustas para as minorias.

Nestas condições a visão grega de democracia se submete a críticas como a de Sartori, que, num primeiro momento, até admite sua dimensão idealista ao afirmar que a democracia, na prática, não é a democracia como deveria ser, antes de tudo e acima de tudo, é um ideal. Sem uma tendência idealista, uma democracia não nasce, e se nasce, se desfaz rapidamente (Sartori, 1991, p. 119). O autor acentua, porém, que a democracia grega é impraticável em sociedades modernas, complexas e populosas, e carece de legitimidade por uma questão de representatividade. Ela é incompatível com a própria essência de uma democracia real, em constante movimento, sujeita a evoluções, mudanças e adaptações exigidas pelo tempo e em diferentes contextos (Sartori, 1987).

Para Sartori, democracia é uma realidade que transcende uma definição restrita, e equivale a uma condição cultural, social e política que envolve uma série de instituições, valores e práticas que garantem a proteção dos direitos individuais, o Estado de direito, a separação de poderes e outros elementos essenciais para a preservação da liberdade e da igualdade. “Ela vai contra a corrente, contra as leis inerciais que governam os grupos humanos” (Sartori, 1991, p. 119).

A crítica de Sartori, acerca do reducionismo democrático na concepção grega, requer que sua aplicabilidade às sociedades modernas tenha a representatividade como um dos seus traços culturais mais relevantes. Os representantes, através da eleição, estão autorizados a plasmar a vontade popular em atos de governo por conta da incapacidade fática de que todos os membros da sociedade possam exercer diretamente o poder político. Democracia seria, nesse momento, um sistema político no qual os cidadãos têm direito de escolher seus líderes e delegar a eles a responsabilidade de tomar decisões em seu nome (Sartori, 1991).

Hannah Arendt, compartilha desta concepção representativa da democracia, reconhecendo sua legitimidade. Observa, porém, um profundo conflito: por um lado, o representante é espelho do povo e é submetido à vontade coletiva, sem possibilidade de decidir por conta própria; por outro, o representante recebe poderes conferidos pelo povo e exerce o seu mandato de forma livre e discricionária. Qualquer que seja a modalidade de representação, este mecanismo político acaba por desconfiar da capacidade política do

povo, que abdica da participação do poder ao não poder tomar parte das decisões políticas (Arendt, 2007).

O mal funcionamento da democracia representativa, especialmente em contextos onde as instituições democráticas são frágeis ou estão em processo de consolidação, como foi o caso de transições ocorridas dos regimes autoritários no leste europeu e, principalmente na América Latina, faz surgir um novo tipo de democracia, a delegativa, que conjuga práticas e instituições autoritárias com existência efetiva de direitos que caracterizam a democracia política (tais como eleições livres). São regimes híbridos, mas que podem ser qualificados de democráticos na medida em que a livre escolha de representantes obedece a regra da maioria. De tal modo, a democracia se define como um regime onde os mecanismos de voto e representação política existem, mas as instituições de *accountability* permanecem débeis, em um contexto de pouca participação popular e crescentes desigualdades econômicas (O'Donnell, 1994).

Quando Sartori (1991, p. 119) indica que “a democracia vai contra a corrente, contra as leis inerciais que governam os grupos humanos”, dá respaldo a novos modos de pensar a democracia, que não a define de modo estático e unívoco. É o caso da noção de uma “democracia agonística¹²”, de Chantal Mouffe. A autora, antes de tudo, critica à concepção grega de democracia acentuando a exclusão das mulheres, considerando ser aquele um mundo patriarcal, que limita a democracia à esfera masculina e promove a opressão das minorias.

Em Chantal Mouffe, a democracia é considerada um espaço público de conflito, debates, confrontos. É impossível, segundo a autora, em sociedades pluralistas, com diferentes identidades, interesses e visões de mundo, obter consensos políticos. Diante disso, importa pensar e valorizar democracia a partir da existência de conflitos e divergências, permitindo que diferentes posições e perspectivas políticas se confrontem em um espaço público aberto, onde os cidadãos podem debater e disputar ideias, realidades inerentes à política e que se traduzem em maior participação cívica e engajamento político. A autora considera que apenas quando se reconhece a dimensão do “político” é que se entende a “política”. Este exercício consiste em domesticar a hostilidade, o antagonismo que existe nas relações humanas (Mouffe, 2005, p. 19).

¹² A palavra "agonística" deriva de "*agon*", termo grego que se refere a uma competição ou conflito e, na reflexão sobre democracia, é utilizada por Chantal Mouffe para destacar a natureza de confronto, disputa e antagonismo inerente à política.

Entre outras noções modernas de democracia está a de Morlino (2015), que a define como uma realidade capaz de satisfazer as expectativas dos cidadãos em termos de qualidade de resultados, qualidade de conteúdo e qualidade de procedimentos. A qualidade de resultado diz respeito à missão que se atribuem aos governos. A qualidade de conteúdo se refere à garantia de direitos necessários para se alcançar interesses e preferências dos cidadãos. A qualidade de procedimentos, que se dá por meio de métodos ou procedimentos institucionais de escolha de governantes e de sua responsabilização. Destina-se a capacitar os cidadãos, a avaliar e julgar o desempenho de governos e de representantes autorizados a agir em seu nome por meio da representação política.

É a própria natureza inconclusa, mutável e inacabada da democracia (Mouffe, 2005), capaz de adequar-se a sociedades complexas com sua densidade demográfica, processos de produção, relações sociais e institucionais, burocracia, mobilidade social, estilos de vida e alto desenvolvimento tecnológico (Castro, 2018), que vai contra a corrente, que gera o dissenso, que a coloca numa perspectiva fenomenológica de um constante devir, de um “por se fazer” (Sartori, 1991).

Tabela 1
Conceito de democracia

EVOLUÇÃO EM TORNO DA IDEIA DE DEMOCRACIA		
TIPO DE DEMOCRACIA	DEFINIÇÃO	AUTORES E CORRENTES TEÓRICA
Democracia grega (elitista)	Sistema político no qual os cidadãos tinham o direito de participar diretamente nas decisões políticas do Estado, mais especificamente na cidade-estado de Atenas. Os cidadãos (geralmente homens livres e adultos) tinham o direito de votar em questões importantes, propor leis e ocupar cargos públicos.	Corrente teórica da democracia direta [IV e V a.C.]. Autores: Heródoto, Péricles, Sólon, dentre outros.
Democracia Representativa	Sistema político no qual os cidadãos elegem representantes para agir em seu nome e tomar decisões em questões políticas em seu lugar.	Corrente teórica do liberalismo político. [XVIII aos dias atuais]. Autores: Schumpeter, Dahl, Przeworski, dentre outros.

Democracia delegativa	Tipo específico de sistema político encontrado em alguns países da América Latina caracterizada por uma concentração de poder nas mãos do presidente ou líder eleito, que é "delegado" pelos eleitores para tomar decisões políticas em seu nome. Caracteriza-se por uma baixa institucionalização e fragilidade das instituições democráticas, resultando em um governo personalista e instável.	Teorias políticas e democráticas latino-americanas. Predominância nas décadas de 1980-1990. Principais autores: Philippe C. Schmitter e Guillermo O'Donnell.
Democracia agonística	Uma abordagem democrática que reconhece o conflito como parte essencial da vida política e o promove como meio de aprofundar o engajamento cívico e a participação democrática.	Corrente teórica do pós-estruturalismo e teoria política contemporânea. Final do séc. XX aos dias atuais. Atores: Chantal Mouffe, Ernesto Lacraú, dentre outros

Elaboração própria com base em autores (supracitados) da teoria política.

A evolução em torno da ideia de democracia comprova sua natureza inconclusa e ressalta a importância de referenciar-se a ela a partir de elementos característicos e valores, ao invés de um conceito fechado, sob pena de expor-se aos obstáculos epistemológicos ao seu real conhecimento. Diante da democracia, deve-se ter uma atitude marcada pela crítica, reflexão, abertura e investigação constante (O'Donnell, 1999).

Nisto se fixa uma importante estratégia analítica desta investigação: adotar uma abordagem empírica, observando o processo político a partir dos dados concretos de um governo ainda em curso, o que permite valorar a democracia real e de fato. Esse processo exige que se busque compreender percepções sobre a qualidade de democracia considerando os fatores diversos que as influenciam. Mas, iniciemos por pensar sobre percepções, em si: o que são percepções sobre qualidade da democracia?

1.3 Percepção sobre a qualidade da democracia

O estudo de qualquer fenômeno social é resultado de dois processos combinados: o empirista e o intelectualista. A combinação desses dois processos é de fundamental importância para uma análise equilibrada e abrangente de fenômenos sociais. Enquanto o empirismo garante que as conclusões estejam ancoradas na realidade observável, o intelectualismo oferece a capacidade de conectar esses dados a uma teia mais ampla de significados (Tossato, 2010).

Isto significa a aplicação da empiria à progressão do conhecimento intelectual, pois o conhecimento científico progride pela substituição de teorias, sendo que o critério de substituição é dado pelo caráter de teste de teorias. O método científico não deve buscar confirmar teorias, mas sim tentar refutá-las. Destacando, assim, a importância da empiria na progressão do conhecimento científico. Em outras palavras, as teorias que suportarem os testes empíricos devem ser aceitas, até que sejam refutadas por futuros testes empíricos, substituídas por outras, num progresso ininterrupto (Popper, *apud* Tossato, 2010, p. 26).

Isso supõe, antes de tudo, a ideia de que o ser humano seja capaz de estabelecer compreensões do mundo ao seu redor a partir de informações sensoriais como ver, ouvir, cheirar, saborear, tocar. Esse é um nível elementar de percepções, ligado à abordagem empirista, que defende que todas as ideias e conhecimentos derivam dos dados sensoriais recebidos pelos sentidos. Nessa perspectiva, o sujeito é passivo, deixando-se determinar pelo objeto (Locke, *apud* Viana & Pereira, 2009).

Para o caso de percepções sobre a qualidade da democracia, o processo é mais complexo, não se limita às sensações empíricas, mas amplia-se para percepções cognitivas e emocionais, envolvendo conceitos abstratos, ideias, relacionamentos e situações sociais capazes de influenciar tomadas de decisões e interações com o mundo ao redor (Morlino, *apud* Maldonado, 2012, pp. 30-32). Trata-se de um processo perceptivo intelectualista em que ocorrem processos cognitivos ativos que organizam, interpretam e atribuem significados ao mundo ao redor, com a influência de fatores como conhecimento prévio, crenças, contextos. A percepção de qualidades de uma democracia, nesta perspectiva, corresponde a uma processo psicológico pelo qual o indivíduo ativo interpreta e dá significado ao contexto social e político (Kant, *apud* Viana & Pereira, 2009).

Em síntese, a aplicação da ideia de processo perceptivo inspirada em Popper e Kant¹³ à percepção de democracia remete, inicialmente, à sensação (estímulo proveniente da realidade sócio-política), que por sua vez é transmitida ao cérebro e processada (ação intelectual). O processamento da informação equivale a um segundo momento, onde ocorre a organização dos dados, a interpretação e atribuição de significado. Neste momento, tem-se a percepção (Machado, 2013).

Dado que a qualidade da democracia vai além das percepções elementares e inclui processos intelectuais mais complexos, é necessário equilibrar uma abordagem empirista e

¹³ Kant argumenta que o conhecimento não é simplesmente uma cópia direta do mundo externo, mas é moldado e organizado pela estrutura cognitiva inata da mente humana, destacando o papel ativo do sujeito cognoscente (Viana & Pereira, 2009).

intelectualista para compreendê-la plenamente. Aplicando essa lógica ao estudo da democracia, percebemos que a qualidade desse regime não pode ser determinada apenas por características observáveis, como eleições regulares ou instituições formais. Ela também precisa ser entendida por meio de uma lente mais abrangente, que considere fatores cognitivos e emocionais, além das crenças e valores que moldam o funcionamento democrático. Assim, surge uma questão fundamental: o que realmente significa "qualidade da democracia"? É apenas uma questão de conformidade com princípios e práticas democráticas ou envolve algo mais profundo, como a vivência e a percepção dos cidadãos em relação ao regime democrático?

1.3.1 O que é qualidade da democracia

A qualidade da democracia refere-se, especificamente, ao grau em que um regime democrático atende aos princípios e normas democráticas decorrentes da cidadania social e “denota, em cada país, o exercício efetivo dos direitos econômicos e sociais de acordo com a normativa constitucional e legal vigente (Miranda-Leibe & Garcia, 2011, p.199). Trata-se de uma condição *sine qua non* da democracia que diz respeito à capacidade de cumprir com o objetivo final, significando uma estrutura institucional estável que garanta a liberdade e a igualdade dos cidadãos através do funcionamento legítimo e correto de suas instituições e mecanismos (Grey, *et.al.*, pp.208-209)¹⁴.

Uma “boa democracia” representa, segundo Morlino (2015, p. 179) uma ordem institucional estável que, através de instituições e mecanismos funciona corretamente, realizando a liberdade e a igualdade dos cidadãos. Para melhor compreender esta afirmação aprofundamos a reflexões do autor acerca de 3 noções básicas:

1ª) Qualidade em relação aos procedimentos: um produto de “qualidade” é o resultado de processo exato, controlado e executado de acordo com método e tempo precisos e recorrentes. Os cidadãos de uma boa democracia devem poder controlar e avaliar o pleno

¹⁴ Grey, G., *et. al.*, (2011, pp.208-209) citam, no âmbito da cidadania social, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC) que prevê: **o direito ao Trabalho:** direito a uma vida digna (segurança, higiene, descanso) por meio de um trabalho livremente escolhido ou aceito; **o direito à Segurança Social e ao seguro social,** que implica a mais ampla proteção e assistência possível a todos os membros do núcleo familiar, especialmente mães, crianças e adolescentes; **o direito a um Nível de Vida adequado,** dispondo dos meios para satisfazer as necessidades básicas de toda pessoa e sua família (alimentação, vestuário e moradia, etc.); **o direito ao mais alto nível possível de Saúde Física e Mental e a um Meio Ambiente saudável** (com menção especial ao esforço para reduzir a mortalidade infantil, melhorar o meio ambiente, prevenir e acessar o tratamento de doenças; **o direito à Educação,** que implica o acesso a uma educação primária, secundária e terciária de qualidade e a implementação progressiva do ensino gratuito em todos os níveis; **o direito a participar na Vida Cultural,** definido em termos do desfrute dos benefícios do progresso científico e do desenvolvimento da cultura.

respeito às normas vigentes, o chamado Estado de Direito, sua aplicação eficiente, a eficácia na tomada de decisões, juntamente com a responsabilidade política pelas escolhas feitas pelos líderes eleitos também em relação às perguntas expressas pela sociedade civil.

2ª) Qualidade em relação ao conteúdo: consiste na consolidação e manutenção de características estruturais de um produto e seu bom funcionamento, superando o limiar mínimo (eleições, fontes diversificadas de informações, diferentes partidos políticos). Os seus cidadãos e também as associações e comunidades das quais fazem parte desfrutam em medida superior aos mínimos de liberdade e igualdade.

3ª) Qualidade em relação ao resultado: a qualidade de um produto ou serviço é indiretamente derivada da satisfação expressada pelo consumidor, por sua demanda repetida pelo mesmo produto ou serviço. Em termos de democracia, significa ser um regime amplamente legitimado e, portanto, estável, com o qual os cidadãos estão plenamente satisfeitos.

Uma democracia de qualidade, nestes termos, apresenta: a) uma estrutura institucional estável, com o apoio total da sociedade civil, que busca os valores de um regime democrático realizando a liberdade e a igualdade dos cidadãos por meio do funcionamento legítimo e correto de suas instituições e mecanismos, e que satisfaz seus cidadãos. Implica na capacidade do regime satisfazer expectativas dos cidadãos enquanto a missão que eles atribuem aos governos;

b) proporciona aos cidadãos a possibilidade de associações e comunidades, com direitos liberdade e igualdade, para que possam alcançar seus interesses e preferências;

c) permite ao cidadão checar e avaliar se o governo está buscando os objetivos de liberdade e igualdade de acordo com o Estado de Direito. Eles monitoram a eficiência da aplicação das leis em vigor, a eficácia das decisões tomadas pelo governo a responsabilidade e a accountability políticas das autoridades eleitas em relação às demandas expressadas na sociedade civil (Morlino, 2015, p. 178-179).

A qualidade implica, assim, numa estrutura institucional em evolução e expansão que garante a liberdade e a igualdade dos cidadãos através do funcionamento legítimo e correto de suas instituições e mecanismos (Miranda Leibe, 2020, p. 56). Em outras palavras, o conceito de qualidade da democracia considera como essencial a avaliação do grau de envolvimento dos cidadãos no processo político, incluindo a participação em eleições, engajamento em organizações políticas e sociais; a capacidade dos governantes de prestar contas aos cidadãos e de responder às suas necessidades; da existência de mecanismos que limitem o poder do governo e protejam os direitos individuais e coletivos dos cidadãos;

bem como a igualdade de oportunidades e à proteção dos direitos de minorias e grupos marginalizados na sociedade.

Tabela 2
Uma proposta de conceitualização da qualidade da democracia

CONCEITUALIZAÇÃO DA QUALIDADE DA DEMOCRACIA		
Procedimentalismo	Representatividade	Responsividade
Transparência das eleições e do processo eleitoral	Pluralidade e diversidade de opiniões e visões políticas representadas no governo	Capacidade do governo em responder às necessidades e demandas da população de forma eficaz e oportuna
Garantia do devido processo legal e do Estado de Direito	Acesso equitativo aos processos políticos para todos os grupos da sociedade	Implementação de políticas públicas que promovam o bem-estar e o desenvolvimento social, econômico e ambiental
Participação cidadã e engajamento político na tomada de decisões	Existência de mecanismos que garantam a participação efetiva de todos os cidadãos na tomada de decisões políticas	Mecanismos de consulta e participação pública na formulação e implementação de políticas governamentais
Integridade e imparcialidade das instituições eleitorais	Proporcionalidade na representação política, de forma a refletir a composição demográfica e social da população	Sensibilidade do governo às preocupações e interesses de diferentes grupos da sociedade, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade
Eficiência e eficácia do sistema legal e judicial	Respeito pelos direitos das minorias e proteção contra a discriminação e marginalização e defesa da diversidade	Transparência na tomada de decisões e na alocação de recursos públicos, permitindo o escrutínio público e a prestação de contas.
Proteção dos direitos das minorias e grupos marginalizados	Garantia da liberdade de expressão e do direito à manifestação pacífica	Implementação de mecanismos de controle e supervisão para evitar abusos de poder e corrupção
Independência e autonomia dos órgãos de controle e fiscalização	Promoção da igualdade de gênero e inclusão social	Promoção da educação cívica e do engajamento cívico para fortalecer a participação democrática e a representatividade
Proteção contra o abuso de poder e a corrupção institucional	Fortalecimento da sociedade civil e dos espaços de diálogo e debate público para ampliar a representatividade e a inclusão política	Garantia de acesso igualitário aos serviços públicos essenciais, como saúde, educação, moradia e transporte

fonte própria a partir das caracterizações de Schumpeter (1997), Dahl (1961), Bobbio (2007) Miranda-Leibe (2020), Morlino (2015).

As três dimensões apresentadas [tabela 2] abrigam importantes elementos que se relacionam à qualidade da democracia e que, por sua vez, se desdobram em múltiplos indicadores: 1) procedimentalismo, referente a elementos que dizem respeito à observância dos processos e procedimentos institucionais democráticos na governança; 2) representatividade, referente a elementos que respondem pela capacidade do sistema político de representar adequadamente a diversidade de interesses, opiniões e identidades presentes na sociedade; e 3) responsividade, que diz respeito a elementos que respondem pela capacidade do governo ou das instituições de responder efetivamente às necessidades, demandas e preocupações da população que governa. Estas dimensões se comunicam e se complementam. Tomemos, como exemplo, a interveniente COVID-19, explorada nesta investigação:

a) Como procedimentos: as medidas tomadas pelo governo e autoridades de saúde para controlar a propagação da doença, como implementação de políticas de distanciamento social, diretrizes de higiene, estratégias de vacinação, monitoramento de casos e comunicação eficaz com o público. A eficácia desses procedimentos pode ser avaliada em termos de sua prontidão, transparência, coordenação e conformidade com os princípios democráticos, como o respeito aos direitos individuais.

b) Como conteúdo: o impacto das políticas e medidas adotadas para lidar com a pandemia. Isso inclui a adequação das respostas governamentais, como a disponibilidade de recursos médicos e de saúde pública, a equidade no acesso aos cuidados de saúde, a proteção dos trabalhadores essenciais, o apoio econômico aos afetados e a consideração das necessidades das populações vulneráveis. O conteúdo das políticas pode ser avaliado em termos de sua eficácia na mitigação dos efeitos da pandemia, na proteção da saúde pública e na redução das disparidades sociais.

c) Como resultado: os aspectos relacionados ao número de casos e mortes, taxa de transmissão, capacidade do sistema de saúde de lidar com a demanda, o impacto econômico e social, e o progresso na contenção e erradicação da doença. Os resultados também podem incluir aspectos mais amplos, como mudanças na conscientização pública sobre saúde e segurança, confiança nas instituições governamentais e científicas, e o desenvolvimento de medidas de preparação para futuras crises de saúde. A avaliação dos resultados da pandemia envolve a análise dos efeitos das políticas e medidas adotadas, bem como a eficácia das respostas governamentais.

Estes aspectos procedimentais, representativos e responsivos da democracia são moldados pela interação de fatores estruturais, individuais e históricos, capazes de

influenciar percepções sobre seus diferentes indicadores. Enquanto os fatores estruturais fornecem a base sobre a qual as dimensões democráticas operam, os fatores individuais influenciam diretamente como essas dimensões são vivenciadas e implementadas na prática e, os fatores históricos moldam as narrativas e o contexto em que as percepções e as práticas democráticas se desenvolvem.

1.3.2 Fatores que afetam a percepção acerca da qualidade da democracia

Três fatores podem afetar de modo mais direto a percepção da qualidade da democracia: fatores estruturais, individuais e históricos. De modo geral, fatores estruturais se referem às instituições, processos e sistemas que compõem a estrutura democrática, incluindo elementos como a Constituição, o sistema eleitoral, a separação de poderes, o Estado de Direito e os direitos humanos. Fatores individuais se referem às características pessoais e experiências que moldam as percepções e atitudes dos cidadãos em relação à qualidade da democracia. Já os fatores históricos se relacionam a lembranças coletivas compartilhadas por um grupo ou sociedade sobre eventos passados. Estes fatores estão interconectados e se influenciam mutuamente.

1.3.2.1 Fatores estruturais

A qualidade da democracia pode ser percebida através do desempenho de vários elementos estruturais que a compõem, como as instituições políticas, o Estado de Direito, a participação cidadã e o desenvolvimento econômico, dentre outros. Estes elementos moldam e governam toda a vida política de uma sociedade, desempenhando papel fundamental na organização e funcionamento de todo o sistema político.

A instituições políticas abrangem a estrutura e funcionamento do sistema eleitoral, judiciário, executivo e legislativo. Especificamente dizem respeito ao Governo, ao Parlamento ou Congresso, ao Judiciário, aos Partidos Políticos, às Eleições e à Constituição Federal. A lógica que se estabelece é que se estas instituições são percebidas como transparentes, eficazes e responsivas, tendem a gerar percepções positivas. Neste contexto a corrupção desempenha papel negativo, podendo erodir a confiança nas instituições e minar a legitimidade do sistema (Baquero, Castro & Ranincheski, 2016).

Nesta estruturação, o Estado de Direito constitui princípio essencial para o funcionamento de sociedades democráticas e civilizadas. Este princípio estabelece um quadro legal que protege os direitos individuais, promove estabilidade política e econômica, e cria um ambiente de confiança na atuação legal das instituições

governamentais, de maneira previsível e consistente, contribuindo para uma percepção positiva de uma democracia justa e equitativa (Silva, 1988).

A representatividade é um outro componente estrutural importante para a qualidade da democracia que implica na inclusão de diversos grupos sociais, representando as diversas vozes sociais; na efetividade de políticas públicas que atendam as necessidades da população; redução das desigualdades e consequente legitimidade das instituições. Há o devido cuidado para que não se incorra no erro de uma cidadania passiva, situação em que se espera que o governo resolva todos os problemas e garanta todos os direitos. Esta variável supõe uma cidadania ativa, em que os cidadãos se envolvem, se sentindo parte integrante do processo político e decisório (Benevides, 1994).

Ao lado destes, um outro fator estrutural frequentemente associado à sua eficácia de um governo é o desenvolvimento econômico. Níveis crescentes de desenvolvimento econômico permitem padrões culturais cada vez mais partidários da democracia. Esse desenvolvimento torna os públicos mais propensos à democracia e mais capazes de alcançá-la porque, uma vez satisfeitas suas necessidades mais imediatas de sobrevivência, passam a demandar o reconhecimento de suas identidades e seus valores culturais (Inglehart, 2002).

A qualidade da democracia pode estar relacionada a muitos outros fatores estruturais, como, por exemplo, rumores sobre fraude eleitoral, que geram uma avaliação negativa do desempenho da democracia, potencialmente incentivando atos de insurreição contra o próprio regime democrático, como ocorreu com o pessimismo americano em relação ao futuro da democracia um ano após o ataque ao Capitólio (Rose e Baker, 2022); a maneira como os processos eleitorais são conduzidos, em termos de eficiência (Hill 1994); a tomada de decisões que leve em conta as preferências (Nobre, 2003); a qualidade do ambiente político, se é estável, polarizado, conflituoso (Fachin & Machado, 2018; Emiliano, 2019), mudanças climáticas e meio ambiente (Estatuto da Juventude, 2013).

1.3.2.2 Fatores individuais

Trata-se de um nível de percepção de democracia influenciado por fatores pessoais, do “sentir na própria pele”, de viver a experiência. Neste nível ocupa lugar de relevância o nível educacional, a idade, o gênero, a orientação política, a renda ou classe social, a mídia, a cultura e valores, o próprio grupo social, dentre outros. Sob todos os aspectos este nível de influência corresponde à proteção e ampliação de direitos como o acesso a recursos

educacionais, a variadas fontes de informação, à qualidade de vida, à transparência das instituições e às oportunidades (Norris, 2013).

Pelo fato desses fatores individuais estarem estreitamente relacionados a experiências pessoais, valores culturais, nível de educação, influência dos pares e participação mais direta no sistema e eventos políticos, eles se tornam o ambiente no qual as percepções políticas são mais facilmente percebidas ou expressas. A vivência cotidiana e participação cidadã se apresentam como componente vitais da experiência humana, na formação de atitudes política (Dahl, 1997; Norris, 2013; Biroli, 2018).

Cabe destacar, neste âmbito, os direitos civis [que asseguram liberdades individuais], direitos políticos [que garantem participação no exercício do poder político], direitos sociais [que asseguram o acesso a um mínimo de bem-estar material], realidades que podem ser sintetizadas e que se traduzem em cidadania e participação (Amorim, 2007).

Importa destacar o nível de envolvimento e participação cívica, pois um maior envolvimento, como votar, participar de protestos ou candidatar-se a cargos públicos, pode conduzir a uma visão mais positiva da democracia. Neste âmbito - dos direitos individuais e civis - a juventude mostra-se bastante sensível à questão da liberdade de expressão, que diz respeito ao modo de externar suas subjetividades; a questão das desigualdades sociais, que desencadeiam a interseccionalidade entre diferentes formas de opressão, discriminação e desvantagem social, envolvendo gênero, etnias, cor e classe econômica. Fatores como desemprego¹⁵, fome e violência podem ser sentidos na própria pele. Afetam diretamente as perspectivas de futuro e participação na sociedade (Crenshaw, 2002).

Transversal a essa realidade estão as mídias digitais, que desempenham um papel fundamental na disseminação de informações, proporcionando amplo acesso a dados governamentais e questões políticas. Esse fenômeno tem impulsionado mobilizações coletivas, promovido debates públicos e aumentado a transparência das ações governamentais (Simões & Campos, 2016).

Este nível influências guarda uma estreita vinculação com a unidade de observação desta investigação [jovens integrantes de grupos sociais] dado ao fato de que o processo de percepção de democracia pressupõe a influência do contexto social e político (Moisés, 2005) e isto requer que se considere a influência do grupo social sobre o indivíduo.

¹⁵ Quando relacionado às políticas econômicas e sociais do país, o desemprego está para um fator estrutural. Porém, pode ser compreendido em nível individual e que afeta a percepção sobre a qualidade da democracia o fato de uma pessoa sentir-se, ou não, inserida no sistema econômico, recebendo um estipêndio por desempenhar uma função profissional.

Ocorre que na interação do indivíduo com o grupo social são internalizados significados atribuídos pelos outros membros e aprende-se a interpretar o mundo de acordo com esses significados. Buscam-se atitudes e comportamentos que o identifique e o conforme às crenças, objetivos e normas do próprio grupo, buscando com isto obter aprovação e aceitação. Nisto se dá uma compreensão compartilhada da realidade, moldando suas percepções de eventos e situações semelhantes (Pichon-Riviére, *apud* Pereira, 2013).

Fatores individuais impactam particularmente a juventude quando se trata de colocar em questão sua formação e seu futuro, a educação, a afirmação da própria identidade, seu engajamento e participação política, a questão econômica e emprego. Não obstante se deva considerar, para um impacto maior ou menor, a diversidade possível de experiências de vida, estágios de desenvolvimento, expectativas, situação econômica (Okado, 2013, p. 39).

O raciocínio que se estabelece é: se o jovem se sente incluído e tem oportunidades significativas de contribuir e participar, isso pode impactar positivamente a sua visão sobre a qualidade da democracia (Simões & Campos, 2016). Essa afirmação o torna sujeito social, promovendo uma cidadania ativa. Isso implica, para a juventude, oportunidades econômicas, como acesso ao emprego e à educação de qualidade, bem como políticas públicas que atendam às suas necessidades e aspirações. Assim, ela se sente empoderada e motivada para o debate construtivo contra a discriminação, abuso de poder e desigualdade (Carrano, 2013).

Tão importantes quanto fatores estruturais e individuais, que influenciam o modo como a juventude percebe a qualidade da democracia, são os fatores históricos. Dada a singularidade com que tais fatores podem impactar a juventude, é razoável buscar entender como a memória coletiva e as estruturas sociais, que resultam muitas vezes de uma história de lutas, experiências e conquistas que atravessam gerações, moldam as percepções individuais e coletivas da realidade social no presente (Bourdieu, 1979).

1.3.2.3 Fatores históricos

O desenvolvimento deste tópico busca colocar foco no “modo juventude” de viver a política. Para isso, se utiliza de dois importantes pressupostos: o primeiro, de que existe uma relação intrínseca entre política e democracia, sendo a política o mecanismo pelo qual a democracia se manifesta e funciona. O segundo, de que a “memória social” permite que experiências políticas do passado podem influenciar percepções no presente.

O modo como se percebe o funcionamento das instituições democráticas, dos processos políticos e participação cívica, pode ser melhor compreendido quando se leva em conta a “Memória Social”, resgatando experiências passadas que moldam e influenciam estas percepções (Bourdieu, *apud* Lifschitz, 2012). Sob este prisma buscamos compreender a relação entre juventude e política, suas crises de representação e desencantamento, a partir da experiência histórica de um modelo de organização política institucionalizada, com raízes na racionalidade moderna.

Esta racionalidade, típica do Estado moderno, é caracterizada por organizações e instituições moldadas por procedimentos racionais, burocráticos, impessoais e desprovidos de emoção. Isto significou o domínio da racionalidade técnica e decisões políticas tomadas por especialistas levando a uma desconexão entre indivíduo e sistema político (Weber, 1999).

O sistema ou estrutura política, neste contexto, representou uma “gaiola de ferro¹⁶”, cuja crença na racionalidade levou a relações tecnológicas e econômicas organizadas no modelo de produção capitalista, baseada na estrutura social hierárquica, na divisão social do trabalho, na ordem jurídica e em processos burocráticos nos quais o cumprimento das leis era o mais importante (Mazzetto, 2016).

Porém, esta crença do Estado Moderno na razão e seu ideal de organizar a sociedade de forma justa e igualitária tornou-se um projeto falido diante dos terríveis acontecimentos que viriam ocorrer: as duas grandes guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), os regimes totalitários e tirânicos (o nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália), a ascensão e a queda do regime soviético e ações terroristas¹⁷. Na sequência destes acontecimentos, surgiram crises nacionais que abalaram a crença na política do Estado-nação” (Shinn, 2008, p. 50).

Por consequência, o mito do progresso da humanidade baseado na racionalidade, é colocado em dúvida (Maffesoli, 2003) e neste momento se configura uma das principais razões da falta de interesse da juventude pela política institucionalizada: o fracasso da regime político por não resolver a questão das desigualdades deixada pelos regimes ditatoriais (Ribeiro, 2004).

¹⁶ A expressão foi utilizada por Max Weber (1999) para referir-se ao domínio da racionalidade na organização do Estado Moderno, com regras e procedimentos hierarquizados e rigorosos no âmbito da administração pública, na família, na igreja, nas empresas.

¹⁷ Outras realidades, típicas deste contexto racionalizado da política, era a burocracia estatal caracterizada por uma estrutura hierárquica, organizada por níveis de autoridades, com responsabilidades e deveres claramente definidos, divisão especializada do trabalho para o funcionalismo público. Os procedimentos eram baseados em regras formais, uniformes e imparciais, com ênfase na impessoalidade. Buscava-se a eficiência por meio do uso de métodos científicos e técnicos de gestão, incluindo procedimentos padronizados, auto grau de controle e disciplina, supervisão e avaliações sistemáticas (Matos & Lima, 2008).

A juventude contemporânea se percebe herdeira dessa estrutura política técnica, burocrática e ineficiente com a qual não se identifica. Além disso, não é percebida por ela como um "bem de consumo". Para tanto, a política precisaria esvaziar-se de sua racionalidade e ser juvenilizada (Harvey, 1992). Seria necessário "customizar-se, ajustar-se aos seus desejos e estilos de vida, criando espaço para o consumo, o prazer, o ócio, o lúdico, o lazer" (Mazzeto, 2016, p. 35).

A "memória social", referindo-se à maneira como a sociedade recorda e lida com eventos passados significativos (Bourdieu, citado em Lifschitz, 2012), é fundamental para compreender o comportamento da juventude ao migrar da política institucionalizada para uma expressividade no campo do "político". Nesse novo cenário, Norberto Bobbio (2009) destaca a distinção que política é a atividade humana realizada no interior do Estado, enquanto o político é o comportamento de quem participa dessa atividade.

Se antes, sindicatos, partidos políticos e outras associações profissionais representavam os interesses e ideologias da sociedade, estabelecendo consensos por meio de grandes narrativas e discursos, agora, a juventude passa a se expressar por meio dos "Novos Movimentos Sociais", como evidenciado pela "Primavera Árabe" e o "Occupy Wallstreet". Estes movimentos, ocorridos em 2010 e 2011, respectivamente, expressam descontentamento com regimes autoritários, insatisfação econômica e demandas por reformas políticas.

Eventos mais recentes, a partir de 2020, incluem o "Movimento *Black Lives Matter*", que busca sensibilizar sobre questões de injustiça racial e brutalidade policial, ativismo ambiental como o "*Fridays for Future*", e diversos ativismos nas redes sociais, como a "*Cancel Culture*", abordando questões de racismo, sexismo, direitos LGBTQ+, saúde mental e outras causas sociais. Esses movimentos representam o palco de expressão das subjetividades juvenis, agindo como atores coletivos (Sposito, et al., 2020).

A atividade política da juventude que se desenvolve na contemporaneidade traz consigo a novidade de serem independentes em relação aos políticos profissionais e aos partidos. Têm a capacidade de expressar desejos de base da sociedade, de se organizar a partir de novas identidades sociais, de ultrapassar o quadro institucional vigente, de exigir o reconhecimento de categorias excluídas do jogo político e serem instrumentos de modificação desse jogo (Cardoso, 1987).

Esse "modo juventude" de viver a política como novos sujeitos, novas identidades, novas diferenças nos remete às ideias iniciais deste capítulo onde a democracia é concebida

como uma ideia em movimento, em permanente interrogação e que sempre encontra, nas subjetividades novas formas de se constituir (Castoriadis, 1981, *apud* Prado, 2007, p. 7).

A memória social e experiências passadas, envolvendo por exemplo, regimes autoritários, movimentos de luta por direitos, situações de guerra e sofrimento humanitários e narrativas históricas influenciam como as pessoas percebem a qualidade da democracia a partir do modo como o governo valoriza a liberdade, os direitos civis e como assegura a continuidade da democracia.

Embora seja comum apresentar indicadores específicos para fatores estruturais, individuais e históricos, muitas vezes um mesmo indicador pode ser aplicado a diferentes níveis. Vejamos, por exemplo, o caso da COVID-19, que consta em nossa investigação:

a) Como fator individual - a resposta do governo, envolvendo a qualidade do atendimento, a rapidez no acesso aos cuidados e a transparência nas informações influenciaram a confiança do indivíduo nas instituições, influenciando atitudes e comportamentos em relação – por exemplo - ao lockdown, uso de máscara, vacinação. Essas pessoas podem ter sua percepção sobre a eficiência e a justiça das instituições democráticas influenciada por essa vivência, especialmente quando resultaram em perdas [ou não] de vidas de amigos e familiares próximos.

b) Como fator estrutural - a capacidade do governo de gerenciar a crise tornou-se um indicador de qualidade da democracia, envolvendo infraestrutura, alocação de recursos, a implementação de políticas de saúde pública, campanhas de comunicação e a distribuição de medicamentos. Estes fatores moldam a percepção pública sobre a competência e a eficácia do governo, especialmente quando a resposta é comparada com a de outros países e avaliada em termos de transparência, equidade e resultados concretos na contenção da pandemia.

c) Como fator histórico - a pandemia da COVID-19 pode ser avaliada não apenas em seu contexto imediato, mas também em comparação com eventos históricos semelhantes, moldando narrativas sobre a eficácia das respostas democráticas versus autoritárias. Por exemplo, o Brasil se tornou referência mundial em termos de vacinação (Beraldo, 2023). A comparação dessa prática com a negação científica e as campanhas anti vacina observadas durante a pandemia da COVID-19 destacou atitudes que podem ser interpretadas como anti democráticas.

1.4 Hipóteses gerais e objetivos específicos

Com base na revisão teórica até aqui apresentada, que abrange considerações diversas sobre democracia, desde suas características e elementos essenciais, e principalmente em vista do objetivo geral traçado para esta investigação, elaboramos a **hipótese** de que jovens organizados em grupos de movimentos sociais, na cidade de Campo Grande-MS, atribuem uma qualidade negativa para a democracia sob o governo Bolsonaro, considerando-a ameaçada, fragilizada e desrespeitada. Destacamos, porém, no contexto de uma investigação de caráter descritivo-fenomenológico, a provisoriedade e limitação de qualquer hipótese que possa se apresentar (Creswell, 2010).

Decorre desta hipótese a organização de objetivos específicos que representam etapas mensuráveis e orientam nossas análises com foco no objeto da investigação [as percepções de jovens integrantes de grupos e movimentos sociais de Campo Grande/MS sobre a qualidade da democracia no contexto do governo Bolsonaro], na perspectiva da democracia cidadã, organizaram-se os seguintes objetivos específicos:

- 1- Identificar percepções sobre a qualidade da democracia a partir de dados sociodemográficos de jovens integrantes de grupos e movimentos sociais.
- 2- Explorar como o perfil ideológico, incluindo orientação política, filiação partidária e opção religiosa, dos jovens integrantes de grupos e movimentos sociais influencia suas percepções da qualidade da democracia.
- 3- Analisar como a governança e os impactos da crise sanitária da COVID-19 influenciam as percepções dos jovens sobre a qualidade da democracia.

Ainda com base na literatura e considerando os objetivos traçados, elaboramos - antes mesmo de ir a campo - algumas conjecturas que consideramos serem “hipóteses gerais”, que serviriam como guias tanto para elaboração do questionário quanto da entrevista. Sempre ciente, porém, da provisoriedade, já anunciada acima por Creswell (2010). Indicamos as seguintes possibilidades:

- 1^a) que as condições sociodemográficas de jovens organizados em grupos e movimentos sociais são associadas, por eles, à própria qualidade da democracia. Concorre para isto o fato de que percepção sobre qualidade de democracia se dá com base na realidade vivida pelo indivíduo (Moisés, 2010, p.291);
- 2^a) que a percepção de jovens acerca da qualidade da democracia é influenciada pela participação em grupos sociais. Isto porque a compreensão que fazem da democracia é aprimorada quando noções teóricas são consideradas em conjunto com a experiência cotidiana e aprofundada com o debate público e reflexão tanto no grupo social quanto na vida acadêmica (Slev, 2014). No grupo social são internalizados significados atribuídos

pelos outros membros e aprende-se a interpretar o mundo de acordo com esses significados. (Pichon-Riviére, *apud* Pereira, 2013).

3^a) que jovens organizados em grupos e movimentos sociais tendem a avaliar positivamente ou negativamente a qualidade da democracia a depender do modo como funcionam as instituições democráticas. Considera-se, para isto o fato de que a confiança do cidadão nas instituições políticas deriva das análises que se faz acerca da responsabilidade e da capacidade do governante de atender às demandas dos cidadãos, combater a corrupção e prestar contas (Lapop, 2022; Dahl, 1961) e do fato de que grupos sociais organizados se mostram mais críticos neste sentido (Ávila, 2017; Capitão & Heloani, 2007; Pagan, 2017; Turner, 1990);

4^a) que a proteção aos direitos sociais, principalmente educação, saúde e igualdade, bem como a desigualdade social e corrupção tendem a ser, entre os jovens, indicadores significativos da qualidade da democracia. A atribuição de um "bom funcionamento" deve oferecer mecanismos e oportunidades nos quais a sociedade tenha a possibilidade de formular e expressar suas preferências sem qualquer tipo de discriminação, ter mecanismos de participação e contestação (Dahl, 1997); onde se crie espaços de cidadania e oportunidades, assegurando a confiança nas instituições democráticas (Groppo, 2015);

5^a) que a preferência da juventude pela democracia, como regime político, depende do modo como percebem o funcionamento do governo. Aqui se tem presente situações econômicas sob o ponto de vista da teoria desenvolvimentista (Bresser-Pereira, 2016); condições de uma "boa democracia" em termos de procedimentos, conteúdo e resultados (Morlino, 2015; Dahl, 1997; Estado de direito (Bobbio, 2009); Método democrático (Schumpeter, 1961).

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

O capítulo traz o delineamento da pesquisa a partir de uma abordagem quali-quanti, argumentando sobre sua aplicabilidade no âmbito da investigação sobre a percepção da qualidade da democracia. Sob este aspecto, reflete as estratégias de investigação e oferece reflexões sobre a própria democracia e suas qualidades. Finalmente, esclarece sobre a amostra, os instrumentos de coleta de dados e a organização das categorias e procedimentos de análise.

2.1 Estratégias de investigação sobre percepção de qualidade da democracia

A pretensão de se compreender percepções sobre a qualidade da democracia exige estar ciente de que se trata de um fenômeno sempre em movimento, como teorizado por Schumpeter, Dahl e Bobbio, Sartori, Mouffe, dentre outros (capítulo I). Ele não acontece num único momento, nem é redutível a um único marco histórico ou legal, nem tão pouco é irreversível. Está sujeito a variações que se impõem aos indivíduos e grupos sociais no seu constante devir histórico, mesmo porque os padrões de comportamento político nas sociedades de hoje são cada vez menos determinados, mais abertos e, portanto, mais difíceis de serem explicados (Perea, 2001).

Para o caso dessa nossa investigação é preciso estar ciente da volatilidade fenômeno democrático e de seus valores pós-materialistas; da crise dos canais tradicionais de representação [partidos políticos e sindicatos] e da emergência de novos atores políticos (tais como Novos Movimentos Sociais) e novas formas de participação política (Perea, 2001).

Igualmente importante para o momento da análise é considerar que fatores individuais, estruturais e históricos se complementam e se influenciam mutuamente, sem existir, necessariamente uma distinção rígida entre eles [cfr. item, 1.3.2], essa multidimensionalidade pode concorrer conjuntamente para a compreensão de uma mesma variável (Ribeiro & Silva, 2015). Por exemplo: a eficácia das instituições democráticas pode afetar a confiança dos cidadãos nelas, enquanto a participação cívica dos indivíduos pode moldar o funcionamento dessas instituições. Ambos concorrem para a compreensão de uma “boa democracia” em termos de procedimentos, conteúdo e resultados (Morlino, 2014).

Ao lado dessas observações, adicionamos mais quatro considerações que entendemos constituir estratégias iniciais para nossa investigação: 1) evitar subestimar a complexidade de compreender percepções de democracia, pois está relacionada às subjetividades e ao

desafio de captar o significado por trás das palavras; 2) ter em conta os obstáculos epistemológicos propostos por Bachelard para evitar que vieses e convicções do próprio pesquisador, que representam crenças e ideias preconcebidas, não venham a distorcer a interpretação dos dados; 3) captar características, elementos ou conceitos acerca da democracia diretamente dos investigados, para melhor dimensionar o que esperam dela em termos de qualidade¹⁸; 4) ter presente alguns critérios clássicos de mensuração, como os que apresentamos a seguir.

2.1.1 Como se mede percepção da qualidade da democracia

A questão metodológica que naturalmente se apresenta neste momento, após a busca de uma aproximação conceitual e a discussão sobre percepções da qualidade da democracia e os fatores que a afetam, bem como a revisão da conceitualização dessa qualidade, é: como se mede a qualidade da democracia?

Importante dica nesse sentido, considerando os elementos centrais apresentados na abordagem teórica do capítulo I, é dada por Leonardo Morlino (2015, p.180), indicando oito dimensões que devem ser consideradas em toda análise empírica sobre democracia: a primeira se refere ao Estado de Direito; a segunda e a terceira, dizem respeito às duas formas de *accountability* (eleitoral e interinstitucional); a quarta e a quinta são as clássicas participação e competição; a sexta, é o total respeito aos direitos que são expandidos pela realização de um espectro de liberdades; a sétima, é a implementação progressiva de uma igualdade política, social e econômica maior; a oitava dimensão, se refere ao respeito pelos direitos humanos, garantindo que a democracia proteja a dignidade e os direitos fundamentais de todos os cidadãos.

Estas dimensões se fazem presentes em nossas análises, principalmente porque levamos em conta aspectos teóricos que as contemplam como é caso da regra do jogo e do Estado de Direito (Bobbio, 2009), da poliarquia (Dahl, 2012), bem como da *accountability*, aspecto nuclear à medida que garante aos cidadãos e à sociedade civil em geral um meio de controle efetivo sobre as instituições políticas.

Do mesmo modo que as dimensões apresentadas por Leonardo Morlino, também serviram de inspiração critérios utilizados por institutos de pesquisa especializados como *V-Dem*, *Lapop* e *Latinobarômetro*. Normalmente estes institutos avaliam a qualidade da

¹⁸ Postular a busca pela noção ou ideia de democracia, é um importantes objetivo em uma investigação sobre ela (Perea *et al.*, 2009).

democracia por meio de indicadores e medidas objetivas que representam a realidade social. Recorrem a *experts* em democracia incluindo acadêmicos, jornalistas, ativistas e profissionais do governo, entre outros. Esses especialistas oferecem avaliações qualitativas e quantitativas sobre diferentes aspectos da democracia em seus respectivos países, utilizando critérios específicos (Moisés, 2005). Como resultado, as avaliações podem variar entre positivas e negativas.

Vale porém o alerta: a análise da qualidade da democracia sempre comporta o risco de não abarcar todas as suas variáveis e causas possíveis, mesmo diante dos mais rigorosos padrões metodológicos vez que ela se situa no âmbito fenomenológico. Cientistas sociais montam modelos multivariados de análise, testados estatisticamente e, sempre trabalham com probabilidades. Sendo assim, jamais se conseguirá explicar 100% da variação de um fenômeno social como a democracia, de forma a dar conta de todas as variáveis que a impactam (Ramos, 2013).

Ao apresentar os referidos institutos de pesquisa, não apenas queremos mostrar critérios mediante os quais avaliam qualidade de democracia, mas – oportunamente – apresentar dados empíricos pertinentes ao contexto de nossa investigação. Os critérios adotados por estes institutos não são reproduzidos – como tal – em nosso modelo de análise, embora tenham servido de inspiração.

2.1.1.1 Critérios do *Varieties of Democracy (V-Dem)*

O *V-Dem* [Varieties of Democracy] é um barômetro elaborado com base na opinião de especialistas que visa medir e analisar a qualidade da democracia no mundo, para isso utiliza o “Método de Código de Variáveis”, realizando uma análise abrangente e comparativa das características democráticas de diferentes países ao longo do tempo. Abrange mais de 400 indicadores agrupados nas seguintes categorias:

- 1) Eleições:** que envolve liberdade de escolha dos eleitores, competição política, integridade do processo eleitoral. Isso significa avaliar a integridade dos processos eleitorais, incluindo a realização de eleições regulares e livres de fraude, a liberdade de candidatura e participação igualitária de todos os partidos.
- 2) Liberdades civis:** que busca medir e avaliar graus de respeito e proteção das liberdades individuais e direitos civis que engloba liberdade de expressão, de associação, de imprensa, de reunião pacífica, direito de protesto, liberdade religiosa.
- 3) Participação política:** que avalia diferentes formas de participação política, incluindo eleições, atividades de partidos políticos, engajamento em movimentos sociais;

4) Estado de direito e igualdade: que utiliza para medir e avaliar o grau de respeito ao Estado de direito e à igualdade perante a lei, envolvendo a proteção de direitos individuais, a imparcialidade do sistema jurídico, o acesso igualitário à justiça e a garantia de igualdade de tratamento perante a lei (*V-Dem, Methodology, 2023*).

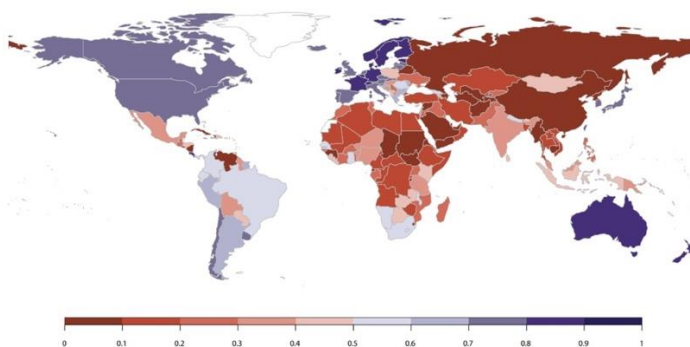
5) *Accountability*¹⁹ e transparência do governo: que avalia a eficácia dos mecanismos de prestação de contas do governo, incluindo a transparência das instituições públicas, a responsabilização dos governantes perante os cidadãos e a existência de sistemas eficazes de controle e fiscalização do poder público.

6) Competição política e pluralismo: que analisa a competição política entre diferentes partidos e grupos, a existência de alternância de poder, o pluralismo político e a inclusão de minorias no processo político.

A análise desses critérios implica a existência de indicadores observáveis e quantificáveis que resultam em uma média que varia entre 0 (não-democracia) e 1 (democracia plena). A metodologia classifica os países, da escala mais democrática para a mais autoritária: democracia liberal, democracia eleitoral, autocracia eleitoral ou autocracia fechada (*V-Dem Methodology, 2023*).

Figura 01

Estado da democracia liberal em 2022, no mundo



Fonte: V-Dem 2023

A figura acima mostra resultados recentes do instituto *V-Dem*: um cenário preocupante para a democracia global. Segundo o estudo, o nível médio de democracia vivenciado pelos cidadãos em todo o mundo retrocedeu ao patamar de 1986. Aproximadamente 72% da população mundial vivendo em regimes autocráticos, um aumento significativo comparado

¹⁹ *Accountability* diz respeito à obrigação que os políticos ou detentores de cargos públicos têm de prestar contas de suas ações e decisões aos cidadãos ou a outros órgão do governo.

a anos anteriores. O relatório associa o declínio na liberdade de expressão ao aumento da autocratização. Desinformação e níveis tóxicos de polarização exacerbam esse processo, dificultando ainda mais o cenário democrático global (*V-Dem-2023*).

O mapa mostra que a liberdade de expressão se deteriorou em 35 países - dez anos atrás, eram apenas 7 países. Nos últimos dez anos, a censura governamental à mídia piorou em 47 países e a repressão governamental às organizações da sociedade civil aumentou em 37 países. O mapa indica ainda a existência de 32 democracias liberais, 58 democracias eleitorais, 56 autocracias eleitorais e 33 autocracias fechadas, conforme variações que vão desde as democracias liberais mais bem colocadas (em roxo) às autocracias mais fechadas (em vermelho escuro).

Sob os critérios, do *V-Dem* (2023) o Brasil registrou uma queda no Índice de democracia liberal desde 2015, processo que se intensificou após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016. O declínio atingiu seu ápice em 2019, após a eleição de Jair Bolsonaro. O Instituto considera que a 58ª colocação do país no ranking de democracias, entre 179 países, resulta da polarização política e da mobilização pela autocratização.

Neste último relatório o Brasil aparece entre os dez países em processo de autocratização mais avançado. Movimentos feministas e ambientalistas, assim como manifestações contra a resposta governamental à pandemia de covid-19, foram ações que impediram uma queda ainda maior no índice de democracia liberal. Esses dados evidenciam a fragilidade crescente das democracias e a necessidade de esforços renovados para promover e proteger os princípios democráticos em todo o mundo (*V-Dem*, 2023).

2.1.1.2 Critérios a partir da cidadania: *Latin American Public Opinion Project* [LAPOP] e *Latinobarômetro*

Lapop e Latinobarômetro são organizações que realizam pesquisas de opinião, análises socioeconômicas e políticas na América Latina [mais regionalizada] para compreender as percepções da população sobre diversos temas, como governança, economia, segurança e outros assuntos relevantes. Partem do pressuposto de que a democracia na América Latina é, antes de tudo, diversa e que são múltiplas as suas formas de se manifestar e de reproduzir a vida. Consideram que se trata de uma realidade caracterizada por condições materiais, relações de gênero, padrões sexuais e pertencimentos étnico-raciais também diversificadas. Assim, temas referentes à saúde, à educação, ao mundo do trabalho, à cultura, à segurança pública, à diversidade sexual e à participação social e política, podem problematizar as

percepções de democracia de modo distinto, conforme as realidades vividas em cada país (Sobrinho *et al.*, 2021).

a) *Latin American Public Opinion Project (LAPOP)*

Especificamente, o *Latin American Public Opinion Project (LAPOP)*, também conhecido como o Barômetro das Américas, é um projeto de pesquisa de opinião pública que abrange mais de 30 países das Américas e do Caribe. Vinculado ao Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade *Vanderbilt*, nos Estados Unidos, realiza pesquisas em colaboração frequente com instituições locais e acadêmicas nas regiões investigadas. Sua abordagem é notável pelo caráter comparativo e pela avaliação de uma ampla variedade de atitudes e comportamentos (Lapop, 2022).

Concentra-se em diversas temáticas no âmbito da cidadania, incluindo política, democracia, desigualdades, governança e valores sociais. Destaca-se a análise de atitudes democráticas, que incluem os valores e posições dos cidadãos em relação à democracia, como o sistema de governo, confiança em instituições democráticas e satisfação com a democracia (Lapop, 2022).

O Barômetro das Américas se dedica também a investigar a participação política, examinando o envolvimento dos cidadãos em atividades políticas, como votação, filiação partidária, participação em protestos e manifestações, entre outros aspectos. A confiança do cidadão nas instituições políticas constitui um dos importantes alvos estudo, abrangendo órgãos como parlamento, governo, partidos políticos, sistema judiciário e polícia. Se dedica também a analisar a responsabilidade e a capacidade do governante de atender às demandas dos cidadãos, combater a corrupção e prestar contas. Por fim, o projeto investiga direitos e liberdades, com ênfase na igualdade de gênero (Lapop, 2022).

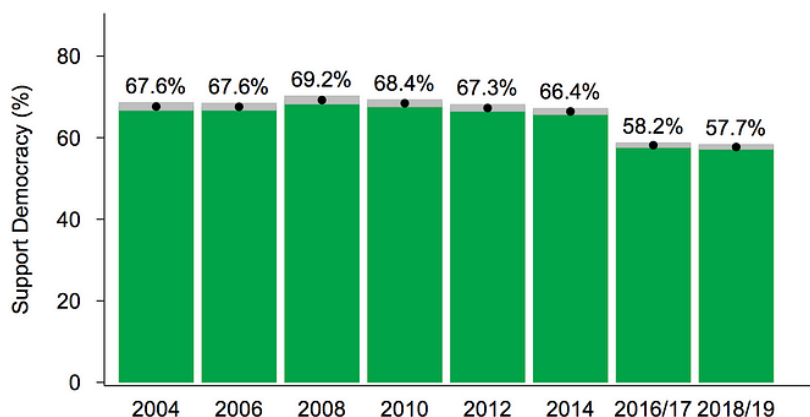
Pesquisa realizada no Brasil entre janeiro e março de 2019, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e conduzida pelo Ibope, revelou que o Brasil ocupa o 9º lugar em respeito às instituições, entre países da América Latina, ficando atrás de Nicarágua, México e Guatemala. No quesito "confiança nas instituições", as Forças Armadas foram consideradas a instituição mais confiável, com aprovação de 70% dos entrevistados. Em contrapartida, o Congresso Nacional e os partidos políticos foram os menos confiáveis, com apenas 31% e 13% de aprovação, respectivamente. A pesquisa também mostrou que a percepção negativa em relação aos políticos é generalizada, com 79% dos entrevistados acreditando que a maioria é corrupta e 29% considerando todos os políticos corruptos.

Os resultados também indicaram que 58% dos brasileiros estavam insatisfeitos com a democracia. Apesar de ser uma queda em relação a 2017, quando este percentual era de 78%, ainda havia uma parcela significativa da população descontente com o estado da democracia. Um terço (35%) das pessoas se mostravam favoráveis a um golpe militar em um cenário de corrupção generalizada. Esse apoio foi ainda maior entre pessoas de direita (43%) e entre evangélicos (47%).

Outro aspecto relevante foi o aumento da identificação com a direita. Pela primeira vez desde 2012, havia mais pessoas que se identificavam como sendo de direita do que de esquerda, registrando 39% e 28%, respectivamente, sendo o maior número já registrado. A maioria dos entrevistados (65%), neste contexto, era contrária a golpes militares e ditaduras, uma porcentagem estável em relação a 2017. Porém, 38% acredita que o presidente poderia dissolver o STF e governar sem ele "caso o país enfrente dificuldades", um aumento significativo em relação aos 13% registrados em 2012.

Gráfico 1

Apoio à Democracia na Região da América Latina



Fonte: Lapop, 2020.

O gráfico ilustra como o Lapop avalia um de seus importantes indicadores: o apoio à democracia. Em síntese, a figura indica um processo de erosão democrática na América Latina, que se acentuou entre 2016-2019. No Brasil, o período corresponde ao governo de direita de Michel Temer e sua transição para o governo Bolsonaro.

b) O Latinobarômetro

Trata-se de uma organização de pesquisa de opinião pública que se realiza anualmente em diversos países da América Latina que visa medir as atitudes, percepções e opiniões a nível de cidadania sobre uma ampla gama de questões políticas, sociais e econômicas. Utiliza

uma série de indicadores tradicionais que fornecem insights sobre a qualidade da democracia e inclui critérios como satisfação com a democracia, confiança nas Instituições, percepção de liberdades civis, participação política e percepção da Corrupção. A exemplo da Lapop confirma um momento político na América Latina caracterizado pela desconfiança nas instituições, e a insatisfação com a democracia.

Revela que a América Latina nunca teve democracias estabelecidas em todos os países de forma simultânea. Sempre houve pelo menos um país com uma ditadura instalada e que a recessão democrática sempre esteve relacionada à deterioração contínua e sistemática da própria democracia, tanto pelo baixo apoio a ela, quanto, no aumento da indiferença em relação ao tipo de regime, na preferência e nas atitudes favoráveis ao autoritarismo, na queda do desempenho dos governos e na imagem negativa dos partidos políticos (Latinobarômetro, 2023).

Nesta deterioração, destaca-se a fraqueza das elites, simbolizada por 21 presidentes condenados por corrupção, 20 presidentes que não concluem seus mandatos e outros que forçam sua permanência no poder, quebrando as regras de reeleição e transgredindo as regras da democracia, utilizando-se de personalismos e eclipsando os partidos políticos (Latinobarômetro, 2023).

Neste contexto, revelam-se dados preocupantes, como:

1- Quanto ao apoio à democracia: em 2023, apenas 48% apoia a democracia na região, o que representa uma diminuição de 15 pontos percentuais desde os 63% de 2010. O autoritarismo tem sido validado gradualmente, à medida que não é condenado, e não se sabe bem qual é o limiar em que um país deixa de ser democrático. Além disso, durante o período, aumenta o número de pessoas para quem o tipo de regime é indiferente, o que implica que o populismo ou o autoritarismo são indiferentes para eles.

1- Quanto a apoiar um governo autoritário em algumas circunstância: desde o início das transições da "terceira onda" de democracias, a América Latina manteve um contingente minoritário, mas estável, de cidadãos que preferem um regime autoritário: 17% em 2023, com um aumento de quatro pontos percentuais entre 2020 e 2023.

O Brasil tem 46% de apoio à democracia, aumentando seis pontos percentuais desde 2020 (40%). A indiferença em relação ao tipo de regime diminui seis pontos percentuais, de 36% para 30% entre 2020 e 2023, e o autoritarismo sobe dois pontos percentuais, de 11% para 13% no mesmo período. O país melhora sua situação de apoio à democracia, embora este apoio ainda seja menos de 50%.

3- Quanto à relação idade x apoio à democracia: A idade influencia o apoio à democracia. Enquanto entre os mais jovens (16-25 anos) apenas 43% apoia a democracia, entre os mais velhos (61 anos e mais) esse número sobe para 55%. Há uma diferença de doze pontos percentuais no apoio à democracia entre os mais jovens e os mais velhos em média na América Latina. Em resumo, quanto maior a idade, maior o apoio à democracia.

Na atitude em relação ao autoritarismo, a relação é inversa: há mais apoio ao autoritarismo quanto mais jovem é a pessoa (20% entre aqueles com 16-25 anos e 13% entre os que têm 61 anos e mais). O mesmo ocorre com a indiferença em relação ao tipo de regime: aumenta à medida que a idade diminui (30% entre os que têm 16-25 anos e 23% entre os que têm 61 anos e mais). Essa distribuição sugere democracias imperfeitas, e porque são imperfeitas, não produz novas gerações mais democráticas.

2- Quanto à relação educação x democracia: Quanto maior a educação, maior o apoio à democracia. 40% entre os entrevistados com educação básica e 60% entre aqueles com educação universitária. Entre aqueles que são indiferentes ao tipo de regime, ocorre o oposto: quanto menor a educação, maior a indiferença em relação ao tipo de regime, 32% entre os que têm educação básica e 19% entre aqueles com educação superior.

3- Quanto à auto definição social e apoio à democracia: quanto mais alta é a classe social, menos apoio há à democracia. Na classe alta, 37% apoia a democracia, enquanto na classe baixa é de 44%. O maior apoio à democracia ocorre na classe média baixa, com 51%. Observa-se que a classe social mais baixa é menos democrática que a classe média baixa. A indiferença em relação ao tipo de regime é maior na classe alta (37%), diminui para 26% na classe média baixa e aumenta para 31% na classe baixa. Mais uma vez, destaca-se a classe média baixa como a mais democrática.

Esse exercício de ilustrar sobre “como se mede a qualidade de democracia”, até aqui apresentado, nos habilita avançarmos, com maior confiabilidade para outros aspectos centrais deste capítulo, que se constroem tendo em vista o objetivo da investigação: o delineamento da pesquisa e a apresentação de procedimentos relacionados à amostra, à coleta de dados, às análises, propriamente ditas, e resultados.

2.2 Delineamento da pesquisa

A pesquisa é um ato carregado de intencionalidade que visa melhorar as condições práticas de existência da comunidade humana e que comporta a convivência de diferentes métodos para que se alcance o rigor científico. Pode ser entendida como um conjunto de processos

sistemáticos e empíricos utilizados para o estudo de um fenômeno e que se apresenta de três formas: quantitativa, qualitativa e mista (Sampieri *et al.*, 2013, p. 22).

Esta pesquisa adota a abordagem mista, que integra aspectos qualitativos e quantitativos como meio para atingir seus objetivos. Trata-se de uma modalidade amplamente aplicada nas ciências sociais (Paranhos *et al.*, 2016), com mais de 4 mil artigos que utilizam o método misto encontrados na base de dados multidisciplinar *Scopus*, considerando apenas o ano de 2016 (Galvão *et al.*, 2017). Este tipo de abordagem promove o rigor científico por meio da triangulação simultânea e da complementaridade dos dados e resultados, com concordância nas descobertas e confiabilidade nas conclusões (Morse, 1994).

Buscamos combinar e associar dados qualitativos e quantitativos, coletados de modo sequencial [questionário e, logo após, entrevista], integrando-os naturalmente nas diferentes fases da investigação. Desse modo enfatizamos o vínculo entre a subjetividade do sujeito e o seu mundo objetivo, que não podem ser reduzidos apenas a números ou narrativas. Todo e qualquer dado quantitativo está baseado em julgamentos qualitativos, e todos os dados qualitativos podem ser descritos quantitativamente (Baquero, 2009, p. 9), vez que há uma natural necessidade de integração entre as dimensões, na medida em que, de um lado, a quantidade é uma interpretação atribuída à grandeza com que um fenômeno se manifesta e que precisa ser interpretada qualitativamente, pois, sem relação a algum referencial, não tem significação em si (Gatti, 2007, p. 29).

Para integrar métodos quantitativos e qualitativos, utilizamos tanto a análise estatística descritiva quanto a análise de conteúdo: a análise estatística descritiva, como técnica quantitativa que fornece informações úteis, rápidas e confiáveis sobre um grande número de observações, representadas [nesta nossa investigação] por frequências e percentuais; a análise de conteúdo, como técnica qualitativa que oferece diferentes perspectivas sobre o tema de forma subjetiva, com base em entrevista aberta e semi-estruturada (Creswell, 2012). Esta dinâmica favorece não apenas a triangulação de métodos [a combinação de métodos qualitativos e quantitativos], mas também de fontes de dados [questionários e entrevistas em profundidade] para maior validação e confiabilidade dos resultados, evitando a mera subjetividade.

O uso desta abordagem traz favorecimentos ao permitir: 1º) o pressuposto ontológico, ou seja, uma realidade socialmente possível de ser captada e interpretada, permitindo que a análise ocorra precisamente no meio habitual/natural do pertencimento de cada jovem;

2º) minimizar a distância em relação aos investigados mediante a flexibilidade, proporcionando descontração e naturalidade na abordagem (Bardin, 2016).

A abordagem mista, de caráter descritivo desta investigação, aplica-se a um Estudo de Caso, uma vez que se trata de descrever um fenômeno a partir da coleta de informações de uma população específica, num contexto específico (Gil, 2009). É o caso de jovens integrantes de grupos e movimentos sociais da cidade de Campo Grande/MS, único e singular não apenas por conta do *lócus*, do objeto e do sujeito, mas também por realizar-se num contexto específico, do governo Bolsonaro, e em período da crise pandêmica da COVID-19.

Associado ao caráter descritivo-fenomenológico, está a provisoriade e limitação da hipótese apresentada. É mais comum, neste tipo de investigação, chegar a uma hipótese do que partir dela, uma vez que os dados e análises podem levar a insights e observações capazes de orientar a formulação de hipóteses mais específicas ou direcionar estudos futuros (Creswell, 2010).

Embora apropriada a investigações de cunho quali-quantitativo, esta metodologia requer, para sua utilização, habilidades e conhecimentos em ambas as abordagens. Caso não sejam adequadamente aplicadas, pode resultar em conflito entre elas, podendo também ser mais onerosa e demorada (Onwuegbuzie & Collins, 2007). Argumenta-se ainda o fato de que este tipo de abordagem apresenta limitações em relação à generalização dos resultados e à falta de representatividade dos participantes²⁰ (Bryman, 2006).

Em momentos oportunos, utilizamos também dados de fontes secundárias, como artigos, relatórios, bases de dados, entre outros. Esses dados complementam as informações primárias no sentido de uma melhor contextualização. Oferecem uma visão histórica e situacional, ajudam a identificar tendências e padrões, e proporcionam uma compreensão mais coerente dos resultados. Ao integrar essas diferentes fontes, buscamos uma compreensão mais robusta e abrangente do fenômeno estudado.

Os próximos passos abordam a construção do processo de seleção da amostra e seu dimensionamento, além do detalhamento do questionário e da entrevista como

²⁰ Muitas vezes, a pesquisa quali-quantitativa utiliza amostragem não probabilística, o que significa que os participantes não são selecionados aleatoriamente da população em estudo. Em vez disso, os pesquisadores podem optar por amostragem por conveniência ou amostragem teórica, o que pode limitar a representatividade dos resultados, uma vez que não é possível extrapolar as descobertas para a população mais ampla com base nesse tipo de amostra. Outro motivo, é porque o método qualitativo utilizado na pesquisa quali-quantitativa frequentemente visa entender fenômenos em profundidade, em vez de buscar uma representação estatística precisa da população. Isso pode levar a uma ênfase na compreensão das experiências e perspectivas dos participantes, em detrimento da capacidade de generalizar os resultados para além do contexto específico da pesquisa (Bryman, 2006).

instrumentos de coleta de dados. Em seguida, descreve-se a organização desses dados como forma de facilitar a análise, incluindo a identificação de padrões, tendências, relações e interpretações. Por fim, são apresentadas as estratégias de análise a partir da organização das categorias, variáveis e indicadores.

2.2.1 Amostragem: processo de seleção da amostra

O primeiro passo na determinação da amostra desta nossa investigação foi a aplicação de um critério fundamental para a seleção e inclusão da população-alvo: jovens que fazem parte de grupos e movimentos sociais na cidade de Campo Grande, MS, e que se encontram na faixa etária entre 15 e 29 anos. Dois problemas logo se fizeram notar: 1) como encontrar esse tipo grupo no conglomerado social e quantos, com este perfil, existiriam em Campo Grande?

Buscando resolver o problema, recorreremos a órgãos públicos e particulares, a educadores e aos próprios jovens (estilo bola de neve). De imediato percebeu-se que o domínio ou conhecimento sobre o assunto, por parte de cada uma destas instâncias, era parcial e incompleto, sem a existência de cadastro ou histórico.

A Secretaria Municipal da Juventude, por exemplo, apresentou diversas ações desenvolvidas com a juventude, a maioria delas voltadas para programas de promoção humana e capacitação profissional, sem que os integrantes destes projetos fossem integrantes de grupos com conotações políticas²¹. Colaborou, porém, indicando 2 importantes grupos, o Acredito-MS (grupo supra partidário) e o Coletivo de Cultura, Juventude e Comunicação (do Movimento dos Sem Terra), embora não fossem grupos diretamente vinculados a esta Secretaria.

No âmbito da Universidade Católica Dom Bosco, foi possível identificar outros quatro grupos. O primeiro, o GENI, por meio de uma ex-aluna integrante do próprio grupo. Um segundo grupo, o Tia Eva, de uma comunidade quilombola localizada nas proximidades da própria universidade, identificado no contato com educadores da universidade. O terceiro e quarto grupos, foram identificados dentro da própria comunidade acadêmica: jovens integrantes do Diretório Acadêmico do curso de direito (o DACLOBE) e jovens do Centro Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo (o CENTRAU).

²¹ As ações envolviam o aprendizado de idiomas, de informática, empreendedorismo, habilidades técnicas específicas, além de oficinas de dança, música, teatro, alfabetização digital, e esporte, entre outras. Este foi o caso de centenas de jovens da CUFA (Central Únicas das Favelas) e do Projeto Coruja.

Completando a lista, identificamos os grupos Art-Jovem e o Marçal de Souza, através de jovens integrantes do GENI. Esses oito grupos resultaram em um universo estatístico de 99 jovens, com idades entre 15-29 anos, aptos a participarem da pesquisa. A amostra mínima, de 79 jovens²², suficiente para a representatividade exigida em nossa investigação, e se deu conforme o cálculo a seguir.

2.2.2 Dimensionamento da amostra ²³

Na fórmula de sua determinação considera-se que como “p” e “q” não são conhecidos. O cálculo do tamanho da amostra para uma estimativa confiável da proporção populacional (p) é dada por:

$$n = \frac{\left(Z_{\alpha/2}\right)^2 \cdot p \cdot q}{E^2}$$

Onde:

n = Número de indivíduos na amostra

$Z_{\alpha/2}$ = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado.

p = Proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que estamos interessados em estudar.

q = Proporção populacional de indivíduos que não pertence à categoria que estamos interessados em estudar ($q = 1 - p$).

E = Margem de erro ou erro máximo de estimativa. Identifica a diferença máxima entre a proporção amostral e a verdadeira proporção populacional (p).

A Equação 2 exige que se substituam os valores populacionais p e q, por valores amostrais \hat{p} e \hat{q} . Mas se estes também forem desconhecidos, substituímos \hat{p} e \hat{q} por 0,5, obtendo a seguinte estimativa (Levine *et al.* 2000,):

$$n_0 = \frac{\left(Z_{\alpha/2}\right)^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5}{E^2} \quad \Rightarrow \quad n_0 = \frac{\left(Z_{\alpha/2}\right)^2 \cdot 0,25}{E^2}$$

²² Cabem aqui, dois esclarecimentos: 1) dizer que o universo estatístico é de 99 jovens e a amostra mínima é de 79 significa que, em nossa investigação, o total de indivíduos possíveis que poderiam ser incluídos (o universo ou população) é de 99 jovens. No entanto, para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados, foi necessário coletar dados de pelo menos 79 desses jovens (a amostra mínima); 2) diante deste quantitativo mínimo para a amostra, levar em consideração a análise de Marília Ramos sobre “A lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais”, mostrando que o principal está no desvelar das relações, embora não se despreze a questão da representatividade. A autora enfatiza que, diferentemente do que muitos críticos pensam, nem toda pesquisa quantitativa se baseia na inferência de uma amostra para uma população, o propósito não é necessariamente produzir dados “representativos. O sociólogo interessado em avançar a teoria geralmente se interessa mais em desvendar relações entre conjuntos de variáveis que em representar toda uma população (Ramos, 2013, p.61).

$$n_0 = ?$$

Grau de confiança desejado = 95% $\Rightarrow Z_{\alpha/2} = 1,96$

E = Margem de erro = 5%

Determinando a amostra ideal (n_0):

$$n_0 = \frac{(Z_{\alpha/2})^2 \cdot 0,25}{E^2}$$

$$n_0 = \frac{1,96^2 \cdot 0,25}{0,05^2} = \frac{3,8416 \cdot 0,25}{0,0025} = \frac{0,9604}{0,0025} = 384,16 \cong 384$$

Amostra Mínima (n) – fórmula para determinação do tamanho da amostra mínima (n), o menor tamanho de amostra capaz de fornecer resultados estatisticamente significativos e confiáveis, se faz com base na estimativa da proporção populacional ($N = 99$ entrevistas), onde:

$n = ?$ (Amostra mínima procurada)

$N = 99$ (Universo da pesquisa)

$n_0 = 384$ (Amostra ideal calculado)

Determinando a amostra mínima (n):

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0}$$

Cálculo da amostra mínima ou necessária (n):

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0} \Rightarrow n = \frac{99 \times 384}{99 + 384} = \frac{38016}{483} = 78,70807453 \cong 79$$

Tão logo fora definida a amostra mínima, procedemos a uma amostra aleatória simples (probabilística) dentro de cada grupo, mediante o envio do questionário *Google Form*. A premissa, nesse caso, é que cada componente da população estudada tivesse a mesma probabilidade de ser selecionado para responder o questionário e assim compor a amostra (Pereira, 2013). Seguido deste momento foi a entrevista e, neste caso, avançamos para uma amostra não probabilística (intencional), vez que houve, como critério, a participação apenas dos líderes de cada grupo ou representantes por eles indicados.

Tabela 3
Amostra estratificada

Acredito-MS	$n = (20/99) \times 79 \cong 15$ pessoas
Marçal de Souza	$n = (10/99) \times 79 \cong 8$ pessoas
Tia Eva	$n = (10/99) \times 79 \cong 8$ pessoas
Art-Jovem	$n = (15/99) \times 79 \cong 12$ pessoas

CENTRAU	$n = (8/99) \times 79 \cong 6$ pessoas
CCJC	$n = (12/99) \times 79 \cong 10$ pessoas
DACLOBE	$n = (12/99) \times 79 \cong 10$ pessoas
GENI	$n = (12/99) \times 79 \cong 10$ pessoas

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022.

O ambiente de descontração e confiança, especialmente o anonimato total que buscamos criar por ocasião da aplicação destas ferramentas de coleta de dados, teve, entre outras intenções, o objetivo de eliminar “a deseabilidade social”, ou seja, evitar que o investigado respondesse aquilo que acreditava ser melhor para sua imagem pessoal, ou imaginar que sua resposta resultaria em qualquer tipo de punição (Cea D’Ancona 2005, p. 95). Neste sentido, buscou-se garantir que a aplicação dos instrumentos de coleta acontecessem sem qualquer tipo de pressão social ou julgamento. Para isso, as perguntas buscaram ser simples e diretas, focada numa ideia específica.

2.3 Grupos e Movimentos Sociais

Na identificação de cada um dos grupos, observa-se a existência de vínculo entre o grupo local e o movimento social mais amplo, fato que, inclusive, se aplica ao título da investigação: “grupos e movimentos sociais”. Alguns destes grupos são formados apenas por jovens, como é o caso dos grupos estudantis [DACLOBE e CENTRAU], enquanto os demais são mistos, abrigando jovens e adultos²⁴. Em relação a cada um deles, tem-se as seguintes especificações:

1 - Tia Eva: grupo quilombola cuja história está ligada ao protagonismo da matriarca Eva Maria de Jesus, conhecida como "Tia Eva," desde a década de 1940. Atualmente, o grupo se inspira no MNB - Movimento Negro Brasileiro, reconhecido pela Fundação Cultural Palmares. O grupo foi fundado em 1979, destacando-se por seu ativismo contra a exploração racial e desrespeito à comunidade afro-brasileira.

2 - Acredito-MS: este grupo faz parte do movimento político suprapartidário "Acredito" que tem como objetivo combater a polarização política, renovar práticas e quadros políticos, reduzir desigualdades e promover políticas participativas e transparentes. O grupo reconhece o momento crítico do país, marcado por uma crise de representatividade, persistente crise econômica e esquemas de corrupção. Seu nome, "Acredito," reflete a crença na superação desse contexto, buscando campanhas e mandatos mais éticos, transparentes, participativos, sustentáveis e com menos privilégios. O grupo se posiciona

²⁴ Desde o título da investigação há o entendimento de que se investiga jovens integrantes de grupos e movimentos, não havendo exclusividade para grupos unicamente de jovens.

sobre temas como educação, empreendedorismo, previdência, reforma política, segurança pública e questões de interesse da juventude.

3 - DACLOBE: o grupo é composto por estudantes que fazem parte do Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua, uma entidade que representa os interesses do corpo discente do curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco, há 50 anos. Promove atividades para o benefício dos acadêmicos, incluindo pesquisa científica, apoio em questões institucionais e melhorias no ensino e estrutura do curso. Se envolve em causas sociais, públicas e democráticas, alinhadas com pautas do Movimento Estudantil. Organizam, por exemplo, a Semana Jurídica, enfocando direitos civis e sociais.

4- Art-Jovem: o grupo motiva sua caminhada a partir do Movimento LGBTQIA+. Colabora com a Coordenadoria de Políticas Públicas e Assuntos de Diversidade Sexual do município para promover ações que reconheçam os direitos e a cidadania da população LGBTQIA+, com base nos princípios da dignidade da pessoa humana, igualdade e respeito à diversidade.

5 - GENI: o Grupo de Estudantes Negras Intelectuais, originalmente composto apenas por mulheres, se inspirou em mulheres negras que alcançaram representatividade social na literatura, política, arte e cultura e tem influências do Movimento Negro Brasileiro. Atualmente é um coletivo aberto, não partidário, sem conotação religiosa. Seu foco principal é o reconhecimento dos direitos humanos das minorias, especialmente das mulheres negras.

6 - Marçal de Souza: o grupo é composto por jovens indígenas da etnia terena, pertencentes à primeira aldeia urbana criada no país e é influenciado pela Articulação dos Povos Indígenas, um dos movimentos mais representativos dos povos indígenas no Brasil. O nome homenageia Marçal de Souza-Tupã-Y, um defensor dos povos nativos da América do Sul e líder das lutas guaranis por seus territórios em Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo.

7- CENTRAU: o grupo é formado por jovens universitários e constitui o Centro Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo. Eles atuam há mais de 6 anos em defesa dos interesses dos estudantes junto a coordenadores, pró-reitores e autoridades civis, empresariais e políticas de Campo Grande. O grupo, a exemplo do Movimento Estudantil, promove debates políticos suprapartidários, principalmente em questões relacionadas a políticas públicas e oportunidades profissionais.

8 - CCJC: o grupo é composto por jovens do Assentamento Eldorado e se identifica como "Coletivo de Cultura, Juventude e Comunicação" do Movimento dos Trabalhadores Rurais,

inspirado no Movimento Sem Terra. Originalmente organizado apenas por mulheres, o grupo agora está aberto à participação de jovens do sexo masculino. Seu objetivo principal é lutar pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças sociais no país. No assentamento Eldorado I, o grupo cultiva produtos livres de agrotóxicos e os oferece em Campo Grande no "Armazém do Campo." Além disso, está envolvido em atendimento alimentar gratuito a crianças e promove manifestações artísticas e culturais. Politicamente, seus membros são eleitores petistas e têm uma posição política declaradamente de esquerda.

2.4 Instrumentos de coleta de dados

Os dados primários foram obtidos por meio do questionário e entrevista semiestruturada, entre os meses de fevereiro a junho de 2022. Todos os participantes foram informados, após a apresentação pessoal do pesquisador e dos objetivos da pesquisa, sobre o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), previamente aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Silva Henríquez, assegurando a dignidade, o anonimato, garantindo a manifestação autônoma, livre e esclarecida.

2.4.1 Questionário e entrevista

O primeiro instrumento de coleta utilizado foi o questionário. Ele é associado a uma técnica de coleta de informações comum em pesquisa científica de cunho teórico-empírico que favorece o levantamento de percepções, opiniões, crenças, sentimentos, fatos, acontecimentos (Gil, 2011).

Foi organizado em blocos temáticos, utilizando um modelo da escala likert, que se concentra em medir a intensidade das opiniões ou atitudes, em observar concordância ou discordância em relação a determinadas afirmações, questões de múltipla escolha ou dicotômicas (Guil, 2006). No seu conjunto, as questões buscaram captar dados relacionados a quatro grandes áreas: 1) identificação dos participantes; 2º) dimensão política e social; 3º) funcionamento do governo e 4º) crise sanitária da COVID-19. Foi aplicado via *Google Form* entre os meses de fevereiro a abril de 2022.

Após a aplicação do questionário, considerado “porta de entrada” para os dados, procedeu-se à realização das entrevistas. Foi oferecida aos participantes a oportunidade de escolher o local e a modalidade que desejariam realizar a entrevista: presencialmente, no prédio sede da Subsecretaria Municipal da Juventude ou remotamente, pelo *Google Meet*. Com exceção de 1 dos participantes, todos os demais optaram pela segunda modalidade devido aos contágios da COVID-19 ainda existentes.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de maio e junho de 2022, com gravação e transcrição dos áudios para cada uma delas. Cada momento foi conduzido e acompanhado pelo próprio pesquisador, criando oportunidades para compreender melhor o momento vivido pelos sujeitos da pesquisa e o contexto em que é avaliado (Gil, 2009, p. 53)²⁵.

Para esta etapa, optou-se por entrevistar apenas aqueles que já haviam participado do questionário, uma forma de aprofundar e complementar os dados, mantendo a mesma linha temática. Entre os entrevistados, cinco ocupavam cargos de liderança direta nos grupos, enquanto outros três foram indicados por suas respectivas lideranças: Supra (do Acredito-MS), Eldorado (do CCJC) e Grid (do Art-Jovem). Foram totalizadas 8 entrevistas.

Tabela 4
Técnica de coleta de dados e número de casos

TÉCNICA	TIPO	Nº DE CASOS
Questionário	Online (Google Form)	79
Entrevista em profundidade	Semi-estruturada	8

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022.

Os entrevistados responderam com naturalidade e espontaneidade a um conjunto de 25 a 35 perguntas, permitindo-lhes relatar suas experiências de participação social desde a infância, passando pela vida escolar, vivências familiares e, principalmente, suas experiências em grupos sociais. Oportunamente discutiram a situação política e social do país, bem como as repercussões da pandemia de COVID-19. Conforme se requer em um Estudo de Caso, que privilegia o contexto, buscou-se captar opiniões e sentimentos em relação à qualidade da democracia e à própria compreensão de democracia em meio à crise do petismo, à ascensão do bolsonarismo, à grande polarização política e crises sociais, tanto no aspecto econômico quanto sanitário

Todas as entrevistas foram transcritas. Todos os dados do questionário foram organizados utilizando-se o programa Excel, transformados em gráficos e tabelas e expressos em percentuais. Para cada participantes, adotou-se nome fictício.

²⁵ Embora a entrevista tenha se desenvolvido via *google meet*, houve a oportunidade de visitar os seguintes locais: Aldeia Urbana Marçal de Souza, quilombolas Tia Eva e assentamento rural Eldorado I. Ambiente de reuniões do GENI, do DACLOBE e CENTRAU.

Tabela 5
Nomes fictícios

Nome do grupo	Nome fictício (da liderança entrevistada)
Acredito – MS	Supra
Marçal de Souza	Nhandevá
Art-Jovem	Grid
CENTRAU	Astro
DACLOBE	Dacló
GENI	Gen
Tia Eva	Rona
CCJC	Eldorado

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022.

2.4.2 Organização dos dados

A organização dos dados se baseou na metodologia de Análise de Conteúdo apresentada por Laurence Bardin, adequada para a análise de pesquisas no campo das Ciências Sociais. Essa abordagem é particularmente relevante para pesquisas quali-quantitativa dada sua caracterização como um método empírico, exploratório e heurístico, que possibilita a compreensão do significado subjacente às palavras (Bryman, 2006).

A própria Bardin (2016, p.34) a caracteriza como um método capaz de “dizer não à transparência dos fatos sociais”, indo além do que foi simplesmente dito ou manifesto. Uma das sínteses mais clássicas de Bardin a respeito de sua proposta metodológica dá conta de que se trata de um conjunto de técnicas de análise das comunicações que busca obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

Entre as técnicas propostas pela análise de conteúdo, utiliza-se, para esta investigação, a técnica “categorial-temática” que, conforme Braun *et al* (2006 *apud* Rosa & Mackedanz, 2021, p. 11) oferece uma descrição mais detalhada e diferenciada sobre um determinado tema específico, indo além do conteúdo semântico dos dados, identificando ou examinando as ideias, suposições, conceitualizações e ideologias subjacentes.

No intuito de obter a devida organização dos dados, obedeceu-se às seguintes fases proposta por Bardin (2016): pré-análise, exploração do material, categorização, tratamento dos resultados e interpretação. Conforme a autora, estes momentos constituem estratégias de análise e se dão da seguinte forma:

a) a pré-análise é a fase de aproximação, familiaridade e organização geral do material, de modo a se constituir o *corpus* da pesquisa, objetivando torná-lo operacional e sistematizar as ideias iniciais;

b) a exploração do material, que consiste em uma análise mais profunda do material, identificando unidades de significado, como frases ou parágrafos relevantes para o estudo, de modo a se construir uma codificação, com o objetivo de identificar padrões, temas e categorias.

c) a categorização, que se dá a partir de temas mais amplos que emergem dos dados. A técnica, na didática de Bardin consiste em classificar diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido dentro de uma “confusão” inicial” (Bardin, 2016 p. 48);

d) o tratamento dos resultados, inferências e interpretação, o que implica [para o caso dessa investigação] a utilização da análise de conteúdo e da análise estatística descritiva.

A definição das categorias, também a partir de Bardin (2016, p. 97-98), procurou obedecer os seguintes critérios: 1) exaustividade: que as categorias consigam abranger todas as manifestações ou elementos relevantes nos dados; 2) representatividade: que as categorias criadas para classificar os dados sejam representativas do conteúdo do material analisado; 3) homogeneidade: que as categorias sejam compostas por elementos que apresentam características semelhantes ou que compartilham traços comuns; 4) pertinência: que as categorias sejam relevantes e adequadas para a compreensão do fenômeno em estudo.

Lembrando que o uso de categorias significa, agrupar elementos, ideias ou expressões (indicadores) em torno de um conceito capaz de abranger o todo. Por vezes, as categorias podem ser estabelecidas antes mesmo do trabalho de campo, sendo necessário, porém, confirmá-las como existentes no *corpus* de dados” (Taquette, 2016, p. 528).

Isto posto, criaram-se as condições para as análises propriamente ditas. Realizamos, primeiramente, uma análise descritiva univariada dos dados e, em seguida, a uma análise bivariada. A análise estatística descritiva univariada permite entender as características dos indivíduos, caracterizar o ambiente empírico, captar sentimentos e expectativas, observar a participação cidadã e como avaliam a governança. Com a análise estatística descritiva

bivariada, buscou-se a ampliação dessa percepção mediante associações simples de variáveis²⁶.

Como base para este momento analítico, buscamos – antes de tudo - o detalhamento de categorias, variáveis e indicadores, procedimento que apresentamos na sequência, que permitiu definir com maior clareza os elementos que serão analisados, facilitando a interpretação dos resultados.

2.4.3 Detalhamento de categorias, variáveis e indicadores

A partir da observância dos critérios apresentados por Bardin (2016) foram identificadas 4 categorias ao redor das quais se organizaram as variáveis independentes: 1) identificação do participante, 2) dimensão política e social, 3) funcionamento do governo e 4) crise sanitária da COVID-19. Estas categorias, previamente existentes desde a organização de blocos temáticos para o questionário e a entrevista, foram confirmadas a partir da pré-análise e da exploração do “*cópus* de dados”.

Para cada variável independente existem indicadores que, ao longo das análises, são representados por tabelas, gráficos, nuvem de palavras, e utilizam-se percentuais e frequência como medida de resumo. Esse recursos visam quantificar, qualificar e ilustrar os referidos indicadores fornecendo uma impressão mais rápida e vívida do fenômeno em estudo. Ao mesmo tempo indicam onde um valor se situa em relação aos demais valores (Magalhães & Lima, 2013). A principal finalidade é traduzir de forma mensurável aspectos da realidade de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação (Ferreira *et al*, 2009). Por trás de cada indicador, está sempre a pergunta: como esse indicador afeta a percepção de democracia?

Convém, nesta sequência, apresentar de forma mais detalhada as categorias e indicadores. Lembrando que, sob muitos aspectos, essas categorias e indicadores se assemelham aos adotados pelo Lapop e Latinobarômetro ao analisarem atitudes e comportamentos dos cidadãos em relação à qualidade da democracia. No entanto, não tivemos a pretensão de reproduzi-los, mas apenas tê-los como referências e inspiração, uma vez que seus formatos são normalmente aplicados a *experts* em política ou em estudos comparados e com uma quantidade infinitamente maior de indicadores. Essa atitude nos

²⁶ Optamos por associações simples expressas em tabelas, gráficos e percentuais como medidas de resumo. Não avançando para estágios mais complexos da análise estatística, tais como correlações [que quantificam a força e a direção de uma relação linear entre duas variáveis], não são utilizados coeficientes de relação, que implicam causalidade, e não empregamos a análise de variância para comparar médias entre grupos

permitiu organizar categorias e indicadores (apresentados a seguir) com autonomia, de modo que pudessem ser significativos e compreensíveis para os jovens de nossa amostra investigativa.

2.4.3.1 Categoria 1: identificação dos participantes

Essa categoria diz respeito à variável “perfil sócio demográfico”, cujos indicadores buscam responder “quem são” os participantes da pesquisa. O intuito é mostrar o contexto social de onde falam e captar informações em termos de idade, gênero, escolaridade, classe social, ocupação e sustento econômico. Estas informações são relevantes porque as condições que garantem perspectivas favoráveis à democracia não podem ser outras senão as condições sociais (Reis, 1988). Ou seja, trata-se, na maior parte, de fatores individuais de percepção de democracia, do sentir na própria pele a condições sociais, decisões políticas e econômicas.

As perguntas para a coleta dos dados desta variável seguem o padrão usual dos dados de entrada de questionários de pesquisa. Dentre as informações, tem-se a preocupação de conferir a idade do respondente, que necessariamente deve situar-se na faixa requerida para a investigação: entre 15-29 anos.

Tabela 6
Questionário de dados sociodemográfico

Variável	Opções de resposta
Idade	-----
Bairro onde mora	-----
Estado civil	() solteiro () casado ou em união de fato () separado(a) - divorciado(a)
Grau de escolaridade	() Ensino básico () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo () Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo () Ensino Superior incompleto () Ensino Superior completo.
Gênero	() Masculino () Feminino () Outros
Ocupação no dia a dia	() se ocupa como estudante () se ocupa como trabalhador/a () nem trabalha – nem estuda () estuda e trabalha
	() pai

Sustento da casa	<input type="checkbox"/> mãe <input type="checkbox"/> você mesmo/a <input type="checkbox"/> esposo/a <input type="checkbox"/> outros
Classe social	<input type="checkbox"/> alta <input type="checkbox"/> média alta <input type="checkbox"/> média baixa <input type="checkbox"/> baixa

Elaboração própria conforme procedimentos para coleta de dados, para esta investigação, ano 2022.

2.4.3.2 Categoria 2: Dimensão política e social

Os dados relacionados a essa segunda categoria buscam, num primeiro momento, o acesso mais direto ao perfil ideológico a partir de informações acerca do pertencimento e religioso, da orientação política e filiação partidária do participante.

Tabela 7
Questionário de perfil ideológico e religioso

Politicamente você se orienta:	<input type="checkbox"/> para a esquerda <input type="checkbox"/> para a direita <input type="checkbox"/> para o centro <input type="checkbox"/> como um grupo supra partidário <input type="checkbox"/> outro.
É filiado a partido político?	<input type="checkbox"/> sim. Qual _____ <input type="checkbox"/> não
Sobre o modo como a religião se envolve com a política, no atual governo, você:	<input type="checkbox"/> discorda totalmente <input type="checkbox"/> discorda parcialmente <input type="checkbox"/> não concorda, nem discorda <input type="checkbox"/> concorda parcialmente <input type="checkbox"/> concorda totalmente
Você se sente participante de uma religião?	<input type="checkbox"/> sim. Qual _____ <input type="checkbox"/> não

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022.

Num segundo momento, os dados se concentram ao redor da variável “prática cidadã”, que engloba indicadores como o voto, a luta por direitos, o interesse e crença na política, e a preferência pela democracia. Esses dados são essenciais para compreender a percepção da democracia a partir da prática de cidadania, com base na realidade política vivida pelo indivíduo (Moisés, 2010, p. 291).

Tabela 8
Questionário de prática de cidadã

O seu grupo luta por direitos previstos na constituição?	<input type="checkbox"/> sim. Se sim, qual a principal reivindicação: _____ <input type="checkbox"/> não
Votou nas últimas eleições para presidente?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Votou nas últimas eleições para prefeito e vereadores?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Seu interesse pela política	<input type="checkbox"/> nada interessado <input type="checkbox"/> pouco interessado <input type="checkbox"/> interessado <input type="checkbox"/> muito interessado
Você acredita na política como fator de transformação social?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sei informar
Com qual das seguintes frases você está mais de acordo:	<input type="checkbox"/> A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. <input type="checkbox"/> Em algumas circunstâncias é melhor um governo autoritário a um governo democrático <input type="checkbox"/> Tanto faz um governo democrático e um governo autoritário

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022.

2.4.3.3 Categoria 3: funcionamento do governo

Esta terceira categoria refere-se à maneira como o governo opera, incluindo aspectos como qualidade de relacionamento com as instituições, transparência, responsividade, liberdade de expressão, desigualdade social, dentre outros, que contribuem para moldar a forma como percebe e avalia a eficácia e legitimidade do sistema democrático em que vive (Moisés, 2010, p.291). O resultado esperado é que o participante manifeste suas percepções de democracia a partir do *modus operandi* do governo. Para tanto, são feitas perguntas conforme a tabela abaixo:

Tabela 09
Questionário sobre funcionamento do governo

A desigualdade social	<input type="checkbox"/> aumentou <input type="checkbox"/> diminuiu <input type="checkbox"/> se mantém igual <input type="checkbox"/> não sei informar
Respeita as minorias sociais?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sei informar
Em suas decisões políticas prioriza	<input type="checkbox"/> a elite <input type="checkbox"/> o social <input type="checkbox"/> não sei informar
O direito à liberdade de expressão	<input type="checkbox"/> foi mantido <input type="checkbox"/> foi ampliado

	() sofreu restrições / foi diminuído () não sei informar
Respeita as instituições?	() sim () não () não sei informar
Atua de modo transparente	() sim () não () não sei informar
O Supremo Tribunal Federal	() tem sido um poder independente na defesa dos princípios da Constituição Federal () Tem praticado abuso de poder e se mostra a serviço de interesses políticos () não sei informar
Faz uso político das forças armadas ?	() sim () não () não sei informar
É culpado pelos crimes atribuídos a ele na CPI da COVID-19?	() sim () não () não sei informar
Faz a política do toma-lá-dá-cá?	() sim () não () não sei informa
Se utiliza de <i>fake news</i> ?	() sim () não () não sei informar
Respeita as leis ambientais?	() sim () não () não sei informar

Fonte: elaboração própria conforme procedimentos para coleta de dados, ano 2022.

2.4.3.4 Categoria 4: Crise sanitária da COVID-19 – Comporta-se como variável interveniente porque tem o potencial de afetar todas as outras variáveis na tabela. A pergunta que se faz neste momento é: como a gestão da pandemia de COVID-19 influencia a percepção da qualidade da democracia? Para isto é preciso considerar que a pandemia da COVID-19 representou um grande desafio para a saúde pública e para a economia e que afetou, significativamente, a juventude. O modo de gestão desta crise se relaciona à confiança pública, à avaliação que se faz do governo em termos de eficiência e funcionamento.

Nesse intuito, buscou-se obter percepções de democracia considerando as repercussões das decisões políticas do governo acerca da crise pandêmica, na vida pessoal e cotidiana dos participantes, envolvendo perspectivas e oportunidades, incentivo à educação, saúde física e mental.

As informações ao redor da gestão da crise sanitária se manifestaram, inicialmente, com a seguinte pergunta: “[...] o presidente é culpado pelos crimes atribuídos a ele pela CPI-COVID-19? A pergunta representa uma “opinião-síntese” sobre as diversas decisões do governo Bolsonaro na condução e enfrentamento da crise pandêmica da COVID-19. Para dados mais específicos, foram formuladas as seguintes perguntas:

- quanto à manutenção de direitos: “[...] seus direitos, principalmente em termos de direitos educacionais, foram mantidos?

- quanto a perspectivas e oportunidades: “[...] *desenvolveram-se perspectivas e oportunidades?*”

- quanto à afetação física e mental: “*houve perdas de familiares ou amigos próximos?*; *Sentiu-se tomado por estresse e ansiedade?*”

Tabela 10
Visão geral das categorias, variáveis e indicadores²⁷

Percepções da qualidade da democracia (VD)		
Categorias	Variáveis independentes	Indicadores
Identificação do participante	Perfil sociodemográfico	- idade - gênero - escolaridade - classe econômica - sustento econômico - ocupação
Dimensão política e social	Perfil ideológico	- orientação política - filiação partidária - opção religiosa
	Prática cidadã	- o voto - interesse pela política - crença na política - preferência pela democracia
Funcionamento do governo	Governança	- desigualdade social - liberdade de expressão - Instituições democráticas - transparência.
Crise sanitária da COVID-19	Variável interveniente	- afetação pela COVID-19
	Gestão da crise da COVID-19	- Incentivo à educação - perspectivas e oportunidades

Fonte: Elaboração própria (conforme procedimentos para esta investigação), ano 2022.

Conforme se observa na tabela acima, todas as análises estão organizadas ao redor da variável dependente “percepção de democracia” e se desenvolvem de modo progressivo, com base em dados coletados no ambiente social e político vivenciados pelos participantes.

Após a análise descritiva univariada, avançamos para a análise bivariada. A expectativa em relação às associações que foram construídas é de que proporcionem uma compreensão mais aprofundada do fenômeno em estudo. Entendemos que o maior êxito – neste sentido – poderia ser obtido organizando associações principalmente com a variável “governança”. Esta preferência resultou nas associações organizadas conforme a tabela abaixo

²⁷ Os diferentes indicadores, embora se inspirem em estilos adotados no latinobarômetro, Lapop e V-Dem, foram organizados de modo próprio, de acordo com o que se pensou ser mais adequado à amostra selecionada.

Tabela 11
Análise bivariada

Percepções da qualidade da democracia (VD)		
Variável Independente	Fator influente	Pergunta (sempre no contexto do governo Bolsonaro)
Transparência	escolaridade	Que percepção sobre a qualidade da democracia resulta da associação entre o nível de escolaridade e transparência das ações do governo?
Desigualdade social	Gênero	Que percepção sobre a qualidade da democracia resulta da associação entre gênero e desigualdade social?
Respeito às leis ambientais	Orientação política	Que percepção sobre a qualidade da democracia resulta da associação entre a orientação política e o respeito às leis ambientais?
Envolvimento entre política e religião	Pertencimento religioso	Que percepção sobre a qualidade da democracia resulta da associação entre o pertencimento religioso e o modo como a política se envolve com a religião
Respeito às minorias	Grupo de pertencimento	Que percepção sobre a qualidade da democracia resulta da associação entre o grupo de pertencimento e o respeito do governo às minorias sociais?
Incentivo à educação	Orientação política	Que percepção sobre a qualidade da democracia resulta da associação entre a orientação política e incentivo à educação?

Elaboração própria a partir de dados amostrais para a investigação, ano 2022.

No decorrer da análise tanto univariada quanto bivariada, que obedece progressivamente a sequência apresentada nas tabelas 10 e 11, respectivamente, se apresentada – na maioria das vezes - a seguinte ordem²⁸:

- 1º) Referencial teórico, resgatando informações principalmente do capítulo I, acrescido de novos autores e/ou dados de fontes secundárias;
- 2º) análises e discussão de resultados obtido em questionário
- 3º) Ilustração dos dados com apresentação de tabela ou gráfico, utilizando percentuais como medidas de resumo;
- 4º) Análise e discussão dos resultados obtidos na entrevista em profundidade.

²⁸ Há uma correspondência significativa entre os dados do questionário e da entrevista em nosso modelo de coleta de dados, embora não seja total devido à flexibilidade e espontaneidade inerentes à entrevista.

CAPÍTULO III

JUVENTUDE “EM MOVIMENTO” POR DEMOCRACIA E CIDADANIA

O capítulo insere a juventude brasileira no contexto dos Novos Movimentos Sociais, apresentando suas lutas por democracia e cidadania. Aborda a aproximação dessa mesma juventude ao bolsonarismo, oferecendo compreensões para o fato a partir de elementos da cultura política brasileira e da “articulação cultural bolsonarista”. Apresenta a realidade do governo Bolsonaro que, numa perspectiva behaviorista, representa o ambiente de estímulos para percepções acerca da qualidade da democracia.

3.1 Novos Movimentos Sociais: “#juventudes”

Em vários momentos da vida das sociedades, a juventude emerge como protagonista na arena política global. Normalmente ganha maior destaque quando ocupa as ruas e derruba governos. Sua maior importância, porém, está em forjar novas concepções do bem comum, trazendo inovações, despertando para a sustentabilidade, a diversidade e novas soluções para os desafios de um mundo globalizado. Como momento consagratório de seu protagonismo, celebrou-se, em 2018, o 50º aniversário de 1968, o ano que abalou o planeta devido a uma explosão de movimentos estudantis e juvenis que marcaria o nascimento dos chamados Novos Movimentos Sociais (Feixa, 2021).

Observam-se nestes Novos Movimentos Sociais características associadas a comportamento típico da juventude em tempos de uma sociedade em rede: novas formas de auto-organização, automobilização e auto liderança influenciados e moldados pelos meios de comunicação e pela tecnologia da informação, descentralizados e horizontais (Castells, 2017). Como movimentos pós-materialistas e emocionais, transcendem as tradicionais reivindicações econômicas ou de luta de classe, concentrando-se mais em questões culturais, identitárias e de reconhecimento (Castells, 2017). Do ponto de vista político, favorecem a ascensão de políticas destinadas a grupos minoritários, promovendo a fragmentação do debate político na busca por atender à diversidade e à pluralidade (Melucci, 1994).

O anseio por novas configurações sociais desencadeou, desde a década de 1960, uma onda de movimentos de protesto, cujos reflexos mais imediatos ocorreram a partir de 2011: a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha e o Occupy Wall Street nos Estados Unidos. Em comum, uma demanda por justiça social e econômica e por participação democrática. Mais recentemente, em 2017, ganharam expressividade global, no âmbito do Movimento feminista, a “Women’s March”, como resposta às posições do presidente dos Estados

Unidos Donald Trump, que negavam direito reprodutivo, igualdade salarial e combate à violência de gênero. Também nos Estados Unidos, com repercussão internacional ocorreu o movimento “#MeToo”, com campanha nas redes sociais para aumentar a conscientização sobre o assédio sexual e a agressão. Na Polônia de 2020, ocorreu uma onda de protestos massivos após a decisão do Tribunal Constitucional de proibir praticamente todos os casos de aborto (Cadena, 2021). Reiterando os mesmos objetivos ocorre, sistematicamente a Greve Internacional de Mulheres, em diversos países, no Dia Internacional da Mulher (8 de março), contra a desigualdade salarial, violência de gênero e pelos direitos reprodutivos (Magalhães, 2021; Reis & Duriguetto, 2021)²⁹.

Na América Latina, especificamente, o protagonismo juvenil provocou agitações, como *La Mesa Amplia Nacional Estudiantil* (MANE) colombiana, em 2011, contra as reformas educacionais do governo e a primeira onda de protestos estudantis chileno, a “Revolução dos Pinguins”, contra as políticas educacionais implementadas pelo governo, que incluíam privatizações, financiamento insuficiente para a educação pública e desigualdades no acesso à educação de qualidade (Salazar, 2016, p.181).

Progressivamente, a partir de 2013, ocorreram as “Jornadas de junho, 2013”, no Brasil, contra a corrupção política (Gohn, 2019). No Chile, o coletivo feminista LasTesis, realizou protestos contundentes contra a violência sexual e a impunidade sistêmica nas estruturas sociais, com a performance "Un Violador en Tu Camino" (Cadena, 2021).

Comum aos jovens participantes destes diversos movimentos sociais é o fato de que a maioria enfrenta exclusão sociolaboral. Embora seja uma geração qualificada, em média, vê sua entrada no mundo do trabalho extremamente precarizada. Na América Latina sempre foi assim: desigualdade de classe e gênero e a precariedade como uma constante notória no meio juvenil (Feixa, 2021). A juventude brasileira se insere nesta dinâmica, com mobilizações históricas na sua luta por direito de cidadania, conforme veremos a seguir.

3.1.1 Mobilizações da juventude brasileira

As mobilizações da juventude brasileira comprovam que – de fato – a juventude é uma força de mudança, criadora do dissenso, de novas pautas e de novos espaços de atuação política. Além dos próprios interesses, representa as vozes e necessidades de muitas outras

²⁹ Outras mobilizações neste sentido, foram: “*Idle no More*” referentes aos direitos indígenas, iniciado em 2012, no Canadá; o Movimento pelos Direitos de Portadores de Deficiência, desde a década de 1970; O Movimento “*Black Lives Matter*”, desde 2013, em resposta à violência policial contra negros; o Movimento pelos Direitos dos Imigrantes, da décadas de 2000 até o presente momento.

categorias. Suas demandas são diversas, envolvendo justiça social, direitos humanos, sustentabilidade ambiental, acesso a oportunidades, dentre outras, objetivando - essencialmente - uma sociedade mais justa e inclusiva (Groppo *et.al.*, 2019).

A juventude brasileira tem desempenhado papel crucial na defesa dos direitos e espaços democráticos desde a ditadura militar -1964-1985 (Colzani, 2012; Fausto, 1997). Durante esse período, manifestações estudantis lideradas por organizações como a UNE, enfrentaram perseguições e rotulações do regime. Nesse momento foram marcantes as “Mobilizações de junho de 1968”, com greves estudantis e a realização da “Passeata dos Cem Mil” no Rio de Janeiro (Colzani, 2012; Paiva, 2019).

Nos anos 70 e 80, movimentos estudantis ganharam força, unindo vozes de “Rock e Protestos contra a ditadura”, destacando-se através de canções de artistas como Caetano Veloso e Geraldo Vandré (Colzani, 2012). As mobilizações seguintes foram as “Diretas Já”, dos anos 80. Nestas, a juventude buscava eleições diretas, enfrentando a repressão e contribuindo para a transição política (Bezerra, 2020).

Após a redemocratização, realizaram-se muitas outras “Mobilizações pela Constituição de 1988”. Essa Constituição, que ficou conhecida como "Constituição Cidadã", reflete um compromisso progressista com a consolidação da democracia e inclusão de direitos sociais, especialmente educação, cultura, trabalho e participação política (Fausto & Fausto, 1994; Sposito & Carrano, 2003).

No âmbito da participação política, o direito de voto aos 16 anos foi uma importante conquista garantida pela nova Constituição e mobilizou na eleição presidencial de 1989 com a campanha “Se liga 16” (UBES, 2017). Em seguida, veio o movimento “Caras pintadas”, em 1992, após a eleição de Collor, e marcou a participação da juventude no primeiro impeachment presidencial democrático (Santos, 2021).

3.1.2 A juventude e a direita política: as “Jornadas de Junho 2013”

Momento politicamente significativo em termos de participação da juventude foram as “Jornadas de junho de 2013”, nas quais novos e diversificados grupos sociais trouxeram para as ruas diferentes correntes e narrativas relativas ao mundo da política e da cultura através de atos, protestos e ocupações em dezenas de cidades do país (Singer, 2013). Um desses grupos, de grande expressividade e que se formou neste contexto, foi o Movimento Passe Livre (MPL), organizado por estudantes. A pauta de reivindicações não era rigorosamente nova e estava muito além dos R\$0,20 centavos da passagem de ônibus que foi, ocasionalmente, o estopim da crise. Denunciava-se o cerceamento à liberdade de

expressão, a insuficiência de recursos para educação e saúde, a corrupção e os elevados recursos públicos destinados a grandes eventos esportivos³⁰. De modo geral os manifestantes criticavam a política e os políticos, especialmente estes últimos (Gondin, 2016, p. 41).

A questão do transporte se tornou, na verdade, a porta de entrada para questões maiores que se somavam a outros movimentos de contestação da ordem vigente ditada por uma agenda neoliberal (Valença, 2020). Notava-se, neste momento, que a juventude manifestava uma orientação política para a direita. Sua voz se unia às de muitos outros populares para repudiar o que consideravam ser os dois maiores problemas da gestão petista: a corrupção e a impunidade. Participavam de atos a favor do impeachment de Dilma Rousseff, de apoio à Operação Lava-Jato e ao juiz Sérgio Moro³¹, de manifestações contra o STF. Engrossaram marchas contra a ONU, marchas contra as drogas, marchas pela família, manifestações contra o aborto, carreatas em apoio a Bolsonaro, atos contra corrupção, manifestações pela prisão de Lula, marcha pelo PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), atos contra as manifestações de mulheres e feministas, apoio à greve dos caminhoneiros, entre outros (Kalil, 2018, p. 5).

Os participantes nestas manifestações eram, na sua maioria, jovens com menos de 25 anos de idade (Gondin, 2016), sendo vários deles já diplomados ou cursando o Ensino Superior. Tratava-se de uma juventude que não apenas participava fisicamente, estando presentes em protestos nas ruas, mas que promovia também a mobilização online (Singer, 2013).

Essas manifestações, na interpretação de Valença, (2020, p.32), resultaram de uma soma de diversos fatores: da inserção de milhões de brasileiros no mercado de consumo e a sua busca por novos direitos; da explosão popular frente ao marasmo ao qual o governo “condicionou” a população e os movimentos sociais; da *Internet*, do *Facebook* e das novas formas de mobilização social; da exigência popular pelo direito à cidade. Tudo isso representava o fim da legitimidade dos partidos políticos, das organizações de esquerda e da militância tradicional.

³⁰ Nesta ocasião, os jovens estudantes traziam em faixas e cartazes com a mensagem “queremos educação padrão FIFA”, em protesto contra a realização da Copa do Mundo de futebol no Brasil, em 2014.

³¹ Sérgio Moro, juiz federal, ficou conhecido, a partir de 2014, por sua atuação no âmbito da Operação Lava Jato, uma das maiores investigações de corrupção e lavagem de dinheiro na história do Brasil. Destacou-se pela condenação e prisão de políticos e empresários de alto escalão, incluindo o então ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva.

3.1.3 Mobilizações pós 2013 e o acirramento da polarização política

A polarização política, como efeito de ciclos políticos que representam mudanças ideológicas e, conseqüentemente, sentimentos de ressentimentos e desconfiança entre grupos políticos, intensificou-se nas redes sociais no pós-2013, afetando também a juventude. Enquanto a direita política se articulava e crescia com mais força a partir das “Jornadas de Junho 2013”, a esquerda também passou a manifestar-se mais fortemente.

Entre 2015 e 2016 se mobilizou contra decisões do governo direitista de Michel Temer, que assumiu a presidência do país após o impeachment da Presidente Dilma. A juventude promoveu ocupações em várias escolas e universidades brasileiras contra a proposta de reorganização do ensino médio e da PEC 241, que propunha um teto de gastos públicos por 20 anos, afetando negativamente o financiamento e a qualidade do serviço público para a educação. Manifestações estudantis secundaristas ocorreram em 2016, contra a proposta de reforma do Ensino Médio, por não atender às reais necessidades dos estudantes.

As mobilizações a partir de 2016 foram fortemente marcadas pela oposição ao impeachment da presidente Dilma, em 2016, e à prisão do ex-presidente Lula, em 2018. Concomitantemente, ocorreram os protestos do Movimento Lula Livre, durante a prisão do ex-presidente Lula, e os da comunidade LGBTQIA+ em resposta ao assassinato de Marielle Franco.

Às vésperas das eleições de 2018, aconteceram manifestações como a *hashtag* #EleNão, liderada principalmente por mulheres, em oposição ao candidato Jair Bolsonaro. O movimento expressou preocupações sobre direitos das mulheres, LGBTQ+ e questões de justiça social. Em 2019, jovens ativistas brasileiros participaram da “Greve Global pelo Clima”, se unindo ao movimento global liderado por jovens como Greta Thunberg³², buscando ações urgentes contra as mudanças climáticas e medidas para preservar o meio ambiente.

Outras manifestações da esquerda política se deram a partir das “Mulheres em luta pela soberania nacional”, repudiando atitudes da Ministra da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, prejudiciais aos interesses das mulheres e à promoção da igualdade de gênero; a “Frente Brasil Popular e o Povo Sem Medo³³” que, com o apoio das centrais

³² Ativista ambiental sueca que ganhou destaque internacional por sua luta contra as mudanças climáticas. Sua causa inspirou estudantes ao redor do mundo a participarem de greves escolares pelo clima, em um movimento que ficou conhecido como "Fridays for Future". No ano de 2019 a ativista tinha 16 anos.

³³ Coalizões de movimentos sociais, sindicatos, organizações populares e partidos políticos que atuam no Brasil. Compartilham o objetivo de defender os direitos sociais, promover a justiça social e lutar contra o que consideram retrocessos políticos e ameaças aos direitos das classes populares.

sindicais, protestaram contra o governo Bolsonaro; o 20º Fórum Social Mundial (FSM) que se destacou por promover existência contra as desigualdades provocadas pelo neoliberalismo.

Em meio a todas estas mobilizações, que alcançaram o ano eleitoral de 2018, persistia uma interrogação: como a juventude, que tanto lutou contra a ditadura militar e em defesa da liberdade, pôde ser uma das principais protagonistas na eleição de Bolsonaro? Na tentativa de encontrar uma explicação razoável, apresentam-se, de modo mais enfático, duas realidades: a cultura política brasileira e a articulação cultural bolsonarista.

3.2 Cultura política brasileira

Seria a cultura política brasileira uma justificativa para a eleição de Bolsonaro? Segundo estudiosos como Marcelo Baquero (2012), Marilena Chauí (1995), e Hernandez *et al.* (2021), sim! a cultura política brasileira legitima a ocorrência de figuras políticas como a de Bolsonaro, que não deve ser considerada um acidente de percurso, mas sim um fenômeno psicopolítico da sociedade brasileira contemporânea, imanente à sua própria historicidade.

Marilena Chauí (Chauí, 1995) afirma que, no Brasil, atravessamos periodicamente fases de autoritarismo. Isso se deve aos longos anos de escravidão, colonialismo e ditadura militar, que criaram uma tolerância a formas autoritárias de poder e foram visceralmente internalizados, naturalizando desigualdades, criando hierarquias e reproduzindo exclusões socioeconômicas. Isto tem reflexos diretos no funcionamento da política, no papel do Executivo e demais instituições.

Não há, por parte do povo, um real conhecimento sobre o funcionamento das instituições democráticas. O Estado, por exemplo, é percebido apenas como o Executivo. Essa situação, somada à ideologia do autoritarismo social e ao imaginário teológico-político, leva ao desejo permanente de um Estado forte para a salvação nacional. Por sua vez, o Estado percebe a sociedade civil como inimiga e perigosa, bloqueando as iniciativas dos movimentos sociais, sindicais e populares (Chauí, 1995).

O cientista político Marcelo Baquero (2012) considera que, no imaginário coletivo do brasileiro, existe a ideia de que a democracia não funciona. Consequentemente, isso abre espaço para o fortalecimento de valores antidemocráticos e uma cultura política

caracterizada pela resignação (sentimento de que nada pode ser feito para alterar a situação das pessoas) e pela hostilidade (sentimento de ceticismo e apatia em relação às instituições políticas).

Constata-se frequentemente na bibliografia sobre a evolução do Estado no Brasil a influência de um passado de instabilidade política e econômica, bem como de um legado autoritário que tem obstaculizado a construção de uma memória política orientada para a valorização ética e republicana e uma cultura política verdadeiramente democrática (Baquero, 2012, p. 86). A constatação do autor se fixa na influência do clientelismo, do personalismo e na suposta incapacidade da sociedade em fiscalizar e modificar o processo político. A forma de evolução do Estado teria propiciado apatia, distanciamento e práticas políticas atrasadas.

Tais elementos deram suporte ao surgimento da tecnocracia (decisões estatais a cargo de técnicos e especialistas) e a um sistema autoritário e centralizador, dominado por procedimentos clientelísticos, personalistas, corporativistas e populistas. Nesse contexto, o tipo de liderança que se espera é justamente a de alguém igualmente paternalista, populista e autoritário. E o povo, por sua vez, assume uma postura de subserviência que desestimula a cidadania (Baquero, 2012; Chauí, 1995; Hernandez *et al.*, 2021).

3.3 Articulação cultural bolsonarista

A psicologia política de Stuart Hall, em sua abordagem sobre articulação cultural, oferece um importante ângulo de observação, a partir de padrões de significado, práticas comunicativas e representações simbólicas que, oportunamente, podemos aplicar ao fenômeno Bolsonaro, com o intuito de melhor compreender como ele alcançou um alto percentual de eleitores jovens, não obstante ser associado ao retrocesso democrático, ao retorno das Forças Armadas e à apologia ao armamento civil.

Na sua teoria da “articulação cultural”, Stuart Hall menciona dois momentos que interagem de forma dinâmica e simultânea na formação de novos significados: a desregulação e a regulação da cultura. O primeiro momento refere-se a processos nos quais as fronteiras e normas culturais tradicionais são desafiadas, questionadas ou rompidas. Esse processo cria as condições para o segundo momento, a emergência de novas expressões culturais, que desafiam as formas estabelecidas de pensar, agir e se relacionar na sociedade. Esse momento é desencadeado por mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas, exigindo uma reconfiguração de normas e valores (Hall, 1997).

A aplicabilidade desta teoria ao caso Bolsonaro permite compreender a desregulação de uma política petista [que já dominava o poder político há 13 anos, podendo chegar a 16 anos caso vencesse as eleições de 2018], e o surgimento de uma nova articulação política baseada em elementos como antipetismo, conservadorismo, nacionalismo e rejeição ao establishment político tradicional.

Na desarticulação da cultura petista, estavam presentes elementos que reforçavam a desilusão e o desencanto com a crise política e econômica: um povo descrente das principais instâncias de representatividade popular e receoso do futuro. Enquadramentos emocionais que destacavam ideias relacionadas à continuidade do governo petista, que levaria o Brasil a se tornar uma nova Venezuela, uma sociedade de instabilidade política e econômica, autoritarismo, violação dos direitos humanos e fome; que implantaria no Brasil o comunismo, com forte intervenção estatal na economia, restrições à propriedade privada e coletivização dos meios de produção, podendo inclusive ser necessário ceder partes da própria residência para quem não tivesse onde morar. Além disso, havia o temor do incentivo à homossexualidade nas escolas (Cioccarri & Persichetti, 2018; Chagas *et al.*, 2019; Paludo, 2020).

Nesse momento, a grande mídia e as redes sociais ocupam um papel central e estratégico (Hall, 1997). No caso de Bolsonaro, elas construíram narrativas em torno de sua imagem como “homem do bem” e de sua popularidade, influenciando o público a ter uma percepção positiva. Para isso, contaram com uma massiva onda de *fake news*, promovendo um regime de regulação da cultura que resultou na emergência de novas expressões culturais e na redefinição das normas e fronteiras culturais, especialmente em questões de sexualidade, moralidade, crime, violência, padrões de conduta pública, religião, patriotismo e família (Santos, 2020, p. 5).

A articulação, neste caso, se organiza a partir de um conjunto de manifestações, práticas e expressões culturais associadas ao apoio ou alinhamento com as ideias, valores e políticas de Jair Bolsonaro, envolvendo música, arte, literatura, mídia e linguagens utilizadas por seus apoiadores (Tonetto, 2016). Foi bastante significativa, neste sentido, a adesão do sertanejo universitário, um estilo musical com forte popularidade entre os jovens. Grandes artistas desse estilo apoiaram publicamente o candidato Bolsonaro em seus shows (Mazui, 2018).

Nesse contexto a juventude se sente atraída por uma novidade chamada Bolsonaro. Uma descoberta que desde o primeiro momento coincide com o processo de construção de uma nova “articulação cultural” (Santos, 2020) que passa pela figura do mito, do

Messianismo bíblico, com narrativas capazes de oferecer resposta ao conflito entre o bem e o mal, o herói e anti-herói (Procópio, 2019).

A figura do mito, do herói ou salvador da pátria se relaciona à do político que se aproxima da identidade do próprio povo, de modo que ao olhar para ele, o povo veja a própria imagem, como se estivesse a olhar para um espelho (Junior & Bianco, 2019, p. 13). É amplamente encontrada na história política brasileira, líderes carismáticos que emergem em momentos de crise, apresentando-se como solucionadores dos problemas do país (Chauí, 1995; Baquero, 2012). Estes líderes, ao mesmo tempo que suscitam esperanças, se associam a traços autoritários (Fausto 1994)³⁴.

Assim se apresentou Jair Bolsonaro, em 2018, prometendo combater a corrupção, acabar com o comunismo, restaurar a ordem e impulsionar a economia (Fausto, 1994) e realizando o que consideramos ter sido uma “articulação cultural bolsonarista”. No contexto de sua eleição, 52% estariam dispostos a trocar instituições democráticas por um “salvador da pátria” (Abrantes, 2018). Mas quem era realmente Jair Bolsonaro? O que se pode dizer de seu passado político?

3.4 Bolsonaro de fato

Há mais de 30 anos Bolsonaro já figurava no cenário político brasileiro, tendo se filiado a 10 diferentes partidos ao longo de sua carreira. Sua primeira eleição, 1988, foi como vereador no Rio de Janeiro. Em 1990 foi eleito deputado federal, permanecendo, desde então, no alto escalão legislativo, (Furtado, 2019). Em todos os anos em Brasília, Bolsonaro teve apenas 1 projeto aprovado, referente à isenção de Imposto sobre produto industrializado para componentes de informática. Dedicou 56,7% de sua atividade parlamentar para assuntos de interesse militar e de segurança pública” (Furtado, 2019, p. 42).

Há tempos Bolsonaro demonstrava seu alinhamento com valores conservadores e sinalizava positivamente para o governo militar de 1964 a 1985 (Pinto, 2019). Foi particularmente marcante quando, em 31 de agosto de 2016, no dia do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, proferiu seu voto pelo impeachment, fazendo menção ao

³⁴ Na história política brasileira podem ser citados como exemplo de figuras carismáticas e populistas Getúlio Vargas (1930-1945), que se apresentou como uma figura capaz de modernizar o país, implementando reformas trabalhistas e estabelecendo uma relação próxima com a população. Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) prometeu desenvolvimento econômico, estabelecendo a meta de fazer o país avançar em 5 anos o que seria necessário em 50 anos. Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) fez promessas de redução da desigualdade e melhoria nas condições de vida.

coronel Brillhante Ustra, responsável, durante a ditadura, pela prisão e tortura de Dilma Rousseff, ao Exército de Caxias e às Forças Armadas (Diniz, 2016).

Antes disso, em 1993, como Deputado Federal, já havia defendido o fechamento do Congresso Nacional e a volta do regime de exceção, alegando que num regime de exceção, o chefe, que não precisa ser um militar, basta pegar uma caneta e riscar a lei que está atrapalhando. Disse preferir sobreviver no regime militar a morrer numa democracia (InfoMoney, 2022).

Outras posições assumidas publicamente, e que mostravam claramente seu perfil belicoso e conservador, podem ser sintetizadas em algumas de suas frases que ganharam notoriedade: “o erro da ditadura foi torturar e não matar” (entrevista à rádio Jovem Pan, junho de 2016); “no período da ditadura, deveriam ter fuzilado uns 30 mil corruptos, a começar pelo presidente Fernando Henrique, o que seria um grande ganho para a Nação” (maio de 1999, declarações difundida pela TV Bandeirantes); “vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre”, (comício no dia 1º de setembro em Rio Branco, referindo-se aos petistas daquele Estado; em evento no Estado da Paraíba, em 2017: “não tem essa historinha de Estado laico, não! o Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude (Carta Capital, 2018).

Suas posição quanto às minorias, em especial mulheres, negros e pessoas homoafetivas, também foi clara: “as minorias têm que se curvar para as maiorias” (encontro na Paraíba, fevereiro de 2017). Ao visitar um quilombo, em Eldorado Paulista, disse: “o afrodescendente mais leve, lá, pesava sete arrobas³⁵. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriar ele serve mais”. Referindo-se ao emprego das mulheres: “tenho pena do empresário no Brasil, porque é uma desgraça você ser patrão no nosso país, com tantos direitos trabalhistas. A mulher engravida e tem direito a seis meses de licença-maternidade, bonito pra c..., Quem vai pagar a conta? O empregador!” (entrevista ao Zero Hora, em dezembro de 2014). Em entrevista com a revista Playboy em junho de 2011, referiu-se aos homossexuais: “eu seria incapaz de amar um filho homossexual. Prefiro que um filho meu morra num acidente do que aparecer com um bigodudo por aí. Para mim ele já vai ter morrido mesmo” (Carta Capital, 2018).

A narrativa moral e conservadora de Bolsonaro mobilizava forte carga emocional e a cristalização de preconceitos e preferências. Ao longo de quase 30 anos de vida pública, a maior parte como Deputado Federal, esteve envolvido em polêmicas relacionadas aos

³⁵ O equivalente a 105kg.

direitos humanos, às questões de gênero e, principalmente, aos governos petistas. Seus discursos traziam sempre uma forte carga emocional e moral, sendo anti-Brasília, antissistema e anticorrupção, caracterizados por temas como ordem e segurança pública (Almeida & Borges, 2019).

A predominância de representações *antiestablishment* e politicamente incorretas era acompanhada pela aclamação de "mito", fomentando ao seu redor uma crescente ideologia de messianismo político (Almeida & Borges, 2019). O messianismo, que, a bem da verdade, se aplica também ao lulismo e, em menor proporção, aos demais candidatos que concorriam à presidência [em 2018], refletia a complexa conjuntura do país, que clamava por um “salvador da pátria”. No caso de Bolsonaro, essa imagem foi amplamente favorecida pela ênfase em seu sobrenome “Messias” na configuração midiática³⁶. O imaginário social se traduzia politicamente na certeza de que “o Messias já chegou e livrará as pessoas (de bem) dos corruptos”, o que explica seu exponencial crescimento entre os neopentecostais (Dias, 2020, p. 49).

Através de um discurso militarizado, com apelo religioso, falas e práticas populistas centradas no lema “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, Bolsonaro conquistou uma importante clientela de apoio entre o público evangélico. Sob muitos aspectos, esse público se identificou com seu discurso conservador, seja porque ele representava um homem de bem [contra o mal], seja porque recorria frequentemente – como um homem religioso – à Bíblia Sagrada, citando João 8:32: “... conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Pessoa, 2020).

A postura do candidato intensificou a polarização política que persistia desde as eleições de 2014, nas quais Dilma Rousseff (esquerda) obteve 51,65% dos votos, enquanto Aécio Neves (direita) conquistou 48,36%, com uma margem de diferença ligeiramente superior a 1% para a candidata vencedora (Avritzer et al., 2021). Com Bolsonaro, esse ambiente se tornou ainda mais tóxico e intolerante, alimentando a formação de grupos que se percebiam como inimigos em vez de adversários, gerando um clima de ódio e disseminação de desinformação (Albuquerque *et al.*, 2018).

Adiantando-se no tempo (Levitsky & Ziblatt, 2018), a partir da análise que fizeram do pré-candidato Bolsonaro para a presidência, perceberam que se tratava de uma séria ameaça à democracia brasileira porque seu perfil preenchia quatro fortes indicadores para a morte a democracia no país: 1) rejeição das regras democráticas; 2) negação da legitimidade dos

³⁶ Nome completo: Jair Messias Bolsonaro.

opponentes políticos; 3) propensão a restringir liberdades civis básicas de rivais ou da mídia; 4) encorajamento ou tolerância à violência.

3.5 Aproximação da juventude ao bolsonarismo

Há que se considerar, para melhor compreender esta aproximação, os argumentos recém-apresentados, tanto da “articulação cultural”, quanto da cultura política brasileira. As próprias manifestações de junho de 2013 constituíram um ponto de convergência destes elementos, expressando a insatisfação da população com o governo petista devido aos escândalos de corrupção, principalmente a questão do “mensalão³⁷” em 2005, e em 2014, a indignação com os resultados das investigações da “Operação Lava Jato”³⁸, envolvendo a Petrobrás, a maior empresa estatal do país, e várias outras empreiteiras (Avritzer, 2021).

Muitos jovens, naquele momento, se sentiram desiludidos e desencantados com a política (Gondin, 2016), ao mesmo tempo que simpatizantes e defensores da operação Lava Jato porque combatia a corrupção endêmica no país³⁹. Este apoio da juventude, juntamente com o apoio popular mais amplo, propiciou a ascensão de um candidato opositor que se apresentava como uma alternativa limpa, transformadora e que resolveria estes problemas: Jair Bolsonaro (Avritzer *et al.*, 2021).

A imagem de Bolsonaro que foi se formando, revelava um homem de espírito transgressor, líder forte e pulsante, com ideias liberais. Um ícone que se chocava com o *establishment* e que abordava temas de forma irresponsável, de um jeito tipicamente juvenil: rebelde, controverso, polêmico e com linguagem recheada de palavrões e considerada de baixo calão. Este novo jeito de ser e de se comportar gerou identificação com características e anseios da juventude (Machado, 2017).

³⁷ Escândalo político que veio à tona durante o governo petista envolvendo acusações de compra de votos no Congresso Nacional por meio de um esquema de pagamento mensal a parlamentares, visando garantir apoio político ao governo.

³⁸ A operação Lava Jato se refere, inicialmente, a uma rede de postos de gasolina que era usada para movimentar dinheiro ilícito e lavar os recursos obtidos através de esquemas de corrupção na Petrobras. A operação revelou um esquema de corrupção muito mais vasto e maior que envolveu empreiteiras, executivos, políticos e partidos políticos.

³⁹ Inicialmente, a Operação Lava Jato conquistou amplo apoio devido aos seus esforços no combate à corrupção. No entanto, após 5 anos, tornou-se alvo de críticas que geraram controvérsias em relação à sua condução e impacto. Dentre as críticas destacam-se o uso excessivo de delações premiadas, prisões preventivas prolongadas e ações que poderiam comprometer o devido processo legal, bem como vazamentos seletivos de informações para a mídia. Esses vazamentos seletivos influenciaram negativamente a opinião pública, alimentando a percepção de que a operação tinha motivações políticas para atingir determinados políticos ou partidos. Um ponto crucial para o descrédito da Lava Jato foram as alegações de parcialidade contra o ex-juiz Sérgio Moro, figura central em todos os processos (Avritzer, 2018).

Desde o período de pré-campanha, já se observava um elevado número de jovens simpatizantes das propostas bolsonaristas: 60% dos eleitores de Bolsonaro tinham entre 16 e 34 anos. Dentre eles, 30% tinham menos de 24 anos (Machado, 2017). A internet foi um dos mais fortes instrumentos desta aproximação. O pré-candidato soube utilizar-se estrategicamente deste recurso: enquanto outros candidatos permaneciam atrelados à figura tradicional do marqueteiro político, preocupados com o marketing político, a imagem pública, a propaganda eleitoral, os slogans, os debates televisivos e as estratégias de inserções regionais, Bolsonaro já angariava 12,2 milhões de seguidores no Instagram, 9,5 milhões no Facebook, 4,5 milhões no Twitter e 2,5 milhões de inscritos em seu canal no Youtube (Iasulaitis & Oliveira, 2019; Junior & Blanco, 2019).

A internet, neste momento, deixava de ser apenas uma forma de entretenimento e passou a ser um instrumento prático, acessível e diferenciado na campanha política, capaz de interligar pessoas, disseminar informações e criar meios interativos de comunicação entre eleitores e candidatos de forma rápida (Grolla & Nishijima, 2019), com um poder exponencial de mobilização (Martino, 2015, p. 58). No período da campanha política, 93% dos brasileiros eram consumidores da internet (Tokarnia, 2020).

Desejosa de mudança, a juventude formou um verdadeiro exército digital e gratuito na defesa e divulgação das propostas de Bolsonaro sobre valores da família, hierarquia, ordem, religiosidade e combate à corrupção (Dieguez, 2019). Muitos influenciadores digitais contribuíram para ampliar este apoio, principalmente o Movimento Brasil Livre [MBL]⁴⁰, formado por jovens, que se autodenominavam “novos atores políticos” (Betim, 2018).

A militância tornou-se ainda mais inflamada diante de um acontecimento que serviu para consagrar Bolsonaro como herói, mito e mártir: a facada que sofreu na reta final da campanha, enquanto era carregado nos ombros por seus apoiadores. Esse atentado, transmitido ao vivo e apresentado de forma dramática e comovente, gerou a imagem de um líder sendo atacado por um fanático religioso-político opositor. Internado às pressas e submetido à cirurgia, Bolsonaro, fora de combate, observava o crescimento de uma militância digital inflamada e o vertiginoso aumento de simpatizantes por sua causa (Albuquerque, *et al.*, 2018). Resultou, de todo este cenário que no dia 28/10/2018,

⁴⁰ O MBL (Movimento Brasil Livre) é um movimento, político brasileiro, protagonizado por jovens, que surgiu em 2014, como uma organização apartidária de viés liberal e conservador, com ênfase na defesa do liberalismo econômico e da redução do tamanho do Estado. Aos poucos foi se alinhando à pautas conservadoras, de direita. Liderou manifestações populares contra o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, principalmente durante o processo de impeachment dela em 2016 e apoiou ativamente a candidatura de Bolsonaro nas eleições de 2018 (Betim, 2018).

Bolsonaro foi eleito presidente com 55,13% dos votos válidos, totalizando 57.796.986 votos.

3.6 Os 3 primeiros anos do Governo Bolsonaro

A jovem democracia brasileira, que ao longo de seis mandatos presidenciais buscava solidificar-se à luz da Constituição Cidadã de 1988, esperava ser robustecida no sétimo mandato presidencial, sob a liderança de Jair Bolsonaro. Essa era a expectativa de mais de 57 milhões de brasileiros que nele depositaram sua confiança.

Apesar da turbulência da campanha política, seu primeiro pronunciamento apontava nessa direção ao convocar o povo a ser sua testemunha de que em seu governo seria um defensor da democracia e da liberdade. Era uma promessa não de um partido, não era a palavra vã de um homem, mas um juramento a Deus (DW-Brasil, outubro de 2018). Ainda no calor da eleição, manifestava propósitos de ser um defensor da liberdade, um governo que defenderia e protegeria os direitos do cidadão, que cumpriria seus deveres e respeitaria as leis. Leis que, segundo ele, seriam para todos pois, seu governo seria constitucional e democrático (Correio Braziliense, 2018).

As expectativas da população em relação ao governo Bolsonaro eram otimistas. O Índice de Confiança Social (ICS), medido pelo IBOPE-Inteligência (2019), mostrou que nos primeiros meses de 2019 o “pêndulo da democracia” oscilava com números ligeiramente positivos, indicando a recuperação da confiança da população nas instituições, que cresceu 10 pontos em relação ao ano de 2018. A instituição que apresentou a maior recuperação nos primeiros meses foi a Presidência da República, registrando um crescimento de 35 pontos (Ibope, 2019).

No entanto, começava a soar negativamente o fato de que, na composição de seu ministério, 20 dos indicados nunca haviam sido sequer secretários municipais ou estaduais, nem exercido cargos legislativos, e grande parte deles era proveniente das forças armadas. Sérgio Moro, com status de herói nacional, enquanto juiz da Lava Jato, foi escolhido para o superministério da Justiça e Segurança Pública. Essa escolha foi politicamente desconfortável para o Presidente eleito, já que Moro fragilizou o Partido dos Trabalhadores e prendeu o ex-presidente Lula, o único que somava reais condições de derrotá-lo nas eleições (Silva & Simões, 2020).

Avritzer *et al.* (2021) destacam, na montagem do governo, o novo ministro da economia, Paulo Guedes, PhD em economia pela Universidade de Chicago, berço do liberalismo econômico. O economista emergiu como uma peça influente no processo de

mudança do pensamento político brasileiro e conquistou o apoio da classe empresarial, assegurando que um país economicamente liberal seria a melhor opção.

Seguindo a lógica da “não coalizão partidária”, Bolsonaro continuou a escolher membros para o ministério, incluindo a líder da bancada ruralista, Tereza Cristina, para o Ministério da Agricultura, e Damares Alves (evangélica) para o Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos. Os militares das Forças Armadas foram os que mais ocuparam espaço em toda a Esplanada dos Ministérios e no Planalto, começando pelo próprio Presidente (capitão do Exército) e pelo Vice-presidente (general do Exército). Foram designados militares para os seguintes cargos estratégicos: Ministério do Gabinete de Segurança Institucional; Ministério de Minas e Energia; Ministério da Secretaria de Governo; Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Ministério de Infraestrutura; Ministério da Controladoria-Geral da União; Ministério da Defesa. Em um levantamento realizado a pedido do Tribunal de Contas da União (TCU) constatou-se que, em meados de 2020, havia 6.157 militares lotados em cargos civis da administração pública federal, representando um aumento de 108,2% em comparação com o ano de 2016 (Inácio, 2021).

Estas opções eram reflexo das convicções olavistas que ditavam os rumos do novo governo (Bianchi, 2019). Olavo de Carvalho, mentor político de Bolsonaro, tinha como pano de fundo de suas convicções, a síntese tradicionalista do conflito entre o bem e o mal que reforçava itens da “agenda de costumes”, como a flexibilização do porte de armas, o excludente de ilicitude, o Estatuto da Família (que define a família como a união entre um homem e uma mulher, excluindo casais homoafetivos) e os bons costumes da religião. Ele incentivava o horror ao comunismo, ao multiculturalismo, ao politicamente correto, a propensão a soluções autoritárias na política e a rejeição à ciência.

Essas características mantinham articulações com fenômenos similares, como os derivados de Aleksandr Dugin, na Rússia, ideólogo de Putin; Steve Bannon, nos EUA, ideólogo de D. Trump; Gábor Vona, na Hungria, entre outros (Bianchi, 2019). Em seu discurso na embaixada brasileira, nos Estados Unidos, Bolsonaro confirma sua total afinidade com as ideias olavistas ao manifestar que sempre sonhou em libertar o Brasil da ideologia nefasta da esquerda e que uma das suas maiores inspirações era o professor Olavo de Carvalho. Um homem, segundo ele, admirado pelos jovens do Brasil (Veras, 2020, p.1).

3.6.1 Relações conflituosas e cooptações

É legítimo pensar que em democracias liberais possa existir conflito, considerando o fato de que os poderes entre si são controlados e controladores, em busca do necessário equilíbrio e diante da inclinação natural de cada um deles a excessos. O que não parece natural é um poder se sobrepôr a outro, excedendo suas atribuições ou mesmo não observando os requisitos necessários para a aplicabilidade de suas determinações (Chauí, 2012).

O desequilíbrio indicado por Marilena Chauí já se prenunciava na fala do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, ainda no calor da campanha política: “Bastam um soldado e um cabo para fechar o Supremo Tribunal Federal”. Isso demonstrou uma atitude de força diante da possibilidade de que alguma decisão do Supremo Tribunal Federal, a corte suprema da nação, pudesse impedir a posse de seu pai como presidente (Beraldo, 2018).

As manchetes dos jornais passaram a repercutir, com frequência cada vez maior, os atritos entre o executivo, membros do governo e outros poderes. Contra o Congresso: “Bolsonaro convoca apoiadores para ato anti Congresso⁴¹”; “General Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, profere um ‘foda-se’ ao Congresso e sugere o povo nas ruas⁴²”. As tensões giravam, principalmente, em torno de cargos políticos estratégicos, medidas econômicas, orçamento da União, reforma da previdência e crise de saúde pública. O ponto alto, porém, era a constante ameaça de dissolução do Congresso Nacional.

Contra a Ordem dos Advogados do Brasil [OAB]: “se o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil quiser saber como o pai dele desapareceu no período militar, eu conto”, diz Bolsonaro⁴³. O presidente manifestava descontentamento com a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil pela forma como defendia os Direitos humanos e por encaminhamentos de pedidos de investigação.

Em relação aos partidos políticos, houve atritos e dificuldades em manter uma base de apoio coesa, o que, de certo modo, é natural numa democracia. Porém, com o propósito *antiestablishment*⁴⁴, Bolsonaro adotava a atitude de – segundo ele - distanciar-se da velha

⁴¹<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaro-convoca-apoiadores-para-ato-anti-congresso-diz-jornal/>

⁴²<https://correiodoestado.com.br/politica/general-helena-chama-congresso-de-chantagista-e-dispara-fodase/367788>

⁴³<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/07/se-o-presidente-da-oab-quiser-saber-como-o-pai-desapareceu-no-periodo-militar-eu-conto-diz-bolsonaro-cjyohyb7y01hz01k0gtd3r1gd.html>

⁴⁴ O termo é utilizado, em português, no sentido de alguém que vai contra a ordem estabelecida. De modo geral designa atitude ou ideia contrária à oficialidade.

política que se baseava na troca de favores por aprovação no Congresso. A crise se acentuou quando Bolsonaro divulgou um texto que falava de um país ingovernável fora de conchavos que ele se recusava a fazer com partidos políticos, transmitindo a ideia de que os partidos políticos são corruptos e não defendem os interesses e necessidades da população. Integrantes do Judiciário e Legislativo interpretaram a fala do presidente como uma manobra para a plateia e como uma forma de se esquivar da responsabilidade de governar, transferindo a causa dos problemas para os demais poderes.

O desprezo pelos partidos políticos [fase inicial do seu governo, em 2019] explica-se, também, pela sua opção de governar com as bancadas da bala, do boi e da bíblia (BBB), termos simbólicos que representam apoiadores favoráveis à agenda das forças de segurança, ao aumento do uso da força policial e à flexibilização do porte de armas (bancada da bala); apoiadores ligados ao agronegócio, especialmente à pecuária e à produção de carne bovina (bancada do boi); apoiadores ligados à comunidade evangélica e seus interesses pela defesa de valores tradicionais (bancada da Bíblia). No governo Bolsonaro, a bancada da bala contava com 275 parlamentares, a ruralista com 198 e a evangélica com 74. Ao todo, 73% dos deputados estavam inscritos em pelo menos um dos três grupos (Veloso, 2016, p. 36).

Neste contexto, Bolsonaro não vê na democracia representativa um regime normativamente superior ou mesmo funcionalmente mais eficaz do que qualquer outro. Pelo contrário, o presidente e muitos no seu governo repetem na mídia e nas redes sociais que 'quem manda é ele' e que ele recebeu a maioria dos votos para implementar o programa para o qual foi eleito (Amaral, 2021:114).

O tipo de relacionamento com os partidos políticos se altera a partir de 2020, quando entra em cena o "centrão": partidos que abrigam grande parte dos políticos das bancadas evangélicas, ruralistas e do agronegócio e que se unem para conseguir maior influência no parlamento. Trata-se de um grupo de partidos sem coloração ideológica clara, que adotam uma postura pragmática e oferecem apoio ao governo em troca de cargos, verbas, recursos e influência na máquina pública (Poder360, 2020).

No governo Bolsonaro, essa prática evoluiu para o "orçamento secreto", permitindo que políticos recebessem verbas públicas sem declarar a quantia e nem o seu destino (Jornalistas Livres, 2022). Entre 2020-2022, o orçamento secreto se apropriou de R\$ 53,9 bilhões dos recursos públicos (Weterman, 2022)⁴⁵ que saíram dos cofres públicos para

⁴⁵ O valor corresponde a 11 bilhões de dólares, considerando uma taxa de câmbio de 4,90 reais por dólar.

serem aplicados em redutos eleitorais de deputados e senadores. Contrariando a disposição inicial de Bolsonaro, o “centrão” passou a representar sua plena adesão à "velha política", ao fisiologismo e ao "toma-lá-dá-cá", colocando interesses pessoais e materiais acima do bem comum (Santos, 2022).

Em relação à liberdade de expressão, o governo Bolsonaro tem sido alvo de debates e controvérsias, envolvendo a imprensa e as fake news. Em muitos momentos o relacionamento com a imprensa foi tumultuado, tenso e conflituoso. Um levantamento da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, aponta que a violência contra jornalistas cresceu 105,77% em 2020. Foi o ano mais violento desde o início da década de 1990. No dia da liberdade de imprensa, Bolsonaro sugeriu fechar a mídia brasileira: “Se for para punir *fake news* com a derrubada de páginas, fechem a imprensa brasileira que é uma fábrica de *fake news*, especialmente a Globo e a Folha” (Fenaj, 2021).

A relação entre Bolsonaro e a Rede Globo, a emissora de TV mais influente do país, parceira no período pré-eleitoral, foi se tornando cada vez mais tensa após as eleições. Tratada por Bolsonaro como “globo lixo”, a Rede Globo viu Bolsonaro privilegiar concorrentes como as redes Record, SBT e Bandeirantes com verbas publicitárias. O favoritismo midiático acentuou a polarização política retratada nos noticiários das diferentes emissoras, refletindo a politização que se criou e se espalhou para muitos outros meios de comunicação falados e escritos (Emiliano, 2019).

Neste contexto, Bolsonaro inaugurou um canal de comunicação próprio e direto com seus apoiadores, as *lives* semanais do presidente, utilizando-se, sempre, de uma linguagem simples e próxima do público. Um espaço privilegiado para desmentir todas as afirmações da mídia opositora a seu respeito e, ao mesmo tempo, transmitir a suas verdades. As *lives* semanais passaram a ser uma fonte de informação para o povo, caracterizando um contexto de populismo e pós-verdade⁴⁶ de modo especial para as narrativas acerca da COVID-19 (Soares, 2021).

O ambiente de extrema polarização política, anti Congresso, antissistema, pró-regime militar, fez com que o 7 de setembro de 2021 se tornasse um dos dias mais tensos sob o governo Bolsonaro. O Dia da Independência do Brasil, habitualmente, é marcado por manifestações e protestos nas ruas. No entanto, este 7 de setembro de 2021 foi diferente:

⁴⁶ O termo quer que fatos objetivos têm menos influência para definir a opinião pública do que o apelo à emoção ou crenças pessoais (Oxford Language, 2016). No âmbito político o debate se desconecta da política pública, ignora fatos e adota apelos emocionais manipuláveis.

havia uma expectativa a mais e a pergunta que muitos se faziam naquele momento era: vai ter golpe? Bolsonaro vai dissolver o Congresso e prender ministros do Supremo? O povo estava agitado.

As manifestações aconteciam pró e contra o governo. Se multiplicavam os cartazes e faixas bolsonaristas que pediam o fechamento do STF e do Congresso, o afastamento de ministros e a intervenção militar. Encorajado pelo apoio da multidão Bolsonaro fez duro pronunciamento chamando o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, de “canalha” e que não respeitaria decisões judiciais proferidas por ele. E declarou: "A paciência do nosso povo já se esgotou! Nós acreditamos e queremos a democracia! A alma da democracia é o voto! E não podemos admitir um sistema eleitoral que não oferece segurança” (BBC-News, Brasil, 2021).

Esta última fala se referia a uma outra questão muito polêmica: a desconfiança quanto ao sistema de votação pela urna eletrônica, alegando que houve fraudes nas eleições de 2018 (embora tenha sido ele o vencedor). A gravidade da acusação se somava à insinuação de que para as eleições de 2022 já estaria formado um complô para fraudar as eleições e evitar sua vitória. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), responsável pela organização das votações, refutou todas as acusações de vulnerabilidade do sistema eletrônico, principalmente após a fracassada tentativa de Bolsonaro de comprovar em *live* (ao vivo) tal fragilidade. O TSE reafirmou que o atual processo eletrônico de votação adotado no Brasil é seguro, auditável e transparente, ressaltando o histórico de 25 anos sem registros de fraudes (TSE, 2021)⁴⁷.

3.6.2 Liderança sob denúncias

Com a crescente tensão das relações entre Bolsonaro e as Instituições democráticas, os pedidos de *impeachment* protocolados na Câmara dos Deputados aumentaram significativamente. Em junho de 2021 já se somavam 122⁴⁸, reunindo mais de 100 denúncias por crimes previsto na lei do *Impeachment* (Lei 1.079/50), especialmente por atos de hostilidade contra nação estrangeira, incitação à dissolução do Congresso Nacional,

⁴⁷ O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), responsável pelo sistema eletrônico de votação no Brasil, realiza regularmente testes públicos de segurança, nos quais hackers éticos e especialistas em segurança cibernética, do Brasil e do exterior, são convidados a tentar encontrar vulnerabilidades no sistema. Esses testes têm o objetivo de identificar possíveis falhas de segurança e aprimorar a integridade do sistema eletrônico de votação. Não se detectou, em nenhum momento, possibilidade de fraude ou vulnerabilidade.

⁴⁸ Os presidentes anteriores também foram alvos destes pedidos, mas em número consideravelmente menores: Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) → 24 pedidos; Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) → 37 pedidos; Dilma Rousseff (2011-2016) → 68 pedidos; Michel Temer (2016-2018) → 31 pedidos.

tumulto em investigações, violação do direito à vida dos cidadãos na pandemia, acusações de fraude nas urnas eletrônicas, e incitação de militares à desobediência à lei, além de não penalizar subordinados que agiam ilegalmente (BBC NEWS- Brasil, 2021).

O presidente da Câmara, Arthur Lira, indicado e apoiado por Bolsonaro para o cargo, não colocou em pauta nenhum desses pedidos de *impeachment*, alegando que o momento para tomar essa decisão não é definido por normais legais ou regimentais, mas sim pela própria natureza do processo⁴⁹. Além disso, Lira considerava não existir nenhuma irregularidade para se abrir um processo contra o chefe do executivo do país (Hirabahasi, 2021).

Bolsonaro contava ainda com outro importante apoio para protegê-lo dos efeitos da lei: a Procuradoria-Geral da República, uma instituição diretamente relacionada ao trabalho do Ministério Público, responsável por fiscalizar as ações dos três poderes (Lei 9.068, 1946). O Procurador-Geral, Augusto Aras, também indicado diretamente pelo presidente, passou a ser alvo de suspeitas de prevaricação por proteger o Presidente da República de responder a processos judiciais. O órgão não apresentou nenhuma denúncia contra o Presidente desde 2019 até julho de 2022, tendo arquivado 104 pedidos a respeito (Cerione, 2019)⁵⁰. A cumplicidade de Aras (Procurador-Geral da República) e Lira (Presidente da Câmara) com Bolsonaro contribuiu para aumentar as tensões desses órgãos com o Tribunal Superior Eleitoral, membros do Ministério Público, lideranças partidárias, o Congresso Nacional, mas, principalmente com o Supremo Tribunal Federal.

Soma-se a isto, a intervenção do governo Bolsonaro em órgãos de controle e fiscalização, promovendo, por exemplo, a substituição de chefias na Polícia Federal e na Receita Federal. Comandantes das Forças Armadas foram pressionados a assumir posições políticas alinhadas ao governo e a presença de militares em eventos políticos e manifestações pró-governo tornou-se frequente (Feitoza, 2023).

Reflexo direto dessas relações problemáticas, foram o desrespeito às instituições, o desequilíbrio entre os poderes da República, a perda da independência dos órgãos de controle e fiscalização e o descrédito da democracia representativa. Neste contexto, os partidos políticos obtiveram seu pior resultado, enfrentando a desconfiança por parte de 61% das pessoas (em 2019, esse número era de 58%). O Congresso Nacional passou a ser

⁴⁹ O presidente da Câmara acredita que os pedidos de impeachment não seguem um cronograma ou regras fixas, ao invés, dependem do contexto e das circunstâncias particulares do processo em questão.

⁵⁰ A Procuradoria Geral da República não integra o judiciário, é vinculada diretamente ao Poder Executivo e integra o Ministério Público Federal. Tem o poder de propor ações diretas de inconstitucionalidade, ações penais públicas e recursos extraordinários.

visto como não confiável por 49% da população, e a Presidência da República sofreu a maior deterioração, com a desconfiança de 50% em 2021, em comparação a 31% em julho de 2019 (Costa, 2021).

3.6.3 Gestão da crise da COVID-19

A capacidade de liderança de Bolsonaro passou a ser questionada devido à maneira como lidou com a pandemia de COVID-19. O Centro Brasileiro de Pesquisas e Estudos de Saúde e a Conectas Direitos Humanos denunciaram que o agravamento da crise resultou de uma estratégia institucional de propagação do vírus promovida pelo próprio governo federal. Como parte dessa estratégia estava a atitude negacionista, que consistia na teoria da imunidade de rebanho [por infecção], na não aceitação dos protocolos científicos e na insistência no tratamento precoce à base de cloroquina e, principalmente, na recusa em comprar vacinas⁵¹ (CEBES, 2021).

Outra grave denúncia está relacionada ao fato de Bolsonaro ter mantido em sigilo projeções de mais de mil relatórios de agentes de inteligência do seu próprio governo, que informavam sobre o aumento no número de casos e de mortes. A atitude de indiferença em relação aos dados desses documentos reforça a convicção de que Bolsonaro ignorou não apenas as recomendações do Ministério da Saúde, mas também a necessidade de transparência na divulgação dos dados. Ao lado de tudo isso, estava também a lentidão do Ministério da Saúde em definir estratégias de testagem e combate à doença (Vargas, 2023).

Em meio à pior crise sanitária de sua história, o país passou quatro meses sem um Ministro da Saúde. O quarto ministro a assumir o cargo, Marcelo Queiroga, buscando alinhamento com a política de Bolsonaro, disse que a política de saúde que implementaria seria do governo Bolsonaro, não do Ministro da Saúde. O Ministério da Saúde executaria a política do governo. Essa postura conduziu a gestão da crise cada vez mais para os “laboratórios” da política e não para os da ciência (Bridi, Gurgel, Galzo, 2021). A inação e o negacionismo do governo Jair Bolsonaro vitimou 680 mil pessoas⁵² e levou hospital ao colapso. Assim, o Brasil, com apenas 3% da população mundial, concentrou 11% das mortes no planeta, o que equivale a 4 vezes a média mundial por milhões de habitantes (Magenta, 2021).

⁵¹ O Ministério da saúde recusou 11 ofertas formais de fornecimento de vacina, o que significaria, considerando apenas uma das fornecedoras (a Pfizer) a aquisição de 70 milhões de doses ainda em 2020.

⁵² Dados do mês de setembro/2021.

Por essas razões, começaram a ocorrer com frequência cada vez maior, a partir de abril de 2021, manifestações [na mídia] imputando a Bolsonaro a culpa pelas milhares de mortes no país, chamando-o de genocida. Por determinação do STF (Supremo Tribunal Federal), instalou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) cujo relatório final apontou nove crimes⁵³ cometidos por Bolsonaro na gestão da crise sanitária (Teixeira, 2021).

3.6.4 Juventude impactada

O fator COVID-19 se apresenta como pano de fundo da arena política e democrática da juventude para os anos de governo Bolsonaro. Ao observar seus efeitos na educação [fator sempre sensível à juventude], percebe-se que foi devastador (OIT, 2020). Desde o início da pandemia, mais de 70% dos jovens que estudavam ou combinavam os estudos com o trabalho, foram adversamente afetados não só pelo fechamento de escolas, de universidades e de centros de treinamento, mas também por fatores relacionados a transtornos mentais. Cerca de 50% dos jovens se mostravam propensos a sofrer de ansiedade ou depressão, enquanto 17% já sofriam com esses problemas (Conjuve 2020)⁵⁴

Apesar dos esforços para continuarem os estudos e a capacitação, metade destes jovens acreditavam que a conclusão dos estudos seria atrasada e 9% afirmaram que poderiam ter que abandonar os estudos definitivamente. Além disso, 65% deles disseram ter aprendido menos com o ensino remoto. Entre as principais razões para esta defasagem está a falta de acesso às tecnologias necessárias ao ensino remoto (OIT-Brasília, 2020).

Na esteira da má gestão da crise da COVID-19, a juventude viu crescer a taxa de desemprego, calculada em janeiro de 2021 em 14,2%; 6 a cada 10 jovens tiveram alteração em sua carga de trabalho: seja por aumento, redução ou parada temporária das atividades,

⁵³ 1) Crime de epidemia com resultado de morte: por causar ou propagar pandemia; 2) Crime de infração a medidas sanitárias preventivas: por infringir determinação do poder público destinada a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa; 3) crime de emprego irregular de verbas públicas: por empregar recursos públicos de forma irregular, diferentemente do previsto originalmente; 4) Crime de incitação ao crime: por incentivar publicamente a prática de qualquer crime previsto em lei; 5) Crime de falsificação de documentos particulares: por falsificação parcial ou totalmente de documento público ou particular; 6) Crime de charlatanismo: por divulgar, propagar, ou anunciar a cura de uma doença de um modo não autorizado pela ciência; 7) Crime de prevaricação: por retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal; 8) Crime contra a humanidade: previstos no Estatuto de Roma⁵³, uma convenção internacional que prevê ataques generalizados e sistemáticos contra a população civil como crimes de homicídio, extermínio, escravidão, deportação ou transferência forçada de uma população, tortura e agressão sexual; 9) crime de responsabilidade: por atentar contra a Constituição, a existência da União, o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados, o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, a segurança interna do país e a probidade na administração.

⁵⁴ A pesquisa foi realizada em plataforma *online Survey Monkey*, com 33.688 jovens de todos os Estados do país.

ou ainda por demissão e fechamento do local de trabalho. Trabalhadores(as) mais jovens, geralmente empregados em setores de atendimento ao cliente, prestação de serviços e vendas, foram mais fortemente afetados economicamente: 5 a cada 10 mencionam redução na renda de suas famílias e 4 a cada 10 indicam ter perdido renda pessoal e/ou familiar e boa parte menciona ter buscado formas alternativas para complementar a renda. A pesquisa acentua ainda que 34% dos jovens, em razão deste contexto, se tornaram pessimistas em relação ao futuro (Conjuve 2020).

A situação da juventude tornou-se ainda mais complexa quando se verificou, pelo “Relatório de Evidências Sobre as Políticas Federais de Juventude no Brasil”, publicado pelo Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), que o Plano Plurianual [PPA 2020-2023]⁵⁵ cortou 93% do orçamento da Secretaria de Juventude e acabou com políticas públicas para a categoria. No último ano de seu mandato o orçamento da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) chegou ao menor patamar da história, caiu 93,5% em relação à média dos anos anteriores (Motoryn, 2022).

Em termos de execução orçamentária, o cenário era ainda mais devastador. No primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro, em 2019, apenas 27% do orçamento destinado à Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) foi utilizado. Em 2020, o valor efetivamente gasto foi de 0,5% do orçamento anual previsto. Já em 2021, apenas 2% da verba prevista foi utilizada pelo órgão. Isso resultou no desmantelamento de diversas políticas e programas que eram coordenados pela Secretaria Nacional da Juventude. Entre as razões para os investimentos irrisórios está o fato de que a Secretaria Nacional da Juventude passou a integrar o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, cujo perfil político era conservador. Seguindo a diretriz geral do governo, o ministério afastou-se dos movimentos sociais da juventude (Motoryn, 2022).

O impacto da falta de investimento em políticas públicas para a juventude repercutiu negativamente na participação política. Em fevereiro de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral registrou o menor número de jovens de 16 e 17 anos que tiraram o título de eleitor desde que esses dados começaram a ser acompanhados. Segundo o levantamento, apenas 834.986 jovens haviam tirado o documento até março de 2022. Nas eleições de 2018, mais de 1,4 milhão de adolescentes nessa faixa etária estavam aptos para votar (TSE - 2022).

⁵⁵ O PPA (Plano Plurianual) é um instrumento de planejamento governamental utilizado no Brasil. Ele é estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e tem como objetivo definir as diretrizes, objetivos e metas do governo para um período de quatro anos (Agência Senado, 2021)

O Atlas da Violência mostrava que a violência era um dos problemas de maior gravidade no país, sendo a principal causa de morte de jovens. Em 2019, de cada 100 jovens entre 15 e 19 anos que morreram no país por qualquer causa, 39 foram vítimas de violência letal. Para aqueles de 20 a 24 anos, foram 38 vítimas de homicídio a cada 100 óbitos, e para os de 25 a 29 anos, foram 31. Dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos, totalizando 23.327 jovens que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, uma média de 64 jovens assassinados por dia no país. O instituto considera, porém, a possibilidade de que esses números sejam ainda maiores devido à deterioração na qualidade dos registros oficiais (IPEA, 2021).

Soma-se a esses cenários a corrupção política e o conseqüente abuso dos direitos humanos. 73% da população brasileira acredita existir irregularidades nas contas do governo Bolsonaro. Os fatos mais relevantes envolvem compra de vacinas contra COVID-19 por valores superfaturados, a prática de “rachadinhas⁵⁶”, o orçamento secreto e os desvios de verbas da Educação para pastores evangélicos, entre outros (Jornalistas Livres, 2022).

Entre os atos fraudulentos, o mais sentido pela juventude foi a corrupção que ocorreu na Educação. Em outubro de 2022, o governo Bolsonaro formalizou o bloqueio de recursos no Ministério da Educação (MEC), colocando em risco todas as instituições e universidades federais, que teriam que sobreviver com R\$ 2,4 bilhões a menos. Uma das áreas afetadas foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Bolsonaro vetou, por duas vezes, o reajuste de 34% para o Programa de Alimentação Escolar, que já não era corrigido desde 2017. A juventude estudantil organizou manifestações contra o desmonte das políticas educacionais, especificamente em resposta à denúncia de que, em 2020, mais de 3,6 bilhões que deveriam ser destinados para a educação, foram desviados para fins eleitoreiros (CPERS-Sindicato, 2022).

De meados do governo para frente, a juventude passou a conviver cada vez mais com declarações absurdas contra as instituições, a favor do golpe militar, discriminatórias em relação às mulheres, artistas, quilombolas e comunidade LGBTQIA+, contra a ciência, ao mesmo tempo que convivendo com um líder político que percebiam ser incapaz de um enfrentamento adequado à crise da COVID-19, ao desemprego e à fome, com suspeitas de corrupção (BBC-News, Brasil, 2021).

⁵⁶ Funcionários públicos, geralmente assessores parlamentares, são obrigados a devolver parte de seus salários aos políticos ou seus superiores.

A imagem do “mito”, que se fortaleceu durante a campanha política e que se mantiveram nos primeiros meses de governo, foi sendo desconstruída muito rapidamente diante destas realidades e de outras como a fome que atingiu 33 milhões de pessoas, e a insegurança alimentar se elevou para 55,2% da população (Rede Penssan, 2021). A juventude sentiu-se decepcionada (Iasulaitis & Oliveira, 2019). A autoavaliação geral da felicidade dos jovens brasileiros, captada pela média de satisfação com a vida no presente, numa escala de 0 a 10 era de 6,7 em 2017-18, teve uma queda para 6,4 em 2019, chegando a 6,1 em 2020, o menor ponto da série histórica desde 2006 (FGV-Social, 2021).

3.6.5 Juventude campo-grandense

A juventude do Estado de Mato Grosso do Sul e, particularmente, de Campo Grande, como já mencionado na introdução desta investigação, se insere nesse drama global e nacional, reproduzindo situações de desigualdade, violência, fome e afetações pela COVID-19.

Além destas realidades, importa acrescentar alguns dados de conotação mais voltadas para a participação política. De modo geral, a juventude campo-grandense se mantém pouco envolvida em protestos e manifestações. Quando decide participar, alia-se aos populares e movimentos sociais em sua diversidade. A última e mais expressiva manifestação na qual se envolveu ocorreu em 2015, mobilizando mais de 10 mil pessoas, representadas por diversos sindicatos e movimentos sociais, incluindo a Central Única dos Trabalhadores - CUT, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, a Federação dos Trabalhadores em Educação - FETEMS, a União Nacional dos Estudantes - UNE e a União Campo-grandense de Estudantes - UCE⁵⁷. A pauta comum, nesta ocasião, foi a defesa da democracia, da Petrobrás, da Reforma Política, da Reforma Agrária e da Demarcação das Terras indígenas (CUT, 2015).

A restrição pandêmica, durante a maior parte do governo Bolsonaro, inviabilizou não apenas protestos e manifestações, mas também as próprias reuniões dos grupos juvenis. Um dos únicos registros expressivos neste sentido ocorreu em 2021, quando – juntamente com outros populares – a juventude marcou presença em um ato convocado por

⁵⁷ Entre os movimentos sociais presentes na manifestação CUT - Central dos Trabalhadores do Brasil; UGT – União Geral dos Trabalhadores; NCST - Nova Central Sindical dos Trabalhadores; MST/MS – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Mato Grosso do Sul; FETAGRI-MS – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul; Movimento Indígena; SINERGIA - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Comércio de Energia no Estado de Mato Grosso do Sul; SINTSPREV - Sindicato dos Trabalhadores Público em Saúde, Trabalho e Previdência em Mato Grosso do Sul; MMC – Movimento de Mulheres Camponesas; Sindicato dos Psicólogos de Mato Grosso do Sul; CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza; Partido dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul • Partido Comunista do Brasil de Mato Grosso do Sul.

movimentos sociais, partidos políticos e centrais sindicais, contra a política do presidente Bolsonaro. Nesta ocasião, manifestaram apoio à ciência, à vacina e a políticas de erradicação da fome e da pobreza (Godoy, 2021).

Em termos de opções políticas, é relevante destacar que a juventude campo-grandense faz parte de um estado da Federação no qual Bolsonaro saiu vencedor nas eleições em 66 dos 79 municípios. Na capital, a votação em Bolsonaro atingiu 71,27%. De maneira geral, Bolsonaro conquistou quase 70% dos votos dos sul-mato-grossenses. Esses dados permitem deduzir que uma grande maioria da juventude apoiou Bolsonaro, considerando que 43,3% da população é composta por pessoas com menos de 30 anos (Gazeta do Povo, 2018). A região Centro-Oeste, que abriga Mato Grosso do Sul, se consolidou, a partir das últimas eleições, como a região mais bolsonarista do país (Pires, 2022).

O número de jovens de 15 a 29 anos que estudam e trabalham em Mato Grosso do Sul aumentou nos últimos anos. Em 2019, eram 105 mil pessoas nessa faixa etária, e em 2022, o número subiu para 109 mil (Ferreira, 2023). Com uma porcentagem de 17,2% da população jovem estudando e trabalhando o Estado ocupa a 9ª posição entre as unidades federativas. No que diz respeito aos jovens ocupados, mas que não estão estudando, o número era de 286 mil em 2019, reduzindo para 277 mil em 2022. Já entre aqueles que frequentavam a escola, mas não estavam trabalhando, os números foram de 146 mil em 2019 e 143 mil em 2022 (Ferreira, 2023).

Todas essas realidades, tanto locais quanto nacionais, acentuam a importância do que foi dito ao introduzir este capítulo: representam o ambiente empírico e contextual em que os jovens desta investigação estão imersos e onde são forjadas suas percepções sobre a qualidade da democracia. Consideramos que essas compreensões são essenciais para a construção fidedigna das análises que passaremos a desenvolver nos capítulos IV e V, seguintes.

CAPÍTULO IV**ANÁLISE UNIVARIADA:
INDICADORES DE PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DA DEMOCRACIA**

Numa perspectiva fenomenológica, o capítulo busca qualificar e quantificar indicadores empíricos do período 2019-2022 do governo Bolsonaro, com o objetivo de compreender percepções da qualidade da democracia. A análise estatística descritiva univariada dos dados aqui realizada corresponde às categorias “Identificação dos participantes”, “Dimensão política, Funcionamento do governo e “Crise sanitária COVID-19”. Para uma melhor contextualização dos dados, essa análise é enriquecida com dados de fontes secundárias e complementada por aspectos teóricos, além dos já apresentados principalmente no capítulo I.

4.1 Identificação dos participantes

A identificação dos participantes é um primeiro e importante passo para a análise de atitudes e comportamentos. As informações surgem da descrição de indicadores sociodemográficos, tais como gênero, idade, escolaridade, classe econômica, sustento econômico e ocupação diária. Esses dados, numa perspectiva behaviorista, são essenciais para compreender a percepção da qualidade da democracia com base na realidade vivida pelo indivíduo, e que contribuem para moldar a forma como percebe e avalia a eficácia e legitimidade do sistema democrático em que vivem (Moisés, 2010, p.291).

Duas importantes características brotam da própria natureza da amostra e se destacam no perfil geral dos participantes: o fato de serem “jovens organizados” e cujos grupos de pertencimento possuem um “caráter reivindicatório”.

a) Jovens organizados

Os jovens envolvidos nesta investigação são considerados “jovens organizados”, uma vez que compartilham uma identidade de grupo que envolve uma história, demandas, base ideológica, hierarquia interna e apoio de movimentos sociais mais amplos e nacionais [cfr. item 3.1]. Esses contornos estão alinhados ao modo de ser dos Novos Movimentos Sociais, caracterizados por estruturas marcadas pela horizontalidade, diversidade de lideranças e co-responsabilidade na tomada de decisões, com uma visão pluralista e inclusiva (Sobarzo, 2001); entendidos como espaços de resistência e construção de identidades coletivas (Maffesoli, 2003); ligados a valores pós-materialistas (Perea, 2001) e considerados espaços de expressões das subjetividades, fatores que representam um processo de socialização política (Sposito *et al.*, 2020).

É comum nestes casos, a conexão que se observa entre grupos e movimentos como forma de organização em rede, uma analogia adaptada aos tempos da internet, formada por grupos imersos na vida cotidiana, com fins específicos e que se caracterizam pela conexão múltipla. As redes de comunicação cotidiana são o lugar onde o significado da mobilização é constituído (Melucci, 2010), estabelecendo vínculos com diversas questões sociais e identidades de maneira ampla e inclusiva.

O termo “conexão”, aplicado à expressão “grupos e movimentos sociais”, tem o sentido de identificação, inspiração-apoio. Para o caso desta investigação temos: o grupo “Coletivo de Cultura Juventude e Comunicação” (CCJC), do assentamento Eldorado I, que conta com apoio e orientação do Movimento Sem Terra. Os grupos Tia Eva e GENI, que têm conexões com Movimento Negro Unificado. O grupo Marçal de Souza, que se inspira no Movimento Indigenista Brasileiro. O grupo Art-Jovem, que se apoia no movimento LGBTQIA+. O Acredito-MS, que é uma das sedes do movimento ACREDITO, presente em diversas capitais brasileiras. O DACLOBE e CENTRAU, como grupos de estudantes, que se inspiram no Movimento Estudantil que envolve a UNE – União Nacional dos Estudantes, diversos Centros Acadêmicos, os DCE – Diretório Central de Estudantes, e a UEE – União Nacional dos Estudantes. Nesse tipo de agrupamento social, é natural, como explica Baquero (2012), que os jovens compartilhem informações entendidas como formas de poder, demonstrem vontade de participar e implementem ações em prol da comunidade.

Tabela 12
Quadro síntese dos participantes

Nome do grupo	Quantidade	%	Movimento Nacional
Acredito - MS	15	18,99%	Acredito
Marçal de Souza	9	11,39%	Articulação dos Povos indígenas
ART- Jovem	12	15,19%	Movimento LGBTQIA+
CENTRAU	6	7,59%	Movimento Estudantil
DACLOBE	10	12,66%	Movimento Estudantil
GENI	10	12,66%	Movimento Negro Unificado
Tia Eva	8	10,13%	Movimento Negro Unificado
CCJC	9	11,39%	Movimento Sem Terra

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022.

b) De caráter reivindicatório

Quando descritos como grupos “de caráter reivindicatório”, enfatiza-se que não apenas fazem parte da sociedade, mas também buscam conquistar espaços de direito dentro dessa mesma sociedade. Neste contexto, a palavra “social” adquire um significado político,

referindo-se a organizações inclusivas, compostas por diversos grupos de interesses, de diferentes setores, que se unem em busca de soluções para uma insatisfação comum. Em muitos casos, essa insatisfação está relacionada à percepção de falta de democracia. As reivindicações são realizadas de forma coletiva, como estratégia de somatória de vozes e de esforço conjunto para alcançarem êxito em suas reivindicações e ganharem visibilidade social em torno de pautas identitárias (Tilly, 2012).

Uma das constatações que indica que se trata de grupos que reivindicam direitos é a resposta oferecida à pergunta: “*Seu grupo luta por direitos previstos na Constituição?*” A pergunta pode parecer paradoxal, uma vez que, se os direitos já estão assegurados pela Constituição, não seria necessário lutar por eles. No entanto, é exatamente aí que reside o caráter reivindicatório: garantir que esses direitos sejam efetivamente cumpridos, protegidos e ampliados. A resposta foi afirmativa para 78,48% dos participantes.

O caráter reivindicatório pode ser compreendido, conforme o behaviorismo radical, como resultado de reforços positivos por parte dos próprios pares no convívio grupal, onde se percebe que é através das reivindicações que as demandas são atendidas. Isso pode ocorrer por meio de processos de modelagem, nos quais os indivíduos observam e imitam o comportamento de outros membros de movimentos sociais ou líderes, ou por reforço social positivo, como o senso de pertencimento e apoio emocional (Skinner, 1971).

Tabela 13
Caráter reivindicatório do grupo ou movimento

O seu grupo luta por direitos previstos na Constituição?	%
Não	21,52%
Sim	78,48%

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022

A reivindicação por direitos está intrinsicamente ligada à “boa democracia” (Morlino, 2015), pelo fato de que numa democracia saudável, os cidadãos têm direito de expressar suas necessidades, demandas, expectativas por meio de protestos e manifestações, exigindo responsividade do governo. Reivindicar direitos é um direito e, sob muitos aspectos representa uma oportunidade para o atendimento da necessidade dos menos favorecidos socialmente (Dahl, 1997). Se por um lado, indica saúde da democracia, por outro, indica que tais direitos, justamente por serem reivindicados, podem estar sendo desrespeitados, ameaçados ou inexistentes.

Figura 2

– Principais direitos reivindicados



Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

Entre os mais mencionados pelos jovens estão o direito à educação, moradia, alimentação. No entanto, é natural que entre os direitos comuns a todos, tenham sido enfatizados alguns aspecto relacionado à identidade grupal. Por exemplo, o grupo CCJC luta pelo direito à terra, os grupos Tia Eva e GENI buscam o fim do racismo, o grupo Acredito-MS defende a democracia, os grupos CENTRAU e DACLOBE reivindicam melhorias na educação, e o grupo Marçal de Souza luta pela demarcação de terras indígenas. Se por um lado, a possibilidade de reivindicar direitos indica possibilidade de liberdade de expressão, participação e contestação (Dahl, 1997) por outro, indica que tais direitos não estão sendo respeitados ou inexistem.

Estes dois aspectos [jovens organizados e grupos sociais de caráter reivindicatório], juntamente com dados do perfil sociodemográfico, apresentados a seguir, permanecem como pano de fundo para a compreensão de muitos dos resultados acerca da qualidade da democracia, tanto aqueles provenientes da análise do próprio perfil sociodemográfico, quanto da dimensão política e social, do funcionamento do governo e da interveniente COVID-19.

4.1.1 Perfil sociodemográfico

Explorar os dados sociodemográficos significa, nesta investigação, submeter as percepções de democracia às experiências e realidades vividas no cotidiano, sentidas na própria pele. Significa também identificar padrões ou tendências de comportamento e atitudes, a partir

da compreensão de quem são e do lugar social de onde falam. Este é o parecer de autores como Moisés (1994), Soares (2000), Norris (2013), Souza & Manuel (2017) e Biroli (2018) que debatem a relação entre dados sociodemográficos e democracia, considerando-os como fatores que podem influenciar a participação e a percepção política das pessoas.

Níveis de renda, escolaridade, tipo de trabalho, local de residência, gênero, entre outros, são variáveis sociodemográficas que podem impactar as percepções sobre a qualidade da democracia, assim como a compreensão de seus valores a partir das experiências e realidades individuais (Moisés, 1994).

Veremos, nos dados que seguem, que o perfil sociodemográfico destes participantes revela uma amostra ainda bastante jovem, com muitos deles com idades abaixo dos 24 anos, solteiros, interessados pela política no âmbito “do político”, pertencentes – na sua maioria – a uma classe média baixa e baixa, dependentes financeiramente dos auxílio dos pais e que possuem um bom nível de escolaridade.

4.1.1.1 Idade e estado civil

Normalmente a variável “idade” é um componente importante para compreender diferenças e semelhanças entre grupos sociais e permite análises comparativas de dados em estudos de desigualdades sociais, em pesquisas longitudinais (Silva *et al.*, 2013) e no campo do desenvolvimento humano (Erikson, 1976). Autores como Pereira (2012), Flores-González & García Gonzáles (2014), Souza (2017) argumentam que quanto menor a idade, maior a possibilidade de apatia política com base em percepções negativas em relação às instituições políticas, partidos, falta de representatividade e ausência de políticas públicas voltadas para a juventude.

Embora a análise comparada por idades, ou mesmo a avaliação de engajamento político por faixa etária, se mostrem sempre interessantes, nossa investigação adota a variável para, objetivamente, confirmar a correspondência entre a amostra selecionada e a faixa etária entre 15 e 29 anos [cfr. tabela 14], mantendo a coerência entre o escopo do estudo e o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852) para a categorização da juventude no Brasil. De acordo com os dados coletados, a maioria dos participantes está concentrada na faixa etária dos 15 a 24 anos (83%).

Tabela 14
Idade dos participantes (ano 2022)

Idade	Quantidade
15	2
16	1
17	3
18	4
19	3
20	10
21	12
22	10
23	5
24	5
25	1
26	4
27	6
28	4
29	9

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022

A média de idade, para o ano de 2022, é de 23 anos, sendo que os 2 mais jovens têm 15 anos e os 9 mais velhos, 29 anos. Nos deparamos com o fato de que 92,41% destes jovens são solteiros, o que – de certo modo – se explica a partir da própria cultura brasileira onde, em média, os homens se casam entre os 25 e 30 anos e as mulheres entre os 21 e 27 anos.

É natural, também que, na maioria das vezes, jovens entre os 15 e 24 anos ainda estejam na escola, na universidade ou iniciando suas carreiras profissionais. Neste momento, o casamento não é uma prioridade (Observatório Nacional da Família, 2019). Esta constatação serve também para desconsiderar – no caso desta investigação - qualquer possibilidade de vínculo entre esta faixa etária e o solteirismo enquanto fenômeno social que pudesse indicar apatia, ativismo ou qualquer outra postura política.

Tabela 15
Estado civil

Estado civil	%
Casado (a)	6,33%
Separado (a)	1,27%
Solteiro (a)	92,41%

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

O que se pode ainda acrescentar, em proveito dessa informação acerca da faixa etária, é que há, nesta fase da vida, uma busca natural por espaços de autoafirmação (Erikson, 1976), por espaços de cidadania, e expectativas por um governo que proporcione oportunidades, assegurando a confiança nas instituições democráticas (Groppo, 2015).

4.1.2.2 Gênero

Importa, antes de tudo, destacar que gênero não é uma essência ou característica inata, algo que se tenha ou seja, mas sim uma realidade continuamente produzida e reproduzida por meio das interações sociais e culturais. A distinção entre homem e mulher não é fixa e universal, ao contrário, é uma construção social fluida que permite às pessoas mudarem e experimentarem diversas formas de gênero ao longo do tempo, variando em diferentes culturas e momentos históricos (Butler, 1992).

Essa ideia é particularmente importante para distinguir gênero de sexo. Enquanto o gênero se refere aos aspectos sociais, culturais e psicológicos da identidade, sendo, portanto, uma construção social e cultural, o sexo é determinado por aspectos biológicos e fisiológicos, como cromossomos, genitais e hormônios. As pessoas são classificadas como machos ou fêmeas (Butler, 1992). A questão está profundamente enraizada nas estruturas políticas e sociais da cultura de um povo, e a política – neste contexto - se configura como um espaço privilegiado para a luta pela igualdade, intrinsecamente ligada à busca por reconhecimento, recursos, poder, oportunidades.

Para uma democracia verdadeiramente inclusiva e representativa, é essencial que as mulheres tenham acesso aos mesmos espaços e recursos políticos que os homens, assim como às mesmas oportunidades de participação e liderança nas decisões políticas (Fraser, 2001). No entanto, tanto no contexto europeu (Norris, 2013, pp. 16-17) quanto na realidade brasileira (Biroli, 2018), as mulheres enfrentam barreiras à participação política, como a sub-representação em cargos públicos. No caso do Brasil, acrescenta-se o fato de que a desigualdade está vinculada à disparidade econômica, com diferenças salariais entre mulheres e homens, bem como entre mulheres brancas e negras (Soares, 2000).

O relatório "Feminismo, Igualdade de Gênero e Políticas Públicas na América Latina e no Caribe" (CEPAL, 2020) destaca a persistente baixa de representação política das mulheres na região, apesar de avanços recentes. Em 2019, as mulheres compunham apenas 30,6% dos parlamentares e ocupavam apenas 11,3% das cadeiras de chefia de Estado ou governo. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ressalta que as mulheres enfrentam sub-representação nos partidos políticos.

A Oxfam-Brasil, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral, revela uma significativa desigualdade de gênero na representatividade política. Entre 2016 e 2020, as mulheres, mesmo sendo a maioria da população e mais instruídas que os candidatos homens, representaram menos de 14% das candidaturas para o poder executivo municipal,

evidenciando uma disparidade persistente na participação política. Para cada candidatura feminina, havia nove candidaturas masculinas às prefeituras (Oxfam-Brasil, 2020).

É particularmente difícil a situação enfrentada pela comunidade LGBTQIA+. O relatório divulgado pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA-World, 2020), revela que em 2019 foram registrados 329 homicídios de pessoas LGBT, representando um aumento de 6% em relação ao ano anterior. Esse dado coloca o Brasil como o país que mais mata pessoas LGBT no mundo, com uma taxa de homicídios de 1,6 para cada 100.000 habitantes⁵⁸.

Em nossa investigação, 67,09% dos jovens se identificaram como mulheres, 27,11% como homens e 3,8% assinalaram como “outros”. Esta alta representação feminina é reflexo de uma realidade já constatada por Gohn (2019) ao tratar da participação política e social das mulheres no Brasil desde a década de 1960. Elas buscam novos direitos não apenas para si mesmas, mas para todas as formas de ser humano, explorando todas as possibilidades de ser mulher.

O engajamento das mulheres nos movimentos sociais, inclusive no aspecto quantitativo, está relacionado à histórica opressão sofrida, que inclui a negação de direitos, discriminação de gênero, violência e limitação de oportunidades. Para elas, os movimentos sociais passaram a representar um espaço organizado e seguro para suas reivindicações, além de uma ruptura com o confinamento à esfera privada (Souza-Lobo, 1991). Nestes novos espaços, criam uma maior consciência coletiva das desigualdades, o que representa empoderamento. Não discutem apenas questões relacionadas ao custo de vida, educação e moradia, mas também abordam questões mais amplas, como aquelas ligadas ao gênero e à dicotomia entre o público e o privado (Souza-Lobo, 1991).

Nesta questão de gênero, mais especificamente a partir da situação das mulheres como integrantes dos “excluídos socialmente”, constata-se que 86% dos jovens - nesta pesquisa - acreditam que no governo Bolsonaro não há nenhum tipo de respeito por elas. Essa percepção torna-se mais compreensível ao se analisar as declarações dos representantes dos diferentes grupos.

⁵⁸ O governo Bolsonaro extinguiu, em 2021, o Departamento de Promoção dos Direitos LGBT. O fato representou, para essa comunidade, grande retrocesso na proteção e promoção de seus direitos (Pereira, 2022).

Representantes do grupo GENI e do CCJC, formados basicamente por mulheres, ao serem questionados sobre o respeito às mulheres e às pessoas homoafetivas por parte do governo Bolsonaro, responderam categoricamente que “[...] *não há respeito*”. Eldorado, do CCJC, expressa sua indignação com o representante máximo do governo: “*a gente vê um presidente falar coisas absurdas como “essa mulher não merece ser estuprada porque ela é muito feia. Isso é uma coisa que choca muito*”⁵⁹. A representante do grupo GENI mostra o quanto é real a questão da interseccionalidade manifestando ser duplamente atingida, como mulher e negra: “[...] *é um governo racista, preconceituoso quanto às mulheres*”.

Astro, ao qualificar Bolsonaro em relação à questão de gênero, o define como “[...] *machista e misógino*”. Nhandevá também acentua a questão do preconceito: “[...] *Foi falando contra os gays, explorando o kit gay*”⁶⁰, *que ele conseguiu entrar na cabeça das pessoas cristãs, evangélicas, que são mais conservadoras*”. Eldorado atribui a Bolsonaro a principal responsabilidade pela discriminação: “[...] *A gente ouvia pessoas falando sobre “mamadeira de piroca*”⁶¹, *sobre “kit-gay”, e achavam que tudo isso era verdade, porque Bolsonaro tinha dito. Mas a gente sabia que aquilo era fake news*”. Dacló complementa: “[...] *Na concepção de Jair Bolsonaro, a gente não existe, não somos tema a ser discutido; ele não enxerga as particularidades destes seres humanos.*”

Entre os integrantes do grupo Art-LGBT, [12 jovens, no total], 1 respondeu afirmativamente, que sim, existe respeito. Os demais se situam no parecer de Grid, representante do grupo: “[...] *Sinto-me mal com este governo, insegura, exposta à violência. Sinto que isso aumentou nas ruas.*

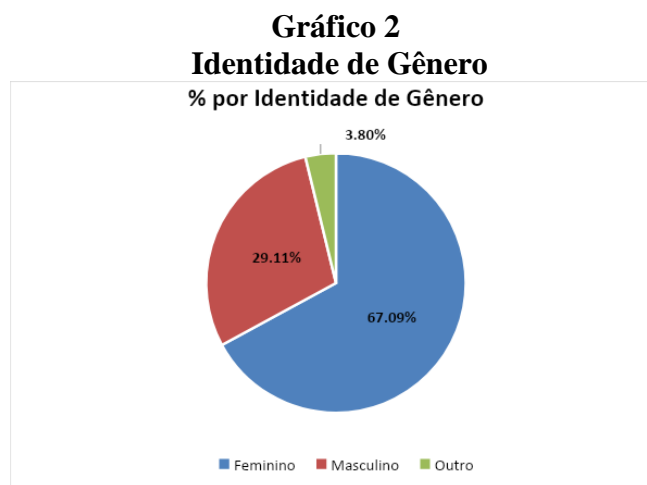
Observa-se que a questão de gênero, embora direcionada aos jovens em termos de governo, como um todo, tem a figura do presidente como destaque. Por certo suas posturas, palavras hostis, machistas, homofóbicas e discriminatórias como chefe de Estado, ganharam maior visibilidade, o que respalda a observação da Chauí (1995) de que, na cultura política brasileira, o Estado é percebido como sendo apenas o executivo. No entanto, é importante mencionar que outros membros do governo, como a Ministra da

⁵⁹ A fala da entrevistada se refere a um fato real e verídico, porém não ocorrido durante o exercício da presidência de Bolsonaro. O fato se deu em discussão no Plenário da Câmara, em 2014, quando Bolsonaro ainda era Deputado Federal.

⁶⁰ Polêmica que se criou em torno de um suposto material educacional contra a homofobia distribuído nas escolas públicas pelo governo petista. Visões conservadoras sobre sexualidade e gênero argumentavam que esse material era uma forma de promoção da homossexualidade para crianças e jovens.

⁶¹ A expressão se refere ao formato de pênis da mamadeira.

Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, também tiveram atitudes similares em seus discursos⁶².



Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

A partir desta questão de gênero, o quadro que se compõe no governo Bolsonaro se pinta com matizes de machismo, misoginia, preconceito, insegurança, desigualdade e violência. Isso explica, em parte, o fato de um percentual tão expressivo de mulheres [67%] buscarem o grupo social, que pode ser para elas, espaço de representatividade e empoderamento. Seguramente, a qualidade do sistema democrático resultante deste quadro, está longe de ser inclusivo, responsivo e respeitoso dos direitos e liberdades dos cidadãos.

4.1.2.3 Escolaridade

A educação possibilita o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos essenciais para a participação política, incluindo a capacidade de ler e interpretar informações complexas, a compreensão do funcionamento das instituições e dos processos democráticos (Verba & Norman, 1972). Ela pode proporcionar aos indivíduos confiança em sua capacidade de participar da política e influenciar o processo político, desempenhando um papel fundamental na formação da cidadania, sendo uma condição para a participação e uma incubadora da cidadania, constituindo-se como um processo formativo (Demo, 2009, p.52).

No entanto, essa relação é sempre uma possibilidade, não é uma regra, pois é influenciada por diversos fatores, incluindo a posição social dos indivíduos e seu acesso a recursos culturais e sociais. Pessoas com alto nível de educação podem não demonstrar interesse na política ou podem não se sentir compelidas a se envolver, devido a fatores

⁶² Damares Alves afirmou que “a mulher deve ser submissa ao homem no casamento”. Atribuiu o abuso sexual de meninas na Ilha de Marajó, no Pará, à falta do uso de calcinhas. Declarou que “menino deve vestir azul, menina deve vestir rosa” (Sindjus, 2021).

como a falta de conexão com as questões que afetam as comunidades menos privilegiadas (Bourdieu, 1979).

Fato no mínimo intrigante, envolvendo a juventude brasileira e relacionado à escolaridade, é que em 2018 Jair Bolsonaro – não obstante o perfil político que apresentou durante a campanha [cf. item 3.4] – não apenas conquistou a predileção dos jovens nos três níveis de escolaridade [fundamental, médio e superior], mas também teve a menor discrepância entre ele e seu adversário, Fernando Haddad, justamente no nível de menor escolaridade, e uma larga vantagem entre eleitores do Ensino Médio e superior.

Entre os eleitores com ensino superior, Bolsonaro obteve 60% dos votos no segundo turno. Isso leva a pensar que, embora existam contatos e influências entre a educação e a política, elas são realidades distintas (Nicolau, 2020). No caso da eleição de 2018 há que se considerar a possibilidade da ocorrência de uma dissonância cognitiva⁶³ ocasionada pelo vertiginoso crescimento da extrema direita política, bem como pelos muitos elementos da “articulação bolsonarista”, incluindo o ódio disseminado contra a esquerda política.

De fato, a Dissonância Cognitiva prevê a possibilidade de se justificar comportamentos contrários ao próprio conhecimento na medida em que, num determinado contexto político, se racionaliza ações ou crenças, por intensa propaganda ou pressão social que contradizem as convicções pessoais para manter uma coerência interna ou para evitar conflitos psicológicos. Por exemplo, justificar que uma ditadura trará estabilidade, ordem, progresso econômico, menos corrupção, ignorando as consequências das restrições de liberdade (Festinger, 1975).

Observou-se que 76% do participantes desta investigação ingressaram no Ensino Superior, sendo que apenas 21,52% o concluíram. Em relação ao término do Ensino Médio, considerando que aqueles que já ingressaram no Ensino Superior cumpriram necessariamente esta etapa, o percentual sobe para de 91,19%. Em números absolutos, apenas 1 (entre os 79 participantes) não tem experiência no Ensino Médio. Estes

⁶³ A teoria da “Dissonância Cognitiva”, refere-se a um conhecimento social construído a partir de experiências, crenças e sentimentos, que pode entrar em conflito com as ações do indivíduo quando confrontado com estímulos externos, e que pode levar o indivíduo a ter comportamentos que estão em desacordo com suas crenças. Na sua formação participam, dentre outros fatores, a pressão social e a mídia [propaganda] que exercem forte influência ao expor a pessoa a informações contraditórias, conflitantes, amplamente divulgadas e dominantes (Festinger, 1975).

percentuais, principalmente em termos de conclusão do Ensino Médio, indicam – a nosso ver - um bom nível de escolaridade ⁶⁴.

Tabela 16
Grau de escolaridade

Grau de escolaridade	%
Ensino fundamental completo	1,27%
Ensino Médio incompleto	6,33%
Ensino Médio completo	15,19%
Ensino Superior incompleto	55,70%
Ensino Superior completo	21,52%

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

O nível de escolaridade, em nossas análises, não é considerado isoladamente, mas dentro do ativismo de grupos e movimentos sociais organizados, caracterizados por suas reivindicações, fato que – a nosso ver - tende a promover habilidades de reflexão e debate, que são essenciais para uma participação cidadã informada e ativa. Neste caso, aproxima o nível de escolaridade de uma maior consciência da realidade social.

Destaca-se o fato de que há um bom nível de escolaridade, fato considerável a um regime democrático. Destaca-se também o fato de que em nenhum momento os jovens atribuíram méritos ao governo Bolsonaro pelo nível de escolaridade alcançado. Pelo contrário, como será argumentado no item “Educação no contexto pandêmico”, não houve incentivo à educação.

4.1.2.4 Classe econômica

Uma extensa literatura politológica tem relacionado desenvolvimento econômico, a democracia e suas instituições como elementos que se reforçam mutuamente (Miranda-Leibe, 2011). De fato, conforme a teoria desenvolvimentista, quanto maior a renda per capita de uma nação e a percepção de mobilidade social ascendente, maior é a estabilidade do regime, visto que isso implica no aumento sustentado dos salários e nos padrões de vida da população (Przeworski & Limongi, 1994; Bresser-Pereira, 2008). O fator econômico impulsiona um processo de reforço mútuo que transforma a vida social, bem como as instituições políticas, o que, a longo prazo, aumenta a participação política das massas e a probabilidade de implantação de instituições democráticas (Inglehart, *apud* Cabrera, 2021).

⁶⁴ A média de estudantes brasileiros que concluem o Ensino Superior é a mais baixa entre os países analisados na América Latina (20,7%). Em outros países temos: Argentina (40%), Chile (34%), Colômbia (29%) e Costa Rica (28%). A média entre os países pertencentes à OECD é de 44% (OECD, 2022).

Em contrapartida, num cenário em que a situação econômica nacional e pessoal é percebida como pior, os indivíduos tendem a demonstrar menos apoio e satisfação com o regime político. Uma piora econômica pode até levar indivíduos a defenderem medidas autoritárias, acreditando que seriam soluções para melhorar a economia do país e de suas próprias condições (Peixoto & Souza, 2020). Esses indivíduos são os mais propensos a retirar seu apoio à democracia caso acumulem decepções com a política, o que significa perceberem-se como integrante de uma classe econômica baixa, empobrecida e que perde acesso a bens e serviços (Moisés, 1994).

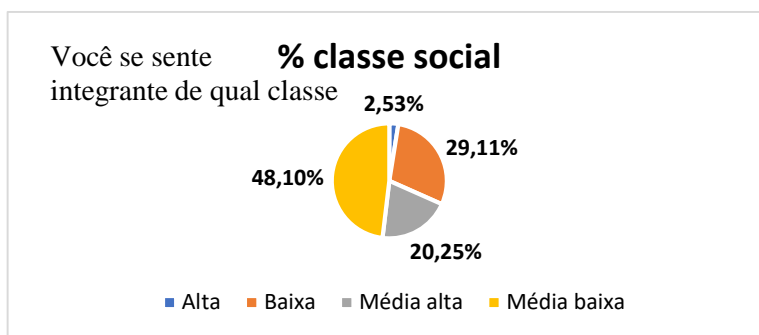
No âmbito econômico, a política neoliberal é, normalmente, uma das causas deste empobrecimento e sempre representa um sinal de alerta para a democracia, uma vez que seu objetivo é salvaguardar o capital por meio da construção de mercados financeiros e comerciais, minimizando a intervenção do Estado e impedindo ou dificultando o atendimento de demandas democráticas por justiça social ou igualdade redistributiva (Harvey, 2005, p. 8).

Sem a intervenção do Estado, a política neoliberal pode provocar a concentração de riqueza nas mãos de poucos. Isso é evidenciado pelo fato recente de que o 1% mais rico do mundo ficou com quase dois terços de toda a riqueza gerada desde 2020, totalizando cerca de US\$ 42 trilhões, o que representa seis vezes mais dinheiro do que os 90% da população global (7 bilhões de pessoas) conseguiram no mesmo período. Na última década, esse mesmo 1% ficou com cerca de 50% de toda a riqueza criada no mundo, resultando no crescimento simultâneo da pobreza extrema (Oxfam, 2023).

A pergunta dirigida ao participante, neste quesito, objetivou conhecer de qual classe econômica ele “se sentia” integrante. A pergunta, com foco no “sentir-se” pareceu ser mais pertinente a uma pesquisa de natureza social, ao invés de buscar informações sobre ganhos financeiros: “[...] *você se sente integrante de qual classe econômica?*”. Os indicadores revelam que a maioria se sente parte da classe econômica baixa (48,10%) e da classe média baixa (29,11%). As opções restantes (alta e média alta) representam um contorno mais seletivo, uma vez que são expressas com percentuais de 20,25% para a classe média-alta e apenas 2% para a classe alta⁶⁵.

⁶⁵ 67,19% dos brasileiros, em 2022, recebiam até 484,80 dólares por mês [classe econômica média-baixa], enquanto outros 35,63%, recebiam até 242,40 dólares [classe econômica baixa] - (Albuquerque, 2022).

Gráfico 3
Classe econômica



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022

Nesse contexto, Astro, um dos nossos entrevistados apresenta, em poucas palavras, o seu perfil sócio-econômico-político, dando destaque ao contraste entre a sua situação e a de outras pessoas. Observa-se que ele demonstra ser de uma classe social privilegiada, no entanto, toma como medida para a qualidade da democracia a situação de outros, mais que a própria:

“[...] sempre pude estudar em escola particular e hoje estudo em universidade particular. Moro na Orla Morena [bairro nobre], Consigo pagar minhas contas eu não tenho problemas em relação à sobrevivência. Me considero privilegiado. Vejo as minorias, os mais pobres e sinto que são as mais prejudicadas pelas medidas econômicas do atual governo. É política de pão e circo. Isto me deixa triste”.

A fala de Astro sinaliza a falta de atenção do governo para as pessoas de classe baixa, mais pobres e vulneráveis. Essa percepção ganha sustentação nos dados referentes às preferências políticas do governo Bolsonaro: 81,01% dos entrevistados entendem que as decisões políticas do governo priorizam a elite econômica, e 82,2% acreditam que ele não respeita as minorias.

Nhandevá, que demonstrou em suas falas ser de um perfil social de classe baixa, se preocupa com questões básicas: alimentação, acesso à educação e à saúde:

“[...] não há interesse em ajudar quem realmente precisa. Não é interesse do governo investir em educação. Quer tirar nossas cotas raciais. A gente não consegue suprir as necessidades básicas de alimentação e saúde. Foram muitas mortes na pandemia. O governo controla tudo para o interesse dos mais ricos”.

Integrantes de acampamentos e assentamentos ligados à luta por reforma agrária pertencem, normalmente, a uma classe econômica baixa. Este é o caso dos jovens integrantes do grupo CCJC, de origem rural, que lutam por um pedaço de terra e um lugar para morar. Eldorado, representando este coletivo, diz: “[...] os governantes desde Temer a

Bolsonaro, não desenvolveram nenhuma política para que se pudesse desapropriar terras ... e as pessoas passam necessidades". Nesta colocação, o que se pode entrever é que, no governo Bolsonaro, os mais necessitados se sentem excluídos das prioridades e das políticas públicas.

De modo geral, os jovens da investigação demonstram existir uma relação entre sentir-se integrante de uma classe econômica baixa e a falta de atenção do governo. Esta relação encontra uma síntese bastante fiel na já citada fala de Dacló, referindo-se a pobres, índios, negros e mulheres: "[...] *na concepção de Jair Bolsonaro, a gente não existe, não somos coisas a serem discutidas, ele não enxerga as particularidades destes seres humanos*"⁶⁶.

4.1.2.5 Interconexão econômica

A classe econômica, como indicador da qualidade da democracia, desdobra-se em três componentes relacionados: o bairro onde moram, o sustento econômico e a ocupação no dia a dia. A interconexão se dá pelo fato de que jovens de classes econômicas mais baixas costumam enfrentar desafios financeiros como depender do auxílio dos pais ou até mesmo precisar trabalhar, além de estudar, para se sustentarem economicamente (Faleiros, 2008). Isso é corroborado pela tendência de serem moradores de periferias (Neto *et al.*, 2020).

a) Bairro onde moram: entre os 48 bairros mencionados como lugares de residência, pelo menos 35 são considerados bairros pobres, caracterizados por ruas não asfaltadas, muitas residências cobertas com eternit e sem acabamento, ruas esburacadas, problemas de saneamento e falta de segurança. Apenas 11,5% indicam morar em bairros com melhor infraestrutura, como Chácara Cachoeira, Carandá Bosque, Orla Morena e Centro. Essa realidade está diretamente associada ao fato de que 77,21% se consideram integrantes da classe média baixa e baixa. Esses indicadores apontam para uma situação de pobreza entre a maioria dos jovens da pesquisa.

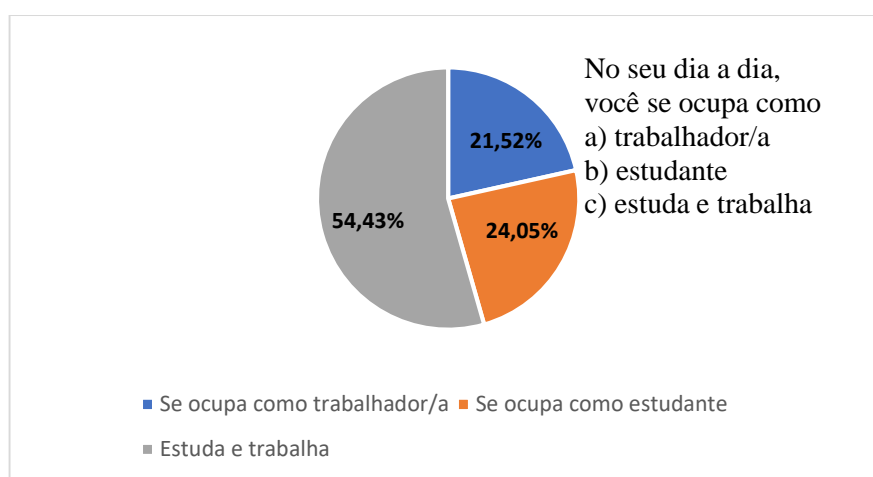
b) Ocupação no dia a dia: Observa-se que o percentual de jovens que se sentem de classe baixa e moradores de bairros de periferia está relacionado à necessidade de conciliar estudo e trabalho. De acordo com os dados, 54,43% trabalham e estudam. Esse índice é bastante semelhante ao observado na juventude brasileira de modo geral, em que 60% dos estudantes entre 15 e 29 anos, em algum momento, precisam conciliar trabalho e estudo. A

⁶⁶ Aqui, mais uma vez, se observa a predominância, na cultura política brasileira, da figura do executivo como centro e representativo de todo o governo (Chauí, 1995).

razão por trás dessa dupla jornada reside em suprir suas próprias necessidades, bem como contribuir para as necessidades familiares (Gazeta Digital, 2016).

Neste contexto, é importante destacar que, sob o ponto de vista da “moratória social”, ocorre um desrespeito aos direitos democráticos, uma vez que se atribui à juventude - por direito - o momento adequado para cada ocupação: tempo para estudo e, posteriormente, aplicação do conhecimento no campo de trabalho. Os jovens estudantes devem ter a oportunidade de vivenciar e aprender hábitos e valores fundamentais que os preparem para assumir papéis sociais exigidos pela sociedade quando se tornarem adultos (Mannheim, apud Groppo, 2015).

Gráfico 4
Ocupação no dia a dia



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022

Da necessidade de conciliar trabalho e estudo, podem resultar dois aspectos relevantes em termos de cidadania: a) uma maior consciência dos seus direitos civis, dos quais passam a se considerar detentores; b) maior sensibilidade aos valores da democracia, da qual passam a se considerar atores sociais (Andrade, 2008, pp. 25-28).

c) **Sustento econômico:** a condição dos jovens que precisam conciliar estudo e trabalho se relaciona ao fato de que 62,03% deles declaram depender financeiramente dos pais [pai + mãe] como sua principal fonte de subsistência, enquanto 31,65% dependem do próprio trabalho para se sustentarem. Esse percentual sugere que, mesmo entre aqueles que trabalham (54,43%), há quem necessite da assistência financeira dos pais.

Tabela 17
Sustento econômico da casa

Quem você considera como principal sustento econômico da sua casa?	%
Esposo/a	2,53%
Outros	3,80%
Seu pai	34,18%
Sua mãe	27,85%
Você mesmo	31,65%

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

No sociodemográfico dos participantes está representado o ambiente vital a partir do qual os sentem, observam, percebem e processam informações acerca da qualidade da democracia. Neste quadro chama atenção a desigualdade e a pobreza. Consideramos que este nível de pobreza se identifica com o que Amartya Sen (*apud* Cavalcanti, 2019) considera ser privações materiais e de capacidades.

Pobreza esta que, na interpretação que Narayan (*apud* Crespo & Gurovitz, 2002, p. 11) é fome, é falta de abrigo; é estar doente e não poder ir ao médico; é não poder ir à escola e não saber ler; é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade. De todo modo, esse “sentir na pele”, representa um ponto de partida para uma visão mais ampla do exercício democrático que envolve a dimensão seguinte dessa nossa investigação: a dimensão política e social.

Diante deste quadro social, é necessário, antes de tudo, observar que as mazelas sociais nunca deixaram de existir no Brasil (Mendes, 2024). Porém, com o governo Bolsonaro, essas mazelas foram exacerbadas. É notório o desconforto dos jovens diante da política econômica, do favorecimento das elites e do desrespeito às minorias sociais, uma realidade que indica um aumento nos níveis de pobreza e desigualdade social.

4.2 Dimensão política e social

A amplitude da expressão “dimensão política e social” exigiu que fossem selecionados os aspectos a serem abordados em nossas análises. Em vista da melhor compreensão acerca da percepção da qualidade da democracia, e de elementos significativos ao contexto de nossa amostra, foram definidos como indicadores de pertencimento: orientação política, filiação partidária, opção religiosa; e de prática da cidadania: voto, luta por direitos, interesse pela política, crença na política, preferência pela democracia.

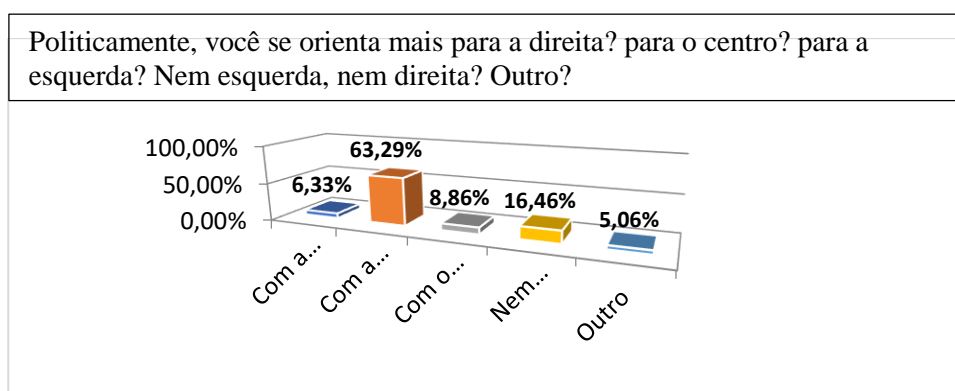
A opção religião participa como indicador, nesta dimensão, devido ao fato de se observar, durante o governo Bolsonaro, ativismo político de grupos evangélicos, ocupando espaços nos poderes executivo, legislativo e judiciário em diferentes níveis de governo, influenciando as estruturas políticas e a tomada de decisões (Nascimento-Cunha, 2020). Houve a promoção de uma agenda conservadora alinhada com valores religiosos (Lopes, 2019; Oliveira, 2020; Dias, 2020).

Os indicadores que passamos a apresentar não só ampliam a compreensão do próprio perfil sociodemográfico dos participantes, mas também permitem observar, de modo mais próximo, reflexos atitudinais e comportamentais, como a crença na política ou a preferência pela democracia. No entanto, antes de prosseguir, queremos discutir sobre o espectro ideológico dos participantes. Objetivamos mostrar a diversidade de nossa amostra em termos de orientação política, filiação partidária, crenças e valores. Isso garante que nossa pesquisa não seja unilateral e que possamos captar uma gama mais ampla de opiniões e perspectivas acerca da qualidade da democracia, refletindo a pluralidade de visões existentes nos próprios grupos sociais.

4.2.1 Espectro ideológico: orientação política e filiação partidária

Ao se analisar os dados dos integrantes da amostra sob o ponto de vista da orientação política, verifica-se que 63,23% declaram identificar-se ideologicamente com a esquerda, enquanto os demais, 36,77%, se distribuem entre direita (6,33%), centro (8,86%), aqueles que não se identificam com a esquerda ou a direita (16,46%), e outros (5,06%).

Gráfico 5
Orientação política



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022

Para uma melhor compreensão dessa realidade, é importante discutir duas expressões-chave utilizadas no questionário: orientação política e filiação partidária. O ponto de

partida, em termos de comprometimento, é que, normalmente, a orientação política está em um nível de menor exigência [mais flexível] do que o nível da filiação partidária [mais profundo].

O nível “orientação política” é considerado um conjunto de ideias e valores que o indivíduo promove ou defende em relação às suas preferências, estando sujeito a variações de acordo com o contexto e a conjuntura em que se insere (Maciel *et al.*, 2018). Pode ser visto como expressão da subjetividade e das diferentes respostas a situações de interações políticas e sociais, mediadas pelas opiniões, crenças e escolhas do indivíduo (Carneiro, 1999). Se situa no âmbito das atitudes que, conforme Festinger (1975), podem ser flexíveis, susceptíveis de mudança.

Esta realidade encontra ressonância na teoria da articulação cultural de Stuart Hall (cfr. item 3.3), que entende que fatores pessoais, como educação e nível de renda, bem como fatores externos, como opiniões de amigos e familiares, eventos políticos e informações da mídia, influenciam a orientação política do indivíduo. Em outras palavras, a mudança de orientação política pode ocorrer mediante a construção de significados de condições sociais e políticas específicas (Milbrath, 1968).

É neste nível que normalmente ocorre – no contexto juvenil - a insurgência contra o estabelecido, o questionamento dos valores da política e a tendência crescente ao descrédito nas instituições (Baquero, 2012). É o nível de comportamento caracterizado como “postura anticonformista e não linear” (Harvey, 1992), das “novas subjetivações” (Lechner, 2004) e “nova cidadania” (Dagnino, 1994), no qual há a “percepção de uma democracia não realizada” (Bobbio, 2009). Nesses termos, a orientação política é susceptível de oscilações e representa um “termômetro” da satisfação com o governo. Propomos, para ilustrar esta situação, dois cenários recentes envolvendo a juventude, ocorridos no contexto brasileiro no curto espaço de tempo entre 2018 e 2020:

1º) às vésperas das eleições presidenciais de 2018, observou-se que 60% dos eleitores do então pré-candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro, representante da direita conservadora. Eram jovens entre 16 e 34 anos (Machado, 2017). Dois anos depois, em 2020, com o governo em curso, o índice de jovens que rejeitavam Jair Bolsonaro era de 63,23% (Fundação Perseu Abramo, 2020).

2º) Para as eleições de 2022, em que Bolsonaro novamente se apresentava como candidato, o percentual de rejeição aumentou para 67% (Dorea, 2022). Nesse contexto, o candidato da esquerda progressista, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, obteve

51% das intenções de voto no 1º turno das eleições entre jovens de 16 a 24 anos, representando uma inversão na preferência política, da direita para a esquerda.

No primeiro momento desses dois cenários, o que está em jogo é a decepção com o governo de esquerda que, na percepção dos jovens, se viu envolvido em corrupção – criasse expectativas de um novo governo capaz de transformar as condições de vida do povo. No segundo cenário, as posições se invertem: há a frustração com as expectativas depositadas no governo de direita e a crença de que tudo poderia ser melhor com o governo de esquerda (Machado, 2017; Almeida & Borges, 2019).

A partir desta lógica, considerando que 63,29% dos participantes desta investigação demonstram ter uma orientação política mais para a esquerda, significa que não estava existindo, naquele momento político, uma relação de proximidade, afetividade ou identificação com o governo. Considerando que o fator preponderante de sua orientação política está na satisfação/insatisfação com o desempenho do governo, e não no fato deste ser de direita ou de esquerda. A oscilação poderia ser mais para a direita caso se observasse espaços de cidadania, de direitos, de ascendência econômica e de expectativas positivas.

O nível mais profundo e estável do espectro político é o da “filiação partidária”. Implica que o eleitor aceite e adote o programa de um partido, participe das suas atividades como eleitor ou candidato, com engajamento ideológico e militância, frequentemente contribuindo financeiramente. Caracteriza-se pelo vínculo jurídico-político, gerador de deveres e direitos, sujeitando-se a regras de fidelidade e disciplina contidas no estatuto do partido, que leva a votar e apoiar consistentemente candidatos do partido (Ribeiro, 2008, p. 110).

Tabela 18
Filiação partidária

É filiado(a) a algum partido político?	%
Não	83,54%
Sim	16,46%

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

Entre os jovens aqui investigados, 16% são filiados a partidos políticos. Isso corresponde a um total absoluto de 13 pessoas, sendo 9 de diferentes partidos de esquerda (PT, PSOL e PDT) e 4 de partidos de direita (PSL e PSDB). Levando em consideração a afirmação acima (de Ribeiro, 2008), o fato nos permite inferir que:

- 1) esse quantitativo de 9 filiados a partidos de esquerda, não é suficiente para qualificarmos os participantes desta investigação [79] como representantes de uma amostra política de esquerda. Do mesmo modo, 4 filiados a partido de direita, não são suficientes para qualificarmos a amostra como sendo de direita política;
- 2) o fato de 83% dos jovens não serem filiados a nenhum partido político, explica a possibilidade de oscilações das orientações políticas, e também justifica a diversidade política da amostra.
- 3) o fato de 63,29% demonstrarem orientação política para a esquerda, indica insatisfação com o governo de direita [tendo em conta o significado das oscilações políticas];
- 4) os poucos filiados a partidos políticos, indica a pouca confiança na política institucionizada e uma preferência pela atuação no campo “do político”, através do grupo social.

4.2.2 Pertencimento religioso

O Brasil é um Estado laico, o que significa que não adota nenhuma religião oficial e deve tratar todas as religiões de maneira igual. Isso está explícito no Artigo 19 da Constituição onde esclarece ser vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, dificultar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança

A laicidade do Estado brasileiro, porém, foi posta à prova durante o governo Bolsonaro. Verificou-se a aproximação do Estado e a religião, especialmente com o público evangélico: líderes religiosos participando de eventos políticos; Bolsonaro participando de eventos religiosos; nomeação de ministros e assessores com vínculos religiosos próximos ao presidente; discursos com forte conotação religiosos, referindo-se ao Brasil como nação cristã, promovendo valores conservadores alinhados com a agenda de muitos grupos evangélicos. Esta aproximação mostrou-se ser estratégica tanto para a eleição presidencial quanto para a manutenção no cargo de presidente (Oliveira, 2020)⁶⁷. Constatou-se, entre os jovens da investigação, o equilíbrio na distribuição entre formas de pertencimento e não pertencimento: 39,13% são católicos e 33,61% são evangélicos, 39,24%, não participantes. Neste contexto, os jovens foram perguntados sobre a concordância ou discordância em relação ao envolvimento da religião com a política no governo Bolsonaro.

⁶⁷ Neste contexto, entre jovens de 16 a 24 anos, existia a seguinte distribuição: 30% declaram-se sem religião; 27% declaram-se evangélicos; 24% declaram-se católicos e 19% afirmam pertencer a outras religiões (Carranço, 2022).

Os dados revelam um elevado percentual de discordância total (48,10%) que, somado à discordância parcial (16,46%), atinge um percentual de 64,56%. Em contraste, apenas 17,72% concordam parcial ou totalmente com esse tipo de envolvimento. Outros 17,72% não concordam, nem discordam.

Tabela 19
Envolvimento religião e política

Sobre o modo como a religião se envolve com a política no atual governo	%
Concorda parcialmente	7,59%
Concorda totalmente	10,13%
Discorda parcialmente	16,46%
Discorda totalmente	48,10%
Não concorda, nem discorda	17,72%

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

O alto percentual de discordância indica uma clara tendência entre os jovens de valorizar a separação entre religião e Estado. Isso sugere que a maioria dos jovens vê o envolvimento religioso na política de forma negativa, possivelmente por considerar que isso pode comprometer a laicidade do Estado e a igualdade de tratamento entre diferentes crenças religiosas e pessoas sem religião. No mesmo sentido, os dados da baixa concordância (17,72%) refletem a preocupação com a imparcialidade e a neutralidade do Estado, assim como um desejo de manter políticas públicas baseadas em princípios seculares e inclusivos. Observa-se de modo positivo a diversidade de opiniões, indicando um campo aberto para debates e discussões sobre o papel da religião na política.

A fala dos entrevistados ajuda a compreender melhor este contexto, em especial no que se refere aos percentuais de discordância. Grid, por exemplo, manifestou sua discordância ao perceber a existência de manipulação:

“[...] acho que está se misturando mais do que devia. Principalmente a bancada evangélica tá, na política lá, um boa parcela e eu acho isso errado. Errado porque você começa a pregar os interesses da política por caminhos da religião”.

Neste mesmo sentido está a percepção de Dacló acentuando que além de misturar as coisas, ocorre a exploração e o desrespeito da dimensão do sagrado:

A fé em Deus é algo muito profundo para uma pessoa. É um campo espiritual. Você está mexendo com algo que não deveria estar em jogo quando se está tratando de política. É um plano superior, não faz sentido invocar um plano espiritual e misturar

com um plano terreno. Quando coloca religião se manipula muito mais facilmente determinadas pessoas.

A busca pelo poder político e econômico, utilizando meios indevidos, é retratada em outra fala:

“[...] sou contra, inclusive, o que está escrito na nossa moeda ‘Deus seja louvado’, eu não concordo porque eu sei que o Estado é laico. Vejo uma ascensão da igreja (evangélica) adquirindo poder político. Mas ocorre uma lavagem cerebral para uma ideologia extremamente conservadora” (Astro). Este mesmo entrevistado indica também o perigo da alienação: “[...] vejo uma ascensão da igreja, juntamente com o poder político. Uma lavagem cerebral. Uma puxada para uma ideologia extremamente conservadora. Isto está existindo”.

Os entrevistados Gen e Rona também veem nesta relação entre religião e política uma busca por poder político e econômico:

“[...] eu vejo que a religião está sendo um espaço de disputa de poder, sabe. Vejo que está tendo problema nesta mistura”(Gen). “A base evangélica está mais envolvida, mas vejo que em busca de poder e dinheiro”(Rona).

Supra, que também não concorda com o modo de envolvimento da religião, justifica sua atitude partindo do princípio constitucional da laicidade do Estado:

“Olha, eu sou cristão, mas acho que religião não deve se meter em política. O Estado tem que ter um papel laico. Está existindo uma exaltação do cristianismo, sobretudo no meio evangélico, e isto está sendo uma coisa negativa”.

No mesmo sentido, da laicidade do Estado, está a opinião de Gen: *“[...] acho que todo mundo tem o direito de se ver representado, mas entendendo que o Estado é laico”.* Outras razões aparecem na fala de Eldorado, manifestando exploração: *“A forma como a religião se coloca dentro da política, hoje, é muito ruim...se não apoiar Bolsonaro, não tem lugar no céu! É assustador;* de Nhandevá, manifestando preconceito: *“[...] uma relação em cima de preconceito, vejo que se carrega ódio”.*

As percepções acerca da relação entre religião e política mostram que existe uma busca pelo poder onde se misturam interesses econômicos e políticos, baseada na exploração e manipulação da fé, impulsionada por uma ideologia conservadora. Constata-se o desrespeito à laicidade do Estado e o tratamento desigual às religiões, com favorecimento para a comunidade evangélica. Os depoimentos indicam, também, a distorção do debate público, desviando o foco de questões políticas para questões de ordem moral.

4.2.3 Prática da cidadania

A maneira como as pessoas percebem a democracia muitas vezes reflete suas experiências e envolvimento nas práticas cidadãs, principalmente quando estas são percebidas como eficazes, inclusivas e capazes de influenciar decisões políticas (Carrara & Ferreira, 2009). Sob este aspecto, os jovens foram interrogados a respeito de elementos de natureza atitudinal como o interesse e a crença na política, a preferência pela democracia e comportamental, como o voto. Estas práticas podem ser influenciadas, no caso de indivíduos integrantes de grupos e movimentos sociais, por processos intersubjetivos, pela coesão social ali existente (Ávila, 2017; Capitão & Heloani, 2007; Pagan, 2017; Turner, 1990) e, evidentemente, pelo contexto social e político vivido no país (Festinger, 1975; Zanna & Rempel, 1988; Avritzer, 2016).

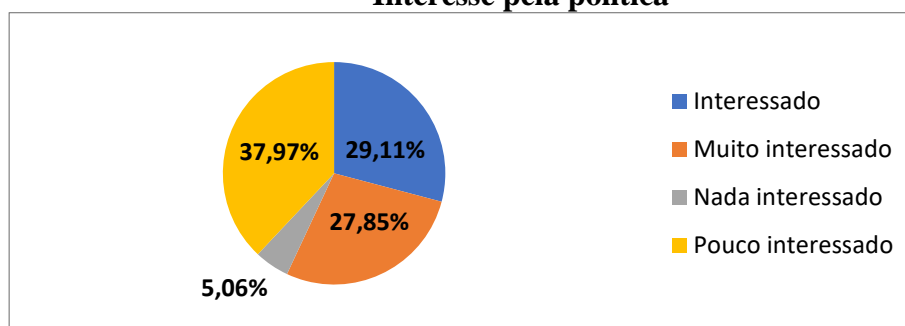
4.2.3.1 Interesse pela política

O interesse diz respeito ao grau de participação e envolvimento do cidadão com a política (Moisés, 2008), o que se traduz na busca de informações sobre candidatos, no interesse sobre acontecimentos e decisões governamentais, na vigilância democrática, na participação em debates sobre políticas e engajamento comunitário. Na medida em que estes fatores acontecem, legitima-se a própria democracia (Cardoso, 1990).

No contexto desta investigação, a pergunta sobre "política" foi construída no sentido indicado por Norberto Bobbio, da política institucionalizada, estruturada e organizada para cumprir funções sociais, incluindo elementos como partidos políticos, eleições e a própria estrutura funcional do governo de um país. Buscou avaliar o grau de interesse pela política mediante as seguintes opções: "nada interessado", "pouco interessado", "interessado" e "muito interessado".

Observou-se, porém, que as respostas foram construídas não apenas com esse sentido da "política", mas também com o sentido "do político", ou seja, como uma "reação" ao modelo racionalizado e institucionalizado (Lechner, 2004, p.7). Entre os "interessados" e "muito interessados", o percentual é de 56,96%; enquanto os identificados como "nada interessados" e "pouco interessados" somam 43,03%.

Gráfico 6
Interesse pela política



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022.

Este percentual de desinteresse parece contraditório diante dos 82,28% desses mesmos jovens que compareceram às urnas. Para superar esta aparente contradição, é preciso explorar esses mesmos dados nos diferentes campos, “do político” e “da política”: quando 44,03% manifestam não ter interesse na política, compreendemos estar falando da política partidária, institucionalizada, haja vista o baixo número de filiados a partidos políticos; quando se observa que 56,96% demonstram interesse pela política, entendemos que se expressam no campo “do político”, que supõe -naturalmente - a aceitação de aspectos da política institucionalizada, como o ato de votar [82,28% de compareceram às urnas]. O trânsito entre estas duas esferas é melhor percebido nos dados da entrevista a este respeito.

O entrevistado Astro, por exemplo, deixa transparecer que não se fixa na política partidária, mas demonstra interesse pela política devido suas implicações na economia (Mendonça, 2.000):

“[...] não sou militante, mas gosto da política, gosto de discutir. Tenho um irmão que faz direito, então a gente tá sempre discutindo todo o cenário, inclusive a gente é investidor na bolsa de valores, então tudo isto influencia no nosso dia a dia, né” .

Nhandevá demonstra que o ato de fazer política vai além de pertencer a um partido, vinculando-se a um modo de ser, a todo o agir da comunidade:

“Eu não tenho filiação com partido político, mas me considero militante porque a partir do momento que eu me coloco prá lutar pelo meu povo eu sigo sempre militante, eu sou militante...é meu jeito de fazer a política. Acredito na comunidade, acredito no movimento...Nós sempre estivemos juntos em questão de pensamento político, não se desvia muito daquilo que nós já vivemos” .

Já Eldorado manifesta total interesse pela política partidária institucionalizada: “Sou MST, sou filiada ao partido dos trabalhadores, sou militante. Gen, por sua vez, observa que dentro do seu próprio grupo existem duas tendências: 1) partidizar e 2) viver a política como “movimento social”. “As meninas que estavam no GENI, a maioria das co-

fundadoras, elas tinham esta consciência de classe, mas tinha um afastamento da política partidária, mas eu acho que tá tudo bem, tem pessoas que gostam mais de trabalhar em movimentos sociais, tem pessoas que gostam de se partidarizar, como eu faço”.

A resposta da participante Gen e também do participante Astro mostra que o interesse pela política pode ocorrer sob o aspecto emocional: “[...] gosto da política, gosto de discutir”. Esse “gostar” parece estar customizado, como expresso por Mazzetto (2016), onde a política se configura como o lugar da cultura, um espaço de prazer, ócio e lucidez.

Os dados indicam, não obstante à percepção negativa sobre a política partidária institucionalizada, que muitos cumprem o dever cívicos de votar [fato melhor explorado no item 4.2.3.4]. Observa-se que há interesse na política partidária, mas não necessariamente se identificam com ela. A participação eleitoral é vista como um aspecto necessário da cidadania, mas não reflete necessariamente um engajamento profundo com a política institucionalizada. Observa-se também que interesse pela política pode ser motivado por aspectos emocionais e pessoais, refletindo a busca por uma relação mais cultural e prazerosa (Mazzetto, 2016).

4.2.3.2 Crença na política

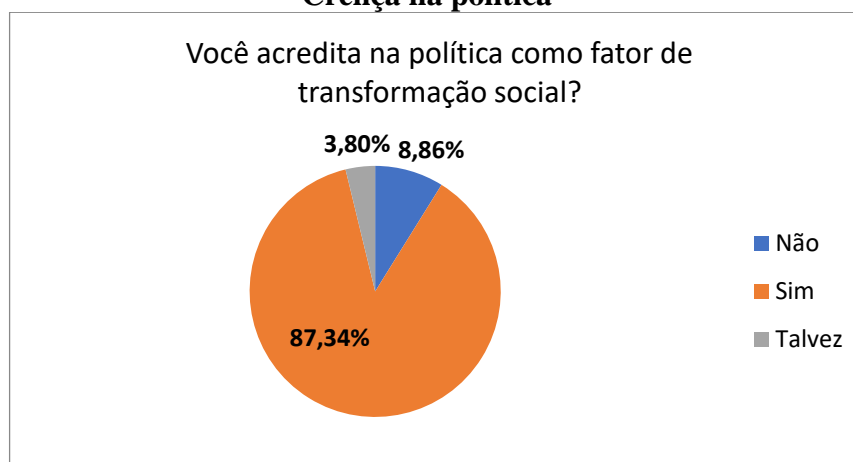
A crença dos jovens na política corresponde, em grande medida, à confiança em seu próprio papel como protagonistas na sociedade⁶⁸ e nas ações políticas do grupo. A pergunta dirigida aos jovens foi: “[...] você acredita na política como fator de transformação social?” 87,34% responderam que sim. O modo como é feita a pergunta enfatiza a resposta primeira pessoa, com base em seus sentimentos e conhecimentos.

Aqui, novamente, temos outra aparente contradição: 37,97% se mostram nada interessados e 87,34% acreditam na política como fator de transformação. A nosso ver, isto ocorre porque a crença na política se situa no nível do ideal que, teoricamente, tem o poder de transformações significativas na sociedade. Mas, essa crença não se traduz em democracia realizada, daí o baixo interesse por ela⁶⁹.

⁶⁸ Neste sentido [do protagonismo] vale lembrar, além das mobilizações juvenis apresentadas no item 3.1, outras como a manifestação estudantil chilena “Ni una Menos” (Loveman *et al.*, 2017), a luta das jovens mulheres que denunciaram a violência de gênero na Argentina (Alcaraz, 2018).

⁶⁹ O fato remete Norberto Bobbio, que, em “O futuro da democracia”, apresenta promessas não cumpridas: como a promessa de igualdade política e legal; de participação efetiva dos cidadãos no processo democrático; de representatividade e responsabilidade dos governantes, dentre outros.

Gráfico 7
Crença na política



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022.

Acreditar, neste caso, é atribuir razão de ser ao próprio grupo de pertencimento, cujas reivindicações e garantias de direitos dependem das decisões políticas. Nhandevá, por exemplo, acredita que conquistas realizadas vieram por meio da luta política: *“Acredito que nós, o que construímos, foi a partir de lideranças políticas nossas que temos lá no governo. Eldorado, cuja bandeira é a luta pela terra, associa o poder de transformação da política à vontade política de quem está em cargos eletivos. Na sua fala deixa transparecer a política real, praticada no atual governo de direita, que não fez nada do que precisaria ser feito:*

“O INCRA, deveria fazer a compra da terra, não fez... tudo por conta da política dos governantes. Fazer a reforma agrária não faz parte da política do governo de direita.”

O sentimento expresso por Astro, no contexto das medidas econômicas do governo Bolsonaro, o deixam profundamente insatisfeito, pois trata-se de uma política que não atende às necessidades dos mais pobres. Por isso utiliza uma expressão muito característica para expressar indignação: *“é a política do pão e circo.”* Supra caminha nesta mesma direção ao expressar que políticos corruptos estragam a política: *“Muitos jovens não querem participar da política porque a política se tornou algo intragável... por causa da corrupção”*.

Alguns resultados mais evidentes nestes indicadores mostram o alto idealismo e o baixo engajamento prático: 87,34% dos jovens acreditam na política como um fator de transformação social, mas 37,97% mostram desinteresse prático por ela. Isso permite entender ainda melhor o baixo interesse por uma política que não está funcionando

conforme o esperado, principalmente devido à sua caracterização como uma política "do pão e circo", da falta de vontade política e da corrupção.

4.2.3.3 Preferência pela democracia

A indiferença em relação à democracia cresceu nos últimos dois anos na América Latina, aumentando o risco de governos autocráticos e populistas. O Brasil é um dos países onde essa ameaça se tornou mais evidente: 36% consideram que um regime democrático é equivalente a um regime autoritário. Esse percentual aumenta para 40% entre os integrantes da classe alta. Entre os jovens, na faixa etária de 16 a 25 anos, a preferência por um governo autoritário, em determinadas circunstâncias, atinge 18% (Latinobarômetro, 2021).

Esses dados contrastam fortemente com os dados apresentados pelos jovens desta investigação. Dos 79 participantes, apenas 1 considera que tanto faz entre um governo democrático ou um governo autoritário (1,27%), 6 preferem um governo autoritário sob certas circunstâncias (7,59%), enquanto 72 sempre preferem a democracia em relação a qualquer outra forma de governo (91,14%).

Tabela 20
Preferência pela democracia

Com qual das frases abaixo você mais está de acordo:	%
A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo	91,14%
Em algumas circunstâncias é melhor um governo autoritário que um governo democrático	7,59%
Tanto faz um governo democrático e um governo autoritário	1,27%

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

Na fala dos entrevistados, a preferência pela democracia se justifica nos seguintes termos: “[...] mesmo com um governo igual esse do Bolsonaro, por mais ruim que esteja sendo, a gente vai poder fazer eleição, a gente pode escolher um outro governante” (Gen). Na perspectiva de Norberto Bobbio, isso significa preferir os princípios subjacentes à democracia, principalmente do voto (Bobbio, 2009). Supra dá a entender que tudo deve originar-se da base, fazendo alusão ao povo como um todo, rejeitando a ideia de uma única pessoa detendo todo o poder, o que sempre representa um perigo, inclusive a possibilidade de que este poder se volte contra os interesses do próprio indivíduo:

“[...] De nada adianta voce ter um governo autoritário que uma hora ele pode se voltar contra você. A democracia serve não só para deixar as pessoas falarem, mas é justamente para as pessoas se protegerem de algo maior, sabe, algo mais forte. A força deve vir da base”.

Assim, mesmo que um governo autoritário resolva problemas econômicos, não se justifica, principalmente porque compromete a liberdade: *“[...] mas e a liberdade de expressão? Sempre tem alguém que vai ser prejudicado. Economia não é tudo”* (Supra). Astro, por sua vez, está convencido de que não compensa sacrificar a liberdade por conta da economia, diz: *“O preço que se paga, é muito alto”*. Rona se expressa nesta mesma direção, ao mesmo tempo faz aceno para preferências observadas no governo Bolsonaro:

“[...] ele pode até resolver problemas econômicos de uma sociedade, mas não vale a pena porque aí não se teria liberdade”. Eldorado, apresenta descrédito: *“[...] se ele resolvesse os problemas econômicos do país, será que ainda assim ele iria se importar com os povos indígenas? com a agricultura familiar? ou vai se importar apenas com a importação e com o agronegócio? Gen, sentença: “[...] não, não vale a pena, porque vai suprimir a liberdade. Nós somos diversos”*.

É possível compreender a preferência pela democracia entre esses jovens, considerando que muitos viveram parte de sua adolescência e/ou juventude em tempos de consolidação desse regime no país. Momento em que os livros didáticos, o cinema, a arte e o teatro frequentemente associavam o regime militar a eventos como tortura, mortes, violações de cidadania, crimes, protestos e desaparecimento de pessoas (Bezerra, 2017). Para os mais novos, o horror da ditadura e a resistência heroica de muitos brasileiros foi amplamente divulgada pelo cinema em filmes como “Histórias que nosso cinema não contava”, de 2017; “Deslembro”, de 2018 e “Marighella”, 2019. A possível associação desse cenário com o contexto militarizado do governo Bolsonaro (Inácio, 2021) pode ter aprofundado ainda mais preferência pela democracia.

Os dados revelam que uma maioria esmagadora dos jovens demonstra uma forte preferência pela democracia. Apenas uma pequena minoria considera que tanto faz entre um governo democrático ou autoritário, enquanto a grande maioria valoriza os princípios democráticos, como o direito ao voto e a alternância de poder. Esta preferência é fundamentada na liberdade de expressão e na proteção contra possíveis abusos de poder, o que reflete uma clara desilusão com governos autoritários, apesar de eventuais promessas de resolver problemas econômicos. Nesse sentido, há uma clara rejeição às soluções

apresentadas pelo governo Bolsonaro com base autoritária. O fator histórico, baseado na memória coletiva das experiências negativas durante o regime militar no Brasil, contribui para fortalecer a valorização da democracia entre os jovens, que a veem não apenas como um sistema político, mas como uma salvaguarda contra potenciais ameaças, do atual governo, à liberdade individual e coletiva.

4.2.3.4 O voto nas eleições

O voto constitui um dos elementos essenciais da democracia e representa o coroamento da sequência dos indicadores aqui apresentados: interesse e crença na política e preferência pela democracia. O ato representa a oportunidade de expressar e de ter preferências (Dahl, 2012), e pressupõe que todos os cidadãos são intrinsecamente iguais e igualmente qualificados para participar das decisões políticas (Bobbio, 2009).

Vale lembrar que a legislação brasileira não permite o voto aos 15 anos de idade, tornando-o facultativo dos 16 aos 17 anos e obrigatório a partir dos 18 até os 70. A obrigatoriedade visa garantir a participação efetiva dos cidadãos no processo eleitoral, fortalecendo a democracia e reduzindo a abstenção nas eleições. Em caso de não cumprimento da lei, a pessoa fica impedida de realizar atividades cívicas, como obter passaporte, matricular-se em instituições públicas de Ensino Superior e prestar concursos públicos (TSE, 2019).

Dos 79 participantes, 38,52% não compareceram às urnas em 2018. Contribui para a compreensão desse fato o dado de que, naquela ocasião, 17% não tinham idade para votar (15 anos ou menos) e 27%, com idades entre 16 e 17 anos, não eram obrigados a fazê-lo. Este percentual sobe para 82,28% em 2020.

Tabela 21

Voto nas eleições 2018-2020

Votou para presidente?	%	Votou para prefeito e vereadores?	%
Não	21,52%	Não	17,72%
Sim	78,48%	Sim	82,28%

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

Estes percentuais indicam existir uma democracia eleitoral. Mas, diante da obrigatoriedade do voto, surge a dúvida: a escolha foi motivada pela consciência de exercer um direito ou

simplesmente pelo cumprimento de uma exigência legal⁷⁰. Para o caso dos participantes desta investigação, considerando o perfil já delineado, o percentual de crença na política e de interesse pela política, bem como da preferência pela democracia (que apresentamos a seguir), acreditamos que, embora se deva considerar o aspecto legal da obrigatoriedade do voto, o comparecimento às urnas está associado, a uma atitude de consciência cívica e responsabilidade.

4.3 Funcionamento do governo

A democracia não é apenas um regime; é também um modo particular de relação entre o Estado e os cidadãos e entre os próprios cidadãos, sob um tipo de Estado de direito que, junto com a cidadania política, sustenta a cidadania civil e uma rede completa de prestação de contas (O'Donnell, 2001, p. 27).

Isto significa que o funcionamento do governo se refere à maneira como o poder político é exercido e administrado em uma sociedade, regido pelo Estado de Direito. Envolve diversas áreas, desde a elaboração e execução de políticas públicas até a manutenção da ordem e segurança, gestão econômica e financeira do Estado, entre outras. o bom funcionamento é capaz de promover a justiça social, igualdade de oportunidades, segurança, bem-estar e liberdade dos cidadãos, tornando possível a democracia e reduzindo as desigualdades sociais. O contrário também é verdadeiro: um governo que funciona mal, aumenta as desigualdades sociais (Reisch & Andrews, 2016) e inviabiliza a democracia.

Nesse sentido, esta investigação elege a governança, como variável independente e coloca foco em indicadores como a desigualdade social, liberdade de expressão, instituições democrática e transparência. O indicador “instituições democráticas”, por sua vez, desdobra-se em outros componentes: poder judiciário, forças armadas e leis ambientais, permitindo uma avaliação ainda mais específica sobre o modo de relacionamento do governo com as instituições.

⁷⁰ Autores como Pereira (2012) Flores-González & García Gonzáles (2014), Souza (2017) argumentam que quanto menor a idade, maior a possibilidade de apatia política com base em percepções negativas em relação às instituições políticas, partidos, falta de representatividade e ausência de políticas públicas voltadas para a juventude.

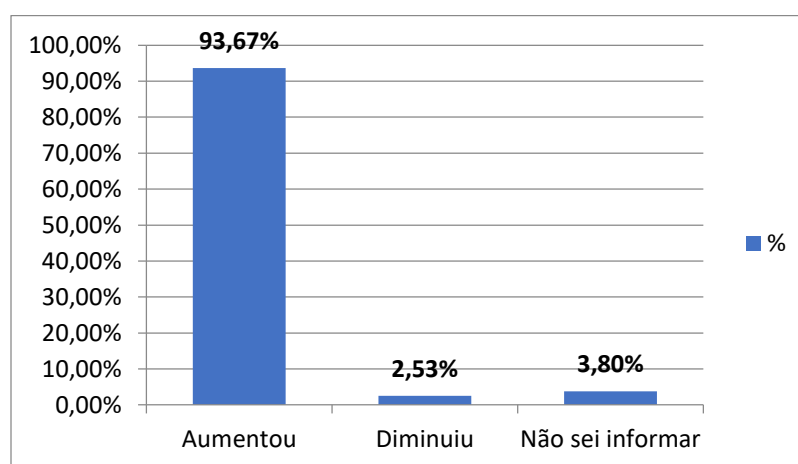
4.3.1 Desigualdade social

Os princípios fundamentais da democracia, conforme expressos por Dahl (2007), Bobbio (2009) e Schumpeter (1961), ressaltam a necessidade de igualdade e equidade. Na democracia, todos os indivíduos devem desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades políticas, independentemente de características como raça, gênero, religião, orientação sexual ou nível socioeconômico. Essa busca pela igualdade visa assegurar uma participação justa e equitativa no processo democrático, com a democracia sendo percebida como o único sistema político capaz de garantir uma verdadeira igualdade entre os cidadãos (Bobbio, 2009, p. 79) e qualquer forma de desigualdade é antidemocrática (Schumpeter, 1961).

A esse respeito, cada participante foi questionado sobre a desigualdade social durante o governo Bolsonaro, com a opção de assinalar se ela diminuiu, aumentou ou se não saberiam informar. O alto percentual de 93,67%, que respondeu afirmativamente, teve como argumento comum a percepção de um aumento no número de pessoas necessitadas, empobrecidas e famintas, um reflexo dos muitos noticiários que destacavam o aumento de pessoas em situação de rua, neste período.

Gráfico 8 Desigualdade social

(na sua opinião a desigualdade social, no governo Bolsonaro, aumentou, diminuiu, não sei informar).



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022

O foco mais sensível concentrou-se na questão alimentar. Ao longo do ano de 2021 até 2022, a fome atingiu mais de 33 milhões de pessoas (Oxfam, 2022), fazendo com que o

país retornasse ao mapa mundial da fome⁷¹. Em São Paulo, a capital mais populosa do país, registrava-se, um aumento de 31% da população de rua (SP-GEO, 2021).

“As pessoas estão passando fome, se endividando”, disse Supra. “Neste governo, muitas pessoas vieram a falecer por conta da fome e muitos estão, hoje, na miséria”, afirmou Dacló. A constatação de Rona foi de que “[...] a inflação aumentou e a fome também. O feijão passou a R\$15,00 o kg, não se consegue mais comprar. Gasolina subiu a R\$7,00 o litro. Com o salário mínimo não dá prá sobreviver”. Grid também se fixa na questão alimentar: “[...] as pessoas estão com fome, vivem na insegurança alimentar”.

A questão se torna mais dramática quando o depoimento se refere à realidade pessoal do entrevistado, lembrando que 48,10% deles se consideram pertencentes economicamente à classe baixa (pobre). Nhandevá expressa seu desespero e constrangimento: *“Faltar alimento dentro de casa é algo desesperador, porque você não tem o que justificar para uma criança que você não tem nada para ela comer. Isso aconteceu comigo.”*

Eldorado vê, nisto tudo, a falta de representação política:

“[...] veja, por exemplo, um passe de ônibus aqui em Campo Grande: R\$ 4,20, a gente vai fazer as contas e no final do mês não vai sobrar quase nada...é o arroz, o café, o gás! Não tem como a gente acreditar que o representante está fazendo pelo povo, que está fazendo por mim se é preciso tanto sacrifício prá sobreviver”.

Vieram à tona aspectos da desigualdade relacionados à diferença de renda, ao preconceito de cor e gênero, à saúde, à educação, ao trabalho, à justiça⁷². Nhandevá, tematizando o negro, o índio, os pobres e as mulheres, apresenta um fato que lhe pareceu transversal a todas estas realidades, denunciando uma cultura do ódio contra as minorias sociais: *“Eu vejo muito ódio nas pessoas”*. Astro percebe que a questão da desigualdade, embora sofrida por outros, influencia seu próprio estado de felicidade: *“[...] vejo as minorias, os mais pobres e sinto que são as mais prejudicadas pelas medidas econômicas do atual governo. Isto me deixa triste”*. Em tom de desabafo e inconformidade [expressão facial de tristeza e voz cadenciada], Eldorado diz:

“Ah... quando a gente vê a realidade do nosso país e vê que está entre os países onde pessoas passam fome, miséria...quando a gente vê tantas pessoas tendo que morar na rua porque não tem como pagar aluguel, é...a gente vê o crescimento da desigualdade, né. E o governo não tem políticas públicas prá isso. Ele não tem políticas que vão

⁷¹ Durante o governo petista [2003-2016] o Brasil havia saído do mapa da fome.

⁷² O Latino barômetro (2020, p. 85) cita como as piores desigualdades para a América Latina, com mais de 40% das menções são saúde (47%), educação (43%), trabalho (42%) e justiça (40%).

solucionar esse problema. Houve um crescimento da desigualdade e está junto a questão do desemprego.”

Voltando ao fato do “sentir a desigualdade na própria pele”, observa-se que 82,28% dos participantes não se sentem atendidos pelo governo em seus interesses. Esta situação, na opinião de 70,89% dos participantes, levou – primeiramente - ao sentimento de que o direito à igualdade sofreu restrições sob o governo Bolsonaro: “[...] *ele não gosta de pobres*”, diz Rona. Depois, ao entendimento por parte de 81,01%, de que as decisões políticas do governo Bolsonaro priorizam a elite econômica. E ainda, ao fato de que 82,2% acreditam que ele não respeita as minorias.

Tabela 22
Prioridade do governo Bolsonaro

Em suas decisões políticas prioriza	%	Respeita as “minorias”	%
A elite	81,01%	Não	82,2%
O social (povo)	11,39%	Sim	16,4%
NSI	7,59%	NSI	1,27%

Fonte: própria (a partir de questionário realizado para esta investigação), ano 2022.

Referindo-se diretamente ao Presidente da República, Eldorado dá a entender que o dinheiro, os grupos poderosos, os milicianos, o clã familiar, o contrabando e a violência são as prioridades do governo, e não o povo. Esta percepção faz lembrar o que Cruz (2020, p. 9) argumenta sobre “o Estado paralelo”, como uma situação em que as prerrogativas estatais são usurpadas por atores sociais poderosos:

“Eu acho que ele está ligado ao interesse de grupos muito poderoso, não só ele, mas toda a família dele, todo o governo dele. Quem mandou matar Marielle? Os milicianos estão ligados. Na maioria das vezes se envolve dinheiro...é o avião cheio de droga.

Astro, nesta mesma direção, diz que “[...] *ele representa interesse dos ruralistas*”. Gen, enfatiza uma outra categoria, os empresários:

“Eu acho que os empresários governam o país, muito mais que a classe política. Assisti um documentário, chamado “Democracia em vertigem” e aí tem uma fala muito boa que é: ‘... você por aqui?’- ah, eu sempre estive aqui, responde o empresário, vocês é que mudam de 4 em 4 anos’. Os empresários estão sempre aí, financiando campanhas, com interesse. Quem manda é o grupo do empresariado. E Nhandevá conclui: “[...] Não há interesse do governo em ajudar quem realmente precisa”.

Os resultado imediatos dão conta do aumento da desigualdade social, associado ao crescimento do número de pessoas em situação de pobreza e fome. Ao lado disso, a forte sensação de que os representantes políticos não estão atendendo aos interesses da população. Muitos participantes mencionam o sacrifício necessário para sobreviver, indicando que as políticas econômicas do governo não beneficiam a maioria. Soma-se a isso sentimentos de preconceito e discriminação, percebida não apenas em termos econômicos, mas também em relação a preconceitos de cor, gênero e situação social. Há um sentimento generalizado de que o governo promove uma cultura de ódio contra minorias e favorecimentos do governo às elites econômicas.

Situações como estas ilustram, por um lado, a exclusão social do modo como apresentada por Sposati (1999), no sentido de negação de cidadania. Por outro, contrastam com o que deveria ser uma boa governança sob o ponto de vista da teoria desenvolvimentista sob o ponto de vista de um aumento sustentado dos salários (redistribuição de renda) e do padrão de vida da população, de aumento da produtividade do trabalho e na renda per capita, bem como na implementação de políticas públicas (Bresser-Pereira, 2016).

4.3.2 Liberdade de expressão

A liberdade de expressão faz parte das regras do jogo democrático (Bobbio, 2009). Ela constitui uma das oito garantias que devem ser proporcionadas pelas instituições democráticas (Dahl, 1961) e é uma decorrência da aplicação do método democrático (Schumpeter, 1991).

Estes autores concordam que ela se traduz no direito de expressar livremente opiniões, ideias e crenças, seja verbalmente, por escrito, por meio de arte ou de quaisquer outras formas de comunicação. Inclui a liberdade de imprensa, com o direito de investigar, relatar e comentar sobre eventos de interesse público. Inclui a liberdade de associação, com o direito das pessoas poderem se reunir livremente, e também o direito de praticar e manifestar suas crenças religiosas. Sem estas condições a democracia corre o risco de se tornar um regime autoritário, no qual os cidadãos são silenciados e o poder político é exercido sem controle ou responsabilidade (Bobbio, 2009).

O Latinobarômetro (2021) mostra que entre 2018 e 2020, a liberdade de expressão na América Latina caiu 12 pontos percentuais, passando de 58% para 46%. O Brasil é o país

que teve o menor percentual de liberdade de expressão, alcançando apenas 30%⁷³. Entre os mais de 100 casos de violações à liberdade de expressão registrados entre 2019 e 2022, conforme compilados no relatório da “Campanha Calar Jamais”, estão o ataque misógino de Bolsonaro contra a jornalista Patrícia Campos Mello⁷⁴, a censura ao jornal Grupo Gente Nova (GGN), a contratação de serviços de vigilância pela Secretaria de Governo para monitorar jornalistas e influenciadores, o ataque hacker e tentativa de arrombamento da sede da Repórter Brasil, o incêndio na redação da “Folha da Região” no interior paulista, e a interferência do Ministério da Economia na definição das perguntas permitidas em entrevistas coletivas (Moncau, 2022).

A violência contra defensores dos direitos humanos foi alarmante, com o registro de mais de 40 casos de assassinatos de lideranças indígenas, e um aumento significativo de 105,77% nos ataques contra jornalistas no mesmo ano (Anistia Internacional, 2022).

No contexto destes fatos, os jovens manifestaram a percepção de que a liberdade de expressão, durante o governo Bolsonaro, sofreu restrições. Concretamente esta percepção se manifesta nos seguintes percentuais: 69,62%, indicando que, sim; 10,13%, entendem que foi ampliado e 15,19%, que foi mantido.

Tabela 23
Liberdade de expressão

A liberdade de expressão durante o governo Bolsonaro	%
Foi ampliado	10,13%
Foi mantido	15,19%
Sofreu restrições	69,62%
Não sei informar	5,06%

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

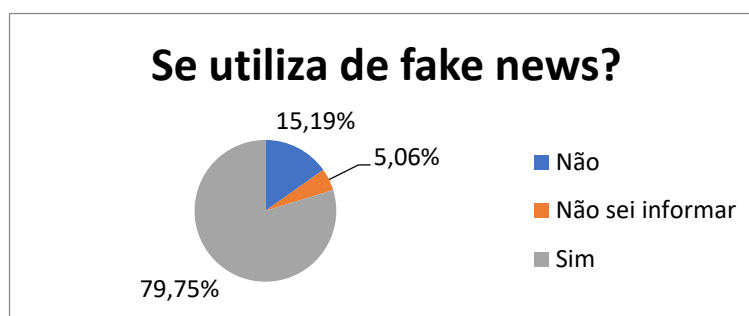
Os jovens expressaram uma grande preocupação em relação às fake news, que, segundo eles, proliferaram durante o governo Bolsonaro. Para 79,75% dos participantes, o governo Bolsonaro é visto como utilizando fake news em suas comunicações.

⁷³ Somente em 2021, foram 430 casos de ataques a jornalista e veículos da imprensa, o maior número registrado desde os anos 1990.

⁷⁴ O ataque do presidente Jair Bolsonaro à jornalista Patrícia Campos Mello refere-se a um incidente ocorrido em fevereiro de 2020, durante uma entrevista coletiva. Durante a entrevista, Bolsonaro fez comentários que foram interpretados como uma ofensa pessoal à jornalista, insinuando que Patrícia Campos Mello teria oferecido favores sexuais em troca de informações para uma matéria jornalística sobre supostas práticas ilegais de envio de mensagens em massa pelo WhatsApp durante a campanha presidencial de 2018.

Gráfico 9

Governo Bolsonaro e utilização de fake news



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2

Embora a pergunta feita aos entrevistados fosse sobre a "liberdade de expressão" de forma abrangente, o tema das fake news sempre esteve no centro das discussões. Sobre este tema, Astro diz: [...] *a gente tem liberdade de expressão, ainda que algumas coisas não são totalmente expostas, poderiam ser mais!* E compara a situação no Brasil como mais favorável que em outros: “[...] *embora eu saiba que em outros países a coisa é bem tenebrosa, publicações e pessoas são apagadas, como se fosse uma ditadura ou, até mesmo, é uma ditadura*”. Nhandevá observa uma verdadeira guerra entre os veículos de comunicação, como resultado da “confusão” sobre o que se entende por liberdade de expressão:

Há chumbo trocado. Uma emissora defende uma coisa, um jornal defende outra coisa, e isso acaba influenciando muito as pessoas na questão do interesse pela política e ficam expostas a tudo isso, nessa guerra de informações. A informação nunca chega certa para uma pessoa e acabam não formando uma opinião correta.

Num ambiente impregnado por *fake news* surgem experiências como a de Eldorado: “[...] *eu cheguei a entrar em grupos bolsonaristas e ver como que é, na pele, essa disseminação das fake news. É tudo muito rápido, a cada minuto, insistentemente e alienam muito e a gente não é livre para tomar decisões*”. Neste mesmo sentido, da desinformação e da alienação, está a fala de Supra, considerando as *fake news* como algo, inclusive, sinistro:

“Eu acho que as fake news é um dos maiores fatores que esta atrapalhando o jogo democrático brasileiro. Está desinformando e fazendo com que as pessoas fiquem dentro de bolhas, presas e muitas vezes é difícil sair. É uma mentira é contada por grandes meios de comunicação, a para colocar medo nas pessoas, cria narrativas extremamente tenebrosas, sinistras. Cria inimigos invisíveis”.

De modo mais curto e direto, temos a expressão de Grid: “[...] *fake news* é o gabinete do ódio⁷⁵”. Dacló, talvez movida por noções do seu curso de direito, diz: *Existem as fake news, isto é um crime*”. Rona alerta também para o fato das *fake news*:

“Liberdade de expressão é ir até onde não se denigre a imagem do outro, como se faz com as fake news, que existem sempre com o propósito de prejudicar a outra pessoa. Criaram até o gabinete do ódio”.

Esta última fala deve ser situada num contexto da confusão que se criou sobre o limite entre *fake news* e liberdade de expressão, visto que ambos estão relacionados à comunicação e à divulgação de informações, significando muitas vezes e indistintamente o direito de expressar ideias e pensamentos sem censura ou restrições, e o acesso à informação (Oliveira & Gomes, 2019). Esta confusão explica, em parte, o fato de 10,13% acreditarem que o direito à liberdade de expressão foi ampliado e dos 15% que acreditam ter sido mantido.

Com restrições tão significativas e com a avalanche das *fake news*, promovendo o ódio, a desinformação e manipulações de opiniões, a prática da liberdade de expressão, sob o governo Bolsonaro, não apenas deixa de ser um indicador de enfermidade da democracia, mas também se torna um reflexo preocupante da erosão de um de seus mais importantes valores.

4.3.3 Instituições democráticas

Um governo ao qual se possa atribuir o conceito de "bom funcionamento" deve oferecer mecanismos e oportunidades nos quais a sociedade tenha a possibilidade de formular e expressar suas preferências sem qualquer tipo de discriminação. Esses mecanismos e oportunidades pressupõem a mediação das instituições como uma ponte de diálogo e convivência saudável entre o governo e a sociedade (Dahl, 1997).

Dessa forma, as instituições são concebidas como corpos sociais intermediários capazes de promover a integração dos membros de uma sociedade e de fomentar a "coesão social". Elas representam a face concreta da democracia, seja por meio da operacionalidade estatal (Executivo, Legislativo, Judiciário, secretarias, órgãos de administração direta e indireta), seja pela organização de entidades civis, grupos e movimentos organizados, empresas, religião, ONGs e tantas outras (Paugan, 2017; Turner, 1990).

⁷⁵ O termo "gabinete do ódio" refere-se a um grupo de assessores próximos do presidente Jair Bolsonaro, que estariam envolvidos em estratégias de disseminação de desinformação, ataques a opositores e críticos, além de operações destinadas a influenciar a opinião pública a favor do governo.

Ao abordar esta variável, buscamos: a) Compreender as percepções dos jovens sobre a qualidade da democracia a partir do modo como veem o relacionamento do governo Bolsonaro com o Judiciário, com as Forças Armadas e as leis ambientais; b) Compreender como os jovens percebem a transparência das ações do governo.

A primeira pergunta dirigida aos jovens foi ampla, sem especificar nenhuma instituição em particular, mas abrangendo a governança, como um todo, incluindo as diversas instituições e estruturas de funcionamento do governo: “*Você considera que o governo Bolsonaro respeita as instituições?*” A maioria (79,75%) respondeu que o governo Bolsonaro não respeita as instituições, 13% consideraram que sim, e 3,80% não souberam responder.

Tabela 24
Governo Bolsonaro e o respeito às Instituições

Respeita as instituições?	%
Sim	16,46%
Não	79,75%
Não sei informar	3,80%

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

O aprofundamento desta questão, mediante a entrevista, oferece a oportunidade de compreender melhor o porquê desses percentuais. Inicialmente, procurando compreendê-los a partir da questão do relacionamento entre as instituições e, depois, explorando percepções sobre os modos de relacionamento do governo com o Supremo Tribunal Federal, as Forças Armadas e as leis ambientais e, finalmente, abordando a transparência das ações do governo, conforme se apresenta a seguir.

4.3.3.1 Relacionamento entre o governo e o poder Judiciário

A Constituição Federal nos seus artigos 92,102 e 105, estabelece as funções do Judiciário. Neves (2016), as sintetiza na ideia de que se trata de um papel crucial na efetividade das políticas públicas e na administração, servindo como mecanismo de controle, equilíbrio e transparência dos poderes. Entre 2019 e 2022, o judiciário esteve em evidência na mídia devido aos frequentes atritos com o governo Bolsonaro, reagindo de maneira contundente às investidas autoritárias e crescentes, de modo especial em relação ao Supremo Tribunal Federal e ao Supremo Tribunal Eleitoral (Vieira, Glezer & Barbosa, 2022).

Em relação ao Supremo Tribunal Eleitoral, o atrito [muitas vezes alimentado diretamente pelo executivo] se relacionava à segurança da urna eletrônica, alegando ser

susceptível de manipulações, falta de transparência no processo e não ser confiável na contagem dos votos (CNN-Brasil, 2023).

No que tange ao Supremo Tribunal Federal, o foco dos conflitos envolvia inquéritos e investigações contra membros do governo, decisões relacionadas à liberdade de expressão [principalmente as *fake news*] e de manifestações, competências legislativas do governo federal e medidas de enfrentamento à pandemia da COVID-19, incluindo posicionamentos divergentes também entre o governo e a ciência, além de críticas públicas do presidente ao STF (Vieira, Glezer & Barbosa, 2022).

O conflito com o STF se mostrou de difícil compreensão para a população quando entra em cena a “Operação Lava Jato”. Embora sendo parte do Judiciário, a operação passou a defender interesses do governo Bolsonaro, causando tensões internas do sistema e disputas sobre a condução de investigações e julgamentos. O STF anulou várias de suas condenações envolvendo políticos e empresários alegando imparcialidade no julgamento (Niklas, 2023).

Gilmar Mendes, Ministro do STF, apontou que a Lava Jato passou a favorecer Bolsonaro desde a campanha de 2018, influenciando os resultados eleitorais de maneira perturbadora e demonstrando parcialidade em seus julgamentos. O próprio STF julgou necessário conter os excessos da operação, especialmente em relação à ilegalidade de seu método de atuação⁷⁶ (BBC News-Brasil, 2021).

Neste contexto, a população tinha opiniões distintas e díspares sobre a legitimidade de um e de outro desses poderes (Vieira, Glezer & Barbosa, 2022). Esta falta de clareza se reproduz entre os participantes desta investigação. Uma parte (39,24%) avaliou que decisões do Supremo Tribunal Federal representam abuso de poder. Outra parte (30,38%) considerou sua atuação dentro da normalidade, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas pela Constituição de 1988. Uma terceira parte não soube informar (30,38%).

⁷⁶ A referência à ilegalidade do método da Lava Jato compreendia aspectos como questões de competência [alguns casos deveriam ser julgados no âmbito federal e não estadual], o vazamento de informações seletivas e interceptações telefônicas, levando a manipulações de provas, os abusos cometidos por parte dos procuradores no acordo de delação premiada.

Tabela 25
Modo de atuação do Supremo Tribunal Federal

O Supremo Tribunal Federal:	%
Tem praticado abuso de poder	39,24%
Tem sido um poder independente na defesa dos princípios da Constituição Federal	30,38%
Não sei informar	30,38%

Fonte: própria (a partir de questionário realizado para esta investigação), ano 2022.

Rona, percebeu a rivalidade entre componentes do próprio poder Judiciário, por conta da “Operação Lava Jato” [cfr. item 3.5] onde, por um lado, havia Procuradores de República, supervisionados pelo Ministério Público Federal, sob a responsabilidade de um juiz federal e, por outro, o Supremo Tribunal Federal: “[...] *um prende e outra solta. A lava Jato condenou e o Supremo libertou o Lula. Isso acabou com a Lava Jato e não acabou com a corrupção.*” Eldorado desacredita da Lava Jato e apresenta sentimento diferente em relação ao STF: “*A Lava Jato se transformou em instrumento político, cresceu muito, acabou criando falsos heróis, falsos deuses aí da política. Só que a gente viu depois, que ela nasceu podre. O Juiz moro, é um criminoso. O STF representa esperança.*”

Neste contexto, Supra avalia: “[...] *as instituições, entre elas mesmas, estão fragilizadas. Não estão funcionando bem, não tem diálogo, há uma guerra*”. Diante do cenário de acusações e conflitos, Rona entende que a população é jogada contra as decisões do Supremo Tribunal Federal por causa das *fake news*: “[...] *é o órgão no qual mais se pode confiar, porém está sendo vítima de fake news*”. Já Astro emite uma opinião categórica e contrária, com certo tom de revolta: “[...] *o Supremo Tribunal Federal significa uma única coisa: corrupção! O partido dos Trabalhadores, corrupção! A Lava Jato, corrupção! O Congresso Nacional, corrupção!* Diferentemente, Grid avalia positivamente: “[...] *eu vejo o STF como uma instituição independente, hoje, assim... não é alienada ao erro, é isso*”.

Na sua fala, o entrevistado Astro tenta posicionar cada instituição no seu devido lugar, o que faz lembrar “regras do jogo” (Bobbio, 2009), onde toda em qualquer esfera do poder, devem cumprir procedimentos e competências, tomando decisões com base na Constituição, nas leis e nos princípios jurídicos, sem favorecer ou se opor a qualquer figura política:

“Eu sei que o executivo, executa as leis; o legislativo elabora essas leis e o judiciário, as julga. É isso que eu sei, a base teórica. Na nossa prática eu vejo uma baita confusão

entre um e outro. Os poderes estão tendo lado político, ideológico, jogo de interesse. Por exemplo, o Supremo foi refém do ‘centrão’⁷⁷ no julgamento do ex-presidente Lula! Nem sempre se faz como está escrito”.

A percepção dos jovens sobre a relação entre o Executivo e o Judiciário, entre órgãos do próprio judiciário e entre este e o Ministério Público Federal, é profundamente conflituosa e impacta diretamente na política, provocando o desgaste dessas instituições e afetando a percepção da população sobre a independência e imparcialidade dos poderes, devido às críticas públicas e recíprocas. Nesse sentido está o entendimento de Supra, percebendo haver uma judicialização da política: questões que normalmente seriam decididas por meio de processos políticos são levadas aos tribunais. Sobre isto, ele, diz: “[...] no nível que a gente chegou, hoje, o que se vê é de um ativismo judicial. É um nível muito complicado, decisões são tomadas a favor de interesses políticos”. Em tom de inconformismo, Grid expressa a insegurança jurídica:

“[...] vergonhosa! os caras ficam lá, brigando, gritando...igual se viu na CPI (covid), só que no final tudo vira um teatro, coisas jogadas aos 4 ventos, todo mundo viu o que aconteceu, mas nada se resolveu. Não deu em nada. Todos os resultados da CPI foi para as mãos de um magistrado que protege o Bolsonaro e isto é muito bom prá ele, “pega tudo isso aí e joga no lixo”.

A situação percebida por Grid é melhor compreendida diante da fala de Rona, expressando que há uma politização da Procuradoria Geral da República pelo Executivo, o órgão que deveria, por função, denunciar irregularidades do Presidente da República: “[...] o presidente tem nas mãos a Procuradoria Geral da República⁷⁸”.

A independência ou autonomia de órgãos do legislativo, na percepção de Nhandevá, não existe: “[...] Bolsonaro tem apoiadores na Câmara, no Senado e no Congresso, são todos subordinados e ele”. Esta situação representa a fragilidade das instituições legislativas, configurando um “presidencialismo de coalisção” inclinado ao clientelismo, à concentração de poder e à corrupção (Facury & Martynychen, 2022), uma vez que envolvia distribuição de cargos e a prática do “orçamento secreto”.

Estes dados, em seu conjunto, revelam falta de clareza e desconfiança da população em relação às instituições. Manifestam-se, essencialmente, conflitos de competências e

⁷⁷ O termo “centrão” se refere aos políticos ou partidos políticos que buscam aproximar-se do poder executivo para obter vantagens e privilégios. A atitude também se expressa no termo “velha política” e representa o fisiologismo político.

⁷⁸ Entre as funções da PGR está a representação do Ministério Público Federal em processos judiciais perante o STF e o STJ, atuando em defesa dos interesses da sociedade e da Constituição (Oliveira, 2021).

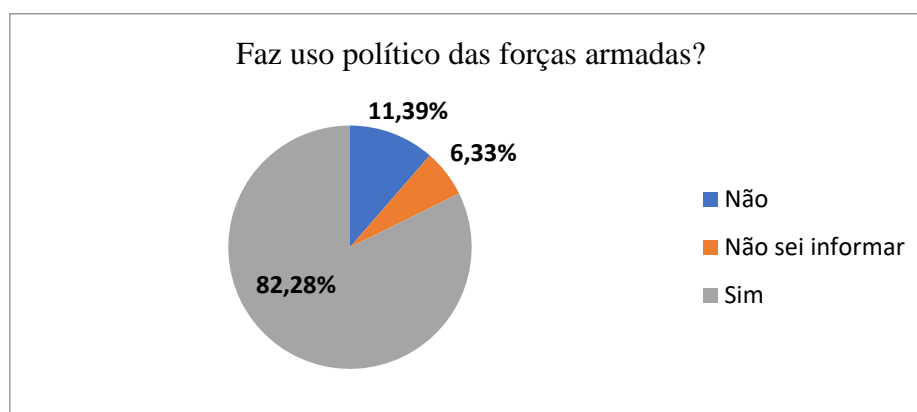
desequilíbrios nas relações de poder. Entre os entrevistados se observam discordâncias e críticas que refletem o próprio conflito de competências e desequilíbrios nas relações dos poderes. Em conjunto, esses dados revelam uma situação que mina a legitimidade democrática, comprometendo a confiança pública nas instituições e ressaltando a necessidade de restaurar a transparência e a accountability no sistema político brasileiro instaurado pelo governo Bolsonaro.

4.3.3.2 Relacionamento entre o governo e as Forças Armadas

Prosseguindo neste viés institucional e com foco nos modos de relacionamento do governo, buscou-se saber como os jovens percebem a relação entre o executivo do país e as Forças Armadas. A Constituição brasileira de 1988 (Art. 142) prevê que as Forças Armadas existem para a defesa da pátria, a garantia do pleno funcionamento dos poderes constitucionais (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a garantia da lei e da ordem. Como tais, são órgãos de Estado, cuja ação independe das disputas políticas.

Entre os participantes da investigação, 82% acreditam que o governo Bolsonaro faz uso político das Forças Armadas, 11,39% afirmam que não e 6,33% não souberam informar.

Gráfico 10
Governo Bolsonaro e as Forças Armadas



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022

Estes percentuais, além de indicar um desequilíbrio de poder, concentrando força excessiva nas mãos do governo, significa também uma politização das Forças Armadas [Exército, Marinha e Aeronáutica] em prol de interesses particulares. Esta percepção revelou-se bastante sensível para os jovens. Grid, buscando caracterizar o tipo de relação que se criou entre o executivo e as Forças Armadas, explica: “*No começo eles estavam com planos parecidos, que ajudaram na eleição dele, mas depois comecei a perceber conflito entre*

eles. Agora eu acho que não estão mais tão amigáveis assim os interesses, não tá mais alinhado”. Astro, vê o avanço dos militares no âmbito da política como uma ameaça à democracia: “[...] é um mal sinal, significa ditadura”.

Supra emite uma opinião próxima a uma interpretação mais adequada ao Artigo 142 da Constituição⁷⁹:

“[...] As Forças Armadas é órgão de Estado. Se fizerem qualquer ato anti democrático quem vai carregar o peso é ela mesma, como carrega até hoje a vergonha da ditadura militar. Eu defendo elas, mas não como está hoje. Ele (Bolsonaro) tenta comprar aumentando o salário dos oficiais⁸⁰.

Dacló aponta para a politização das Forças Armadas e vê o fato como um desrespeito: *“[...] vejo, por exemplo, como coisa errada, o fato de o presidente puxar as Forças Armadas para a defesa dos seus interesses”.* Neste mesmo sentido está a observação de Gen, acrescida de um sentimento de medo, associando a proximidade do executivo com as Forças Armadas ao perigo de uma ditadura militar:

“[...] eu tenho muito medo desta relação. Eu vi que nas últimas eleições se elegeram militares e aí, mais uma vez, todo este conflito de poder sempre me preocupa: o poder político com o militar, o poder político com a religião, acho que é um acúmulo. É, por um bom tempo fiquei com medo de que nesse governo se instalasse uma ditadura, algo que me preocupa!”. ”⁸¹

Quando as Forças Armadas são politizadas, sempre há o risco de que a lealdade seja direcionada ao Estado e não ao Estado de Direito ou à Constituição (Garcia, 2009). A fala dos jovens demonstram a submissão das Forças Armadas a interesses políticos específicos e isto, em termos de qualidade da democracia, revela instabilidade e enfraquecimento das instituições democráticas, além, é claro, do ambiente de intimidação, onde o uso da força

⁷⁹ Em 2020, em meio aos atritos com o STF, e em nome da lei e da ordem, Bolsonaro apelou para o uso do artigo 142: “[...] e, havendo necessidade, qualquer dos poderes pode pedir às Forças Armadas que intervenham para restabelecer a ordem no Brasil” (O Estado de São Paulo, 2020).

⁸⁰ No auge da pandemia, durante o ano de 2020, enquanto o desemprego disparava no país e o governo editava uma Medida Provisória (MP) que reduzia o salário dos trabalhadores, enquanto militares da alta cúpula das Forças Armadas embolsavam supersalários que extrapolaram o teto do funcionalismo público. O plano de governo registrado no TSE previa aperfeiçoar os planos de carreira e de remuneração dos militares, além de garantir retaguarda jurídica e oferecer capacitação profissional (Sindmetalsjc, 2022).

⁸¹ Os regulamentos disciplinares das três forças (Exército, Marinha e Aeronáutica), impedem que militares da ativa se envolvam em debates ideológicos, vedando qualquer expressão pública ou manifestações coletivas, tanto sobre atos de superiores quanto sobre aspectos reivindicatórios ou políticos (Estatuto dos Militares, Art.105 e 145, de 1941).

militar é empregada para silenciar opositores, reprimir protestos, ameaçar a liberdade de expressão e de imprensa.

4.3.3.3 Relacionamento do governo com as Leis ambientais

A questão ambiental participa como indicador da qualidade da democracia nesta investigação dado ao fato, primeiro, de ter sido um tema recorrente na mídia, durante o governo Bolsonaro, com destaque inclusive na mídia internacional (Harris, 2021) segundo, por ser um tema que interessa à juventude (Estatuto da juventude, 2013) e, terceiro, porque no período relativo à realização desta investigação, a questão ambiental se tornava um dos temas emergentes no país (Ramos, 2021).

À luz da Constituição brasileira, todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à qualidade de vida, sendo um bem de uso comum do povo, e cabe ao Poder Público e à coletividade o dever de preservá-lo e defendê-lo para as gerações presentes e futuras (Art. 225 da Constituição Federal, 1988).

Absolutamente contrária a esta proposição constitucional foi a declaração do Ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, Ricardo Salles, durante reunião ministerial, onde sugeria, como estratégia para explorar o meio ambiente, em especial as reservas minerais e florestais da Amazônia, aproveitar o foco midiático e social na pandemia da COVID-19 para “passar a boiada”. Isso significava aproveitar o momento para promover mudanças na legislação do IPHAN, Ministério da Agricultura e Ministério do Meio Ambiente em benefício do agronegócio, madeireiros e garimpeiros (Uribe, 2020). Essa fala tornou-se uma síntese do descaso do governo com o meio ambiente. Nesse contexto, o garimpo ilegal em terras indígenas Yanomami cresceu 54%, o desmatamento na Amazônia atingiu o maior índice desde 2008, com um aumento de 11.088 km² em 2020), registrando 40 mil km² de desmatamento em 2022 (Bispo & Chaves, 2022).

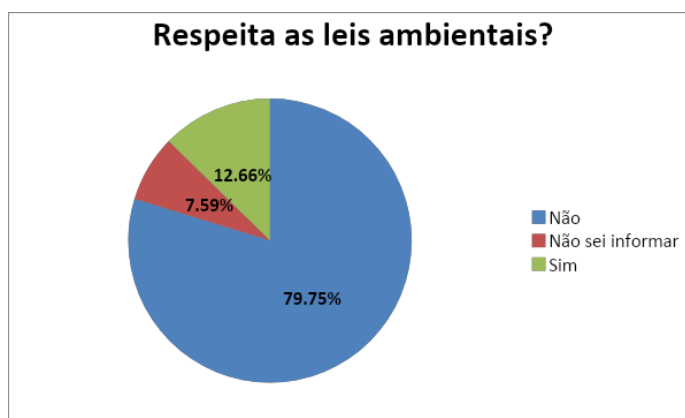
A pergunta dirigida aos jovens [em questionário] foi assim formulada: *você considera que o governo Bolsonaro respeita as leis ambientais?* 79,75% entenderam que, não; 12,66% entendem que, sim e 7,99% não soube responder. Esta alta positividade em relação à percepção de desrespeito às leis ambientais é observada nas falas espontâneas⁸² dos jovens. Eldorado lembra que em seus estudos para a prova o Exame Nacional do Ensino Médio, esperava que um dos temas cobrados fosse sobre a questão do meio

⁸² Não houve, na entrevista, uma pergunta específica sobre esta questão ambiental, no entanto, houve referências a ela.

ambiente, dada sua grande repercussão na imprensa, porém “[...] *a gente tinha certeza de que não teria este tema porque o governo não iria permitir um tema que estivesse falando mal e criticando o seu próprio governo*”. Astro relembra a fala do Ministro do Ambiente, Ricardo Sales que se tornou muito conhecida “[...] *deixar passar a boiada*” [cfr. item 4.3.3.3]. Outras referências espontâneas foram feitas por Supra:

“[...] *meu pai...ele tem raiva de gente que destrói o meio ambiente. Só que quando chega no discurso mais conservador, que destrói o meio ambiente, ele se encaixa lá, ou seja, mais à direita;* e Dacló: “[...] *Direitos humanos, é um ideal, destaco todos eles, em especial o direito ao futuro sustentável.*”

Gráfico 11
Governo Bolsonaro e as leis ambientais



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022

Os dados revelam uma percepção generalizada entre os jovens de que o governo Bolsonaro não respeita as leis ambientais e não está alinhado com as expectativas de respeito nessas áreas. Isso reflete uma crítica significativa à sua gestão nesse campo por minar o Estado de Direito, gerando insegurança jurídica, impunidade e corrupção. Destaca-se ainda que sua política na área ambiental reduz a qualidade de vida de comunidades mais pobres e vulneráveis.

4.3.3.4 Transparência

A transparência é um dos mais importantes pilares da democracia, uma condição essencial para a legitimidade do poder conforme destacado por Bobbio (2009). Dahl (1997), a relaciona à responsividade, exigindo que um governante seja capaz de responder às demandas, esclarecer e fornecer direção de maneira clara e compreensível. Schumpeter

(1961) enfatiza a sua importância não apenas nas ações de governo, mas desde o processo eleitoral com apresentação clara, acessível e compreensível das propostas dos candidatos.

Este requisito democrático se submete a Lei Brasileira sobre o Direito à Informação (Lei nº 12.527/2011) que objetiva fornecer transparência aos atos praticados pelos órgãos públicos, regulamentando o acesso a documentos oficiais de interesse e promovendo a transparência, a *accountability*⁸³ e a responsividade na administração pública (Brasil - Diário Oficial da União, 2011, p. 3). O cumprimento desta lei contribui diretamente para o combate à corrupção, permitindo um controle mais efetivo sobre as ações do governo.

Três fatos chamam atenção a este respeito no governo Bolsonaro: os índices de corrupção, o sigilo dos 100 anos e o Orçamento Secreto. Em relação ao índice de corrupção, a Transparência Internacional-Brasil (2022) mostra que o Brasil não apenas ficou abaixo da média global, que é de 43 pontos, representando o terceiro pior resultado da série histórica, mas também ficou aquém da média dos BRICS (39 pontos), da média regional para a América Latina e o Caribe (41 pontos), e ainda mais distante da média dos países do G20 (54 pontos) e da OCDE (66 pontos)⁸⁴.

O segundo fato, com dados de 2020, mostra que Bolsonaro decidiu abrir as informações sobre decisões de seu governo apenas para 54% das 86.656 solicitações de esclarecimentos recebidas. Contrariando Lei de Acesso à Informação (LAI), determinou um sigilo de 100 anos sobre dados e ações de 11 de seus ministérios, sob alegação de que os documentos continham informações pessoais, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem de políticos e ministros (Correio Brasiliense, 2022).

O terceiro fato foi a implantação do "Orçamento Secreto", por meio de portarias do Ministério do Desenvolvimento Regional⁸⁵. Esse mecanismo permitiu a liberação de recursos públicos na ordem de 50 bilhões de reais para ações e projetos indicados por parlamentares aliados do governo, em troca de apoio político. Os recursos não tinham previsão orçamentária, não eram divulgados publicamente e tampouco tinha-se conhecimento de quem recebeu, quanto recebeu e para onde o dinheiro foi destinado (Facury & Martynychen, 2022).

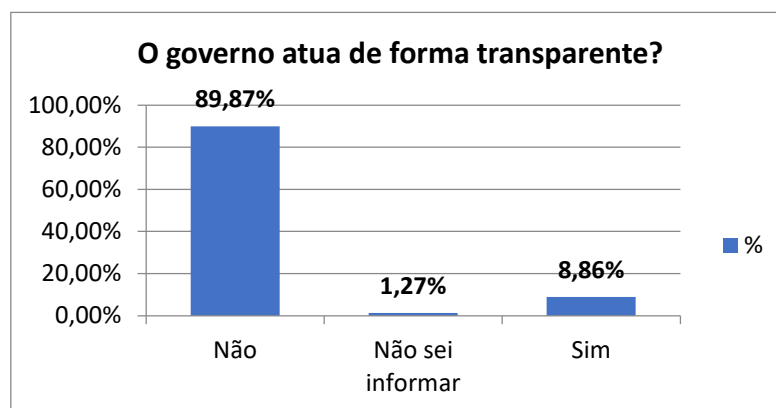
⁸³ *Accountability*: obrigação de indivíduos e organizações prestarem contas por suas ações, decisões e cumprimento de suas obrigações.

⁸⁴ O país registrou 36 pontos e foi classificado na 104ª posição, entre 180 países avaliados, ao lado da Argélia, da Sérvia e da Ucrânia.

⁸⁵ A aprovação do orçamento secreto e a sua implantação não obedeceu os processos formais exigidos no Congresso Nacional, para garantir a transparência por meio do debate público.

Neste contexto, a percepção dos jovens em relação à transparência no governo Bolsonaro é altamente desfavorável. Para 89,87%, o governo não é transparente. Apenas 8,86% acreditam que sim, e 1,26% não soube informar.

Gráfico 12
Transparência no governo Bolsonaro



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022

A falta de transparência é sentida pelos jovens em diferentes situações e contextos [na área da saúde, da educação, da economia, da comunicação, entre outros], porém o fator mais evidenciado é a corrupção. Nhandevá, por exemplo, diz que “[...] *infelizmente a corrupção acontece. Não era para acontecer, como foi prometido em campanha, mas é público, nós podemos ver. Tem muito interesse próprio, interesses familiares, interesse de grupos*”.

Supra lamenta: “[...] *se temos corrupção, não temos direitos humanos. Sem direito humanos não temos acesso a saúde, à educação*”. A fala de Rona situa a corrupção no âmbito da saúde e desqualifica o serviço público por conta de desvios de verbas: “[...] *Temos postos de saúde, mas não tem médico, nem remédio. Na farmácia do posto de saúde não tem sequer dipirona*”. Grid utiliza a expressão “toma-lá-dá-cá” para expressar a corrupção:

“[...] *líderes políticos que apoiam o presidente em troca de favores, emendas e dinheiro. É o toma lá da cá. É por aí que você está querendo argumentar sobre ‘acabar com as panelas?’ Isso eu acho que não tá certo. Basicamente é interesse de uma pessoa só, de grupos. Isto é uma falta de respeito com as outras pessoas. Daí a democracia perde a função*”.

Rona exemplifica:

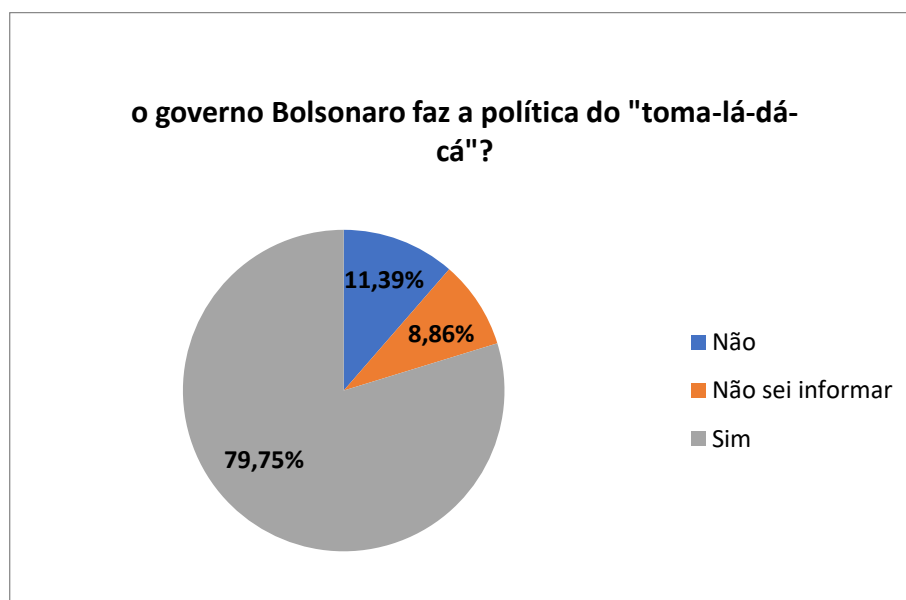
“[...] *Veja só aquela obra, um viaduto que seria construído no Rio de Janeiro e que custaria 1 bi no orçamento do governo. Um traficante foi lá e fez por 500 mil reais!*”

*Tudo o que envolve governo e Estado, é mais caro. As pessoas se aproveitam do cargo, infelizmente. A política brasileira é corrupta, em geral*⁸⁶”.

Dacló, situa a corrupção no contexto da COVID-19 e da utilização de *fake news*: “[...] meu pai não queria que eu tomasse vacina porque o Bolsonaro disse que quem tomasse a vacina poderia contrair o vírus da aids, que desenvolveria doenças no futuro, e que pessoas já haviam morrido por ter tomado a vacina.”

Outro aspecto que refletiu a falta de transparência, na percepção dos jovens investigados, foi a prática do "toma-lá-dá-cá": 79,75% dos jovens consideram existir esta prática. 11,39% entendem que não, e 8,86% não soube informar.

Gráfico 13
Governo Bolsonaro e o toma-lá-dá-cá



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022

A análise desses dados destacaram realidades como corrupção, toma-lá-dá-cá [troca de favores, oferecimento ou aceitação de vantagens indevidas], baixa qualidade do serviço público, as já citadas *fake news*, para descrever uma prática que, em essência, representa a pouca responsividade do governante ou mesmo a total falta *Accountability*.

⁸⁶ Rona se referiu a uma ponte construída por traficantes da favela do Complexo de Israel, na Zona Norte do Rio, unindo duas comunidades. A obra, na verdade, foi executada por R\$ 370 mil, menos de 10% do que foi estimado pela prefeitura do Rio de Janeiro: 5 milhões de reais (Peron, 2021).

4.4 Crise sanitária da COVID-19

A análise da gestão da crise sanitária da COVID-19 pelo governo Bolsonaro, com base em indicadores como afetação emocional, manutenção de direitos, perspectivas e oportunidades, permite uma compreensão mais abrangente não apenas da governança, mas também das demais categorias. Comporta-se como uma variável interveniente e, como tal, ajuda a entender como “Gestão da crise COVID-19” influencia a percepção sobre a qualidade da democracia a partir da interação com o perfil sociodemográfico, prática cidadã e governança.

É importante lembrar, além dos fatos apresentados no item 3.6.3 [sobre a gestão - COVID] que enquanto as pessoas estavam sendo tomadas pelo pânico e necessitavam de medidas em prol do bem comum, o Estado, visando a economia, diminuía investimentos públicos e promovia cortes sociais (Arias, 2019), realizava privatizações e concessões em áreas como infraestrutura e petróleo (Lima & Kon, 2021), promovia a Reforma da Previdência, alterava as regras de aposentadoria dos trabalhadores, aumentando a idade mínima e reduzindo benefícios (BBC – Brasil, 2019), e flexibilizava as leis trabalhistas, ampliando a terceirização e reduzindo os direitos dos trabalhadores (CUT-CE, 2022; Souza, 2022). Em várias ocasiões, Bolsonaro condenou o isolamento social, alegando que prejudicaria a economia, geraria desemprego, pararia a produção do país e aumentaria a inflação (Vargas, 2022).

4.4.1 Afetação pela COVID-19

Os efeitos dessas medidas impactaram a população em um contexto de medos, inseguranças e incertezas, atingindo-a com mais força e exacerbando as dificuldades enfrentadas durante a crise sanitária e econômica. Muito além da afetação física, houve afetação psicológica, desencadeando desconforto emocional (Silva & Rosa, 2021). É o caso de muitos dos jovens de nossa investigação: 67,09% afirmaram ter perdido amigos próximos ou familiares devido à doença, e 91,14% relataram sentir-se tomados por estresse e ansiedade.

Tabela 26
Afetação pela COVID-19

Sentiu-se tomado por estresse e ansiedade?	%	Houve mortes de familiares ou amigos?	%
Não	8,86%	Não	32,91%
Sim	91,14%	Sim	67,09%

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

Eldorado lembra o descaso do Governo Bolsonaro com a pandemia e se expressa nestes termos:

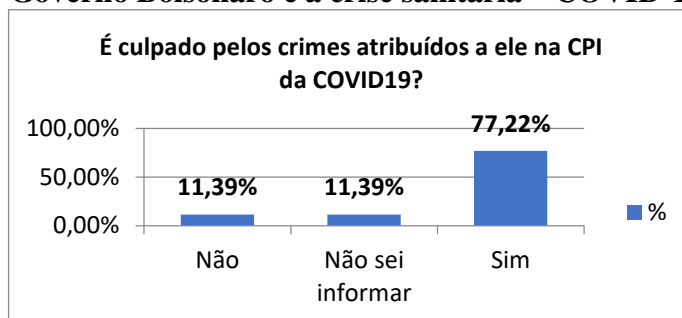
“[...] o desemprego, como também a covid, aumentaram por conta do governo que não buscou alternativas para isto. Diante das pessoas que morriam ele diz: ‘e daí, eu não coveiro’. Isso é não se importar nenhum pouco com o povo, com as pessoas. Acho que isso tá dentro da democracia, né. Se a gente exerce a nossa democracia indo votar, colocando alguém lá no poder, é porque acredita que aquela pessoa vai fazer pelo povo, né. Aquela pessoa vai suprir as minhas necessidades enquanto cidadã brasileira. Quando a pessoa fala que “não é coveiro e não pode fazer nada”... pelas famílias, é muito preocupante”.

Eldorado observa que o problema ganhou proporções conjunturais, levando a uma soma de fatores: *“[...] o desemprego está atrelado à covid. Tanto o desemprego, quanto também a covid, aumentaram por conta do governo que não buscou alternativas para isto. Não buscou solução para a fome. E cresceu aí a violência e a desigualdade social”.* As atitudes de Bolsonaro, nesse sentido, foram pouco republicanas na percepção de Grid:

“Acho que foi muito negacionismo. Antes começou com ele falando que o vírus não era nada, mesmo sendo alertado. Depois veio a vacina e ele simplesmente quis investir em cloroquina por que ele queria que as pessoas já voltassem para as ruas. E daí, eu acho que, ele simplesmente não respeitou a Anvisa, nem a ciência”.

Percebe-se, na fala dos entrevistados, uma associação direta: quanto maior o número de infectados, de mortes, de falta de orientação, de equipamentos e de medicamentos, menor é a demonstração de liderança e, conseqüentemente, maior é a percepção de falhas em relação aos direitos democráticos. Estes dados e sentimentos justificam o fato de 77,22% dos jovens entenderem que Bolsonaro agiu mal na gestão pandêmica e é culpado pelos 9 crimes imputados a ele pela CPI da covid.

Gráfico 14
Governo Bolsonaro e a crise sanitária – COVID-19



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022.

A opção por uma política neoliberal em plena crise pandêmica, com atuação flagrantemente mercadológica e economicista, atendendo aos interesses da plutocracia financeira⁸⁷, trouxe implicações desastrosas sobre as políticas sociais (Verbicaro, 2021). Isso agravou, inclusive, a crise pandêmica e resultou no retorno da fome ao país (FGV-social, 2022). Mas a gestão da crise pôde ser avaliada também por outros componentes muito significativos para a juventude: o incentivo à educação e as perspectivas e oportunidades.

4.4.2 Incentivo à educação

Durante o governo Bolsonaro houve uma sucessão de fatos marcantes para o contexto educacional: a troca de 5 ministros da educação, casos de corrupções no MEC⁸⁸, ataques às universidades públicas, cortes de recursos, aumento de evasão escolar e queda no número de matrículas, guerra ideológica nas escolas, abandono da educação na área rural, falta de acesso à internet nas escolas (CNTE, 2022). É neste ambiente que 74,68% dos jovens afirmam que não houve incentivo à educação.

Este percentual sugere que mesmo em tempos de crise social, esperava-se que as políticas educacionais pudessem subsistir, refletindo os princípios democráticos e, mesmo que com dificuldades, mantendo vivo o Artigo 205 da Constituição Federal. Tal expectativa faz sentido diante do princípio constitucional referente ao direito de todos à educação, assegurado pelo Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição Federal, 1988).

⁸⁷ Uma forma de governo ou sociedade na qual o poder é exercido por uma elite financeira ou por aqueles que detêm uma significativa riqueza econômica.

⁸⁸ Dentro do Ministério da Educação passou a funcionar um "gabinete paralelo", formado por pastores evangélicos, que controlavam a agenda do Ministério e a destinação de recursos públicos da pasta, em reuniões fechadas. Em algumas situações a propina deveria ser paga em barras de ouro (Ricardo, L., 2022)

Art.205). O descumprimento deste artigo, na percepção dos jovens, se traduziu nos seguintes sentimentos:

- **Abandono:** *“Os investimentos foram deixados de lado, como comentei anteriormente, por exemplo, projetos de estudos (para jovens) no exterior, que era muito importante, dava outras oportunidades, acho que o que vinha melhorando um pouco, deu uma grande reduzida. Eu sei, foram feitos diversos cortes na educação, né. Tem diversas universidades que deixaram de funcionar”* (Astro).

- **Precariedade:** *“ A gente está sem política pública para a educação. Não tem...não é assistida pelo governo. É...acho que é zero, principalmente pela minha realidade: no assentamento a educação sempre foi boa, de excelentes professores mas, está agora tudo muito precário. Quando tem alguma coisa para comer é porque os professores distribuem bolachas”* (Eldorado).

- **Falta de apoio:** *“Não teve investimento e estamos ainda tendo cortes. Querem fazer lei para tirar nossas cotas raciais”* (Nhandevá).

Tabela 27
Incentivo à educação

Existiu incentivo à educação?	%
Não	74,68%
Não sei informar	3,80%
Sim	21,52%

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

Há, no entanto, o percentual de 21,52% que dizem ter havido, durante a crise pandêmica, incentivo à educação. Acreditamos que esse percentual esteja relacionado, em grande parte, ao fato de que muitos dos jovens integrantes dos grupos DACLOBE, CENTRAU, Acredito-MS e alguns do Art-LGBT (que, juntos, somam mais de 30% da amostra), são estudantes da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, uma universidade particular que, independentemente das políticas do governo Bolsonaro, desenvolveu práticas relacionadas ao atendimento à saúde do acadêmico, ao ensino híbrido com apoio tecnológico, manutenção do calendário e o desenvolvimento das atividades curriculares. Esses aspectos se distanciam do sentimento de abandono, precariedade ou falta de apoio ocorrido com os demais estudantes.

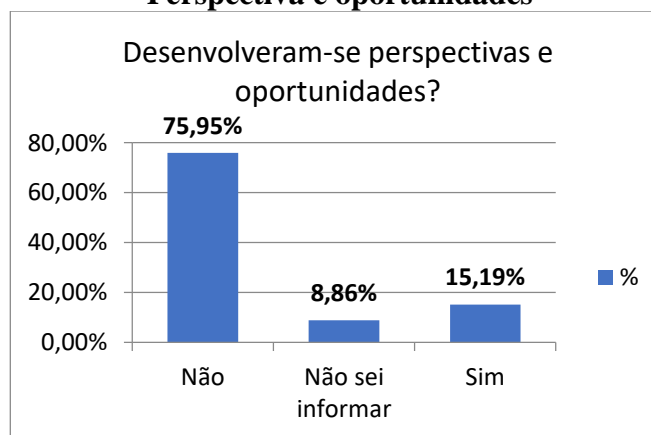
4.4.3 Perspectivas e oportunidades

É normal que consideremos ser característico do ser humano a busca por um senso de normalidade e estabilidade, mesmo que em períodos de crise social. Da mesma forma, é característico da juventude o fato de que as perspectivas futuras estejam relacionadas à educação, pois é justamente ela que abre janelas de oportunidades para a vida. Para 75,95% dos jovens – desta investigação – o contexto pandêmico representou frustração neste sentido.

De modo geral, os entrevistados condicionam perspectivas e oportunidades, no contexto bolsonarista, a uma mudança de governo:

“[...] *ah, espero que melhore, este é ano de eleição, vamos ver o que vai dar (risos), mas espero que tome um rumo diferente* (Dacló). *Espero que o que está aí, mude*”(Astro). *“Olha, de bom [do governo Bolsonaro] eu não espero nada, infelizmente* (Grid). *Queria acreditar que ele pudesse mudar, aprender...mas acho que ele não vai mudar* (GENI). *Eu espero que ele sai do governo, sai da administração de nosso país”* (Nhandevá).

Gráfico 15
Perspectiva e oportunidades



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados para esta investigação, ano 2022.

Estes dados ajudam a compreender os indicadores sociodemográficos como um drama social vivido pelos jovens, especialmente por aqueles que integram grupos socialmente excluídos, pois não constituem prioridade nas ações do governo, o que aprofunda a falta de acesso aos recursos de saúde, à assistência econômica e à equidade social. Ajuda a compreender, também, uma prática cidadã com ênfase no desejo de mudança, que apresenta descrença nos políticos e desinteresse pela política institucionalizada.

A contribuição mais significativa, porém, está em ajudar a compreender o mal “funcionamento do governo” em tempos de crise pandêmica. Uma boa governança

significaria eficiência e agilidade na compra e aplicação das vacinas, orientação científica acerca dos protocolos de segurança, a destinação de recursos econômicos para camadas mais desprotegidas da população, o incentivo à educação. Em termos democráticos, significaria um governo capaz de tomar decisões e implementar políticas e serviços emergenciais de maneira a alcançar os resultados desejados. Ao contrário, a interveniente “gestão da crise da COVID-19” acentua a ausência de um líder republicano (Dorna, 2007)⁸⁹ que, em momentos de crise, saberia enfrentar as adversidades, procurando meios de devolver confiança às massas e despertar a imaginação do povo.

⁸⁹ Alexandre Dorna apresenta os seguintes tipos de liderança (além da já mencionada liderança republicana): o líder messiânico, que se associa à ideia de uma figura carismática, escolhida por Deus para libertar do sofrimento; líder cesarista, uma alusão histórica a Júlio Cesar. São conservadores e carismáticos, detém um poder pessoal apoiado no povo e no exército, são mestres na propaganda e na manipulação da própria imagem; o líder totalitário, que exclui os diferentes e persegue os adversários, fazendo deles bodes expiatórios. Estatizam as instituições e eliminam as mediações entre os indivíduos, desenvolvendo atitudes absolutas e patológicas; o populista, que age como um “*self made man*”, atribuindo a si a missão da integração nacional, com uma retórica de modernização e enraizamento tradicionalista e nacionalista. Sua atitude é a de “um irmão mais velho próximo que procura o contato direto e o diálogo com toda a gente”. Constrói a imagem do homem disponível, simples, que surge sem afetação e sem calculismo. Diferentemente dos tecnocratas, seu discurso se assemelha a uma conversa familiar ou a uma reunião num café (2007, p. 150).

ANÁLISE BIVARIADA:

INDICADORES DE PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DA DEMOCRACIA

A associações entre variáveis proporciona uma melhor compreensão dos dados, ao mesmo tempo que os simplifica (Gil, 2011). Neste sentido, avançamos para a análise estatística descritiva bivariada. Por conta das análises até aqui realizadas, requer-se o cuidado de evitar saturação ou repetição de informações. Por isso, limitamo-nos a analisar apenas algumas associações com o intuito de – quiçá - obter contribuições significativas.

5.1 O que dizem ser democracia

Ao longo da análise descritiva univariada, revelou-se um dado precioso: o que esses jovens consideram ser democracia. Embora fosse um objetivo latente no processo de coleta de dados, não houve uma pergunta direta do tipo: "Como você define democracia?" No entanto, diversos elementos e características, resultantes de noções teóricas e de experiências cotidianas aprofundadas no debate público, especialmente no grupo social, manifestaram-se – quase sempre de modo espontâneo - em seus discursos durante as entrevistas.

Seus relatos representam processos de socialização política e permitem observar como foram inseridos no tecido social, na “*polis*”, e como os valores associados à democracia [cfr. figura 3] se enraizaram (Moisés, 2008). Consideramos serem noções dinâmicas e flexíveis que, forjadas na realidade contextual, permitem a superação de obstáculos epistemológicos ao entendimento real da democracia.

Muitos dos jovens viveram parte de sua adolescência e juventude em momentos de consolidação da democracia no Brasil, especificamente durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016). Durante essas gestões, várias medidas afirmativas foram implementadas com o intuito de promover os Direitos Humanos e, por consequência, a democracia. Por exemplo, foi nesse período que o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH, 2009), com o Decreto 7.037, se tornou uma política pública prioritária, incluindo a defesa dos direitos da juventude. Em 2005, foi estabelecido o Programa Nacional de Inclusão de Jovens [ProJovem], com o objetivo de promover a inclusão social e educacional de jovens de 18 a 29 anos que não haviam concluído o Ensino Fundamental. Este programa, ainda em vigor, oferece formação profissionalizante, inclusão digital, orientação para o trabalho e apoio sociofamiliar (Decreto 7.083).

No ano de 2013, durante o governo Dilma, houve a promulgação do Estatuto da Juventude, reconhecendo os direitos dos jovens como uma política de Estado e, com base nisso, implementando a criação de políticas públicas específicas para jovens em diversas áreas, como educação, saúde, cultura, esporte e lazer (Lei 12.852).

Fator igualmente relevante, que acompanhou as fases de crescimento, adolescência e entrada na juventude de vários participantes desta pesquisa, foi a reintrodução obrigatória da sociologia no currículo escolar a partir de 2008. Essa mudança teve como objetivo formar os jovens para a cidadania, proporcionando a compreensão de conceitos como política, direitos humanos, Estado, democracia, regimes e sistemas políticos (Tavares & Queiroz, 2021).

Tabela 28
Ações afirmativas em prol da juventude nos governos Lula e Dilma

Movimento Negro (Gomes, 2012)	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da Lei de Cotas (2002); - Criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e 2003; - Programa Brasil Quilombola (2004); - Política Nacional de Saúde da População Negra (2006); - Implementação da Lei Maria da Penha (2006); - Aprovação de Lei de Cotas (2012).
Movimento indígena (Almeida, 2018)	<ul style="list-style-type: none"> - Demarcação das terras indígenas (2008 e 2009); - Fortalecimento das políticas de saúde indígena (2003 – 2016); - Política de Cotas nas Universidades (2012); - Apoio à produção e comercialização dos produtos indígenas (2003-2016); - Política de proteção à cultura indígena (2003-2016).
Movimento LGBTQIA+ (Pinto, 2018)	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Brasil sem Homofobia (2004); - Implementação do reconhecimento das uniões estáveis homoafetivas (2011); - Inclusão da identidade de gênero no Sistema Único de Saúde (2008); - Criação do Conselho Nacional de Combate à discriminação LGBTQIA+ (2010); - Ampliação do Programa Brasil sem Homofobia (2011).
Movimento Sem Terra (Fernades, 2012; Campos, 2021)	<ul style="list-style-type: none"> - Continuidade e aperfeiçoamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1996) - Continuidade e implementação do Ministério do Desenvolvimento Agrária (1999); - Criação do Programa de Aquisição de Alimentos (2003); - Desapropriação de terras improdutivas (2003-2016); - Assentamentos Rurais (2003-2016).
Movimento Estudantil (Almeida, 2014)	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Universidade Para Todos (2004); - Programa Nacional de Assistência Estudantil (2007); - Sistema de Cotas (2012); - Fundo de Financiamento Estudantil (2003-2016).

Mulheres Lima (2010)	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2004); - Lei Maria da Penha (2006); - Casa da Mulher Brasileira (2013); - Programa Mulher, Viver sem violência (2013).
-------------------------	--

Fonte própria com base em diferentes autores (supracitados).

Acreditamos que uma juventude cujo período de crescimento e escolarização tenha sido marcado por ações afirmativas [como as acima apresentadas], experiências associativas e, de algum modo, de cidadania, tende a alimentar noções e valores de democracia como estes que se apresentam a seguir: participação e cidadania, representação, liderança, direitos humanos e pluralismo.

5.1.1 Participação e cidadania

Para alguns jovens a ideia de democracia se associa a uma experiência vital e identitária que se funde com sua história pessoal ou do próprio grupo, vivida no contexto de instituições sociais fundamentais para a formação de valores humanos e democráticos, como a família, a escola e grupos sociais. Diz Rona: “[...] *estou envolvido e participo do Tia Eva desde que nasci. Meu pai é descendente da Tia Eva, escrava, e ele sempre esteve envolvido com o Movimento Negro*”.

A noção de participação, que se funde com a ideia de pertencimento, é observada também em Eldorado: “[...] *os sem-terrinha*”, que são as crianças... *Eu lembro que eu tinha 4 ou 5 anos e já era ‘sem-terrinha’ e tinha contato com acampamento. Meu pai era acampado. Tinha as reuniões, a gente participava das lutas, das manifestações, naquilo que a gente estava envolvido ali que era a luta pela terra*”.

Próximo a isto está o processo de inserção demonstrado por Astro: “*Participar do grupo me tornou mais interessado pela política e pelo desenvolvimento não só social, mas também o desenvolvimento socioeconômico e político*”. Em consonância com esta ideia de participação, está a atitude de Nhandevá, no sentido de colocar-se a serviço: “[...] *trabalhar não apenas para a minha comunidade, mas para vários outros...é, outros segmentos também, né, que eu me identifico...é meu jeito de fazer a política*. A participação de Nhandevá, inclusive, não se dá por filiação a nenhum partido político:

“[...] *não tenho filiação com partido político, mas me considero militante porque a partir do momento que eu me coloco prá lutar pelo meu povo eu sigo sempre militante, eu sou militante*”.

Participar significa, em alguns momentos, capacidade de transformar a si e ao contexto social. Supra mostra que: “[...] *o principal motivo para querer participar é ser um agente*

da política. Não uma política partidária, mas uma política social, de debate. Querer fazer uma mudança pelo menos onde eu vivo”. A consciência de um processo de envolvimento de crescimento no quesito participação é evidenciado também por Dacló, quando avalia seu crescimento como mulher no âmbito da academia⁹⁰:

“[...] a academia é um pé na política real, né. Então acabava que eram só homens, era um grupo bem fechado que comandava tudo. As mulheres tinham uma função mais de servir café, de fazer credenciamento. Eu pensava: “não tem problema eu servir café ou fazer o credenciamento, o problema é fazer apenas isso e eu não encabeçar determinados eventos”. E aí eu comecei aos poucos ir fazendo o trabalho de formiguinha, sabe. Demonstrando com minha capacidade, minhas atitudes. Oferecendo ideias e aumentando minha influência dentro do grupo”.

Para a entrevistada Grid, a experiência de grupo representou um processo de auto afirmação e cidadania: *“Quando conheci o grupo, deixei de ser reclusa, em casa. Conheci mais pessoas...mais meninos ‘trans’ isto foi bom para me proteger, entendeu? Ter direitos, auxílio, tirar dúvidas.* Estes processos, nas palavras de Gen, representam a aquisição de uma consciência cidadã:

“Sempre participei dos grupos da escola. Ali desenvolvi a consciência de preservar o patrimônio público, vi que existiam outras pessoas que pensavam igual a mim. Depois vieram experiências de participar em congressos de jovens e hoje sou filiada a um partido político”.

Experiências embrionárias como estas, conforme Nishimura (2009, p. 12), representam um conjunto de orientações subjetivas de um grupo social que se configura como uma cultura cívica que, como tal, contribui para a participação cidadã, o respeito aos direitos e liberdades individuais e coletivos, à compreensão e colaboração com os processos políticos.

Estas noções são particularmente oriundas de uma experiência inicial e poderiam constituir um obstáculo ao real conhecimento da própria democracia caso não se observasse, nesses mesmos jovens, o espírito de questionamento, de superação de preconceitos e de uma visão crescente acerca da participação e da cidadania; o espírito de

⁹⁰ Com o termo “academia”, a entrevistada se refere ao ambiente acadêmico (o próprio DACLOBE) enquanto espaço onde estudantes da área jurídica se reúnem para debater e aprofundar temas e questões práticas do interesse do curso de Direito.

mudanças e abertura para novas perspectivas; uma educação continuada para inserção "na polis".

5.1.2 Representação política

Os entrevistados apreciam e defendem a representatividade da democracia. Consideram importante ter quem os represente na tomada de decisões políticas. Nhandevá, se vê representado pelo empoderamento de uma mulher, na aldeia e diz: “[...] *moro na aldeia urbana Marçal de Souza, a primeira comunidade urbana do Brasil, reconhecida, onde teve a primeira também cacique mulher*”. Porém, em termos de representação política na sociedade, lamenta: “[...] *não temos alguém eleito. Na última eleição o nosso cacique se candidatou, ajudei a coordenar a campanha, mas sem recurso financeiro, não foi eleito*”. Neste sentido, confiante, está a experiência de Supra:

“[...] a democracia tem o papel de formar novas lideranças, de formar agentes políticos, líderes que defendem os interesses das pessoas. A gente conseguiu formar uma líder, a Camila Ajalla, um mandato que está surtindo efeito. Os jovens que votaram nela – se incluindo no processo - não jogaram fora o voto”.

O relato dessas experiências conduz a uma compreensão da democracia próxima ao pensamento contratualista⁹¹ onde o Estado deve intervir contra o “estado de natureza” da pessoa humana que tende à violência, (Chauí, 2000). Dacló se expressa nestes termos:

“Se você não é uma pessoa que consegue ter algum tipo de limite ou “alguém” que impõe este limite, é difícil você breicar isso, sabe. Então pela característica do ser humano, acredito que tem que ter coisas prá breicar isso. Se deixar ele vai ficando cada vez mais autoritário, pensando cada vez mais em si, e quando vê, já não está mais pensando no coletivo, mas no seu próprio ego” .

Nhandevá, com quem iniciamos de análise desta variável, traz uma outra fala bastante direta e significativa em termos de sentir-se representado em seus interesses:

“O governo atual, realmente ele não segue um trabalho de fazer aquilo que o povo pede, aquilo que o povo sempre vem questionando como seus direitos. A partir daí é que surge esse...como posso dizer...? acabar com os direitos do cidadão brasileiro, que estão na nossa Constituição Federal, acaba com o direito de democracia.”

⁹¹ Entre os filósofos contratualista se tem Hobbes, Jean-Jacques Rousseau, e John Locke. Defenderam a ideia de um contrato social entre o indivíduo e o Estado que busca retirar do ser humano de seu estado de natureza e colocá-lo em condições de convivência com outros seres humanos em sociedade.

5.1.3 Liderança

Na tentativa de materializar a ideia e valores da democracia, os jovens citaram personalidades do mundo político que, para eles, são exemplos de liderança: Nelson Mandela, um líder rebelde e presidente da África do Sul de 1994 a 1999; Barack Obama, o primeiro presidente norte-americano negro, que demonstrou grande capacidade de liderança; Marçal de Souza, líder da etnia guarani-nhandevá, considerado um herói nacional no Brasil, principalmente pelos povos indígenas; Luís Inácio Lula da Silva, um metalúrgico que se tornou presidente da República por duas vezes e promoveu grande inclusão social; Leonel Brizola, líder da esquerda, que foi governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, demonstrando ser uma grande liderança e estadista; Camila Jallad e Pedro Kemp, jovens políticos progressistas e atuantes na cidade de Campo Grande.

Os líderes mencionados têm em comum o apreço pela democracia, a valorização da diversidade (Dacló), a inclusão social (GENI), a liderança republicana (Astro), a participação e a possibilidade de protesto (Rona, Grid). Essas características alinham-se ao perfil de pessoas que, conforme Dorna (2007) que conquistaram respeito e confiança entre seus seguidores por saberem enfrentar adversidades.

O fato de associarem a figura dessas lideranças a valores da democracia levou à pergunta acerca do perfil político do presidente Jair Bolsonaro, no intuito de se observar que tipo de liderança percebiam nele. As referências foram estrondosamente negativas. Uma primeira fala, indica atitude populista:

“[...] não é uma pessoa politizada e não tem ideia da influência que tem sobre certas pessoas. Ao mesmo tempo quer demonstrar ser uma pessoa simples, capaz de entrar em bar, tomar uma cerveja, comer um hot dog como qualquer pessoa comum”(Dacló).

Outras falas apontam para o despreparo político e pouca empatia:

“[...] ele é despreparado para o cargo que exerce” (Nhandevá); *“[...] é autoritário, despreparado, prá não dizer louco. Acho que ele tem déficit mental. Está no lugar errado, não deveria nem ter entrado na política”* (Rona); *“[...] um homem machista, sexista, homofóbico”* (Grid); *“[...] machista, conservador, extremista, eu posso falar burro? Não lidera para todos. A partir do momento que isto acontece, eu acho que já foge da democracia* (Astro); *“[...] é uma pessoa completamente sem juízo, totalmente individualista. Acho que ele frustrou muita gente”* (Eldorado).

Gen observa a falta de liderança diante de uma completa submissão do presidente Bolsonaro aos interesses do mercado:

“É um boneco, ventríloquo do liberalismo, do mercado. Uma política cruel, uma política fática eu diria (silêncio)...abominável. Eu não ouço mais as entrevistas que o Bolsonaro dá, eu não suporto escutar a voz dele. Leio, para me informar... notícias. Mas me gera repúdio”.

Percebendo o sentimento de frustração de muitos eleitores bolsonaristas, Supra diz: “[...] *ele decepcionou seus eleitores, principalmente aqueles que até o chamavam de mito, que diziam que ele era o Messias, o salvador da pátria*”.

Os sentimentos direcionados a Bolsonaro, sob a perspectiva da liderança, transitam – na perspectiva de Dorna - entre características messiânicas, totalitárias e populistas. A única característica que não consta é a capacidade de liderança republicana. Tal carência se relaciona, conforme Bourdieu (1979), ao político que se distancia do bem comum, que utiliza a força e a astúcia para se manter no poder e inclui a apropriação privada dos recursos públicos como coisa própria.

5.1.4 Direitos humanos

Foi possível captar, com recorrência, a ideia de democracia relacionada à proteção dos direitos das minorias e promoção da igualdade. A prática democrática supõe que cada indivíduo aceite certos limites à liberdade de escolha, considerando uma série de direitos humanos fundamentais como inegociáveis no exercício do poder político (Dahl, 2012). Astro elege a liberdade como um destes direitos fundamentais e diz:

“A liberdade! ... liberdade porque eu posso fazer determinadas coisas que estão escritas dentro de uma Constituição e outras eu tenho o dever...sei que estão asseguradas prá mim. Então eu tenho esta liberdade, a segurança”.

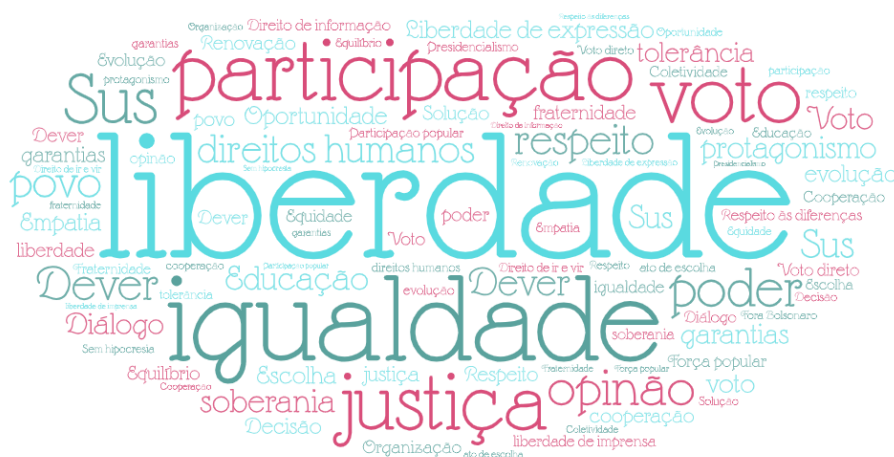
Manifesta-se também, nestes depoimentos, o Direito à luta: *“Cada terra que é conquistada, cada latifúndio que é desapropriado é uma conquista”* (Eldorado). A ênfase mais forte de Eldorado se dá na questão da conquista da liberdade mediante a contestação:

“Tem os gritos por democracia, tem os gritos pela liberdade, tem o grito dos excluídos. Quando a gente conquista a democracia a gente se sente participante também das decisões que acontecem. Entendo que é o povo quem faz parte desse processo de decisão, né. Então é muito isso: ser livre para fazer parte. Sem repressões, sem se limitar, sabe”.

Uma noção mais ampla sobre democracia se expressa no momento em que a relacionam a valores importantes para o convívio social. Eles apresentaram: liberdade (42 vezes), igualdade (25 vezes), participação (22 vezes), direitos humanos (16). Neste

contexto, Nhandevá enfatiza a justiça e a igualdade: “[...] *ter uma democracia é ter uma vida justa e igualitária dentro de um país, onde nós, como indígenas, sempre estivemos aqui, independente de história, independente de tudo*”.

Figura 3
Valores relacionados à democracia



Fonte: própria, a partir de questionário realizado para esta investigação, ano 2022.

A entrevistada Gen expressa uma noção de democracia em que se observa o contraste entre o ideal e o real. Ela afirma: “[...] *democracia tem a ver com liberdade, ter poder de decisão, sobre se envolver, ser participativo. Mas vejo que as pessoas estão muito distantes disso; elas não sentem que o espaço público é um espaço para elas*”. Expressa seu idealismo quando fala do envolvimento, do poder de decisão e da participação das pessoas. Porém, logo mostra a realidade quando fala do sentimento de apatia e desencanto dessas mesmas pessoas, que ficam distantes e excluídas do espaço público. Essas conotações lembram uma democracia do tipo delegativa, onde a participação das pessoas é limitada à escolha do governante, a quem se atribui a tomada de decisões, e o povo tem pouca influência (O’Donnell, 1994, p. 36).

Pluralismo

O pluralismo foi um outro importante princípio democrático citado pelos jovens. Sabemos tratar-se de um valor essencial que implica a existência de múltiplos grupos e instituições representantes de diferentes visões e demandas. Permite a competição pelo poder (Dahl, 1997), a competição entre elites para conquistar o apoio popular por meio de eleições (Schumpeter, 1961) e a existência de diferentes pontos de vista e interesses, contemplando a necessidade de proteger os direitos das minorias (Bobbio, 2009).

As opiniões dos jovens referenciam o pluralismo a partir da experiência vivida em seus grupos sociais e remetem a situações em que "todos podem participar", convivendo com a "diversidade dentro do próprio grupo", existindo "diferentes opções políticas". Uma primeira fala a esse respeito se constrói ao redor da ideia de participação no sentido de poder expressar opiniões, de tomar parte na política e na sociedade e ser respeitado por todos.

“[...] Alguns têm dificuldades em expressar opiniões políticas, mas esta parcela é muito pequena. Ali todos, na verdade podem falar, expressar suas ideias, nem todo mundo pensa igual. E aí entre a parte política, social ... tudo entra na discussão” (Eldorado).

A entrevistada Gen, observa a diversidade de interesses: *“[...] mesmo entre as co-fundadoras do grupo, tinha quem gostasse de partidizar, outro que preferia apenas participar do movimento social, outras que só queriam estudar”...tinha de tudo*. Nhandevá, percebe a tolerância à diversidade como um resultado da própria condição de aldeamento urbano:

“Dentro da minha aldeia não tem só indígena, mas várias misturas...descendente afro. Eu sempre falo e me declaro também afro-indígena, acho que isso é importante, quebrarmos paradigma dentro do movimento, dentro do século atual que estamos vivendo. Existe uma miscigenação muito grande”.

Supra, representante do Acredito-MS, expressa a pluralidade como fator de identificação do grupo:

“[...] é um grupo democrático. Ali dentro do Acredito as pessoas estão para além do partido político. Tem gente que defende ideias do PSDB, outros do PT, MDB, DEM, REDE, PCdoB. São de vários espectros, mas nunca tivemos briga, nem conflito ou separação no grupo por questões ideológicas. Sempre prevaleceu o debate”.

Eldorado, ao expressar-se sobre a perseguição política sofrida pela ex-presidente Dilma, dá a entender que a intolerância em relação à figura feminina na política é um dos sérios empecilhos ao pluralismo no Estado brasileiro:

Eu falo muito na questão da presidenta Dilma que foi a primeira presidenta mulher, em nosso país, e que sofreu na ditadura, como muitas outras pessoas sofreram por ter passado por este regime, de ter sofrido as torturas. Ela foi ridicularizada, zombaram dela na política porque acreditavam num mundo diferente, numa forma de fazer política diferente, porque ela tinha um olhar feminino para, um jeito mulher de fazer política, né” (Eldorado).

Estas noções de democracia se mostram importantes aos objetivos de nossa investigação uma vez que revelam crenças, valores, expectativas em relação à democracia. Constituem critérios básicos [embora não sejam os únicos] para se qualificar o regime político a partir das próprias experiências, histórias de vida, preocupações, conquistas, oportunidades, sentimentos e contexto social. Esta realidade subjaz à percepção de democracia tanto em termos de análise univariada (conforme já realizada no cap. IV), quanto da análise bivariada, que passamos a apresentar.

5.2 Análise bivariada: associação [simples] entre variáveis

O que nos levou a optar pelas associações das variáveis aqui apresentadas é a possibilidade de que possam fornecer algum novo ângulo de observação. Foram construídas apenas 5 associações de variáveis com o cuidado de evitar a mera repetição de resultados.

5.2.1 Grau de escolaridade x Transparência das ações do governo

Considerando que a escolaridade é um suporte para a cidadania (Demo, 2007) e também um fator de participação e aquisição de conhecimentos políticos (Verba & Norman, 1972), torna-se justificável sua aplicação à avaliação da transparência das ações de um governo. Para o caso desta investigação, é importante adicionar à variável escolaridade o fato de que esses indivíduos fazem parte de grupos sociais, que – como tal - favorecem a politização da consciência, com tendência à uma postura crítica, inquisitiva e descontente, questionando a ordem e a uniformidade de condutas e opiniões (Hernandes *et al.*, 2013). A pergunta que nos fazemos, neste momento é: Que percepção sobre a qualidade da democracia resulta da associação entre o nível de escolaridade [como fator influente], no contexto da transparência das ações do governo?

Em número absoluto, temos 7 participantes que acreditam na existência de transparência nas ações do governo Bolsonaro. Em contraste, 72 afirmam não haver transparência. Dos 7 que acreditam na transparência, 6 possuem Ensino Superior incompleto, enquanto 1 possui Ensino Superior completo. Em termos percentuais, isso equivale a 84,81% para a opção “não”, 8,86% para a opção “sim”, e 5,06% que não souberam responder. Esta tendência se reproduz em todos os demais níveis de escolaridade, totalizando uma percepção negativa de 86,07% .

Tabela 29
Grau de escolaridade x transparência do governo

Grau de escolaridade	O governo atua de forma transparente?	%	Percepção da qualidade da democracia
Ensino Fundamental Completo	Não	2,53%	Negativa
Ensino Médio incompleto	Não	1,27%	Negativa
	Não sei informar	5,06%	Neutra
Ensino Médio completo	Não	13,92%	Negativa
Ensino Superior incompleto	Não	48,10%	Negativa
	Sim	7,59%	Positiva
Ensino Superior completo	Não	20,25%	Negativa
	Sim	1,27%	Positiva
Total – 79		100%	

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

A percepção positiva de transparência é bastante baixa em todos os níveis de escolaridade. Apenas 7,59% dos respondentes com ensino superior incompleto e 1,27% com ensino superior completo acreditam que o governo atua de forma transparente. A maioria dos respondentes, independentemente do grau de escolaridade, acredita que o governo não atua de forma transparente. Isso se reflete especialmente entre aqueles com ensino superior incompleto (48,10%) e ensino superior completo (20,25%).

Este indicativo sob condições do nível de escolaridade, aponta para uma percepção mais racional que emocional e contradiz duas tendências de pensamento: a primeira, de que entre os jovens evangélicos pudesse haver aprovação das ações do governo, devido à identificação evangélica com a direita política e com o governo Bolsonaro; a segunda, de que orientações políticas diferentes da esquerda, apoiariam o governo de direita. Nenhuma dessas duas situações se confirma, uma vez que, para atingir 86,07% de percepção de falta de transparência, contribuem 33,41% de evangélicos e 36,77% de jovens que não declaram orientação política de esquerda.

5.2.1 Respeito às minorias x Grupo de pertencimento

Levar em consideração o grupo de pertencimento para se captar percepções sobre a qualidade da democracia implica considerar a possibilidade de que esses grupos tenham tido suas demandas atendidas ou não, o que pode resultar em uma visão positiva ou negativa do processo democrático (Morlino, 2015). A disposição ou o descaso em atender as demandas apresentadas, tende a ser bastante sensível ao perfil sociodemográfico de grande parte de nossa amostra, que inclui grupos historicamente excluídos, como indígenas, negros e mulheres. A pergunta que se quer responder é: Que percepção sobre a qualidade da

democracia resulta da associação entre o grupo de pertencimento e o respeito do governo às minorias sociais? Busca-se entender como a percepção da qualidade da democracia varia entre diferentes grupos sociais, especificamente em relação ao respeito do governo pelas minorias sociais. Em outras palavras, quer-se descobrir se a associação a certos grupos influencia a opinião das pessoas sobre o quão bem a democracia está funcionando, com base no tratamento dado pelo governo às minorias sociais.

Prevalece em todos os grupo a opinião de que o governo Bolsonaro não respeita as minorias sociais: 100% entre os jovens do DACLOBE, estudantes do curso de direito; 100% entre os jovens do grupo GENI, mulheres e negras; com 90% estão os participantes do Art-jovem, o CCJC, do Acredito-MS e do tia Eva. Em proporções menores estão os integrantes do CENTRAU, em torno dos 80% e do Marçal de Souza, 50%.

Entre os jovens do grupo Marçal de Souza há uma disparidade de opiniões: 5 entendem que sim, há respeito, enquanto 4 acreditam que o governo Bolsonaro não respeita as minorias sociais. Esse fato, a nosso ver, remete a uma dissonância cognitiva, pois não condiz com o genocídio promovido pelo governo Bolsonaro em relação aos povos indígenas: 3.552 óbitos de crianças, 180 assassinatos, sendo 40 deles de lideranças (Bronze, 2022), além do descaso evidenciado pela total paralisação das demarcações de terras indígenas, aumento dos conflitos, invasões nos territórios e desmonte das políticas públicas e de órgãos públicos voltados para os interesses indígenas (Salim, 2023).

Chama atenção o fato de que o DACLOBE, o CENTRAU e o Acredito MS, grupos que não têm perfil de grupos socialmente excluídos, concordarem em mais de 90% sobre a falta de respeito do governo Bolsonaro em relação a negros, índios, mulheres e pobres de modo geral.

Tabela 30
Grupo de pertencimento x respeito às minorias

Nome do grupo ou movimento do qual participa	O governo respeita negros, índios, mulheres, LGBTQIA+?	%	Percepção da qualidade da democracia
Acredito - MS	Não	12,66%	Negativa
	Não sei informar	1,27%	Neutra
	Sim	5,06%	Positiva
Marçal de Souza	Não	6,33%	Negativa
	Sim	5,06%	Positiva
ART- Jovem	Não	13,92%	Negativa
	Sim	1,27%	Positiva
CENTRAU	Não	5,06%	Negativa

	Sim	2,53%	Positiva
DACLOBE	Não	2,66%	Negativa
GENI	Não	2,66%	Negativa
Tia Eva	Não	8,86%	Negativa
	Sim	1,27%	Positiva
CCJC	Não	10,13%	Negativa
	Sim	1,27%	Positiva
Total 100%			

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

Os dados revelam o desrespeito ao princípio democrático da igualdade, uma vez que todos os cidadãos devem ser tratados igualmente perante a lei e ter seus direitos fundamentais protegidos, independentemente de sua origem étnica, gênero ou qualquer outra característica que os diferencie. Predomina, aqui, uma percepção negativa.

A percepção positiva é consideravelmente menor em todos os grupos, com nenhum grupo superando 5,06% de percepção positiva. Isso sugere que poucos acreditam que o governo respeita esses grupos. Um pequeno percentual dos respondentes do grupo "Acredito - MS" (1,27%) não soube informar, indicando alguma incerteza ou falta de informação, mas isso não é comum nos outros grupos.

A percepção acentuadamente negativa indica uma insatisfação significativa com o modo de relacionamento do governo e aponta para a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e respeitosas, que abordem as preocupações dessas minorias. Não respeitar as minorias sociais significa a não igualdade de direitos e oportunidades, provocando a discriminação, exclusão e negação de direitos de cidadania. “Nenhuma decisão deve limitar os direitos da minoria, particularmente, o direito de se tornar, por sua vez, maioria em igualdade de condições (Bobbio, 2009, p. 63).

4.2.3 Orientação política x respeito às leis ambientais

Há entre os jovens um demonstrado interesse, envolvimento e afinidade com o debate ecológico, sendo comum em suas pautas expressões como “consumo verde”, “consumo consciente”, “sustentabilidade ambiental” (Barros, 2022). Isso se deve, primeiramente, ao fato de que a preservação ambiental é essencial para a manutenção da vida no planeta e, em segundo lugar, aos impactos negativos da degradação ambiental, que tendem a afetar de forma mais severa as populações mais vulneráveis e economicamente menos favorecidas (Dawbor, 2020).

As afirmações de Barros e Dawbor são confirmadas pela situação verificada entre os jovens integrantes desta investigação. Para isso, buscou-se entender como a orientação política dos participantes influencia sua percepção sobre a qualidade da democracia,

especificamente no contexto do respeito às leis ambientais, formulando a seguinte pergunta: qual é a percepção sobre a qualidade da democracia resultante da associação entre a orientação política e o respeito às leis ambientais?

Entre aqueles que declaram ter orientação política de esquerda, 98% acreditam que o governo Bolsonaro não respeita as leis ambientais, enquanto apenas 2% acreditam que sim. Entre os demais participantes que se dividem entre orientação política de direita, centro ou não se posicionam nem à esquerda, nem à direita, verifica-se que 48% afirmaram que Bolsonaro não respeita as leis ambientais, enquanto 41,7% afirmaram que sim.

Entre os que se orientam como de direita, esse percentual se divide em 40% para sim, 20% para não e 40% não souberam informar. Interessa, porém, que no cômputo geral de todas tendências de orientação política, 79,75% acreditam que o governo Bolsonaro não respeita as leis ambientais; 12% não soube responder e apenas 7,6% acreditam que o governo respeita as leis ambientais.

Tabela 31
Orientação política x respeito às leis ambientais

Politicamente você se orienta mais:	O governo respeita as leis ambientais?	%	Percepção da qualidade da democracia
Com a direita	Não	1,27%	Negativa
	Não sei informar	2,53%	Neutra
	Sim	2,53%	Positiva
Com a esquerda	Não	62,03%	Negativa
	Sim	1,27%	Positiva
Com o centro	Não	5,06%	Negativa
	Não sei informar	1,27%	Neutra
	Sim	2,53%	Positiva
Nem esquerda, nem direita	Não	7,59%	Negativa
	Não sei informar	2,53%	Neutra
	Sim	6,33%	Positiva
Outro	Não	3,80%	Negativa
	Não sei informar	1,27%	Neutra
Total geral - 79		100%	

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

Observa-se uma percepção mais fortemente negativa e quase unânime [62,03%], na esquerda. Isso indica uma desconfiança quase total por parte desse grupo em relação ao governo no contexto ambiental. Entre os que se identificam como direita, centro, ou sem posicionamento claro, há uma divisão mais equilibrada: 48% acreditam que o governo Bolsonaro não respeita as leis ambientais, enquanto 41,7% acreditam que sim. O mesmo

ocorre entre os exclusivamente de direita: 40% acreditam que o governo respeita as leis ambientais, 20% acreditam que não, e 40% não souberam informar. Isso indica uma falta de consenso e de clareza sobre as ações do governo. No cômputo geral, há a indicação de uma percepção negativa generalizada.

4.2.4 Desigualdade social x identidade de gênero

A pergunta direcionada aos jovens buscou entender como a percepção qualidade da democracia varia de acordo com o gênero das pessoas, especificamente no contexto da desigualdade social: Que percepção sobre a qualidade da democracia resulta da associação entre gênero e desigualdade social?

Observa-se que tanto pessoas do gênero masculino quanto, desta investigação, têm a percepção de que houve aumento da desigualdade social no governo Bolsonaro. Das 53 mulheres, 49 entendem que houve aumento da desigualdade social [92,45%]. Entre os homens, a proporção é idêntica: dos 23 participantes, 22 afirmam que a desigualdade social aumentou [95,65%]. Do total de 79 indivíduos, apenas 2 indicam que a desigualdade diminuiu (2,53%) e 1 não soube informar.

Tabela 32
Desigualdade social x Identidade de gênero

Identidade de gênero	No governo Bolsonaro, a desigualdade social:	%
Feminino	Aumentou	62,03%
	Diminuiu	2,53%
	Não sei informar	2,53%
Masculino	Aumentou	27,85%
	Não sei informar	1,27%
Outro	Aumentou	3,80%
Total geral - 79		100,00%

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022

Há uma quase unanimidade em torno à percepção de que – sob o viés da identidade de gênero – houve o aumento da desigualdade social. O fato denuncia um mau funcionamento do governo e insatisfação com a qualidade da democracia em termos de justiça social e igualdade e se mostra mais sensível e preocupante entre as mulheres [62,03%].

5.2.5 Opção religiosa x política e religiãoxxx

Os dados resultantes desta associação revelam que, entre os que não têm religião, o percentual de discordância [22,79%] é quase 4 vezes maior que o percentual de concordância [6,33%]; entre os que têm um pertencimento religioso, o percentual de discordância [41,77%] é quase 5 vezes maior que o de concordância [11,30%]. Para 64,56% dos jovens [os com e sem religião], há discordância sobre o modo como a religião se envolve com a política no governo Bolsonaro. Isto contra 18% que manifestam concordância e 17,59% que não concordam, nem discordam.

Tabela 33
Pertencimento Religioso x Religião e política

Se sente participante de alguma religião?	Sobre o modo como a religião se envolve com a política no governo Bolsonaro	Frequência	%
Não	Concorda parcialmente	2	2,53%
	Concorda totalmente	3	3,80%
	Discorda parcialmente	3	3,80%
	Discorda totalmente	15	18,99%
	Não concorda, nem discorda	8	10,13%
Sim	Concorda parcialmente	4	5,06%
	Concorda totalmente	5	6,33%
	Discorda parcialmente	10	12,66%
	Discorda totalmente	23	29,11%
	Não concorda, nem discorda	6	7,59%
T. Geral - 79			100%

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

Um percentual significativo de participantes, tanto religiosos (41,77%) quanto não religiosos (22,79%), discordam da maneira como a religião se envolve com a política no governo Bolsonaro, indicando uma percepção negativa sobre a qualidade da democracia, associada à ideia de que a religião pode estar influenciando indevidamente a política.

Manifestam, com isto, preocupação com a separação entre igreja e Estado, indicando preferir um Estado laico. Os dados apontam para uma associação perigosa que significa a politização ou cooptação da religião pela política, bem como a alienação política, que impede a compreensão real dos processos políticos e o desrespeito ao princípio constitucional do Estado laico.

5.2.6 Orientação política x Incentivo à educação

O momento em que se avalia o incentivo à educação, corresponde aos momentos mais críticos da Pandemia da COVID-19 no país. No entanto, espera-se que um governante possa adaptar-se às circunstâncias desafiadoras (Dorna, 2007) garantindo que o aprendizado continue sendo uma prioridade.

Buscamos, diante disso, compreender como a orientação política dos indivíduos influencia sua percepção sobre a qualidade da democracia, especificamente em relação à política governamental de incentivo à educação: que qualidade da democracia resulta da associação entre a orientação política e a percepção sobre o modo como o governo tem incentivado a educação?

Observamos que entre os participantes com orientação política de esquerda, temos 88% que dizem não ter existido nenhum incentivo à educação no governo Bolsonaro; 10% entendem que, sim e 2% não souberam responder. Os resultados referentes a participantes de orientação de direita aponta que 80% dizem não ter existido incentivo. Este percentual se repete quando se trata de observar tal percepção entre os que não se sentem nem como esquerda, nem como direita.

No cômputo geral, 21,5% que acredita que houve, sim, incentivo à educação (esquerda + direita + nem esquerda nem direita), enquanto 74,69% acreditam que, não! faltou incentivo (esquerda + direita + centro, + outros). A parcela que não soube informar totaliza 3,81%.

Tabela 34
Orientação política x incentivo à educação

Orientação política	Incentivo à educação no Governo Bolsonaro	%
Com a direita	Não	5,06%
	Sim	1,27%
Com a esquerda	Não	55,70%

	Não sei informar	1,27%
	Sim	6,33%
Com o centro	Não	3,80%
	Sim	5,06%
Nem esquerda, nem direita	Não	6,33%
	Não sei informar	1,27%
	Sim	8,86%
Outro	Não	3,80%
	Não sei informar	1,27%
		100%

Fonte própria, conforme dados coletados para esta investigação, ano 2022.

Na entrevista em profundidade apresentam-se declarações que atestam a ausência de um Estado de bem-estar social na situação pandêmica: “*Na questão da covid teve muita fake news. Até o presidente disse que quem tomasse vacina iria virar jacaré*” (Astro); “[...] *com a covid, veio o desemprego. O governo não buscou alternativas*” (Eldorado); “[...] *muito triste, absurdo! Muita gente ganhando dinheiro com a morte de outros. Muita insegurança na população*” (Gen); “[...] *com a covid roubaram muito dinheiro da saúde, muita corrupção*” (Rona); “[...] *a irmã mais velha de minha cunhada faleceu por causa da forma como foi conduzida a pandemia...foi uma vergonha*” (Dacló).

Entre os participantes de orientação política de esquerda, 88% afirmam que não houve incentivo à educação, enquanto 10% acreditam que houve e 2% não souberam responder. Para os participantes de orientação política de direita, 80% também acreditam que não houve incentivo à educação. Aqueles que não se identificam como esquerda, direita, nem centro têm uma divisão de percepção mais equilibrada: 74,69% consideram que não houve incentivo, 21,5% acreditam que houve e 3,81% não souberam responder.

Esses resultados indicam uma percepção predominantemente negativa em relação à política educacional do governo Bolsonaro, especialmente entre os participantes de orientação política de esquerda. A divisão de opiniões entre os grupos de diferentes orientações políticas mostra variações significativas na percepção sobre o incentivo à educação, refletindo diferentes visões ideológicas sobre as políticas públicas implementadas.

As citações das entrevistas em profundidade corroboram essa percepção negativa, destacando preocupações com *fake news*, desemprego, corrupção e gestão da pandemia, que influenciam a avaliação geral da qualidade da democracia sob esse governo específico. De modo geral, indicam falta de capacidade de gestão da crise e uma clara opção em defesa

da economia, caracterizando o que, na linguagem de Souza (2022, p. 49), seria uma necropolítica.

CONCLUSÃO

Esta investigação buscou compreender as percepções sobre a qualidade da democracia em um período específico da história política brasileira: os primeiros 3 anos e meio do governo Bolsonaro. Ela concentrou-se na juventude, não de maneira generalizada, mas especificamente em jovens integrantes de grupos e movimentos sociais, da cidade de Campo Grande, MS.

As percepções apresentadas derivam de uma variedade de estímulos provenientes do ambiente político, os quais, na perspectiva behaviorista, influenciaram as atitudes e comportamentos dos indivíduos. Por essa razão, antes mesmo da análise dos dados, foi apresentado o referido ambiente de estímulo [capítulo III], com nuances relacionadas ao governo Bolsonaro desde o período pré-eleitoral.

No mesmo intuito, e com o propósito de contextualização, foram apresentados diversos outros dados empíricos provenientes de fontes secundárias, correspondentes ao período de 2019-2022. A combinação dos dados provenientes de um governo ainda em curso com a realidade contextual dos participantes nos permitiu também lançar mão das entrelinhas, do “não dito” (Bardín, 2016), em um desafiador exercício de captar subjetividades.

A noção de democracia apresentada pelos jovens, baseada em valores como participação e cidadania, respeito à diversidade e aos direitos humanos, pluralismo e representatividade, tornou a avaliação que fizeram sobre a qualidade da democracia mais exigente e crítica. Soma-se a isso, o fato de terem sido caracterizados como jovens organizados, cujos grupos de pertencimento têm um comprovado caráter reivindicatório, propício à “coesão social” (Paugam, 2017), onde se criam espaços de resistência (Costa, 2014), de luta por direitos (Roberts, 1997) e de maior capacidade crítica (Capitão & Heloani, 2007).

Essas características foram potencializadas pelo bom nível de escolaridade, por uma realidade socioeconômica de uma maioria composta por jovens que trabalham e estudam, do sexo feminino, de classe média baixa e baixa, e submetidos à crise pandêmica da COVID-19. Acrescenta-se a isso o fato de viverem em uma cultura política, como a brasileira, que alimenta um imaginário associado a uma liderança republicana, de um governante capaz de atender aos interesses e preferências, de conquistar o respeito e a confiança.

Antes de tudo, mediante o conjunto das análises, e não obstante ao fator “provisoriamente das hipóteses em pesquisas de caráter fenomenológico” (Creswell, 2010), foi possível comprovar a positividade das hipóteses gerais levantadas para este trabalho, principalmente: que os jovens relacionam as próprias condições socioeconômicas à qualidade da democracia (hipótese 1); que a percepção acerca da qualidade da democracia é influenciada pela participação em grupos sociais (hipótese 2); e que jovens organizados em grupos e movimentos sociais tendem a avaliar positivamente ou negativamente a qualidade da democracia a depender do modo como funcionam as instituições democráticas (hipótese 3).

Ao longo das análises, foi sendo amadurecida a ideia de que a orientação política para a esquerda representa uma resposta emocional que se construiu ao longo dos três anos e meio do governo Bolsonaro, constituindo, por si só, um indicativo de insatisfação com seu estilo de governança. Isso ocorreu devido a decepções e frustrações, seja por expectativas não concretizadas, seja pelas decisões políticas que não levaram em conta suas preferências.

A orientação política para esquerda, ou para a direita, não foi fator determinante para as conclusões a que chegamos. Para que isso acontecesse, seria necessário: 1º) não atentar para o fato de que os percentuais de desaprovação ao governo Bolsonaro, quase sempre próximos ou iguais a 80% para a maioria dos indicadores, exigem a somatória das diferentes orientações políticas; 2) desconsiderar o perfil e a capacidade crítica dos jovens integrantes desta investigação e condicionar as opiniões apenas ao fato de serem contra ou a favor do governo.

Uma primeira conclusão, transversal a todas as demais, é a percepção de um aumento das desigualdades sociais. Embora sempre existentes, foram exacerbadas durante o governo Bolsonaro. Observou-se uma interseccionalidade em nível econômico, envolvendo dependência dos pais, pobreza, necessidade de trabalhar e estudar; e de gênero, incluindo preconceito, machismo, misoginia, falta de inclusão e representatividade. Nesse contexto, percebeu-se o anseio de uma juventude insegura quanto aos direitos decorrentes de uma cidadania social que, embora já garantidos na Constituição, necessitavam ser assegurados e expandidos por meio da luta.

O fato de se sentirem parte da classe média baixa ou baixa significou sentir “na própria pele” um ambiente de estímulos negativos, de falta de atenção do governo, e de dificuldades de acesso a bens e serviços. Fato que contrastou fortemente com as prioridades neoliberais dadas à economia, ao capital, ao agronegócio e à elite. No entanto, essas

dificuldades não afetaram o apoio à democracia como regime político. Pelo contrário, a preferência pela democracia significou uma rejeição ao governo autoritário e militarista de Bolsonaro.

Essas primeiras conclusões possibilitam uma compreensão mais aprofundada de aspectos específicos relacionados à dimensão política e social, começando pela disparidade entre o idealismo desses jovens, ao pensarem a democracia, e a realidade política vivida após 3 anos e meio do governo Bolsonaro. Verificou-se, por exemplo, a crença na política como instrumento de transformação social, ao mesmo tempo que o desinteresse em filiar-se a partidos políticos; o voto, como prática de cidadã e, por outro lado, a rejeição à política institucionalizada; a preferência pela democracia e a não concordância com os atos de um governo democraticamente eleito.

Constatou-se a existência de instituições poliárquicas, como o voto, o sufrágio universal, eleições regulares e competição partidária, assim como a possibilidade de escolher candidatos e partidos, denotando haver uma democracia eleitoral. Porém, o conjunto das percepções dão conta de que se trata de uma democracia delegativa, com um governo dissociado dos direitos civis, com tendência de concentração de autoridade, tomadas de decisões de maneira autocrática.

Corroboram para esta situação os resultados referentes ao “funcionamento do governo” onde se destacam situações de uma governança negativa em relação aos direitos civis, ao relacionamento institucional, ao Estado de Direito. Neste âmbito se destacou o aumento da desigualdade social com maior evidência para o aumento da fome e da insegurança alimentar.

Essas realidades tornaram-se ainda mais sensíveis com a crise pandêmica, que expôs a utilização de critérios imorais e não condizentes com a responsabilidade civil de um governante: a manutenção de privilégios, a falta de transparência, a disseminação de *fake news* e corrupção. Fatores que se concretizaram no “toma-lá-dá-cá” com troca de favores, no desvio de recursos públicos para beneficiar grupos específicos, na manipulação da opinião pública, na falta de *accountability*.

Ponto também sensível, sob o aspecto a qualidade da democracia, se observou no relacionamento entre governo e instituições democráticas. Uma situação caracterizada pelo desrespeito, conflito pelo poder, significando desequilíbrio entre os poderes e desgaste interno das instituições. É importante destacar que a referida relação conflituosa não se dá nos termos de Chauí (2012), que a reconhece como legítima nas democracias liberais, nem tampouco na perspectiva agonística de Mouffe (2005), como uma realidade inerente à

condição humana, com capacidade de acomodar conflitos em sociedades complexas. Diferentemente disso, o conflito foi entendido como uma guerra entre as instituições da república, como abuso de poder, tanto de um lado quanto de outro e desobediência à Constituição.

A relação entre o governo e o Supremo Tribunal Federal, por exemplo, foi um raro momento, nesta investigação, em que as opiniões se encontraram absolutamente divididas e confusas. Por um lado, houve o entendimento de que o Supremo Tribunal Federal atuava em defesa da Constituição, contendo possíveis abusos do governo bolsonarista. Por outro lado, existia a sensação de que as decisões do Supremo Tribunal Federal eram de fato “supremas”, acima de qualquer outro poder, rivalizando com a Procuradoria Geral da República, com a Presidência da Câmara dos Deputados e, especialmente, com o Executivo do país.

O caso do relacionamento do governo com a Procuradoria Geral da República e com a presidência da Câmara, órgãos responsáveis por zelar pelo cumprimento da Constituição e das leis (Constituição de 1988, Artigo 51), configurou a cooptação de um órgão de Estado por um órgão de governo. Na percepção dos jovens, estas duas instituições estavam sendo controladas pelo governo e favoreceram o presidente da República, livrando-o de condenações judiciais e acobertando ilegalidades. O alinhamento dessas instituições aos interesses do governo foi interpretado como falta de independência, submissão e quebra de imparcialidade.

Outras realidades que compõem negativamente este quadro do relacionamento institucional diz respeito à cooptação das Forças Armadas, à influência da religião e à submissão das leis ambientais aos interesses do governo. No primeiro caso, ocorre a politização das Forças Armadas, criando um ambiente político militarizado e parcial, com tratamento privilegiado. Nessas circunstâncias, os jovens manifestaram o medo de uma iminente supressão da democracia, devido às repetidas menções do presidente à intervenção militar. No segundo caso, há a cooptação da religião para interesses políticos, contrariando a Estado laico. A terceira situação mostra o descaso com o meio ambiente, sendo desrespeitado pelo próprio Ministério do Meio Ambiente. Essa ingerência se traduziu na percepção de uma má gestão da “coisa pública”, onde o poder foi utilizado para finalidades privadas, prejudicando o bem comum.

Todas estas realidades convergiram para situações de insegurança jurídica e de ausência do Estado de Direito, abrindo espaços para a corrupção e a impunidade,

dificultando o acesso dos mais vulneráveis aos bens e serviços e, no caso específicos da pandemia da COVID-19, à tomada de decisões favoráveis ao seu enfrentamento.

A conclusão relacionada à gestão da crise pandêmica representou uma ideia síntese que ganhou força ao longo dos estudos, indicando que a democracia também foi afetada pelo avanço da pandemia. Considerou-se extremamente grave o fato de o governo, mesmo no auge da pandemia, ter promovido o negacionismo científico e, ao invés de priorizar o atendimento das necessidades emergenciais das pessoas, como hospitais, respiradores e vacinas, ter dado prioridade à economia.

Neste contexto os jovens expressaram medos, incertezas, inseguranças e perplexidades diante da dor e das perdas. Foram afetados por ansiedade, estresse e desconforto emocional. A ausência de um Estado de bem-estar social foi denunciada pelo sentimento de abandono e pela precariedade dos recursos, principalmente pela não garantia de condições estudantis, manutenção de direitos, emprego, renda, perspectivas e oportunidades. Houve a concordância de que o governo Bolsonaro foi de fato culpado pelos crimes atribuídos a ele pela CPI da COVID-19, o que equivale a considerá-lo um genocida.

Esta conjuntura permitiu que se delineasse o perfil político de Bolsonaro: um tipo de governante cuja capacidade política e sanidade mental foram postas em dúvida e diante do qual muitos dos jovens se sentiram vítimas, excluídos, rejeitados e invisibilizados. Um governante cuja falta de liderança republicana provocou o aumento das desigualdades sociais.

Como coroamento, numa síntese final, tendo presente os elementos e características apresentados por R. Dahl, N. Bobbio e J. Schumpeter, Morlino, dentre outros - suportes teóricos desta investigação – constataram-se graves falhas nas dimensões da democracia no período Bolsonaro. Isto significa que a percepção de democracia não foi satisfatória em termos de qualidade de resultados [não cumprindo a missão de governo], foi falha em termos de qualidade de conteúdo [não garantindo um Estado de Direito e tão pouco atendendo as preferências], deficiente em termos de qualidade de procedimentos institucionais [governança sem responsividade].

Sob o ponto de vista teórico de R. Dahl, considerando que, para ele, o exercício democrático implica na competição aberta e justa pelo poder, participação efetiva do povo na tomada de decisões e a existência de liberdades civis, observou-se o desrespeito às instituições democráticas, com sérias ameaças de separação de poderes, restrição da liberdade de imprensa, controvérsias e polêmicas na gestão da Covid-19, o impacto negativo no meio ambiente, polarização e discursos divisivos.

Observada do ponto de vista de Norberto Bobbio, considerando a centralidade e a importância da observância dos processos e das regras na democracia [principalmente da Constituição do país], denota-se o não cumprimento de normas democráticas estabelecidas. Os processos de tomada de decisão foram, em muitos momentos, unilaterais. É o caso do desacordo com as orientações e normas científicas quanto ao enfrentamento da covid-19. De modo geral, diante das diferentes instituições democráticas, faltou diálogo e negociação. A acirrada polarização significou profundo desrespeito a opiniões divergentes e intimidação à participação política dos cidadãos.

De igual modo, as mesmas falhas democráticas se fazem notar no caso do método democrático de Schumpeter, que prevê uma democracia competitiva e enfatiza o papel dos cidadãos na escolha de líderes através de eleições. Num primeiro momento, reconhece-se, positivamente, que sim, houve uma democracia eleitoral no governo Bolsonaro. Porém, outros aspectos soaram negativos: a disseminação de fake news, manipulando a opinião pública, e a extrema polarização política indicam que a competição não foi justa nem saudável ao pluralismo democrático.

Portanto, no conjunto das análises descritivas, univariadas e bivariadas, desde as referentes ao delineamento sociodemográfico e suas implicações na dimensão política e social, até o funcionamento do governo e suas decisões no âmbito da crise pandêmica da COVID-19, conclui-se, confirmando a hipótese principal deste trabalho, que **a qualidade da democracia sob o governo Bolsonaro, na percepção dos jovens integrantes de grupos e movimentos sociais de Campo Grande-MS, mostrou-se negativa, com falhas significativas em várias de suas dimensões e, como tal, fragilizada, desrespeitada e ameaçada.**

Persistiram, no entanto, ao longo das análises, alguns percentuais de aprovação para o governo Bolsonaro no sentido de uma percepção positiva da qualidade da democracia, embora sempre com expressões significativamente menores. Em nosso modelo de investigação, isto não invalida a conclusão a que chegamos, mas sinalizam, antes de tudo, para a condição da própria democracia enquanto regime tolerante à diversidade de pensamento, atitudes e comportamentos. Por outro lado, comprova que o pertencimento a grupos ou movimentos influencia, porém não universaliza ou padroniza convicções, há espaço para a liberdade. Para este caso é importante ter em conta o fato de que no período em que ocorreu esta investigação, dificilmente se poderia alimentar expectativas de unanimidade de pensamento devido a um contexto de polarizações política extremadas

entre esquerda e direita, entre católicos e evangélicos, entre elite política e econômica (agronegócio) e o povo (os mais pobres).

Chegamos ao término deste trabalho com o sentimento de que a democracia ocupa uma centralidade na escala de valores de jovens integrantes de grupos e movimentos sociais, que se mostram atentos e sensíveis a ela e avessos ao autoritarismo. Alimentamos a crença de que as experiências compartilhadas em grupos e movimentos sociais, favorecem atitudes em relação à cidadania, à consciência dos valores da democracia, à socialização e participação política.

Por isso, desejamos que esta investigação possa ser para as instituições que se ocupam de juventudes um estímulo para que continuem a investir na promoção de grupos sociais juvenis, como forma de garantir a sociabilidade, a consciência política e participativa em vista da cidadania, fortalecendo a preferência pela democracia e pelos seus valores.

Esperamos, por fim, que este trabalho seja significativo, principalmente para jovens que se organizam em grupos e movimentos sociais na cidade de Campo Grande, sendo um estímulo para que continuem suas lutas como novos sujeitos sociais, capazes de sempre resignificar a política e a democracia.

REFERÊNCIAS

- Abib, J. A., Tourinho, E. Z. (2017). A tecnologia de ensino como instrumento de mudança social: A aplicação do Behaviorismo Radical no ensino de línguas. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(3), 85-100. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i3.1048>
- Abrantes, T. (2018, maio). 52% trocariam instituições fortes por um salvador da pátria. *Exame – guia do cidadão*. <https://exame.com/brasil/no-brasil-52-trocaria-instituicoes-fortes-por-um-salvador-da-patria/> Acesso: 08/12/2023.
- Aguiar, L., Amaral, V. A. (2014). A Análise do Comportamento no Brasil: contribuições e desafios. In M. S. K. Nakano & E. J. F. M. Guedes (Orgs.), *50 anos de Análise do Comportamento no Brasil* (pp. 13-27). <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500013>
- Albuquerque, M. (2022). 70% dos trabalhadores brasileiros ganham até dois salários mínimos. *Correio Brasiliense – Brasil*. <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2022/11/5053834-70-dos-trabalhadores-brasileiros-ganham-ate-dois-salarios-minimos.html>. Visita: 27/05/2022
- Albuquerque, M., Coelho, F., Dias, T. (2018). Fake news acima de tudo, fake news acima de todos: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional. *Correlatio*, 17(2), 65-90. <https://doi.org/10.15603/1677-2644/correlatio.v17n2p65-90>
- Alcaraz, M. (2018). The Ni Una Menos movement in Argentina: A case study of the uses of digital media for feminist activism. *Journal of International Women's Studies*, 19(4), 18-34. <https://doi.org/10.1177/1527476419828995>
- Almeida, A., Borges, K. (2019). De cortina de fumaça à opinião pública: as táticas comunicacionais do Governo Bolsonaro. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2 a 7 de setembro de 2019, Belém, PA.
- Almeida, M. H. T. de. (2018). *Políticas públicas e a questão indígena*. São Paulo: Editora Unesp.
- Almeida, N. M. (2014). Políticas educacionais e de assistência estudantil no Brasil: legado do governo Lula e perspectivas do governo Dilma. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19 (55), p. 413-433.
- Amaral, O. (2021). Partidos políticos e o governo Bolsonaro. In L. Avritzer, F. Kerche, & M. Marona (Orgs.), *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política* (pp. 1-571, Ed. Autêntica.
- Amantino, A. (1998). Democracia: a concepção de Schumpeter. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, 5(10), 127-140. <https://doi.org/10.5335/rtee.v5i10.4780>
- Amorim, M. (2007). Cidadania e participação democrática. *Anais do II Seminário Nacional, Movimentos Sociais, Participação e Democracia*, UFSC, Florianópolis, Brasil, 25-27. file:///Users/bras/Downloads/Anais_do_II_Seminario_Nacional_CIDADANIA.pdf
- Andrade, C. (2008). *Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo*. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4077/1/bmt37_09_juventude_e_trabalho.pdf. Acesso: 10/11/2022.
- Andrade, D. (2004). A importância dos obstáculos epistemológicos para o desenvolvimento da ciência: a contribuição de Gaston Bachelard. *Pensar-Revista de Ciências Jurídicas*, 9(1), 45-49. <https://doi.org/10.5020/23172150.2012.45-49>

- Anistia Internacional (2022). *Relatório Anual 2020/21 - Américas: Brasil*. <https://www.amnesty.org/en/location/americas/Southamerica/brazil/report-brazil/>. Acesso: em 04 de maio de 2023.
- Antunes, J. R. (2020). Movimento# EleNão: análise comunicativa do grupo de Facebook “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”. *Coletânea da comunicação IV*, 141.
- Arendt, H. (2007). *A condição Humana*. 10a ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária.
- Arias, J. (2019, julho). O perigoso messianismo de Bolsonaro e Moro. *El País*. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/02/opinion/1562080329_956110.html. Acesso: 03/05/2023.
- Ávila, L. (2017). Os grupos e a construção da subjetividade: quem é o estranho?. *Vínculo-Revista do NESME*, 14(2), 40-44.
- Avritzer, L. (2016). A direita brasileira no século XXI: atores, ideias e práticas políticas. *Revista de Sociologia e Política*, 24 (58), 15-34.
- Avritzer, L. (2018). O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. *Novos estudos CEBRAP*, 37, 273-289. <https://doi.org/10.25091/S01013300201800020006>
- Avritzer, L., Kerche, F., Marona, M. (2021). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Bachelard, G. (1996). A formação do espírito científico. Trad. Esteia dos Santos Abreu. *Contraponto*, v. 1938.
- Baquero, M. (2009). *A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. <https://www.passeidireto.com/arquivo/44644715/baquero-marcelo-a-pesquisa-quantitativa-em-ciencias-sociais>. Acesso: 12/11/2022.
- Baquero, M. (2012). Memória política e constituição da cultura política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, 48(2), 84-92. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93823715003>
- Baquero, M., & Baquero, R. (2012). Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira. *Debate, Belo Horizonte*, 4(8), 19-25.
- Baquero, M., Castro, H., & Ranincheski, S. (2016). (Des) confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014. *Política & Sociedade*, 15(32), 9-38. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n32p9>
- Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo. *Edição revista e ampliada*. São Paulo: Edições 70. Brasil.
- Barros, A. T. (2020). Juventude e políticas ambientais: a percepção e os discursos de jovens brasileiros. *Revista Brasileira de Sociologia*, 8(18), 183-211. <https://doi.org/10.20336/rbs.515>
- Barros, A. (2022). Juventude, sustentabilidade e capitalismo verde. *Repocs - Revista Pós Ciências Sociais*, 19(1),6. <https://doi.org/10.18764/10.18764/2236-9473v19n1.2022.6>
- Barros, R. (dezembro, 2022). MS tem recorde histórico de feminicídios em 2022: entenda o que há por trás dos assassinatos de mulheres. *G1.MS*. <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/12/28/ms-tem-recorde-historico-de-feminicidio-em-2022-entenda-o-que-ha-por-tras-dos-assassinatos-de-mulheres.ghtml>. Acesso: 22.02.2023.
- Benevides, M. V. D. M. (1994). Cidadania e democracia. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 5-16. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000200002>
- Beraldo, L. (outubro, 2018). Bastam um soldado e um cabo para fechar o Supremo Tribunal Federal (STF). *Agência Brasil-Brasília*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/eduardo-bolsonaro-diz-que-basta-um-soldado-e-um-cabo-para-fechar-stf>. Acesso em 01 de outubro de 2021.

- Beraldo, L. (2023). Vacinação brasileira é modelo para o mundo. Agência Brasil-EBC-
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-08/vacinacao-brasileira-e-modelo-para-o-mundo-mas-enfrenta-desafios>. Acesso: 15/06/2024.
- Betim, F. (2018). A segunda metamorfose do MBL. *El País*.
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/03/politica/1543850784_783436.html.
Acesso: 09/11/2023.
- Bezerra, E. (2017). A ditadura militar nos livros didáticos: História e memória nos manuais de Ensino de 1976 e 2016. In XXIX *Simpósio Nacional de História*, 1-16. Brasília: Universidade de Brasília.
- Bezerra, J. (junho, 2020). Diretas já: o que foi o resumo do movimento. *Toda a matéria*.
<https://www.todamateria.com.br/diretas-ja/> Acesso: 23/08/2021.
- Bianchi, Á. (janeiro, 2019). Ideologia do medo. *Revista Cult*. Edição 265.
<https://revistacult.uol.com.br/home/olavo-de-carvalho-ideologia-do-medo/>. Acesso: 27/07/2022.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. (1. ed.). São Paulo: Boitempo.
- Bispo, F., & Chaves, L. (2022). Em imagens de satélite a devastação da Amazônia. *Infoamazonia – desmatamento*. <https://infoamazonia.org/2022/10/28/imagens-satelite-desmatamento-amazonia-governo-bolsonaro/> Acesso: 24/10/2023.
- Boas Filho, O. V. (2013). Democracia: a polissemia de um conceito político fundamental. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, 108, 651-696.
<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67999>.
- Bobbio, N. (2009). *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bobbio, N. (2016). Teoria da norma jurídica. Edipro
- Bourdieu, P. (1979). *A distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Edusp.
- Bourdieu, P. (1990). *La juventud no es más que una palabra*. *Sociología y cultura*, 7(2), 163-173.
- Brasil. Constituição da República Federativa (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. *Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico*.
- Brasil. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Institui o Plano Nacional de Juventude - PNJ e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 jan. 2010. Seção 1, p. 3.
- Brasil. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Seção 1, p.1.
- Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Brasília, DF: Presidência da República*, 1990.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso: 16/07/2022.
- Brasil. Lei 12.527 (2011). Diário Oficial da União - *Imprensa Nacional*.
<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Lei1252718nov11LeiAcessoInformacao.pdf>. Acesso: 27/06/2023.
- Bringel, B. Teixeira, A. (2021). Na luta cotidiana, movimentos sociais semeiam alternativas a Bolsonaro. *Blog Entendendo Bolsonaro*.
<https://noticias.uol.com.br/colunas/coluna-entendendo-bolsonaro/2021/03/17/semente-do-antibolsonarismo-esta-na-resistencia-cotidiana.htm>. Acesso: 13/06/2024.
- Bresser-Pereira, L. C. (2008). *Crescimento e desenvolvimento econômico*.
<http://cmpdi.sites.uff.br/wpcontent/uploads/sites/269/2020/01/TEXT0-B%C1SICO-AULA-6-Crescimento-E-Desenvolvimento.pdf>. Acesso: 21/07/2023.

- Bresser-Pereira, L. C. (2016). *Desenvolvimento e crise no Brasil*. O papel da política industrial. São Paulo: Editora 34.
- Bridi, C., Gurgel, B., & Galzo, W. (2021, maio). Alerta sobre risco de 3ª onda. *CNN-Brasil, notícias*. <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/05/26/em-carta-governadores-alertam-oms-biden-e-queiroga-sobre-risco-de-3-onda>. Acesso em 26 de maio de 2021.
- British Broadcasting Corporation - Brasil [BBC News-Brasil]. (2019, setembro). *Reforma da Previdência: o que muda para trabalhadores*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49746324>. Acesso: 07/05/2023.
- British Broadcasting Corporation - Brasil [BBC News-Brasil]. (2021, fevereiro). *Lava Jato Prendeu Lula e apoiou Bolsonaro*. https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/02/16/interna_politica,1238066/lava-jato-prendeu-lula-apoiou-eleicao-de-bolsonaro-e-integrou-governo-diz.shtml. Acesso: 09/07/2023.
- British Broadcasting Corporation – Brasil [BBC News-Brasil]. (2021, junho). *Super pedido de impeachment de Bolsonaro: quais os 23 crimes de responsabilidade listados no documento*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57681960>. Acesso: 31/07/2022.
- Brito, H. (dezembro, 2020). Estado que tem a 4ª maior taxa de jovens que abandonaram a escola. *A Crítica*. <https://www.acritica.net/editorias/geral/ms-e-o-4o-estado-com-o-maior-numero-de-adolescentes-que-abandonaram-a/492008/>. Acesso em: 02/11/2022.
- Bronze, G. (2022). Brasil registrou 180 mortes de indígenas em 2022. *CNN-Brasília*. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-registrou-180-mortes-de-indigenas-em-2022/>. Acesso: 02/12/2023.
- Bryman, A. (2006). Integrating quantitative and qualitative research: how is it done? *Qualitative Research*, 6(1), 97-113. <https://doi.org/10.1177/1468794106058877>
- Butler, J. (1992). Problema de los géneros, teoría feminista y discurso psicoanalítico. In J. L. Nicholson (Ed.), *Feminismo/posmodernismo* (pp. 75-95). Buenos Aires: Feminaria Editora.
- Cabrera, V. C. (2021). A Teoria do Desenvolvimento Humano de Ronald Inglehart: uma defesa normativa da teoria liberal da democracia. Tese (Doutorado) — *Programa de Pós-Graduação em Ciência Política*, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas - RS.
- Cadena, K. B. O. (2021). Performance feminista “un violador en tu camino”: El cuerpo como territorio de resistencia y subversiva resignificación. *Encartes*, 4(7), 265-291. <https://doi.org/10.29340/en.v4n7.179>
- Campo Grande Notícias. [CG-Notícias]. (agosto, 2021). 122 anos de campo celebra melhoras para a juventude. *Agência Municipal de notícias de Campo Grande*. <https://www.campogrande.ms.gov.br/cgnoticias/noticias/nos-122-anos-campo-grande-celebra-melhoras-nas-politicas-publicas-para-jovens/>. Acesso: 19/06/2023.
- Campos, M. P. (2021). Conciliação, disputa e residualidade: A reforma agrária no Brasil durante os governos do PT. <https://doi.org/10.26882/histagrar.084e02c>
- Capitão, G., & Heloani, C. (2007). A identidade como grupo, o grupo como identidade. *Aletheia*, (26), 50-61. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115013567005>
- Cardoso, R. (1987). Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1(3), 27-37.
- Cardoso, R. (1990). Participação política e democracia. *Novos Estudos*, 26, 15-24. https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Ruth-Cardoso_Novos-Estudos-Cebrap_participacao_politica.pdf
- Carneiro, L. P. (1999). As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*, 13(24), 227-250.

- Carranço, T. (2022, maio). Jovens “sem religião” superam católicos e evangélicos em SP e Rio. *BBC-Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61329257>. Acesso: 09/05/2023.
- Carrano, P. (2013). Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In F. Elionaldo & S. Soraya (Orgs.), *Juventudes, Políticas públicas e medidas sócio educativas* (pp. 18). *Novo Degase* – Rio de Janeiro.
- Carrara, K., & Ferreira, M. (2009). Implicações do conceito de cidadania de professores sobre comportamentos pró-éticos de estudantes. *Psicol. Argum*, 27(58), 219-229. <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/19931/19227>
- Carta Capital. (2018). *Bolsonaro em 25 frases polêmicas*. <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso: 03/03/2024.
- Castell, R. (2003). Exclusion ou désaffiliation dans la nouvelle économie. In: *Moati, P.* (Ed). *Nouvelle économie, nouvelles exclusions?* Paris: Ed. de l'Aube.
- Castells, M. (2017). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Castro, M. V. (2018). Robert Michels e Joseph Schumpeter: duas teorias elitistas da democracia em perspectiva comparativa. *Almanaque de Ciência Política*, 2(2), 01-17. <https://doi.org/10.47456/acp.v%25vi%25i.23673>
- Cavalcanti, T. N., & Trevisam, E. (2019). A “abordagem das capacidades” na teoria de Amartya Sen sobre o desenvolvimento humano. *Revista Jurídica*, 1(54), 173-192. <http://dx.doi.org/10.26668/revistajur.2316-753X.v1i54.3305>
- Cea D’Ancona, M. A. (2005). La senda tortuosa de la ‘calidad’ de la encuesta. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 111, 75-103.
- Central Única dos Trabalhadores-CE. [CUT-CE]. (Janeiro, 2022). *Saiba como a reforma trabalhista de Bolsonaro prejudica os trabalhadores*. Em: <https://ce.cut.org.br/noticias/nova-reforma-trabalhista-do-bolsonaro-saiba-como-ela-prejudica-o-trabalhador-762d>. Acesso: 07/06/2023.
- Central Única dos Trabalhadores [CUT-MS]. (abril 2015). Mais de 10 mil pessoas participam de ato dos Movimentos sociais. *CUT-MS*. Em <https://ms.cut.org.br/noticias/mais-de-dez-mil-pessoas-participaram-do-ato-dos-movimentos-sociais-em-campo-grande-ms-e09b>. Acesso: 07/10/2022.
- Centro Brasileiro de Estudos de Saúde [CEBES]. (janeiro, 2021). *Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”*. <https://cebes.org.br/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-coronavirus/26666/>. Acesso: 25/04/2021.
- Centro dos Professores do Estado Do Rio Grande Do Sul [CPERS]. (2022). *A luta pela educação é de todos nós*. <https://cpers.com.br/organograma/>. Acesso: 18/06/2023.
- Cerione, C. (Setembro, 2019). Bolsonaro ignora lista tríplice e escolhe Augusto Aras para assumir a PGR. *Revista Exame*. <https://exame.com/brasil/bolsonaro-ignora-lista-triplice-e-escolhe-augusto-aras-para-assumir-a-pgr/>. Acesso: 31/07/2022.
- Cioccarri, D., & Persichetti, S. (2018). Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. *Revista Alterjor*, 18(2), 201-214. <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/144688>
- Chagas, V., Modesto, M., & Magalhães, D. (2019). O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro. *Esferas*, (14), 1-17. <https://doi.org/10.31501/esf.v0i14.10374>
- Chauí, M. (1995). Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, 9(23), 71–84. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000100006>

- Chauí, M. (2000). Estado de natureza, contrato social, estado civil na filosofia de Hobbes, Locke e Rousseau. *Rev. Filosofia*. Ed. Ática, São Paulo, 220-230.
- Chauí, M. (2012). Democracia e sociedade autoritária. *Comunicação & Informação*, Goiânia, Goiás, 15(2), 149–161. <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24574>
- Checa, M., & Scisleski, A. (2018). O silêncio como discurso: o projeto de lei “escola sem partido” e a invisibilidade da juventude LGBT na lógica da mordada. *Revista Nanduty*, 6(8), 91-113. <https://doi.org/10.30612/nty.v6i8.8842>
- Chianezi, M. (2021). Idade, cor e renda: retrato campo-grandense. *Midiamax-cotidiano*. <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2021/cg122-da-idade-cor-escolaridade-renda-quem-sao-os-moradores-de-campo-grande/>. Acesso: 15/10/2023.
- Chianezi, M. (2022, julho). Pobreza volta a crescer em MS. *Midiamax - cotidiano*. <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2022/pobreza-em-ms-20-tem-renda-497/>
- CNN-Brasil. (2023). *Relembra as vezes em que Bolsonaro criticou o sistema eleitoral*. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relembra-vezes-em-que-jair-bolsonaro-questionou-o-sistema-eleitoral/>. Acesso: 06/04/2023.
- Colzani, E. (2012). Juventude e ditadura militar. *Esquerda Marxista*. <https://www.marxismo.org.br/a-juventude-e-a-ditadura-militar-de-64/>. Acesso: 15/06/2023.
- Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe [CEPAL]. (2020). *Feminismo, Igualdade de Gênero e Políticas Públicas na América Latina e no Caribe*. Santiago. <https://www.cepal.org/pt-br/orgaos-subsidiarios/conferencia-regional-mulher-america-latina-caribe>. Acesso: 22/10/2023.
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação [CNTE]. (novembro, 2022). *Relembra 7 desastres do governo Bolsonaro na educação pública*. <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75466-conheca-os-7-desastres-do-governo-bolsonaro-na-educacao>. Acesso: 22/10/2023.
- Conjuve. (2020). *Pesquisa Juventude e Pandemia Coronavírus. Relatório de Resultados: Junho/2020*. https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/f0d618_41b201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf
- Corporación Latinobarómetro. (2021). *Ideas for Democracy*. Relatório. <https://www.minsait.com/ideasfordemocracy/pt-pt/relatorio-2021-latinobarometro>.
- Corporación Latinobarómetro. (2021). *Informe regional de desarrollo humano, 2021: atrapados – alta desigualdad y bajo crecimiento en America Latina y el Caribe*. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/rhrrblac2021espdf.pdf>
- Correio Braziliense. (out. 2018). Discurso de Jair Bolsonaro, eleito. *Correio Braziliense-política*. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/10/29/interna_politica,716076/discurso-de-bolsonaro-na-integra.shtml. Acesso: 12/06/2024.
- Correio Braziliense. (set, 2022). *Governo Bolsonaro decreta sigilo de 100 anos. Agência Estado*. <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/09/5039647-governo-bolsonaro-decreta-sigilo-de-100-anos-ate-em-visitadas-a-michelle.html>. Acesso: 25/11/2023.
- Costa, F. R. (2014). A produção do espaço como resistência ao capital. *Geo Uerj*, 2(25), 37-56. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2014.5705>
- Costa, M. (2021). Cai confiança da população nas instituições e nos três Poderes. Folha de São Paulo – política. *Metrópoles-Brasil*. <https://www.metropoles.com/brasil/populacao-confia-menos-nos-tres-poderes-e-instituicoes-segundo-datafolha>. Acesso: 12/06/2024.

- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem., Florianópolis, 10(1)*, 171-18. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Crespo, A., & Gurovitz, E. (2002). A pobreza como um fenômeno multidimensional. *Rev. eletrônica, 1*, 1-12. <https://doi.org/10.1590/S1676-56482002000200003>
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: abordagens qualitativas, quantitativas e métodos mistos* (3 ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Creswell, J. W. (2012). *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Cruz, R. (2022). Notas sobre a relação entre fascismo, fascismo social e turismo no Brasil. *Território, economia e política* (pp. 9-21). https://doi.org/10.52632/978.65.88393.21.5_cap1
- Dagnino, E. (1994). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In E. Dagnino (Org.), *Os anos 90: política e sociedade no Brasil* (pp. 103-115). São Paulo: Brasiliense.
- Dahl, R. (1997). *Poliarquia - Participação e oposição*. São Paulo: Edusp.
- Dahl, R. (2001). *Sobre a democracia* (B. Sidou, Trad.). Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- Dahl, R. (2012). *A Democracia e Seus Críticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Dawbor, L. (2020, outubro). Economia desgovernada. *Comciência*. <https://www.comciencia.br/a-economia-desgovernada-por-ladislau-dowbor/>. Acesso em: 23/10/2023.
- Demo, P. (2009). *Participação é conquista: noções de política social e participativa* (4ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Deutsche Welle [DW-Brasil]. (2018, outubro). Bolsonaro promete governo constitucional e democrático. *Notícias-Brasil*. <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-promete-governo-constitucional-e-democr%C3%A1tico/a-46066007>. Acesso em: 27/09/2021.
- Dias, J. (2020). Messianismo político e legitimação popular, os casos Bolsonaro e André Ventura. *Polis: Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, (II série) nº 2, 49-60. <https://doi.org/10.34628/p1bj-5611>
- Dieguez, C. (2019). *Juventude Bolsonarista: Extrema direita sai do armário no Brasil*. Folha de São Paulo – Piauí. Edição 148. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/juventude-bolsonarista/>. Acesso em: 08/09/2023.
- Diniz, M. (2016, abril). Governo repudia menção e aplauso a torturador na votação do impeachment. *Agência Brasil- Política*. [EBC]. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/governo-repudia-mencao-torturador-na-votacao-do-impeachment>. Acesso em: 16/10/2022.
- Dorea, M. (2022, julho). 67% dos jovens rejeitam Bolsonaro. *Instituto DataFolha*. <https://blogdacidadania.com.br/2022/07/datafolha-67-dos-jovens-rejeitam-bolsonaro/>. Acesso em: 27/12/2022.
- Dorna, A. (2007). *A psicologia política: o líder carismático e personalidade democrática*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Duarte, C. K. (2000). ¿Juventud o Juventudes? Acerca de cómo mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente. *Última Década, 8(13)*, Santiago. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362000000200004>
- Emiliano, J. (2019). Governo mambembe – um país em busca da hegemonia perdida. In: Brasil: *incertezas e submissão?* Org. Marcio Pochmann. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. PP. 45-59.
- Erikson, E. H. (1976). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Fachin, P., & Machado, R. (2018). Eleições 2018: A radicalização da polarização política no Brasil; Algumas análises; *Entrevistas especiais. Instituto Humanitas Unisinos*. <http://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/159-noticias/entrevistas/583456-eleicoes-2018-a-radicalizacao-da-polarizacao-politica-no-brasil-algumas-analises-entrevistas-especiais>. Acesso em: 23/10/2023.
- Facioni, D., & Pereira, M. (2015). Análise dos determinantes da sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, 17(1511-2017-1847), 119-136. <https://doi.org/10.22004/ag.econ.262763>
- Facury, F., & Martynychen, M. (2022). Inconstitucionalidade do orçamento secreto. *Consultor Jurídico*. <https://www.conjur.com.br/2022-dez-06/contas-vista-inconstitucionalidades-orcamento-secreto>. Acesso em: 15/07/2023.
- Fagundes, V., Massarani, L., Castelfranchi, Y., Mendes, I., Carvalho, V., Malcher, M., & Lopes, S. (2021). Jovens e sua percepção sobre fake news na ciência. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 16(1). <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0027>
- Faleiros, V. (2008). Juventude: trabalho, escola e desigualdade. *Educação e Realidade*, 33(02), 63-82. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-31432008000200006&lng=pt&tlng=
- Fausto, B., & Fausto, S. (1994). *História do Brasil* (Vol. 1). São Paulo: Edusp.
- Fausto, B. (1997). A Revolução de 1964 e o regime militar. In *História do Brasil* (pp. 425-456). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Federação Nacional dos Jornalistas [FENAJ]. (2021). *Violência contra jornalistas*. <https://fenaj.org.br/violencia-contra-jornalistas-cresce-10577-em-2020-com-jair-bolsonaro-liderando-ataques/>. Acesso em: 28/12/2022.
- Feitoza, C. (2023, fevereiro). Comandante aponta interferência de Bolsonaro no Exército. *Folha de São Paulo - Política*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/atual-comandante-apontou-interferencia-politica-de-governo-bolsonaro-no-exercito.shtml>. Acesso em: 17/11/2023.
- Feixa, C. (2021). Generación blockchain: movimientos juveniles en la era de la web semántica. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 19(1), 251-270. <https://doi.org/10.11600/rlcsnj.19.1.4584>
- Feixa, C., Costa, C., & Saura, J. (2002). *Movimientos Juveniles: da globalização à antiglobalização*. Barcelona: Ariel.
- Fernandes, B. M. (2012). Reforma agrária e educação do campo no Governo Lula. *Revista Campo-Território*, 7(14 Ago.).
- Ferreira, C. (2023). MS tem aumento de jovens que estudam e trabalham. *A Crítica-IBGE*. <https://www.acritica.net/editorias/geral/ms-registra-aumento-de-jovens-que-estao-estudando-e-trabalhando-cai/669536>. Acesso em: 19/06/2023.
- Ferreira, H., & Cassiolato, M., Gonzalez, R. [RCIPEA]. (2009). Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo. Texto para discussão, nº 1369. *Brasília: IPEA*. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1545/1/TD_1369.pdf
- Festinger, L. (1975). *Teoria da dissonância cognitiva* (E. Almeida, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Flores-González, L., & García-González, C. A. (2014). Paradojas de la participación juvenil y desafíos de la educación ciudadanía en Chile. *Magis, Revista Internacional de Investigación en Educación*, 6(13), 31-48. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.M6-13.PPJD>
- França, C., Barros, R., & Castro, P. (2022). Atos infracionais e os dispositivos de controle social da juventude: o lugar das Unidades Educacionais de Internação do Mato Grosso

- do Sul (UNEI-MS) em um contexto de avanço do Estado penal. *Interfaces da Educação*, 13(38). <https://doi.org/10.26514/inter.v13i38.7118>
- Fraser, N. (2001). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In J. de Souza (Org.), *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática* (pp. 245–282). Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- Fuente, G. (2020). Calidad de la democracia en América Latina: balance crítico sobre las investigaciones. In *Calidad de la democracia en América Latina. Una nueva mirada*. FCE, Fondo de Cultura Económica.
- Fundação Getúlio Vargas [FGV Social]. (2022, junho). *Governo Bolsonaro destrói programa alimentar mesmo com avanço da fome*. <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/clippings/zc1120.pdf>. Acesso em: 06/05/2023.
- Fundação Getúlio Vargas [FGV-SOCIAL]. (2021). *Bem-Estar Trabalhista, Felicidade e Pandemia*. <https://cps.fgv.br/FelicidadeNaPandemia>. Acesso em: 17/11/2022.
- Fundação Perseu Abramo. (2020, abril). *Conjuntura política: Bolsonaro escancara arbítrio. Agência PT de notícias*. <https://fpabramo.org.br/2020/04/20/pandemia-politica-bolsonaro-escancara-arbitrio-nao-queremos-negociar-nada/>. Acesso em: 07/01/2022.
- Furtado, A. L. F. (2019). Presidente livre e independente: a construção de Jair Bolsonaro como político outsider no horário eleitoral (2018). *Monografia - Graduação em Comunicação Social-Publicidade e Propaganda* – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.
- Galeffi, D. A. (2000). O que é isto—A fenomenologia de Husserl. *Ideação, Feira de Santana*, (5), 13-36.
- Galvão, M., Pluye, P., & Ricarte, I. (2017). Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. *Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 8(2), 4-24. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v8i2p4-24>
- Garcia, E. (2009). As forças armadas e a garantia da lei e da ordem. *Revista Jurídica da Presidência*, 10(92), 01-20. <https://doi.org/10.20499/2236-3645.RJP2009v10e92-207>
- Gatti, B. A. (2007). A construção da pesquisa em educação no Brasil. *Brasília: Liber Livro*.
- Gazeta Digital. (2016). Uma questão de sobrevivência. Opinião. <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/opiniaio/uma-questao-de-sobrevivencia/467015>. Acesso em 21/06/2023.
- Gazeta do Povo. (2018, outubro). *Eleições 2018: resultados por Estados*. <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-mato-grosso-do-sul/presidente-candidato-jair-bolsonaro/>. Acesso em 19/06/2023.
- Giddens, A., & Sutton, P. W. (2017). *Conceitos essenciais da sociologia* (C. Freire, Trad.). São Paulo: Editora Unesp Digital.
- Gil, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2011). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gillman, A. (2010). Juventud, democracia y participación ciudadana en el Ecuador. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 8(1), 329-345. <https://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/57>
- Godoy, J. (2021, junho). Manifestantes se reúnem contra Bolsonaro e a favor da vacina em Campo Grande. *G1-MS*. <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/06/19/manifestantes-se-reunem-contra-bolsonaro-e-a-favor-da-vacina-em-campo-grande.ghtml>. Acesso em 08/09/2021.
- Gohn, M. (2013). Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia*, 1(2), 205-222.

- <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5896032>
- Gohn, M. (2019). *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Petrópolis: Vozes.
- Gomes, J. B. (2012). *Ações afirmativas no Brasil: Um balanço crítico*. São Paulo: Editora 34.
- Gondi, L. M. (2016). Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. *Polis- Revista Latinoamericana*, (44). <https://journals.openedition.org/polis/11944>
- Grolla, M., & Nishijima, G. (2019). A influência da mídia em resultados eleitorais: uma revisão sistemática. *BIB, São Paulo*, 89, 1-26. <https://doi.org/10.17666/bib8901/2019>
- Grosso, L. A. (2015). Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. *Revista Em Tese*, 12(1). <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2015v12n1p4>. Acesso em 21/06/2023.
- Grosso, L., Ramos, M., Trevisan, J., Silva, G., & Silveira, I. (2019). Coletivos juvenis políticos em uma universidade pública mineira: microespaço público e experiências de participação no movimento estudantil. *Praxis Educativa*, 14(3), 1027-1048. <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.14n3.013>
- Grubits, S., Freire, H. B. G., & Noriega, J. A. V. (2011). Suicídios de jovens Guarani/Kaiowá de Mato Grosso do Sul, Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31, 504-517. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000300006>
- Guerra, P. (2012). Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. *Revista Angolana de Sociologia*, (10), 91-110. <https://doi.org/10.4000/ras.257>
- Guimarães, R. P. (2003). Deixando o preconceito de lado e entendendo o behaviorismo radical. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23, 60-67. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000300009>
- Guil Bozal, M. (2006). Escala mixta Likert-Thurstone. Anduli. *Revista Andaluza de Ciencias Sociales*, (5), 81-95. <https://revistascientificas.us.es/index.php/anduli/article/view/3728>
- Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, 22(2). <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>
- Harris, B. (2021, abril). Brazil tries to reset relations ahead of Joe Biden's climate summit. *Financial Times – Brazilian Politics*. <https://www.ft.com/content/449bf46b-37a0-4fff-a516-30d4cf042573>. Acesso: 27 de junho de 2023.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna*. Ed. Loyola - São Paulo: SP.
- Harvey, D. (2005). *O neoliberalismo, história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola.
- Hernandez, A. R. C., Accorssi, A., & Guareschi, P. A. (2013). Psicologia das minorias ativas: por uma psicologia política dissidente. *Revista Psicologia Política*, 13(27), 383-387. <file:///Users/bras/Downloads/Dialnet-PsicologiaDasMinoriasAtivas-7431659.pdf>
- Hernandez, A., & Silva, A. (2021). Psicossociologia do fenômeno Bolsonaro: representações "b" e política em tempos virais. In A. Roso et al. (Orgs.), *Mundos sem fronteiras: representações sociais e práticas psicossociais* (pp. 199-255). Porto Alegre, RS: ABRAPSO.
- Hill, K. Q. (1994). *Democracy in the fifty states*. Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Hirabahasi, G. (2021, outubro). Lira diz ao STF que impeachment de presidente é “solução extrema”. *Cable News Network – Brasil*. [CNN-Brasil]. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lira-diz-ao-stf-que-impeachment-de-presidente-e-solucao-extrema/>. Acesso: 31/07/2022.

- Iasulaitis, S., Vieira, A. (2022). Quando o ataque é o programa: as estratégias de campanha de Donald Trump e de Jair Bolsonaro no Twitter. *Comunicação & Sociedade*, 44(2), 5-45. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v44n2p5-45>
- Ibope. (2019). Resultado da pesquisa que mensura o Índice de Confiança Social - ICS. *Ibope Inteligência. Relatório Técnico*. <https://www.aberje.com.br/brasileiro-esta-mais-confiante-nas-instituicoes-diz-ics-do-ibope-inteligencia/>. Acesso: 07/01/2023.
- Inácio, M. (2021). Poder executivo: presidência e gabinete. In L. Avritzer, F. Kerche, & M. Marona (Orgs.), *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte, MG: Ed. Autêntica.
- InfoMoney. (2022). Jair Bolsonaro: Trajetória política. *Infomoney-política*. <https://www.infomoney.com.br/perfil/jair-bolsonaro/>. Acesso: 02/03/2024.
- Inglehart, R. (2002). Cultura e democracia. In L. E. Harisson & S. P. Huntington (Orgs.), *A cultura importa: os valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Record.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2019). *Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso: 07/01/2023.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA].(2021). *Atlas da violência 2021*. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021> Acesso: 19/07/2022.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. [IPEA]. (2021). *Atlas da Violência 2021*. <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/20/atlas-da-violencia-2021>. Acesso: 04 de maio de 2023.
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais [PRODES-Amazônia]. (2023). Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. [INPE] (2020). <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. 16/04/2023.
- International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association [ILGA World] (maio, 2020). *Informe de homofobia de Estado 2020*. Em: <https://ilga.org/es/informe-homofobia-estado>. Acesso em 16/04/2023.
- Jornalistas Livres. (setembro, 2022). Casos de corrupção do governo Bolsonaro. *Instituto DataFolha*. <https://jornalistaslivres.org/relembre-os-casos-de-corrupcao-do-governo-bolsonaro/>. Acesso: 18/06/2023.
- Juliana, M. (agosto, 2017). Há 80 anos, União Nacional dos Estudantes faz história no país. *Agência Senado: arquivo-S*. <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivos/ha-80-anos-uniao-nacional-dos-estudantes-faz-historia-no-pais/ha-80-anos-uniao-nacional-dos-estudantes-faz-historia-no-pais>. Acesso: 07/10/2022.
- Júnior, A., Bianco, E. (2019). O processo de mitificação de Bolsonaro: Messias, presidente do Brasil. *Eco-Pós: Dossiê*. [file:///Users/bras/Downloads/nicholasandueza,+5.+Mitifica%C3%A7%C3%A3o+de+Bolsonaro+26253-64607-1-RV+\(3\).pdf](file:///Users/bras/Downloads/nicholasandueza,+5.+Mitifica%C3%A7%C3%A3o+de+Bolsonaro+26253-64607-1-RV+(3).pdf)
- Junqueira (2021). A invasão do Capitólio à luz da História. *Jornal da USP*. <https://jornal.usp.br/artigos/a-invasao-do-capitolio-a-luz-da-historia-a-extrema-direita-como-uma-das-tradicoes-dos-estados-unidos/> visita em 30/04/2023.
- Kalil, I. O. (2021). Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. *Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo*. <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>. Acesso: 03/03/2024.
- Latin American Public Opinion Project [LAPOP]. (2022). *About the Americas Barometer*. <https://www.vanderbilt.edu/lapop/about.php>. Acesso: 02/12/2023.

- Latinobarômetro (2023). Informe Latinobarômetro 2023: *La recesión democrática de América Latina*. <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso: 07/05/2024.
- Lechner, N. (2004). Cultura juvenil y desarrollo Humano. *Jovenes - Revista de Estudios sobre Juventud*, 8(20), 12-27. México, DF.
- Leite, J., & Costa, F. (2018). Mensagem da ABPP: conjuntura política e a importância de reflexões psicopolíticas. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 437-440. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300001&lng=pt&tlng=pt.
- Leite, P. G. (2021). Formas de governo na retórica: alguns exemplos da percepção da democracia e da oligarquia em Demóstenes. *Clássica-Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, 34(2). <https://doi.org/10.24277/classica.v34i2.940>
- Levine, D., Berenson, M. L., Stephan, D. (2000). *Estatística: Teoria e Aplicações usando Microsoft Excel em Português*. Rio de Janeiro: LTC.
- Levine, D., Molina, J. (2007). La calidad de la democracia en América Latina: una visión comparada. *América Latina Hoy*, (45), 17-46. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30804502>
- Levitsky, S., Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lifschitz, J. (2012). La memoria social y la memoria política. *Aletheia*, 3(5), a02-a02. <https://www.aletheia.fahce.unlp.edu.ar/article/view/ATHv03n05a02>.
- Lima, M. (2010). Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. *Novos estudos CEBRAP*, (77-95). <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000200005>
- Lima, R., & Kon, A. (2021). As privatizações no governo Bolsonaro: diagnóstico e perspectivas. *Novos Estudos Cebrap*, (117), 77-94.
- Lijphart, A. (1999). *Patterns of democracy. Government forms and performance in thirty six countries*. New Haven: Yale University Press.
- Lira, A. (2009). Governo do Estado de São Paulo: legislação de educação durante a ditadura militar. *Revista Histórica*, n^a 36. <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao36/materia01/>. Acesso: 16/06/2023.
- Lopes, G. (2019). A bancada evangélica e a eleição de Jair Bolsonaro - 2018. *Anais do II Encontro Internacional história & parcerias*, 2.
- Loveman, B., & Hutchison, E. Q. (2017). Chile's student movement: Social protest and democratic education reform. *Journal of Political Science Education*, 13(1), 53-68. <https://doi.org/10.1080/03075079.2014.896179>
- Maciel, A., Oliveira A., Gimenes, E. (2018). Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 8(3). <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v8i3.54834>
- Machado, G. (2013). Cognição, Percepção e Apercepção. *InfoEscola-navegando e aprendendo*. <https://www.infoescola.com/psicologia/cognicao-percepcao-e-apercepcao>
- Machado, L. (outubro, 2017). Por que 60% dos eleitores de Bolsonaro são jovens? *BBC-News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41936761>
- Maffesoli, M. (2003). *O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós modernas*. São Paulo: ZOUK.
- Magalhães, M., Lima, A. (2013). *Noções de probabilidade e estatística*, 7. ed. São Paulo: EDUSP.
- Magalhães, V. (2021). O Movimento# MeToo: Argumentação, enviesamento e negação polêmica. *Language and Law/Linguagem e Direito*, 8(2). <https://ojs.letras.up.pt/index.php/LLLD/article/view/8519>

- Magenta, M. (abril, 2021). Um terço das mortes no mundo: gráficos para entender a pandemia no Brasil. *BBC News-Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56607007>
- Manhas, C. (2016, agosto). Juventude invisibilizada nas políticas públicas. *Oxfam-Brasil*. <https://www.oxfam.org.br/noticias/a-invisibilidade-da-juventude-nas-politicas-publicas>
- Maldonado N. (2012). Percepción del adolescente sobre la calidad de atención que brinda el profesional de enfermería en los servicios de medicina del Instituto. *Tesis de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Facultad de Medicina*. <https://cybertesis.unmsm.edu.pe/handle/20.500.12672/12825>
- Martino, L. (2015). *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes*, 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- Mascarenhas, V. (2016). Projovem Urbano: concepções de formação de jovens e implicações como política colaborativa (2005-2013). *UEFS – TEDE*. <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/448#preview-link0>
- Matos, F. R. N., & Lima, A. C. (2008). Organizações modernas e a burocracia: um "afinidade eletiva"?. *RAE eletrônica*, 6. <https://doi.org/10.1590/S1676-56482007000200008>
- Mazzetto, Gilliano (2016). *Gramáticas Juvenis*. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS.
- Mazui, G. (2018). Bolsonaro é homenageado em festa de cantores sertanejos em Brasília. *G1-Política*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/11/bolsonaro-participa-de-festa-de-cantores-sertanejos-em-brasilia.ghtml>
- Melucci, A. (1994). *A Invenção do Presente*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Melucci, A. (2010). Acción colectiva, vida cotidiana y democracia. *Colégio del México – MUSE*. https://muse.jhu.edu/pub/320/oa_monograph/chapter/2571440/pdf
- MENDES, Rafael Pereira da Silva. Desigualdade social no Brasil". *Brasil Escola*. <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/desigualdade-social-no-brasil.htm>. Acesso em 15 de junho de 2024.
- Mendonça, J. P. (2000). A relação entre a política e a economia: suas implicações no sistema financeiro. *Análise Econômica*, 18(33). <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10644>
- Mesquita, M. R., Bonfim, J., Padilha, E., Silva, A. C. (2016). Juventudes e Participação: compreensão de política, valores e práticas sociais. *Psicologia & Sociedade*, 28, 288-297.
- Milbrath, L. W. (1968). The Nature of Political Beliefs and the Relationship of the Individual to the Government. *American Behavioral Scientist*, 12(2), 28-36. <https://doi.org/10.1177/000276426801200205>
- Miranda-Leibe. (2011). Ciudadanía Social en América Latina: ¿Qué es, cómo se mide y cómo se fortalece? In Álvaro Pinto y Ángel Flisfisch (Coords.), *Estado de Ciudadanía*. Buenos Aires: Sudamericana, PNUD, AECID. ISBN: 978-950-07-3681-7.
- Miranda-Leibe. (2019). El mayo estudiantil feminista de 2018 en la Pontificia Universidad Católica de Chile. In *Activismos feministas jóvenes*. <https://doi.org/10.2307/j.ctvt6rkfs.7>
- Miranda-Leibe. (2020). La medición de la calidad de la democracia en América Latina: La tensión entre teoría y empírea. In Marianne Kneuer y Leonardo Morlino (Coords.), *Calidad de la democracia en América Latina. Una nueva mirada* (ed. De Gloria de la Fuente). FCE, Fondo de Cultura Económica.
- Moisés, J. A. (1994). Brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática no Brasil. *Tese (Livre Docência)* – Universidade de São Paulo.

- Moisés, J. A. (2005). Cidadania, confiança e instituições democráticas. Lua Nova: *Revista de Cultura e Política*, 71-94. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452005000200004>
- Moisés, J. A., Carneiro, G. P. (2008). Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. *Opinião Pública*, 14(1), 1-42. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000100001>
- Moisés, J. Á.. (2008). Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 23(66), 11-43. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000100002>
- Moisés, J. Á. (2010). Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião pública*, 16, 269-309. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000200001>
- Moisés, J. Á. (2010). A corrupção afeta a qualidade da democracia. *Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política: ano, 2*.
- Moncau, Gabriela (outubro, 2022). *Gestão Bolsonaro escala a censura. Jornal Brasil de fato – direitos humanos*. <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/19/incoerente-com-defesa-da-liberdade-de-expressao-gestao-bolsonaro-escala-a-censura-diz-dossie>
- Morlino, L. (2014). The quality of democracy: An overview. In *Democratization* (pp. 17-41). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1353/jod.2004.0060>
- Morlino, L. (2015). Qualidade da democracia, como analisa-las. *Sociedade e Cultura*, 18(2), 177-194.
- Morse, J. M. (1994). Designing funded qualitative research. Em N. K. Denzin e Y. S. Lincoln (eds.). *Handbook of qualitative research* (p. 220-235). Thousand Oaks, CA: Sage
- Motoryn, Paulo (julho, 2022). *Bolsonaro cortou 93% do orçamento da Secretaria de Juventude e acabou com políticas públicas. Brasil de fato – política*. <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/27/bolsonaro-cortou-93-do-orcamento-da-secretaria-de-juventude-e-acabou-com-politicas-publicas>
- Mouffe, C. (2005). Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de sociologia e política*, 11-23. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200003>
- Nantes, A. (novembro, 2021). Vereadores culpam gestões anteriores sobre aumento no número de favelas em Campo Grande. *Correio do Estado – cidades*. Recuperado de <https://correiodoestado.com.br/cidades/favelas-em-campo-grande/392947>
- Nascimento Cunha, M. (2020). Religião e política no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000: o protagonismo dos evangélicos. *Fronteiras - Revista De Teologia Da Unicap*, 3(1), 40-65. <https://doi.org/10.25247/2595-3788.2020.v3n1.p40-65>
- Nascimento, F. D. S. (2019). Juventude e política: conversas com o jovem eleitor de Jair Bolsonaro. Repositório Institucional – UFS. <https://ri.ufs.br/handle/riufs/12444>
- Neto, A. (2022, julho). Campo Grande é a Capital em que adolescentes mais consomem drogas no país. *Correio do Estado. Setor cidades*. <https://correiodoestado.com.br/cidades/adolescentes-da-capital-sao-os-que-mais-usam-drogas-no-pais/402459>
- Neto, F., Almeida, M., & Mesquita, S. (2020). Um olhar para as periferias: desafios diante do COVID-19. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, 8(1), 87-96. <https://doi.org/10.15210/tes.v8i0.18910>
- Neves, M. S. D. A. (2016). As políticas públicas de controle social e a criação de novos mecanismos institucionais no Brasil: um estudo de caso do Observatório de Auditoria da Universidade Federal de Pelotas. *Master's thesis*, Universidade Federal de Pelotas.
- Nicolau, J. (2020). *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Niklas, J. (março, 2023). Prende e solta de Youssef amplia queda de braço em nova condução da Lava-Jato. *O Globo-política*.

- <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/03/prende-e-solta-de-youssef-amplia-queda-de-braco-em-nova-conducao-da-lava-jato.ghtml>
- Nishimura, K. M. (2009). *Paradoxos da experiência democrática brasileira: conservadorismo na sociedade e apoio à democracia* (Valores, opiniões e atitudes dos brasileiros em 2002) [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2009.447396>
- Nobre, M. (2003). *Imobilismo em movimento: da redemocratização ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Norris, P. (2013a). Recrutamento político. *Revista de sociologia e política*, 21, 11-32. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200002>
- Norris, P. (2013b). Women's legislative participation in Western Europe. In *Women and politics in Western Europe* (pp. 90-101). <https://doi.org/10.1080/01402388508424556>
- O Estado de São Paulo. (maio, 2020). Bolsonaro e o artigo 142 da constituição. *O Estado de São Paulo*, n.46243, 27/05/2020. Notas e Informações, p.A3. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/575296/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>
- O'Donnell, G. (1994). *Delegative Democracy*. *Journal of democracy*, 5(1), 55-69. Doi: 10.1353/jod.1994.0005
- O'Donnell, G. (1999). Teoria democrática e política comparada. *Dados*, 42, 577-654.
- O'Donnell, Guillermo (2001). La irrenunciabilidad del estado de derecho. *Instituciones y Desarrollo*, 8-9, 43-82.
- Observatório Nacional da Família. (2019). *Fatos e Números: casamentos e uniões estáveis no Brasil*. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-enumeros/FatoseNmerosCasamento.pdf>
- Oliveira, A., & Gomes, P. (2019). Os limites da liberdade de expressão: fake news como ameaça a democracia. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, 20(2), 93-118. Doi: 10.18759/rdgf.v20i2.1645
- Oliveira, F. F. (2020). Governo Bolsonaro e o apoio religioso como bandeira política. *Revista Brasileira De História Das Religiões*, 13(37). Doi: 10.4025/rbhranpuh.v13i37.52231
- Oliveira, J., & Oliveira, T. (2023). A visão e conclusões de Paulo Freire sobre as concepções teóricas da aprendizagem. *Facit Business and Technology Journal*, 1(41).
- Oliveira, M. (2021). Ministério Público Federal: conceito, estrutura, atribuições. *Por dentro do Ministério Público Federal*. <https://www.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/atendimento-a-jornalistas/por-dentro-do-mpf>
- Onwuegbuzie, A. J.; Collins, K. M. T. (2007). A typology of mixed methods sampling designs in social science research. *The Qualitative Report*, 12(2), 281-316. Doi: 10.46743/2160-3715/2007.1638
- Organização Internacional do Trabalho [OIT] (Agosto, 2020). Jovens e a pandemia de COVID-19. OIT Brasília-notícias. https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_753097/lang--pt/index.htm
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OECD]. (2022). Education at a Glance 2022: OECD Indicators. Paris: *OECD Publishing*. https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2022_3197152b-en
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OECD]. (2022). Investimentos na Juventude: Brasil. Recuperado de <https://www.oecd.org/fr/education/lanamento-investimentos-na-juventude-brasil.htm>
- Oxford Committee For Famine Relief [Oxfam- Brasil] (2017). *A distância que nos une*. file:///Users/bras/Downloads/relatorio_a_distancia_que_nos_une-1.pdf

- Oxford Committee For Famine Reliefe [Oxfam- Brasil] (2020). *Desigualdade de raça e gênero na política brasileira*. file:///Users/bras/Downloads/Relatorio-Desigualdade-Genero-e-Raca-Politica-BR.pdf
- Oxford Committee For Famine Reliefe [Oxfam- Brasil] (2022). *Fome avança no Brasil em 2022*. <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/>
- Oxford Committee For Famine Reliefe [Oxfam- Brasil]. (2023). *A sobrevivência do mais rico*. <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/a-sobrevivencia-do-mais-rico/>
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (2017). Relatório anual de 2017. *Onu News – Perspectiva global - reportagens humanas*. <https://news.un.org/pt/tags/relatorio-anual-de-2017>
- Paiva, S. (2019). A música e a ditadura civil militar: novas linguagens para o ensino de história. *Trabalho de Conclusão de Curso*. Universidade Estadual da Paraíba – Guarabira. <https://doi.org/10.1590/15174522-019004405>
- Paludo, L. J. (2020). O inimigo interno que ameaça a nação: um estudo sobre alteridade nos discursos de Jair Messias Bolsonaro. <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3932>
- Paranhos, R., Figueiredo Filho, D. B., Rocha, E., Silva Júnior, J., Freitas, D. (2016). Uma introdução aos métodos mistos. *Sociologias*, 18, 384-411. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004221>
- Pase, H. (2011). Desenvolvimento e cultura política. Anais do I circuito de debates acadêmico. *IPEA – 47 anos*. <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area10/area10-artigo1.pdf>
- Paugam, S. (2017). Durkheim e o vínculo aos grupos: uma teoria social inacabada. *Sociologias*, 19(44), 128-160. <https://doi.org/10.1590/15174522-019004405>
- Peixoto, V., Souza, J. (2020). O impacto da avaliação da economia no apoio à democracia. *Tensões Mundiais*, 16(30), 69–92. <https://doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v16i30.1470>
- Perea, E. A. (2001). Actitudes, Valores y Comportamiento Político de los Jóvenes Españoles y Europeos. *Un estudio comparado*. Madrid: Instituto de la Juventud. https://www.injuve.es/sites/default/files/actitudesvalores_completo.pdf
- Perea, E. A., Crespo, I., Martínez, I. C. Lago, M. M. (2009). *Metodología de la ciencia política* (Vol. 28). cis.
- Pereira, F. C. (2012). Apáticos, despolitizados, mal-educados? Reflexões sobre jovens e política no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 17(50), 441-450. DOI: 10.1590/S1413-24782012000300007
- Pereira, J. V. (2013). *Técnicas de amostragem utilizadas pelos profissionais de auditoria na cidade de Belo Horizonte*. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9EGLR2>
- Pereira, M. (abril, 2022). Políticas para LGBTI+ no governo federal. *Nexo- políticas públicas*. <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/Pol%C3%ADticas-para-LGBTI-no-governo-federal-ascens%C3%A3o-e-queda>
- Peron, S. (novembro, 2021). *Traficante constrói ponte por menos de 10% do valor estimado pelo município do Rio de Janeiro*. <https://www.pensejornal.com.br/noticia/traficante-constroi-ponte-por-10-do-valor-estimado-pelo-municipio-do-rio-de-janeiro>
- Pessoa, J. (2020). A era religiosa-política de Bolsonaro e os pentecostais no Brasil. *Brazilian Journal of Policy and Development*, 2(2), 109-127.
- Pinto, Celi Regina (2018). *Movimento LGBT e políticas públicas no Brasil: Da invisibilidade à cidadania*. São Paulo: Editora Unesp.

- Pinto, E. C. (2019). Bolsonaro e os Quartéis: a loucura com método. UFRJ Instituto de Economia. *Texto para Discussão*, 6, 2019.
https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2019/TD_IE_006_2019_PINTO.pdf
- Pires, T. (outubro de 2022). Centro-Oeste se consolida como região mais bolsonarista do país após eleição. *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/02/centro-oeste-se-consolida-como-regiao-mais-bolsonarista-do-pais-apos-eleicao>
- Prado, C. (2007). A fragilização da democracia na contemporaneidade e as possibilidades de resgate do projeto democrático. *Revista Amicus Curiae*, 4, 1-18.
- Prefeitura de São Paulo [SP-GEO]. (2021). População em situação de rua – São Paulo. Censo 2021. *Acesse o Censo da População em Situação de Rua – 2021*. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/gestao/2021_censo_da_populacao_em_situacao_de_Rua.pdf
- Procópio, M. (2019). Bolsonaro: Capitão Nascimento ou Jesus? *Medium – Canal do Partigiano*. <https://medium.com/canal-do-partigiano/bolsonaro-capit%C3%A3o-nascimento-ou-jesus-5e8c3cdb0e9c>
- Programa Nacional de Direitos Humanos [PNDH]. (2009). Decreto 7.037. *Casa Civil*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm
- Przeworski, A., Limongi, F. (1994). Democracia e desenvolvimento na América do Sul, 1946-1988. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24, 31-48.
- Poder-360. (2020, junho). Entenda o que é o centrão. *Poder 360- explica*. <https://www.poder360.com.br/congresso/entenda-o-que-e-o-centrao-bloco-que-bolsonaro-tenta-atrair-para-o-governo/>
- Pontes Sposito, M., Souza T., Ginzler, F. (2021). Jovens, participação política e engajamentos: experiências e significados. *Linhas Críticas*, 27, e36719.
<https://doi.org/10.26512/lc27202136719>
- Ramos, M. (2013). Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, 18(1), 55-65.
- Ramos, Adriana. (2021). The Amazon under Bolsonaro. *Aisthesis*, (70), 287-310.
<https://dx.doi.org/10.7764/aisth.70.13>
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [Rede Penssan]. (2021). *Inquérito Nacional sobre segurança alimentar no contexto COVID-19*. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/arquivos/25-11-2021-debater-o-aprofundamento-da-fome-durante-a-pandemia-de-COVID-19-del-grossi>
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [Rede Penssan]. (2022). *2º Inquérito nacional sobre segurança alimentar*. <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2022/pobreza-em-ms-20-tem-renda-497/>
- Reis, P., Duriguetto, M. (2021). A Greve Internacional De Mulheres De 2017: Alguns Apontamentos Teórico-Políticos. *X Congresso Internacional de Políticas Públicas*. https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_514_5146114847e6483b.pdf
- Reis, W. (1988). Consolidação democrática e construção do Estado. In: Wanderley Reis, F., O'Donnell, G., eds. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais,
- Reisch M., Andrews, J. (2016). *Desigualdade e a busca por justiça social*. Porto Alegre: Artmed.
- Ribeiro, D. (2008). Fidelidade partidária: aspecto indispensável ao fortalecimento das instituições políticas brasileiras. *Argumenta Journal Law*, 8(8), 103-124.
<https://doi.org/10.35356/argumenta.v8i8.99>

- Ribeiro, E. A., Borba, J., & da Silva, R. (2015). Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. *Revista de Sociologia e Política*, 23, 91-108. <https://doi.org/10.1590/1678-987315235406>
- Ribeiro, R. (2004). *Política e juventude: o que fica da energia*. In: *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania.
- Roberts, B. R. (1997). A dimensão social da cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(33), 5-22. <https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/707/424/1707424.pdf>
- Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M., Januário, S. (2017). A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 9.
- Rosa, L. S., Mackedanz, L. F. (2021). A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em educação em ciências. *Atos de Pesquisa em Educação*, 16, 8574.
- Rose, Joel, and Liz Baker. (2022). “6 in 10 Americans Say U.S. Democracy Is in Crisis as the ‘Big Lie’ Takes Root.” *National Public Radio*.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., Lúcio, M. (2013). *Metodologia da Pesquisa*. 5. ed. Porto Alegre: Penso.
- Santos, F. L. B. dos. (2020). O Brasil De Bolsonaro. *Cadernos Do CEAS: Revista crítica De Humanidades*, 45(250), 448–470. <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2020.n250.p448-470>
- Santos, A. (2022, janeiro). Bolsonaro bate recorde de emendas pagas com governo entregue ao Centrão. *Correio Brasiliense – Política*. <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/01/4979710-bolsonaro-bate-recorde-de-emendas-pagas-com-governo-entregue-ao-centrao.html>
- Santos, B. (2002).
- Santos, J. de S. (2021). Movimento estudantil e o “Fora Collor”. *Juventude.Br*, (16), 6–13. Em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/177>.
- Salazar, Y. A. G. (2016). Hacia la configuración de las subjetividades políticas de la Mesa Amplia Nacional Estudiantil (MANE): los jóvenes protagonistas de acción. *Educación y desarrollo social*, 10(2), 179-193.
- Salim, L. (2023). Invasões de terras indígenas cresceram 252% sob Bolsonaro. *Observatório do clima*. <https://oc.eco.br/invasoes-de-terras-indigenas-cresceram-252-sob-bolsonaro/>. Acesso: 12/-6/2024
- Sartori, Giovanni (1987). A teoria da democracia revisitada : *o debate contemporâneo*. v. 1, [s. l.], Editora Ática.
- Sartori, G. (1991). Democracia. *Revista de Ciencia Política*, 13(1-2), 117-151.
- Schumpeter, Joseph (1961). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Shinn Terry (2008). Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. *Scientiæ Zudia*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 43-81, 2008.
- Silva, J. (1988). O estado democrático de direito. *Revista de direito administrativo*, 173, 15-24. [file:///Users/bras/Downloads/admin,+estado%20\(2\).pdf](file:///Users/bras/Downloads/admin,+estado%20(2).pdf)
- Silva, S. M., Rosa, A. R. (2021). O impacto da COVID-19 na saúde mental dos estudantes e o papel das instituições de ensino como fator de promoção e proteção. *Revista Práxis*, 2, 189–206. <https://doi.org/10.25112/rpr.v2i0.2446>.
- Silva, S., Beunen, G., Freitas, D., Maia, J. (2013). Estudos longitudinais sobre o crescimento somático e desempenho motor: delineamentos, desafios, necessidades. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, 15(1), 130–143. <https://doi.org/10.5007/1980-0037.2013v15n1p130>.

- Silva, T.; Simões, P. G. (2020). A imagem pública de Sérgio Moro: Valores em disputa no contexto brasileiro. *Revista FAMECOS*, 27(1), e37097. Acesso: 18/06/2023. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2020.1.37097>.
- Silva, A. (2015). Juventude, caminho contente que depende da gente. Coletivo de Cultura, Juventude e Comunicação. *Dissertação de Mestrado*. Fac.de CC.Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Dourados-MS
- Simões, J. A.; Campos, R. M. D. O. (2016). Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise. *Revista: Comunicação, Mídia e Consumo*, 13(38), 130-150.
- Sindjus (junho, 2021). Justiça condena governo Bolsonaro por ofensas contra mulheres. Sindjus Alagoas-notícias. <https://www.sindjus-al.org.br/2021/06/justica-condena-governo-bolsonaro-por-ofensas-contras-mulheres/>. Acesso: 08/06/2023.
- Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos [SINDMETAL-SJC] (2022). *Mudanças feitas por Bolsonaro resultaram em supersalários a militares*. <https://www.sindmetalsjc.org.br/n/6104/mudancas-feitas-por-bolsonaro-resultaram-em-supersalarios-> Acesso: 25/11/2023.
- Singer, A. (2013). Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos CEBRAP*, 23-40. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Knopf.
- Slev, A. M. (2014). Perceptions of democracy and democratic principles among Romanian law students. *Land Forces Academy Review*, 19(1), 38.
- Soares, M. (2021). *Populismo e pós-verdade na gestão do primeiro ano da pandemia do Coronavírus no Brasil: as lives semanais de Jair Bolsonaro no YouTube* (Doctoral dissertation, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas). <http://hdl.handle.net/10400.5/23935>. Acesso: 08/01/2023.
- Soares, S. S. D. (2000). *Perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2295>. Acesso: 12/09/2023.
- Soares, I. (2022, maio). Nunca serei preso. *Correio Brasiliense – eleições*. <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/05/5008187-por-deus-que-esta-no-ceu-eu-nunca-serei-preso-afirma-bolsonaro.html>
- Sobarzo Miño, O. (2001). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. *EURE (Santiago)*, 27(81), 129-131.
- Sobrinho, André et al. (2021). Condição Juvenil na América Latina: demandas e enfrentamentos às iniquidades em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva [online]* v. 26, n. 07 <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.08262021>.
- Souza, A. (2022). *A Necropolítica e o Governo Bolsonaro: uma análise das ações do governo frente à pandemia de COVID-19* (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Relações Internacionais). Universidade Federal de Uberlândia. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/35037>
- Souza, J., Manoel, J. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Leya.
- Souza-Lobo, E. (1991). O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17 97-15), out. 1991.
- Sposati, A. (1999). Exclusão social abaixo da linha do Equador. *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: Educ, 128-133.
- Sposito, M. P., Carrano, P. C. R. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista brasileira de educação*, 16-39.: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300003>.

- Sposito, M., Almeida, E., Corrochano, M. (2020). Jovens em movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. *Educação & Sociedade* [online]. 2020, v. 41. <https://doi.org/10.1590/ES.228732>.
- Tamayo, V. M.; Lara, C. P. (2019). Juventude e política em sociedades em mudança. *Revista Temas Sociológicos*, (24), 37-50.
- Taquette, S. (2016). Análise de dados de pesquisa qualitativa em saúde. *CIAIQ2016*, 2. <https://ludomedia.org/publicacoes/livro-de-atas-ciaiq2016-vol-2-saude/>.
- Tavares, C.; Queiroz, D. (2021). O conceito de democracia nos livros didáticos do PNLD 2018 e 2021. *GT11 – Ensino de Sociologia e educação*. https://editorarealize.com.br/editora/anais/epepe/2021/TRABALHO_EV167_MD4_SA111_ID1217_10102021133202.pdf. Acesso: 28/11/2022.
- Tello, M. (2012). *Juventud y poder: Participación y cambio en América Latina*. Siglo XXI Editores.
- Teixeira, R. A(2023). Serviços e indústria puxam PIB e MS se destaca como 7º per capita do país. *Governo de MS – Agência notícia*. <https://agenciadenoticias.ms.gov.br/servicos-e-industria-puxam-pib-e-ms-se-destaca-como-7o-per-capita-do-pais/>
- Teixeira, J.(2021). Crimes listados pela CPI da pandemia. *Senado-notícias*. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/25/saiba-mais-sobre-os-crimes-listados-pela-cpi-da-pandemia>. Acesso: 12/06/2024.
- The Economist Intelligence Unit (2022). *Democracy Index 2022 - Frontline democracy and the battle for Ukraine*. <https://dagobah.com.br/wp-content/uploads/2023/04/EIU-DI-final-version-report.pdf>. Acesso: 27/05/2023
- Tilly, C. (2012). Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (3), 133–160.
- Tonetto, M. (2016). A centralidade da obra de Stuart Hall na contemporaneidade: virada cultural e influência na América Latina. *Academia.edu*. https://www.academia.edu/14836908/Texto_stuart_centralidadecultura.
- Tokarnia, Mariana. Uso da Internet aumenta entre adolescentes. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-06/acesso-internet-aumenta-entre-criancas-e-adolescentes>. Acesso: 22/07/2023.
- Tossato, C. R. (2010). Ensino de ciência: mudanças conceituais. *Revista Linceu On-Line*, 1(1).
- Transparência Internacional – Brasil (2022). *Índice de transparência e governança pública*. Disponível em: <https://indice.transparenciainternacional.org.br/>. Acesso: 19/05/2023.
- Tribunal de Contas da União [TCU].(dezembro, 2021). Levantamento traz dados sobre corrupção nas organizações públicas brasileiras. *Por Secon-TCU*. <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/levantamento-traz-dados-sobre-corrupcao-nas-organizacoes-publicas-brasileiras.htm>. Acesso: 09/07/2023.
- Tribunal Superior Eleitoral [TSE]. (2021). *Estatísticas de filiados a partidos revela baixa participação*. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Junho/estatisticas-de-filiados-a-partidos-revela-baixa-participacao-feminina-e-de-jovens-na-politica>.
- Tribunal Superior Eleitoral [TSE]. (2019). *Resolução nº 23.611, de 19 de dezembro de 2019*. <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-611-de-19-de-dezembro-de-2019-1>. Acesso: 28/04/2023.
- Tribunal Superior Eleitoral [TSE]. (2022). *A alocação dos partidos no espectro ideológico*. <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5417>. Acesso em: 02/05/2023.
- Turner, J. C. (1990). *Redescubrir el grupo social: una teoría de la categorización del yo*. Trad. Pablo Manzano. Ediciones Morata.

- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas [UBES]. (março, 2017). *Desde 1988: voto aos 16 anos é conquista da juventude*. Em: <https://ubes.org.br/2017/desde-1988-voto-aos-16-anos-e-conquista-da-juventude/> (Acesso: 28/08/2021)
- Uribe, G. (maio, 2022). Aproveitar a crise para passar a boiada. *Folha de São Paulo – Ambiente*. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/05/ministro-do-meio-ambiente-defende-aproveitar-crise-do-coronavirus-para-passar-a-boiada.shtml>
- Valença, Daniel (2020). As jornadas de junho de 2013 e a atualidade do marxismo. -Revista Cronos, v. 21, n. 1, jan./jun. 2020, ISSN 1982-5560. DOI: <https://doi.org/10.21680/1982-5560.2020v21n1ID26609>.
- Vargas, Eduardo (Janeiro, 2022). *Bolsonaro: isolamento na pandemia foi a causa da inflação*. *Suno-notícias*. (<https://www.suno.com.br/noticias/bolsonaor-inflacao-isolamento-pt-petrobras-petr4/>). Acesso: 03/10/2023.
- Vargas, Mateus (julho, 2023). Governo Bolsonaro escondeu projeções de casos e mortes na pandemia. *Folha Press – Estado de Minas*. https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/07/28/interna_politica,1526312/governo-bolsonaro-escondeu-projecoes-de-casos-e-mortes-na-pandemia.shtml. Acesso: 29/07/2023.
- Varieties Of Democracy [V-DEM]. (2022). *Structure of v-Dem – indices, components, and indicators*. <https://www.v-dem.net/static/website/img/refs/structurev12.pdf>.
- Varieties of Democracy [V-DEM]. (2022). *Autocratization Changing Nature? Democracy report 2022*. https://v-dem.net/media/publications/dr_2022.pdf.
- Varieties Of Democracy [V-DEM]. Methodology (2023). *V-Dem Methodology*. <https://www.v-dem.net/about/v-dem-project/methodology/>
- Varieties Of Democracy [V-DEM].(2023). *Defiance in the Face of Autocratization*. https://www.v-dem.net/documents/29/V-dem_democracyreport2023_lowres.pdf
- Veloso, D. S. (2016). *O poder de veto da frente parlamentar evangélica na Câmara dos Deputados*. Monografia, Universidade de Brasília – UNB (online): https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14335/1/2016_DanieleSilvaVeloso_tcc.pdf
- Veras, T. (2020). Negacionismo viral e política exterminista: notas sobre o caso brasileiro da COVID-19. *Voluntas, Santa Maria*, v. 11, e 45, p. 1-13, julho. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179378643934>.
- Verba, S.; Norman, N. (1972). *Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.2307/2149664>
- Verbicaro, L. P. (2021). Reflexões Acerca das Contradições entre Democracia e Neoliberalismo. *Direito Público*, 18(97). <https://doi.org/10.11117/rdp.v18i97.5115>
- Viana, G. V.; Pereira, E. S. (2009). Um estudo sobre o conhecimento. *Revista Científica da Faculdade Lourenço Filho*, 6(1).
- Vieira, O. V., Glezer, R., Barbosa, A. L. P. (2022). Supremocracia e infralegalismo Autoritário: O Comportamento Do Supremo Tribunal Federal Durante O Governo Bolsonaro. *Novos Estudos Cebrap*, 41(3), 591–605. <https://doi.org/10.25091/501013300202200030008>
- Weber, Max (1999). *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Ed. Pioneira. São Paulo, SP.
- Weterman, D. (2022). Veja quanto já custou o orçamento secreto. *Estadão-notícias*. <https://www.estadao.com.br/politica/veja-quanto-ja-custou-o-orcamento-secreto/>. Visita em 09/06/2024
- Zanna, P. y Rempel, J. K. (1988). Attitudes: a new look at an old concept. En Bar-Tal, D. y Kruglanski A. W. (Eds.), *The social psychology of knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press.

Zioni, F. (2006). Exclusão social: noção ou conceito? *Saúde e Sociedade*, v. 15, n. 3, p. 15-29. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2020.09.021>

ANEXOS

ANEXO 1 – Termo de consentimento livre e consentido

Você foi convidado/a a participar do estudo que tem por título “Democracia no contexto do governo Bolsonaro percepções a partir de integrantes de grupos e movimentos juvenis de Campo Grande/MS”. Sua participação consiste, objetivamente, em responder a um questionário online, no google form. O questionário é anônimo e, como tal, preserva completamente sua identidade. Não há nenhum risco em participar da pesquisa, seja financeiro, seja de criação de vínculo, de danos físicos ou psicológicos, ou de prejuízo ao meio ambiente.

As informações serão mantidas no anonimato, em privacidade e segurança, de posse apenas do pesquisador. A sua participação na pesquisa é completamente livre, podendo também, a qualquer momento, entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (67) 99119-63 e também e-mail: bras@ucdb.br ou com o Comitê de Ética da Universidad Católica Silva Henríquez (universidade pela qual se desenvolve este estudo), presidido pelo Dr. Héctor Cavieres Higuera, pelo e-mail: hcavieres@ucsh.cl

[] De acordo

ANEXO 2 - Protocolo de entrevista [questões semi estruturadas]

*obs.: as questões não seguiram esta mesma formulação e ordem. Foram sendo construídas, dentro da temática, conforme a liberdade do pensamento do entrevistado.

*Procedimentos iniciais:

- apresentação pessoal do entrevistador;
- explicação acerca da investigação, objetivos, tema;
- explicação sobre a duração da entrevista, procedimentos de gravação;
- apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

⇒ **Que o entrevistado fale sobre a própria experiência de vida em grupo, seu envolvimento social, suas motivações políticas.**

- Me conta um pouco sobre você, neste âmbito político, social.
- de onde nasceu este interesse para participar de um grupo social?
- o que o grupo significa pra você?
- é filiado a algum partido?
- quem vc admira, no mundo da política e que é para você um exemplo de democrata?

⇒ **Que o entrevistado expresse valores e característica da democracia**

... quando vc se depara com a palavra democracia: qual a primeira coisa, pensamento ou sentimento que lhe ocorre?

- na sua opinião quais as circunstâncias, fatos ou realidades que de modo + enfático inviabilizam a democracia?
- pode existir democracia sem partidos políticos, sem Congresso Nacional?
- um governo democrático é sempre melhor que qualquer outra forma de governo? Por que?

⇒ **Que o entrevistado expresse sentimentos em relação à democracia brasileira.**

- quando se fala em democracia brasileira, no atual momento, qual o sentimento mais forte que lhe ocorre: satisfação, revolta, injustiça, justiça, desconfiança? Confiança...medo!
- como você vê a atuação das instituições políticas (Congresso, Senado,...os políticos?
- vou dizer aqui algumas palavras/nomes e você os relaciona com a palavra democracia (jogo rápido) Urna eletrônica, Lava Jato, direitos humanos, liberdade de expressão, partidos políticos, economia, confiança nas instituições.
- o Brasil é um país, politicamente, dividido...esquerda-direita?
- como você vê o relacionamento entre os poderes da República?
- saberia me dizer um momento/fato...que mostra o conflito?
- sobre a grande mídia no Brasil: como vc vê a atuação: (Globo, Folha, Band...veículos de imprensa)
- me fala sobre *fake news*
- como você ve o relacionamento entre política e religião no atual governo?
- me fale sobre algumas realidades, se existem e como vc pensa a respeito:
 - emprego e renda
 - Questão alimentar
 - investimento em educação?
 - desigualdade social?
 - corrupção
 - direitos humanos
 - Respeito à constituição

⇒ Que o entrevistado consiga expressar suas percepções acerca da qualidade da democracia a partir do funcionamento do governo

- Jair Bolsonaro, o presidente: como ele é ?
- Me diz como você vê o relacionamento do governo (ou do presidente):
 - *com as forças armadas
 - *com as “minorias sociais”
 - *com a elite
 - *com milicianos
 - *com o poder judiciário
 - *com as *fake news*
 - *com a ciência
 - *com a pandemia
 - *com relação às mulheres

⇒ Que o entrevistado expresse repercussões das decisões políticas na vida pessoal em tempos de pandemia da covid-19

- sua qualidade de vida, neste atual governo, melhorou, piorou?
- temos mais um ano de governo Bolsonaro, o que esperar?
- como se sente em termos de possibilidades, oportunidades?
- sentiu assegurado os seus direitos, principalmente da educação?